

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**PRÁXIS POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA (MST)- TO: TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO
E FORMAÇÃO POLÍTICA**

Autora: Rejane C. Medeiros de Almeida
Orientadora: Lucinéia Scremin Martins

Goiânia, GO
2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

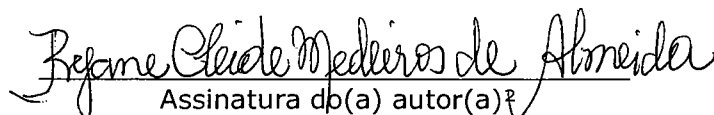
Nome completo do autor: REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA

Título do trabalho: PRÁXIS POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)- TO: TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA


3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

**PRÁXIS POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA (MST)- TO: TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO
E FORMAÇÃO POLÍTICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.

Orientadora: Lucinéia Scremin Martins
Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura.

Goiânia, GO

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

MEDEIROS, REJANE CLEIDE DE ALMEIDA
PRÁXIS POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURIS SEM TERRA (MST)- TO [manuscrito] : TRAJETÓRIA DE
ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA / REJANE CLEIDE DE
ALMEIDA MEDEIROS. - 2017.
xv, 231 f.

Orientador: Profa. Dra. Lucinéia Scremin Martins.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos.

Inclui mapas, abreviaturas, gráfico, lista de figuras.

1. MST. 2. Práxis Política. 3. Formação política . 4. Educação. I.
Scremin Martins, Lucinéia , orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE
REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2017, às 09h00min, na Sala de Defesas AS-03 da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de **Rejane Cleide Medeiros de Almeida**, intitulado *Práxis Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - TO: trajetória de organização e formação política*. A Banca Examinadora foi composta pelas/os seguintes Professoras/Professores Doutoras/Doutores: Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG - Presidente), Ivanilda Aparecida de Andrade Junqueira (PPGS/UFG), Cleito Pereira dos Santos (PPGS/UFG), José Paulo Pietrafesa (PPGE/UFG) e Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo (PPGDTAC/UEB e UNESP). A candidata apresentou o trabalho, as/os examinadoras/es a arguíram e ela respondeu às arguições. Às _____ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo à doutoranda os seguintes resultados:

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati _____

Aprovada Reprovada

Prof.ª. Dr.ª. Ivanilda Aparecida de Andrade Junqueira _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos _____

Aprovada Reprovada

Prof.ª. Dr.ª. José Paulo Pietrafesa _____

Aprovada Reprovada

Prof.ª. Dr.ª. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo _____

Resultado Final APROVADA

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Daphnee Gonçalves Prates Flores Iglesias, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Daphnee Gonçalves Prates Flores Iglesias _____

REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA

**PRÁXIS POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURIS SEM TERRA (MST)- TO: TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO
E FORMAÇÃO POLÍTICA**

Tese de doutorado em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Defesa 18 de Agosto de 2017.

Professor Dr. Flávio Munhoz Sofiati

Presidenta da banca- UFG-PPGS

Professora Dr^a Lucinéia Scremin Martins
Orientadora-UFG-PPGS

Professora Dr^a Ivanilda Aparecida de Andrade Junqueira
Membra da Banca-UFG-PPGS

Professor Dr^o Cleito Pereira dos Santos
Membro da banca-UFG- PPGS

Professor Dr^o José Paulo Pietrafesa
Membro da banca- UFG-PPGE

Professora Dr^a Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo
Membra externa da banca- Universidade Estadual da Bahia-PPGDTAC-UNESP.

Professor Dr^o Murilo Mendonça Oliveira Souza
Suplente: UEG-*Campus* Cora Coralina

Goiânia 2017

DEDICATÓRIA

-Aos meus filhos, Pablo e Pedro, a minha filha, Jackeline, e a minha neta, Luna, que tiveram, pacientemente, que construir a experiência da espera, do afastamento para os estudos da tese. São incansáveis na forma de amar a mãe!

-Aos meus irmãos, Carlos (in memoriam), Ricardo, Sandro, Ronaldo, a minha irmã, Aparecida, e a minha eterna mãe, que sempre acreditou que estudos nos levaria a possibilidades de mudanças.

-Às camponesas e aos camponeses do Bico do Papagaio-TO, aos militantes do MST que, por meio da sua organização luta por melhores condições de vida no campo.

- Ao meu grande amigo, Flavio Moreira (In memoriam), que me ensinou a lutar por uma educação dos povos do campo.

- A Milena Rodrigues Assumpção (in memoriam), que me ensinou que as amizades são o que construímos de mais importante nessa vida, foi muito bom tê-la na minha vida!

AGRADECIMENTOS

A pesquisa se constitui por meio de um percurso que busca descortinar uma realidade. Nesse sentido, é que os estudos ocorrem de forma, muitas vezes, solitária. Entretanto, o resultado ocorre a partir da participação de muitas mãos. Por isto, este é o momento de agradecer a todos e todas que colaboraram com esta pesquisa.

Meus agradecimentos às camponesas e aos camponeses do Tocantins, Bico do Papagaio, e ao acampamento Padre Josimo, ao MST do estado do Tocantins, todas e todos militantes do MST-TO, com quem estive nos últimos oito anos, com quem aprendi o ato de educar por meio das ações políticas, da luta pela terra, das ações das mulheres como exemplos de luta e de força para mudar uma realidade de desigualdade e, violência no campo, especialmente romper com o poder do latifúndio no Tocantins. Além disso, compreender, sobretudo, que o processo de formação e educação ocorre na luta. Agradeço, também, ao MST da regional Amazônia e a Escola Nacional Florestan Fernandes, que me possibilitaram acompanhar as atividades do movimento.

Ao núcleo de educação e agroecologia (GWATÁ), da Universidade Estadual de Goiás, *campus* Cora Coralina, que me acolheu tão bem, à escola Família agrícola de Goiás e as companheiras e aos companheiros do curso de agroecologia.

A Mariana Cunha pela companhia segura, alegre e sempre acolhedora, uma companheira para vida toda. A família Rodrigues: Vanessa e Uelington, uma família que ganhei em Goiânia. A Javier Balsa, da Universidade Nacional de Quilmi, Argentina, pelo apoio e dedicação a minha pessoa e grande colaboração na minha tese. À querida Mariane Lucena e Maria Lúcia, meus eternos agradecimentos.

Amigas, que encontrei nessa trajetória de luta, Liza Basílio, Ana Cristina Serafim, Ângela Noletto, Joice, Iolanda, Vanessa, Rose, Raissa e Tânia, são belas companhias.

E a militante Gilvânia Ferreira (MST- MA), grande companheira, que me ensina todos os dias a formação humana como dimensão da formação política.

A Antônio Marcos, jovem com sua rebeldia e, busca de mudança social, toca os sons que os leva a trajetórias de luta no Tocantins e no Brasil. Incansável Lutador.

A minha universidade (UFT), *campus* de Tocantinópolis, que possibilitou meus estudos, e a CAPES, que me concedeu a bolsa de estudos prodoutoral que contribuiu para a minha pesquisa. Ao meu departamento de educação do campo, que tenho muito orgulho,

colegas na luta por uma educação do campo, meus eternos agradecimentos. Meus companheiros do curso de ciências sociais da UFT, à Universidade Nacional de Santiago Del Stero, Instituto desenvolvimento Social (INDES), pelas valiosas contribuições quando da apresentação das minhas reflexões sobre a tese.

Meus agradecimentos à Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo apoio sempre concedido. Aos professores das disciplinas cursadas que muito me ajudaram nas reflexões sobre as teorias sociológicas: Cleito Pereira dos Santos, Lucinéia Scremim Martins, Nildo Viana, Jordão Horta Nunes, Revalino Antonio Freitas e Dijaci David de Oliveira.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação que contribuíram de forma rigorosa para melhorar as reflexões sobre o tema em estudo: professora Dr^a Ivanilda Aparecida. Andrade Junqueira e o professor Dr^o José Paulo Pietrafesa.

À minha orientadora Lucinéia Scremim Martins, pela incansável colaboração na escrita deste trabalho, respeito aos meus tempos e processos da escrita. Com ela, aprendi o exercício da autonomia. Além de se constituir uma grande companheira em Goiânia. Ao grupo de estudos Marxismo e Educação, enquanto espaço de debates e formação política.

Travesia

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares, é tempo da travessia, e se não ousarmos fazê-la teremos ficado para sempre à margem de nós mesmos”

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – LUTAS CAMPONESAS NO BRASIL E O MST: TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIAS.....	28
1.1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL: ELEMENTOS HISTÓRICOS	31
1.2. A GÊNESE HISTÓRICA DO MST	54
1.3. O MST E A LUTA PELA TERRA.....	53
1.4. CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	62
CAPÍTULO II – O MST NO TOCANTINS E A LUTA PELA TERRA.....	66
2.1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS	72
2.2. OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE TOCANTINS.....	85
2.3. A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ESTADO DO TOCANTINS.....	93
2.4. A BASE SOCIAL DO MST NO ESTADO DO TOCANTINS: HERDEIROS DA LUTA PELA TERRA.....	102
CAPÍTULO III – PRÁXIS POLÍTICA E DIMENSÕES ORGANIZATIVAS DO MST	127
3.1. PRÁXIS E DIMENSÕES POLÍTICAS DA ORGANIZAÇÃO DO MST	128
3.2. UM PROJETO POLÍTICO COMO MATRIZ PARA A SUPERAÇÃO DO SENSO COMUM	138
3.3. AS INSTÂNCIAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST	142
CAPÍTULO IV – PARTICIPAÇÃO, FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO TOCANTINS	165
4.1. PARTICIPAÇÃO E IDENTIDADE CAMPONESA	169
4.1.1. Acampamento Padre Josimo: trajetória da luta pela terra	173
4.1.2. Participação e formação política no MST-TO: dimensões formativas	180
4.2. MULHERES, PRÁXIS POLÍTICA E FORMAÇÃO: DIMENSÕES DE UMA NOVA CULTURA POLÍTICA?.....	193
4.3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NO MST: POSSIBILIDADES PARA MUDANÇAS DA CULTURA POLÍTICA.....	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209

REFERÊNCIAS	215
ANEXOS	224

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. Práxis política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Tocantins (TO): trajetória de organização e formação política. 230 páginas. Tese doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

RESUMO

A tese tem por objetivo analisar a práxis política na sua relação com a formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais especificamente desenvolvida no Bico do Papagaio, Tocantins (TO). As questões que se apresentam são as seguintes: As lutas sociais levadas à prática pelo MST contribuem para a formação política dos sujeitos envolvidos no processo? De que forma a práxis política desenvolvida pelo MST está alinhada à proposta de formação do movimento? Até que ponto este processo gera uma mudança na cultura política dos envolvidos na luta pela terra? A pesquisa apresenta uma abordagem predominantemente qualitativa, mas, também com alguns aportes quantitativos. As técnicas utilizadas foram entrevistas semiestruturadas, questionário (com perguntas abertas e fechadas) e observação sistemática em fóruns, encontros regionais, seminários, ocupações, congressos, processo de formação política, grupos de estudos temáticos e estratégicos do movimento. A pesquisa mostrou que a práxis do MST e a relação com a formação política possibilitam um processo de desalienação, uma vez que o sujeito da ação é o mesmo sujeito da reflexão, e que as ações e estratégias para formação dos seus quadros é efetivamente a práxis. Ao defender a práxis no cotidiano – que pode se configurar tanto nos grandes movimentos de transformações políticas, quanto nas pequenas atividades que conduzam à produção dos meios de vida para a subsistência do sujeito em ação – é que as ocupações, as manifestações, as organizações dos coletivos e assembleias no acampamento se configuram em espaços que contribuem efetivamente no processo de formação dos camponeses em luta pela terra, assim constituindo uma nova cultura política.

Palavras-chave: MST; Práxis Política; Formação política e Educação.

ABSTRACT

The thesis has the objective to analyze the political praxis in its relation with the political education in the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), more specifically developed in Bico do Papagaio, Tocantins (TO). The follow matters are studied: Do the social fights conducted by the MST contribute to the political education of the subjects engaged in the process? How the political praxis developed by the MST is linked with the education proposal of the movement? Up to what point this process generate a change in the political culture of the people involved in the fight for the land? The inquire has a qualitative approach, but it also has some quantitative contributions. The technics employed were semi-structured interviews, survey (with open and closed questions) and systematic observation in forums, regional meetings, seminars, occupations, conferences, processes of political education, groups of thematic and strategic studies of the movement. The research showed that the praxis of the MST and the relation with the political education allow a process of dealienation, once the subject of action is the same subject of reflection, and the actions and strategies for the education of its cadres are effectively a praxis. They defend the praxis in the quotidian (that may happen in the great movement of political transformation, but also in the little activities that produce the means of live for the subsistence of the subjects in action) and then the occupations, the demonstrations, the organizations of collectives and assemblies in the encampments make spaces that really contribute in the process of education of peasants in fight for the land. In this way, a new political culture is developed.

Keywords: MST; Political Praxis; Political education and Education

LISTA DE SIGLAS

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ENERA - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária

PCB - Partido Comunista Brasileiro

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

PSB - Partido Socialista Brasileiro

MEB - Movimento de Educação de Base

AP - Ação Popular

ACR - Ação Católica Rural

SRB - Sociedade Rural Brasileira

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes

FETAET - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Tocantins

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

CNA - Confederação Nacional de Agricultura

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Assassinatos no campo brasileiro (1985-2016)	81
GRÁFICO 02 - Brasil- Número de famílias assentadas (1985-2015)	84
GRÁFICO 03 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família segunda se estava no campo ou cidade antes de entrar no MST.....	109
GRÁFICO 04 - Distribuição dos membros de cada família mais envolvidos no processo de organização do acampamento segundo se trabalha ou não	111
GRÁFICO 05 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento segundo processo migratório dos entrevistados	111
GRÁFICO 06 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família segundo o estado de nascimento	114
GRÁFICO 07 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento segundo sua renda	116
GRÁFICO 08 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento segundo escolaridade	120
GRÁFICO 09 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento segundo idade	126
GRÁFICO 10 - Objetivo do acampamento para os membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento	176
GRÁFICO 11 - Participação em formação política segundo membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento	182
GRÁFICO 12 - Conhece a organicidade no MST segundo membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento	193

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 –Estrutura fundiária do estado do Tocantins em (%) entre 1998 a 2014.....	76
QUADRO 02 - Assentamento nos governos Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma	83
QUADRO 03 - Assentamentos Rurais na região Norte do Tocantins (Bico do Papagaio) ...	85
QUADRO 04 - Sentido da mística para membros envolvidos de cada família na organização do acampamento	163
QUADRO 05 - Temas de formação no MST-TO	184
QUADRO 06 - Participação em atividades de formação-tempo de acampado	191

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - Microrregião do Bico do Papagaio- Tocantins	71
MAPA 02 - Município de Carrasco Bonito- Bico do Papagaio –Tocantins	73
MAPA 03 - Projeto de assentamento Cupim- Bico do Papagaio-Tocantins	175

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Manifestações das mulheres, protesto contra a reforma da previdência, Palmas, 2017.....	81
FIGURA 02 - Acampamento Padre Josimo- Carrasco Bonito. Destruição dos barracos pela polícia no cumprimento da ordem judicial de despejo dos acampados	89
FIGURA 03 – Estrutura organizativa do Partido Comunista Francês.....	144
FIGURA 04 – Estrutura organizativa do MST.....	145
FIGURA 05 - Acampamento Padre Josimo- Carrasco Bonito- TO- Fase inicial	176
FIGURA 06 – Mobilização na BR-153 das mulheres camponesas do Tocantins em 08 de março de 2015- protesto contra o agronegócio.....	197
FIGURA 07 - Ocupação das mulheres camponesas contra o agronegócio e o projeto MATOPIBA.....	201

1. INTRODUÇÃO

“A história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes [...] a burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade”.

(Karl Marx)

O tema da pesquisa – práxis política e formação no movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) em Tocantins (TO): Trajetória de organização e formação política – remete às significativas ações políticas desenvolvidas na Região do Bico do Papagaio pelo MST. Se o movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra¹ é o objeto de estudo desta tese, a práxis e a formação política são as categorias centrais. O objetivo é analisar a relação entre práxis e formação política desenvolvida no MST – TO. As questões são: As lutas sociais levadas à prática pelo movimento contribuem para a formação política dos sujeitos envolvidos no processo da luta pela terra? De que forma a práxis política desenvolvida pelo MST está alinhada à proposta de formação do movimento, possibilitando mudanças na realidade sociopolítica dos envolvidos na luta pela terra, contribuindo com mudanças na cultura política?

Nesse sentido, é imprescindível verificar como ocorreu a inserção do MST, como sujeito político, no Tocantins, nos finais dos anos de 1997 e porque ocorreu neste período. Igualmente, buscou-se analisar, no material produzido pelo MST como síntese da luta política, a prática de militância produzida pelo Movimento desde a sua fundação (1984) e os fundamentos que orientam a prática política e a formação política dos militantes. Sobretudo, fazer uma análise da proposta de formação política do movimento e das práticas dessas orientações na condução do processo político, com o intuito de verificar de que forma o movimento se constitui enquanto sujeito histórico e quais as condições de formação política dos militantes.

Quanto à opção teórica, utiliza-se o termo práxis para designar atividade consciente, objetiva. A relação entre teoria e práxis, fundamentada em Marx (2009), é teórica e prática. Como prática, a teoria norteia a ação, determina a atividade humana, especialmente a atividade revolucionária; e é teórica na medida em que esta relação é

¹ Sem Terra em maiúsculo, nome próprio, refere-se aos militantes do MST, enquanto sem-terra remete à designação genérica de trabalhadores rurais sem-terra (CALDART, 2004; FERNANDES, 2009).

consciente. A práxis social é a atividade de grupo ou classes sociais que pode transformar a sociedade a partir de uma organização e direção. Esse tipo de práxis se revela como atividade política, que compreende a política como atividade prática na medida em que a luta travada pelos grupos ou classes sociais está vinculada a determinados tipos de organização real dos seus agentes. É o caso do MST, em que o foco é experiências de formação política em espaços formativos ligados às práticas das ações políticas na luta pela terra, que se inscreve em uma plataforma de educação defendida pelo movimento.

Enquanto educação, o MST defende que não é possível compreender a escola, sua natureza, seus objetivos sem estabelecer a relação com a formação política, pois estas dimensões estão relacionadas com a sociedade, especialmente com o projeto de sociedade em que se inserem. Para o MST, educar é formar para transformar a sociedade. Esta concepção ficou destacada no Encontro Nacional das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária – II ENERA ocorrido em 2015 em Luziânia, – a partir do manifesto produzido durante as atividades e práticas educativas da seguinte maneira: **1.** Seguir na construção de uma escola ligada à vida das pessoas, que tome o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história como matrizes organizadoras do ambiente educativo da escola, com participação da comunidade e auto-organização dos educandos e educandas, educadores e educadoras e; **2.** Seguir trabalhando pela educação do movimento do campo, na construção da pedagogia socialista para o conjunto dos trabalhadores/as; construir a reforma agrária popular, com distribuição de terras a quem nela vive e trabalha e com avanço da agricultura camponesa que tem como principal objetivo a produção de alimentos saudáveis para o conjunto da sociedade (MST – Manifesto das educadoras e dos educadores da reforma agrária, 2015).

Há uma relação entre os objetivos do movimento, a luta pela reforma agrária e o que defendem para educar seus militantes. Sua base é, quiçá, estender a toda sociedade. Entretanto, a formação de militantes compreende a formação para as tarefas da luta, imediata e em longo prazo. Entretanto, educar para o movimento é, sobretudo, educar para a ação revolucionária e para as diversas dimensões que ela exige.

No que se refere à metodologia para esta tese, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que compreendeu os estudos teóricos que oferecem sustentação às análises críticas realizadas sobre o objeto estudado. Interessou investigar a práxis enquanto categoria que possibilitou conhecer a realidade em curso seja pelo enfrentamento nas lutas ou pelas negociações realizadas por esses sujeitos de suas demandas e na relação com a política.

A pesquisa bibliográfica contou com o estudo de teses acadêmicas que tinham como foco de análises a práxis política no MST e a relação com a formação política. Analisaram-se também documentos elaborados na organização do MST, construídos a partir de amplos debates com a base do MST: Caderno de Formação (MST, 2009), Normas gerais e princípios organizativos do MST (2016); Cartilha Frente Brasil Popular – Documentos Básicos (2015). O objetivo foi perceber quais os fundamentos da formação para os militantes do MST, sua identidade e qual projeto de sociedade defendem; qual o programa político do movimento, suas normas e princípios, a fim de estabelecer as inter-relações com as ações políticas no estado do Tocantins e as possíveis práticas políticas gestadas nestes cenários.

A pesquisa é de abordagem qualitativa e as técnicas utilizadas são entrevistas semiestruturadas, o que, para Flick (2004), possibilita aos entrevistados expressar sua forma de pensar. E isso só ocorre porque as questões que compõem as entrevistas possibilitaram potencializar conversas mais abertas e conduzir a diálogos mais profícuos entre pesquisador e entrevistado, permitindo estabelecer diálogos com a realidade suscitada por se tratar de momento indispensável com os trabalhadores acampados. Destaca-se, nesse sentido, o modo dessa abordagem como um instrumento promovido pelas vozes dos entrevistados, como produtores de relações sociais, possibilitando focalizar de forma concreta o enredo existente nas contradições das relações sociais, tecidas pelas vidas entrecruzadas das histórias de ocupação na região em questão.

O roteiro semiestruturado da entrevista com 10 acampados foi dividido em quatro eixos, sendo assim distribuídos: 1. Origens sociais dos trabalhadores rurais Sem Terra no estado de Tocantins; 2. MST e a constituição do sujeito coletivo; 3. MST e organicidade; 4. Práxis política e formação política no MST. O objetivo deste roteiro foi conhecer as origens dos trabalhadores rurais Sem Terra do Tocantins, a constituição de sua família, fluxo do processo migratório da região Norte, origens camponesas (ribeirinhos, caboclos, quilombolas, descendentes de indígenas, quebradeiras de coco babaçu, atingidos por barragens, posseiros e de fronteira), sua relação com o mundo do trabalho, produção e a terra. Como conheceu e o que levou a ingressar no movimento Sem Terra, assim como qual o projeto de luta, identidade, educação do movimento e, sobretudo, como ocorre o processo de formação no movimento.

Também foi aplicado um questionário em anexo em questões abertas e fechadas a quarenta (40) acampados/as do MST-TO que estavam residindo no acampamento “Padre Josimo”, em Carrasco Bonito-TO (Bico do Papagaio), no momento em que se propôs o

questionário. Obteve-se uma amostra intencional com um integrante de cada família presente no acampamento, indicados pelos coordenadores do acampamento; mais especificamente o membro de cada família que possuía maior envolvimento e detinha maiores informações sobre a história de luta do acampamento, atendendo a estratificação de igualdade de gênero. Esta não foi uma amostra representativa do conjunto dos acampados, senão uma amostra intencional de um membro de cada família que estava mais envolvido com as lutas do acampamento.

Foram também realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte (20) integrantes que compõem a direção estadual, coordenação estadual e setores do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra do Estado do Tocantins, escolhidos segundo os critérios de tempo de entrada no movimento (conheciam a história do MST, alguns acompanham o movimento desde sua fundação e outros já estão no movimento há 15 anos), lideranças, grupos de trabalhos na organicidade do movimento. Esse número de trabalhadores Sem Terra, que participaram das entrevistas, foi dividido igualmente entre mulheres e homens para atender a igualdade de gênero, já que é forte a participação de mulheres no movimento do Bico do Papagaio. E o total de número refere-se à quantidade de integrantes que compõem a Direção do MST no Estado do Tocantins. Todos foram entrevistados.

A pesquisa teve como *lócus* as atividades organizacionais do MST no Tocantins: fóruns, encontros regionais, seminários, ocupações, congressos, assim como no acompanhamento de militantes em processo de formação política e grupos de estudos temáticos e estratégicos do movimento na escola “Florestan Fernandes” em São Paulo, sede da escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

É pertinente o resgate do processo histórico, tendo como pressupostos as resistências e as mobilizações dos camponeses em relação à exploração e dominação dos latifundiários e como as lutas camponesas compõem o enredo histórico da luta pela terra no Brasil. Recuperar a história dessas lutas permite entender a trajetória de sujeitos que protagonizaram a luta e contribuíram para transformar a sociedade, criando condições para mudanças. Entretanto, é a partir dos anos de 1960 e final dos anos de 1970, que as lutas camponesas eclodiram por todo o Brasil, nas quais os conflitos fundiários aumentaram significativamente e o governo, buscando controlar a questão agrária, promoveu a militarização para reprimir ações dos camponeses. Como forma de gerir esses conflitos, criou-se o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM). As sedes

administrativas desses organismos de governo foram criadas para administrar os conflitos, mas apresentavam um caráter de repressão aos camponeses revoltosos (FERNANDES, 2000).

Como instrumento para o combate político os camponeses se organizam e desenvolvem uma práxis política que constitui uma atividade prática que baliza e orienta às transformações na sociedade, que vão desde as relações econômicas, políticas e sociais. Nessa perspectiva, a análise dos resultados dessa pesquisa proporcionou o modo requisitado para olhar a realidade em questão. O social está em contínua transformação e a realidade suscitada é transitória.

Buscou-se identificar, no material de pesquisa, as categorias de análise considerando-se as singularidades de sentidos e os significados produzidos pelos sujeitos da pesquisa. Portanto, organizou-se a exposição dessa pesquisa em quatro capítulos assim distribuídos:

O **primeiro capítulo**, “Lutas camponesas no Brasil e o MST: trajetórias de resistências”, refere-se às resistências e lutas camponesas na constituição histórica da formação do campesinato e a formação do MST no Brasil. Movendo-se pelo país como retirantes, os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no campo e resistindo às condições de subalternidades que lhes foram impostas pelo latifundiário. O recrudescimento da questão agrária no Brasil dos anos de 1960 e 1970, devido à expansão do capitalismo no campo e pela ausência de uma reforma agrária, aumentaram os conflitos e as lutas pela terra. Se de um lado o capitalismo se expandia e aprofundava ainda mais as desigualdades sociais, por outro, os camponeses simplesmente buscavam formas de sobrevivência. Por isso, as lutas de resistências dos posseiros contra a grilagem das terras por latifundiários e grandes empresas capitalistas ampliavam cada vez mais a luta dos sem terra nos idos do final da década de 1970, com ações como ocupações, organizações de acampamentos e marchas, constituindo-se em diferentes estratégias de luta e de resistência do campesinato.

No **segundo capítulo**, “O MST em Tocantins e a luta pela terra: práxis política em construção”, teve por objetivo apresentar a caracterização do território em estudo: o Bico do Papagaio, em Tocantins (TO), e as lutas camponesas nessa região; assim como as condições, dilemas e conquistas apresentando, a partir da pesquisa realizada, o MST no Tocantins como um sujeito social e político. Buscou-se, sobretudo, analisar as ações desenvolvidas pelo Movimento, com o objetivo de conhecer os conflitos e como estes contribuem para formação política da classe trabalhadora.

O **terceiro capítulo** tem o título “Práxis política e dimensões organizativas do MST”, cujo objetivo foi refletir sobre a práxis política e as dimensões organizativas

desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Buscou-se compreender o conceito de práxis enquanto categoria central desse estudo. Além da análise das relações entre práxis e a política desenvolvida pelos integrantes do MST, buscou-se identificar a forma política da organização, suas estratégias, táticas e o programa do movimento; assim como conhecer a trajetória organizacional do movimento na luta pela terra, que é ampliada na luta pela reforma agrária e, sobretudo, compreender qual é a matriz que gera a sua organização.

Finalmente, no **quarto capítulo**, “Participação, Formação política e Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Tocantins”, analisou-se o processo de formação política dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no MST do Estado do Tocantins, especificamente no Bico do Papagaio. Assim como sua relação com a educação e de que forma esse processo formativo aponta para mudanças na cultura política do Estado. Um elemento norteador dessas questões e que se constitui como princípio do Movimento é a luta pela educação, que apresenta como elementos as práticas formativas que forjam sujeitos na luta política e implementam alternativas de vida para homens e mulheres do campo.

A pesquisa apontou que os Trabalhadores Rurais Sem Terra mudam sua forma de atuação em relação aos seus direitos, que antes eram desconhecidos, como por exemplo, o direito a terra. Ao participarem do processo da luta pela terra adquirem uma formação política a partir da sua imersão no Movimento, que por meio das lutas sociais lhes possibilitam uma formação política, tornando-os capazes de elaborarem resistências ao capital, cuja materialização se concretiza no projeto do agronegócio. A partir do momento em que entram no Movimento, esses sem terra quebram as amarras que os trouxeram até aqui, quais sejam a de subalternidade aos fazendeiros, latifundiários que os oprimiram a vida inteira. Percebem que a resistência e a organização política os tornam mais fortes. Por isso, o processo formativo através da luta política e da teoria, ou seja, da práxis política, é indispensável para superar os entraves do desenvolvimento pautado pelo programa do MST, que busca a superação da subordinação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aos capitalistas. Projetos em disputas na sociedade, este é o princípio do Movimento.

E, também que a práxis do MST e a relação com a formação política possibilita o combate a alienação política, uma vez que o sujeito da ação é o mesmo sujeito da reflexão, e que as ações e estratégias para formação dos seus quadros é efetivamente a práxis. Ao defender a práxis no cotidiano – que pode se configurar tanto nos grandes movimentos de transformações políticas, quanto nas pequenas atividades que conduzam à produção dos

meios de vida para a subsistência do sujeito em ação – é que a ocupação, as manifestações, a organização dos coletivos de assembleias no acampamento se configuram em espaços que contribuem efetivamente no processo de formação dos camponeses em luta pela terra, assim constituindo uma nova cultura política.

Na história da luta pela terra constituem-se novas experiências para os envolvidos no espaço de socialização política. O dimensionamento da práxis, com base na elaboração dos fatores objetivos e subjetivos, pode contribuir efetivamente para a conscientização do trabalhador do campo, como sujeito coletivo e, conseqüentemente, para a criação de uma identidade social e política, o que possibilita o avanço na luta. A história mostra que as lutas sociais no campo não se restringem à simples obtenção da sobrevivência; pelo contrário é a experiência do envolvimento nos confrontos que gera um saber social a ser criado e transmitido.

Quanto à educação defendida pelo movimento, alguns objetivos estão interligados: conhecer os desafios para organizar novas formas de trabalho no campo e na cidade; buscar compreender a realidade e agir para transformá-la; possuir valores e ações coerentes com o projeto do movimento, educando para transformação social, ou seja, com formação para o trabalho, não qualquer trabalho, mas buscando superar a formação para o mercado capitalista; conhecer cientificamente a realidade para transformá-la, especialmente educar para ação, enquanto atividade planejada, coletiva e fundamentada, portanto desenvolvida a partir da práxis.

CAPÍTULO I – LUTAS CAMPONESAS NO BRASIL E O MST: TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIAS

“Somos frutos da luta histórica dos camponeses no Brasil” (Militante, MST-TO, 2016).

O objetivo deste capítulo é compreender como ocorreu a trajetória histórica das lutas camponesas pela terra e a formação do MST. Como elemento importante para compreensão desse cenário, tem-se o processo de colonização e a formação do latifúndio e suas consequências para as origens das desigualdades territoriais e sociais no Brasil. Nesse contexto, o latifúndio representa o monopólio da terra e gera a subalternidade das massas sem-terra, provocando conflitos e contradições. Por isso, é pertinente o resgate desse processo, tendo como pressupostos as resistências e as mobilizações dos camponeses em relação à exploração e dominação do capital.

Parte-se da premissa de que as lutas camponesas compõem o enredo histórico da luta pela terra no Brasil. Recuperar a história permite compreender a trajetória de sujeitos que protagonizaram e contribuíram para transformar a sociedade, criando condições para mudanças. Nesse sentido, Hobsbawm (1998, p. 30) adverte que:

Paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se escora num “sentido do passado” transformado.

As marcas do passado são imprescindíveis para compreender uma realidade histórica. Isso porque, no presente do tempo pesquisado, busca-se conhecer a complexidade da sua existência, e que os fatos não se sobrepõem de forma mecânica, o que há, sobretudo, é uma relação intrínseca, que acompanha e que define, dialeticamente, o seu sentido. Por isso, os movimentos de resistências camponesas apresentam suas mais variadas formas.

A partir do exposto, compreende-se que as Ligas camponesas, as lutas de Trombas e Formoso e as lutas dos posseiros são exemplos de formas de resistências que contribuíram para as disputas na luta pela terra no Brasil. Em especial, estes movimentos destacam-se por expressarem, historicamente, a resistência de homens e mulheres que lutaram, e ainda lutam, contra a subordinação ao latifúndio, no qual estes sujeitos da região norte do estado do Tocantins se situam buscando desenvolver formas de visibilidade dos trabalhadores do

campo, resultando em um tensionamento de projetos distintos, tanto políticos quanto de sociedade. De um lado, tem-se o projeto do latifundiário e a produção de monoculturas; de outro, o projeto dos camponeses que desenvolvem no campo formas e modos de vida baseados na produção e reprodução do trabalho familiar

Tem-se também, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi um ator político importante na história do Brasil, cuja relação com o campo se destacou na conjuntura política brasileira do século XX. Contribuiu com a luta de classes e com a tarefa da classe operária para as transformações sociais. Embora esse debate fosse prioritariamente relacionado ao protagonismo do operariado enquanto classe, a discussão do mundo rural – mesmo que de forma secundária – sempre esteve ligada às discussões políticas do partido, pois o campo era importante para o desenvolvimento brasileiro. Igualmente, o partido defendia a aliança operário-camponesa, o que, em certa medida, significou uma dependência do movimento camponês em relação ao movimento operário.

Dos movimentos sociais camponeses à institucionalização das lutas, o sindicalismo rural e a organização dos camponeses contribuíram para a história da luta pela terra. Entretanto, aportaram muitas contradições na sua trajetória.

Embora a ação dos sindicatos, dos partidos, das Igrejas etc., seja, no decorrer de sua trajetória, fundamental para projetar essas lutas para fora delas mesmas, para articular alianças, para fazer a costura entre lutas particulares e lutas mais gerais, não é essa ação que por si só cria o conflito [...]. Tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma determinada experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração à violência individual ou à organização em defesa do que se considera legítimo dentro desse quadro, a partir dele e interferindo nele, compondo, pois, a própria experiência dos trabalhadores, que se movem às organizações partidárias, sindicais etc., e instituições de apoio. (MEDEIROS, 1989, p.13).

Nesse sentido, a autora chama atenção para o fato de que a criação de sindicatos foi uma estratégia de apoio à luta camponesa, mas um processo que também foi defendido pelo governo federal à época (1960-1970). O governo criou condições para a institucionalização das organizações, subordinando-os e enfraquecendo os movimentos sociais camponeses. Assim, os sindicatos como mediadores políticos e de organização dos trabalhadores rurais se adequaram ao período militar pela defesa dos direitos e da vida destes trabalhadores. Mas, as práticas políticas dos militantes sindicais eram pulverizadas e cheias de contradições.

Para Medeiros (1989), em meados dos anos de 1960, surgiram experiências sindicais que indicavam insatisfações dos trabalhadores no campo, o que gerou repressão por parte do

governo. Como tentativa de unificar as ações sindicais no campo nasceu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, com a regulamentação da sindicalização rural a proposta era transformar as organizações camponesas em sindicatos rurais, dos quais, posteriormente, se criaria as federações e confederações nacionais.

Compreende-se que as resistências camponesas no Brasil manifestaram-se de formas variadas e ações diversas, que deram contornos às organizações sindicais e aos movimentos sociais de resistências contra os latifundiários, grileiros, Estado e representantes da classe dominante. Desde meados do século XX, novos sujeitos sociais e formas de organizações surgiram na luta pela terra, sendo o MST um desses movimentos políticos. Por isso, busca-se resgatar o processo histórico do MST e a luta pela terra como sujeito social no cenário de resistência e disputas políticas ideológicas e de hegemonia no Brasil agrário na segunda metade do século XX.

O surgimento do MST no momento de intensas repressões políticas no país, de demandas reprimidas por terras e ausências de políticas que colocassem na agenda governamental a pauta da reforma agrária, qualificou as lutas pela terra desenvolvidas pelos camponeses sem este meio de produção. Assim, as resistências e mobilizações, como por exemplo, a saída do arrendo para ocupar as terras, foram estratégias desenvolvidas pelos camponeses sem terra que com sua práxis política contribuíram para dinamizar, com efeito, as contradições da luta pela terra no Brasil. A partir do exposto, iniciar-se-á o percurso desse capítulo com o processo de formação do latifúndio no Brasil e suas configurações históricas.

1.1. O processo de formação do latifúndio no Brasil: elementos históricos

O processo de formação do latifúndio² no Brasil teve início a partir do século XVI, com a invasão das terras brasileiras pelos portugueses, com o objetivo de garantir sua posse e transformá-lo em sua colônia. A consequente implantação do regime das capitanias hereditárias organizou a colônia em doze setores, outorgando a titulares de confiança do reino a administração das áreas doadas, foi uma estratégia de dominação e exploração caracterizando o processo de colonização. Com isso, a grande propriedade se somou à prática do monocultivo, na qual o objetivo final foi o mercado externo. Para explorar esta grande propriedade, surgiu à necessidade de mão de obra, que se realizou pela escravização dos povos originários que não se adaptou ao sistema de trabalho imposto, provocando tensões e causando resistências. A solução deste problema foi, portanto, a escravização do negro trazido a força da África, dando início ao que se denominou como o ciclo da cana-de-açúcar. (MEDEIROS, 2012).

A conquista da terra no Brasil ocorreu por meio de diferentes atividades econômicas, dos chamados ciclos da economia, que se apresentou em cada momento histórico por uma diversidade de área de implantação de produtos, cuja ocupação ocorreu, inicialmente, no litoral, seguido de frentes pioneiras. Contudo, é somente no século XX que o espaço brasileiro foi considerado como apropriado, apesar das descontinuidades, como é o caso da Região Amazônica, no qual:

²A palavra latifúndio vem do latim “*latifundiu*”, que era usada no grego antigo para caracterizar um domínio de uma grande área de terra por um único proprietário. O termo latifúndio, de origem latina, era usado na Roma Antiga para referir-se às extensões de terra controladas pela aristocracia, e passou a ser utilizado para designar grandes propriedades de terra em geral. No Brasil, a origem dos latifúndios encontra-se no sistema de colonização. Após o golpe militar de 1964, o termo latifúndio, no entanto, ganhou uma definição legal, por força do estatuto da terra (lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964), lei que, pela primeira vez, estabeleceu os parâmetros da reforma Agrária no Brasil. [...] A progressiva modernização da agricultura brasileira conferiu novo significado ao termo latifúndio. Se ele remete ainda ao significado original, relacionado ao tamanho do imóvel, o fato é que as características da propriedade da terra no Brasil passaram por mudanças importantes. O processo produtivo se modernizou [...]. A agricultura se articulou aos complexos agroindustriais e tornou-se parte de um complexo sistema hoje denominado agronegócio, o qual, para se reproduzir, necessita de grande disponibilidade de terras, quer pela exigência de escala produtiva imposta pelo patamar tecnológico, quer para que sirvam de estoque, às vezes por longos períodos, à espera do momento propício para serem colocadas em produção. (MEDEIROS, 2012, p. 445 - 447). Latifúndio, portanto, é a propriedade rural, independentemente da sua extensão, não racionalmente explorada por atividade industrial, agrícola, extrativa ou pastoril, de maneira que a produtividade não alcance os limites que suas qualidades intrínsecas e localização permitam. É considerado, igualmente, latifúndio toda propriedade rural explorada por parceiros, arrendatários, dentro de qualquer outra modalidade, da qual o proprietário aufera renda sem empregar atividade ou, ainda, toda propriedade rural onde os assalariados não gozem dos benefícios da legislação trabalhista (SCHILLING, 2005, p.235).

A presença humana e a presença econômica são matizadas segundo os diversos momentos de início da ocupação e conforma as respectivas densidades atuais. É assim que, a partir das heranças, isto é, das solicitações originais próprias a cada momento do passado, e da participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas, produz-se o verdadeiro mosaico de regiões que hoje constitui a formação socioterritorial brasileira. (SANTOS, SILVEIRA, 2011, p. 250).

Verifica-se que a presença humana no processo de colonização no Brasil, por volta do século XVI, deu forma às regiões que compõem o Brasil, e que os europeus, no processo de invasão, adotaram ações de cooptação e repressão à população nativa. Dessa forma, conseguiram dominá-los e submetê-los ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura.

Com isso, a vida econômica nos três séculos que se seguiram ao processo de colonização portuguesa no Brasil deu-se por meio da exploração de bens e de trabalho. Isto significa que na formação histórica do Brasil, o tráfico, a senzala, o monocultivo e o monopólio foram forças motrizes desse processo de expropriação do espaço brasileiro. A formação colonial no Brasil foi marcada economicamente por fortes interesses dos “[...] mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de conveniência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos”. (BOSI, 2003, p. 25). Quanto à condição senhorial e a condição escrava, o autor chama atenção para o fato de que são definições de papéis no sistema produtivo da economia açucareira. Entretanto, ele adverte que os papéis desempenhados pelos grupos antagônicos não se reduziam ao exercício de meras ações desenvolvidas no sistema produtivo, mas também como:

Condição [que] traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado (BOSI, 2003, p. 27).

O autor chama atenção para as formas de sociabilidades, que significam muito mais do que a plantação, mais do que apenas a unidade de base de um processo de produção agrícola, isto é, sobretudo, a matriz da sociabilidade no mundo rural da primeira metade do século XX, no qual o grande domínio é a sede das residências dos grandes proprietários, as “casas grandes” do qual tratou Gilberto Freyre (1977)³. É no interior das fazendas que se

³ Refere-se à obra *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. FREYRE, Gilberto. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

exerce a vida familiar, onde se nasce, se casa, procria-se, onde se enterram muitas vezes os mortos.

Nesse sentido, Garcia (2003, p. 163) contribui para essa reflexão chamando atenção para o fato de que a “Casa-grande” continua sendo o lugar onde se comanda a vida no mundo rural:

[...] No próprio título de sua obra maior – Casa-grande e Senzala –, Gilberto Freyre (1933) assinalava como a sede dos domínios rurais era uma instituição que continuava a operar mesmo após a abolição da escravatura em 1888 e como a reunião de poderes econômicos, religiosos, culturais e políticos em uma só mão funcionava como princípio ordenador do mundo social, recriando, por uma lógica que supõe complementaridade, mas diferença irreduzível, o mundo dos descendentes dos senhores das casas-grandes e aqueles dos escravos das senzalas.

Por isso, as diferenças entre as formas de produção da vida no mundo rural subjazem a produção de sociabilidade desenvolvida na matriz da formação social do Brasil, que apresenta marcas de autoritarismo, preconceitos, mandonismo. Isso quer dizer que sendo o domínio rural como unidade de base constituidora da economia colonial, na qual a dinâmica era impulsionada pelos centros internacionais onde se destina as lavouras comerciais, as relações de sociabilidades estavam mediadas pelas relações de produção adotadas na organização da matriz agrícola de produção.

Com relação ao modelo adotado para organizar as unidades de produção agrícola na colônia portuguesa, recorreu-se à prática do monocultivo, especializando-se em um único produto destinado à produção, utilizando mão de obra escrava. Nas unidades de produção, utilizavam-se técnicas modernas, apesar da escravidão da mão de obra. Por outro lado, existia, também nessas unidades, a produção de bens para a subsistência dos trabalhadores escravizados, uma vez que buscava redução nos custos de reprodução dos mesmos, como também oficinas para a fabricação e os reparos dos instrumentos usados pelos trabalhadores/escravizados (MARTINS, 1990).

Para implantar o modelo agroexportador e buscar investimentos para produção de mercadorias para exportação, a Coroa portuguesa decidiu pela “concessão de uso da terra com direito à herança”. Isso quer dizer que foi entregue aos capitalistas-colonizadores que detinham o capital e grandes extensões de terra. A questão que se apresenta é: como era realizada a escolha para a concessão do uso da terra?

A concessão de uso da terra era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro [...] poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhes dava direito de venderem as terras, ou mesmo de comprarem terras vizinhas, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias (STEDILE, 2005, p. 22).

A pressão internacional deu forma e conteúdo às relações de trabalho nos anos que seguem. A Inglaterra, a partir de 1850, pressiona a Coroa para substituir a relação de trabalho escravo estabelecida na colônia pelo formato do trabalho assalariado. Conseqüentemente, é preciso realizar a abolição dos escravos. Entretanto, um problema se estabelece: como fazer a libertação dos escravos e evitar que estes tomem posse das terras? Para isso, é preciso organizar um marco regulatório. Então, se organiza um marco jurídico para adequação do sistema econômico com o intuito de realizar a transição iniciando a “crise do trabalho escravo”.

Organiza-se a Lei nº 601, de 1850, que se intitulou como Lei de terras, definida pelo conselho de Estado da época. Entre outras normas, essa lei estabelecia que o direito de possuir terra só seria possível por meio da compra e venda. Fato que beneficiou direta e indiretamente os latifundiários, pois estes detinham o poder econômico e, conseqüentemente, o fundamento jurídico e político de possuir a terra. A principal característica era implantar por meio da normatização no Brasil a propriedade privada das terras.

Art. 1º - Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. [...]. Art. 2º - Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias e, demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de cem mil réis [...]. (LEI DA TERRA n. 601, 1850, p.285 *apud* STEDILE, 2005).

Sobre isto, Stedile (2005) destacou que a história da questão agrária no Brasil⁴ apresenta transformação no uso das terras, em que passa a existir a possibilidade de que qualquer cidadão brasileiro possa se transformar em proprietário de terras. Entretanto, este cidadão deveria comprar as terras da Coroa, o que impossibilitava os “ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, se transformarem em camponeses, em pequenos proprietários de terra”. Isso não poderia acontecer, pois, sem recursos para pagar as terras à Coroa, era impossível o acesso à mesma. Sobre esta questão, o Caderno de Formação do MST (2000),

⁴ A questão agrária, compreendida como conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo passou a ser abordada na geografia agrária [...]. De um modo geral, o referencial teórico dos trabalhos de geografia agrária da atualidade ainda continua majoritariamente da sociologia. Conferir: www.fct.unesp.br/erera. Acesso em 30/11/2016.

apresenta uma reflexão sobre o latifúndio enquanto um “pecado agrário brasileiro”, destacando que:

A principal consequência social da Lei das Terras de 1850 é que manteve os pobres e os negros na condição de sem-terra e, por outro lado, legalizou, agora como propriedade privada, as grandes extensões de terra, na forma de latifúndio. Todos os antigos concessionários da coroa, com a vigência da Lei de Terras, corriam aos cartórios ou às casas paroquiais que mantinham registros, pagavam certa quantia pela terra e legalizavam suas posses. Assim, imensas áreas de terras, antes de propriedade comunal indígena, depois apropriada pela Coroa, agora eram finalmente privatizadas nas mãos de grandes senhores que se transformaram em amigos da Coroa, em senhores das terras, em latifundiários (MST, CARDERNO DE FORMAÇÃO, MST n.º. 33, 2000, p.19).

A partir dessa condição, os ex-escravos continuavam na situação de subalternidade, agora como assalariados. Com essa regulamentação, se consolida o modelo da grande propriedade rural no Brasil, como instrumento de injustiça da propriedade de terras. Por isso, duas leis contribuíram para formação desse quadro, a Lei de Terras (1850) e a Lei Áurea (1888), consideradas como Leis que legalizaram a criação dos sem-terra no Brasil. Assim como responsáveis pela gestação da favelização nos centros urbanos, consolidando a perversa concentração fundiária, originando a prática de grilagem de terras. Ou seja, a apropriação das terras devolutas através de documentos falsos que regulamentou e consolidou o modelo de propriedade rural no Brasil, construída com as bases das desigualdades territoriais. Como resistência a esse processo gestou-se as mobilizações camponesas.

Para Medeiros (1989, p. 9), a história dos movimentos sociais do campo faz deles um sujeito coletivo. Isso porque eles:

Não travaram lutas ao sabor do imediatismo e dos ventos, como fogo do mato; suas lutas progressivamente procuravam se inserir em movimentos e organizações que lhes deram continuidade e sentido. E assim, a história não só dá um passado ao campesinato brasileiro, mas aponta, ao fazê-lo emergir como classe, para o seu futuro. Não se pode pensar e construir um projeto de sociedade sem a sua participação.

A história das lutas e resistências sociais no Brasil é marcada por revoltas populares. Por isso, recuperar essa história é um desafio, uma vez que os registros são escassos e fragmentados. Entretanto, resgatar as lutas ocorridas no campo, na perspectiva camponesa é buscar compreender seus próprios caminhos e de que maneira interferiram na dinâmica da sociedade. A preservação da memória social desses sujeitos é muito complexa, embora seja

imprescindível para conhecer suas trajetórias políticas, o que significa conhecer a história de luta dos movimentos de resistências.

Se no século XVIII a exploração ocorria por meio do tráfico de escravo, com a abolição dessa forma de exploração no século XIX, a terra passa a ser a grande disputa entre camponeses e fazendeiros. Se antes o trabalho nas fazendas era realizado pelo negro escravizado de origem africana, essa forma se justificava a partir do fundamento de que o trabalho escravo estava no tráfico de negros; de que era o comércio escravista e não a fazenda escravista que criava a escravidão.

Já no século XX, as elites se moviam em busca de explicações para as causas do atraso e do desenvolvimento econômico e social no Brasil moderno. Por outro lado, as massas de trabalhadores também se moviam. O cenário nos anos de 1950 foi permeado de intensos conflitos no campo brasileiro entre camponeses e latifundiários e um processo de organização, reivindicação, luta pela terra e contra a exploração do trabalho dos camponeses, marcou significativamente o país. A formação das Ligas Camponesas no nordeste do Brasil colocou em questão a estrutura agrária do país, bem como buscou estabelecer novas relações entre o campesinato e o latifúndio. (IANNI, 1992).

Nesse movimento de desenvolvimento do capital é que os movimentos sociais aparecem como sujeitos políticos, e as diversas insurreições dos camponeses ganham forma, na sua primeira fase por meio de enfrentamentos aos coronéis e fazendeiros, depois latifundiários e grileiros e, por último, contra o capital. As primeiras Ligas surgem no Brasil, em 1945, após a democratização, depois da ditadura de Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCB), recém-legalizado. Contudo, os camponeses que participaram das Ligas não eram formados por assalariados rurais e sim por foreiros, estes eram moradores de engenhos abandonados pelos descendentes de senhores de engenhos. A tensão ocorreu quando os descendentes resolveram controlar novamente os domínios abandonados e retomar as antigas práticas de serviços gratuitos, da infraestrutura da propriedade, conhecido como cambão (trabalho gratuito) e aumentar o preço do Foro. Nesse contexto, os conflitos vivenciados pelos camponeses demarcavam o caráter abusivo do trabalho gratuito (cambão), assim como também lidar com a elevação do foro (GARCIA, 2003).

A origem da expressão “Ligas Camponesas” remete ao movimento de organização de núcleos dos horticultores do Recife, organizados pelo PCB com a criação da primeira Liga Camponesa, em Iputinga, em Pernambuco (1945). Nos anos de 1950, no Engenho da Galiléia,

município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, nascia o movimento. Esse movimento surge em oposição ao aumento do foro, ou seja, contra a alta de preços dos arrendamentos de terras, pois os proprietários de terras deixaram de explorar a cana-de açúcar e passaram a arrendá-las.

O movimento das Ligas Camponesas seguiu a mesma organicidade do PCB, com um caráter de centralidade na sua organização, e foi um importante movimento camponês que tinha como principal pauta a defesa da reforma agrária. A sua principal palavra de ordem simbolizava essa defesa: “Reforma Agrária na lei ou na marra”. Defendiam a aprovação de lei da Reforma Agrária, que não existia como marco regulatório no país. Sua forma de mobilização era pautada cotidianamente pela organização das massas. Tinham como estratégias e ações políticas ocupações de engenhos, manifestações urbanas, conseguindo reunir cerca de 50 mil camponeses, que chegavam de todo o Estado de Pernambuco em caravanas para realização de manifestações (MORAIS, 2006).

A partir de 1956, realizou-se o “I Congresso Camponês de Pernambuco”, no qual a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas se tornou uma entidade de nível estadual. Conseguiu organizar sua estrutura orgânica e ampliar suas relações com os setores populares e políticos do Recife. Nesse cenário, José dos Prazeres, uma liderança importante, destacou-se sendo eleito presidente das Ligas Camponesas, realizou diversas ações como, por exemplo, passeata com cerca de três mil trabalhadores pela cidade, além de várias mobilizações. Foi organizada também pelas Ligas uma pauta para nortear as demandas dos trabalhadores do campo, que ia desde a extinção do cambo, do barracão, da luta contra o aumento do foro, à luta pela reforma agrária, de caráter mais amplo. Para Medeiros (1989, p.48), as Ligas ganharam visibilidade política em função das ações que desenvolviam:

O que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários. Ao mesmo tempo, lutavam pela desapropriação do engenho Galiléia, o que conseguiram do governo estadual em 1959. Tais ações projetaram as Ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária.

As Ligas Camponesas foram responsáveis pelo debate e defesa da reforma agrária no Brasil nas décadas de 1940 a 1960. Uma luta permeada por muita violência, na qual muitos camponeses perderam a vida como, por exemplo, é o caso de João Teixeira, líder camponês da Liga de Sapé – Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé – um

dirigente de projeção política nacional, porque sua liga tinha cerca de sete mil associados, na Paraíba (MORAIS, 2006).

As Ligas Camponesas, a partir de seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organização para se tornarem um movimento camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional. Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária (MORAIS, 2006, p. 71).

As Ligas organizaram articulações políticas de esquerda, pois defendiam transformações radicais na sociedade, que iam para além da luta contra o latifúndio. Vários partidos políticos, movimentos sociais e organizações apoiaram as Ligas: O PSB, PCB, MEB e AP. As Ligas eram combatidas tanto pelos latifundiários, quanto pelos setores conservadores da Igreja, assim como pelos setores reformistas da esquerda. “Por parte das instituições, ao contrário, tanto o PCB, quanto a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos” (MORAIS, 2006, p. 33).

Entretanto, com a ditadura civil-militar, as Ligas sofreram grandes perdas, pois:

O movimento militar de 64, que assumiu o controle do país, instaurou a perseguição e “desaparecimento” das lideranças do movimento das Ligas Camponesas, e sua desarticulação foi inevitável. Deu-se, aí, o início de um grande número de assassinatos no campo brasileiro, conforme os dados levantados nos dossiês: *Assassinatos no campo: crime e impunidade*- 1964/1986 publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, *Conflitos da Terra* – 1986, elaborado pelo MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e *Conflitos no Campo Brasil* publicados anualmente pela CPT – Comissão Pastoral da Terra (OLIVEIRA, 2007, p. 110).

Contudo, como movimento de contradições, os camponeses reinventaram sua forma de enfrentar a ditadura com o propósito de fortalecer a luta, apesar das perseguições, que, muitas vezes, acabou com mortes de camponeses e lideranças das organizações. Ilustrativo disso é a resistência e luta dos posseiros de Trombas e Formoso no estado de Goiás.

Os conflitos explodem no campo em meados dos anos de 1950 em vários Estados brasileiros e ampliam-se as lutas de resistência. São posseiros, arrendatários, meeiros, que expulsos das terras ficam sem trabalho, produzindo conflitos que ganham repercussão nacional gerando demanda por Reforma agrária, apesar disso as lutas ainda são esparsas.

Nas regiões de fronteiras agrícolas, os conflitos se acentuam entre posseiros e grileiros de terras, pois os grileiros conseguem títulos falsos das terras, criando um mercado de terras e

expulsando seus antigos moradores. Segundo Martins (2009, p. 132), “[...] a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Entretanto, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”. Para o autor, o que caracteriza e define sociologicamente a fronteira no Brasil é a situação de conflito social, embora ele chame atenção para o fato de que esse conflito seja a fronteira como lugar de alteridade. Assim, de acordo com o autor, a fronteira é:

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 2009, p. 133).

Essa digressão sobre fronteira é necessária para se esclarecer o sentido da fronteira e do tempo histórico das lutas étnicas e sociais. Uma dessas lutas ocorreu no meio norte de Goiás, em meados dos anos de 1950, em Trombas e Formoso. O território livre de Formoso compunha uma área de quase 10 mil quilômetros quadrados em Goiás. Em 1948, com a construção da rodovia Transbrasiliana⁵ e o projeto de colonização dos governos federal e estadual as terras da região se valorizaram. Este fato provocou um processo migratório intenso para a região de Uruaçu, no norte Goiano, nas vilas de Trombas e Formoso, contribuindo para um tensionamento entre trabalhadores rurais vindos do Maranhão e Piauí, liderados por José Porfírio, que se estabeleceram na área de terras devolutas. A disputa se deu porque as terras foram griladas por fazendeiros, que nesse processo ficaram supervalorizadas (GUIMARÃES, 2014).

Posseiros e grileiros em disputas pela terra entraram em conflitos, gerando enfrentamentos. Nesse processo, já havia cerca de três mil trabalhadores com suas famílias vivendo nas posses. Como tática para provocar medo e fazer terror aos trabalhadores, os grileiros queimaram suas roças, suas casas, matando muitas pessoas (*Idem*, 2014).

⁵ Rodovia Transbrasiliana: Cada nome atribuído a essa rodovia tem sua particularidade: Belém-Brasília é o mais utilizado. Apesar do trajeto oficial da rodovia ser entre Belém e Anápolis/GO, o objetivo da implementação desta via foi ligar Brasília/DF à Belém. Transbrasiliana é o nome dado ao trajeto rodoviário entre o Rio Grande do Sul e o Pará. Nome que “remete à ideia de um percurso que atravessa” o Brasil. “Foi através da BR-153 que o novo modo de produção capitalista se instalou na região através da ‘frente agrícola’”, atraído pelos incentivos fiscais propiciados pelos programas federais, encarregados de executar o “desenvolvimento” da região (SUDAN, GETAT e PROTERRA) (LIRA, 2011, p. 131).

Em função desses conflitos, o PCB passa a acompanhar a resistência e a contribuir com a organização dos trabalhadores rurais e, em 1950, consegue organizar essa região em conflito, por meio da associação dos trabalhadores rurais, que se chamaria de Formoso e Trombas, nomes dos dois povoados originados pela chegada dos posseiros. Todavia, os conflitos continuaram e o governo estadual enviou tropas à região, com o objetivo de dispersar a população e enfraquecer a organização dos trabalhadores (*Idem*, 2014).

O movimento caracterizou-se pela luta de resistência em defesa da posse da terra, sendo a principal reivindicação a regularização das terras e a autonomia camponesa. O movimento camponês de Trombas e Formoso divide-se em três fases: 1) a fase de violentos conflitos entre posseiros e grileiros, que vai de 1952 a 1954, com tentativas de compras das terras a baixos preços; 2) Os anos que vão de 1954 a 1957: período em que os conflitos se tornaram cada vez mais intensos e o Partido Comunista se incorpora ao movimento, e os posseiros se organizam por meio da Associação dos Lavradores de Formoso e Araguaia. Nesta fase, o movimento usa táticas de guerrilha, enfrentando os grileiros e jagunços; 3) Essa fase caracteriza-se pelo acordo feito com o governador Mauro Borges em conceder títulos definitivos a alguns posseiros, dividindo-os e provocando um refluxo no movimento.

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Trombas e Formoso (1954) tinha por objetivo reunir posseiros da região na defesa da terra grilada e no desenvolvimento do cooperativismo e criação de escola. O movimento produziu alternativas de organização como os conselhos de Córregos⁶, assim chamados devido à congregação de posseiros de diversas áreas da região. Os conselhos possuíam autonomia em relação à Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Trombas, sendo as decisões dos conselhos levados às reuniões da Associação. Isso se constituiu em um período de organização política dos camponeses, pois segundo Guimarães (2014, p. 54):

Em consequência de condições locais, como necessidade de vigilância dos ataques dos grileiros, tentativas de expropriação da terra de maneira individualizada (compra de posse), falta de assistência médica, escolas, etc., os posseiros desenvolveram uma espécie de “autogestão” da “região libertada. Produziram alternativas para solucionar seus problemas mais imediatos, como: manter, financeiramente, a Associação e os Conselhos de Córrego; organizar, autonomamente, a assistência médica, a escola, as cooperativas e o mutirão; desenvolver lazer no sentido de fortalecer as relações sociais; fazer o controle da região para restringir a presença de autoridades militares e civis estranhas à defesa dos interesses dos posseiros [...].

⁶ A denominação surgiu da necessidade de dividir a região de Formoso de acordo com a proximidade das pontes com um córrego, para facilitar a mobilização dos posseiros. Os moradores/posseiros de um determinado córrego se reuniam e formavam um conselho (GUIMARÃES, 2014, p. 53).

O movimento, em sua luta de resistência em defesa da posse da terra, na busca pela regularização das terras, constituiu instrumentos de organização e direcionamento do movimento. Entre os assuntos debatidos estavam às dificuldades de localização, extensão da área e dispersão dos posseiros, assim como o controle da entrada e saída de posseiros e o impedimento da disputa de terras e, sobretudo, discutia-se sobre os núcleos de resistência e autodefesa contra os ataques dos grileiros.

A partir da história desses conflitos e do processo de organização dos camponeses no século XX, pode-se afirmar que a formação do campesinato no Brasil se deu por meio de violência. Os camponeses, historicamente, precisaram disputar a terra com os latifundiários, que produziram violência e medo para expulsar os camponeses da terra. Esse processo aconteceu com ações violentas: desde ameaças diretas dos grileiros, terror promovido pelos jagunços até organizações de grupos armados para expulsão de quem insistisse em continuar na terra.

O surgimento do campesinato se deu a partir de processos históricos complexos, nos quais é possível destacar essas principais questões: primeiramente, ele teve origem nas populações mestiças, que foram se formando durante o longo processo de colonização por meio da miscigenação entre brancos e negros, índios e brancos, negros e índios e seus descendentes, e com a chegada de 1,6 milhões de camponeses pobres da Europa para morarem e trabalharem na agricultura, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, entre os anos de 1875 a 1914. Esses trabalhadores eram pobres e nascidos na Brasil colônia que, com a Lei de Terras de 1850, foram impedidos do acesso a terra, tendo que migrar para o interior do Brasil, pois:

As melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola e de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades (STEDILE, 2005, p. 27).

Como resultado desse processo, tem-se a ocupação de terras por “sertanejos”, como ficaram conhecidos os camponeses que ocuparam o interior do Nordeste, Goiás e Minas Gerais. Isso ocorreu com o intuito de organizarem suas unidades familiares e desenvolverem a

produção de subsistência. Movendo-se pelo país como retirantes, os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no campo.

Com relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir de 1930, ele se caracterizou por uma forte articulação do processo produtivo ao processo de industrialização e, em 1960, esse processo se intensificou com a “Revolução Verde”⁷. Essa “revolução” foi um marco operativo da modernização conservadora que objetivava a inserção brasileira no mercado agrícola mundial, do ponto de vista da produtividade e também de consumo, gerando, dessa forma, uma nova matriz ao processo produtivo, com consequentes transformações tecnológicas para adaptar-se às mudanças produtivas mundiais em curso.

Nos anos de 1960, a elite agrária foi substituída pela elite industrial nas esferas da economia e do poder. Mas, isto não significa que foi o seu fim. Para Oliveira (2001, p. 187):

[...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil [...].

O capitalismo envolve um movimento desigual e contraditório no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, implica tanto a implantação do trabalho assalariado no campo, implementando a cultura da cana-de açúcar, soja, laranja, entre outras quanto articula a produção camponesa ao processo produtivo, inserindo o camponês no processo de produção capitalista.

Isso pressupõe grandes extensões de terras concentradas nas mãos de um pequeno grupo econômico, que se utilizam das terras como reserva de valor em momentos conjunturais determinados, e, em outro momento, como reserva patrimonial. Isso quer dizer que utilizam as terras como garantia para os financiamentos em bancos públicos. Tal estrutura fundiária é

⁷ A denominada “Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. [...]. Os defensores da Revolução Verde afirmavam que somente com a melhoria das técnicas de produção seria possível acabar com a escassez e dependência de alimentos; consideravam-na, assim, como uma solução para a crise de alimentos. [...]. Contudo, foram surgindo críticas em decorrência dos inúmeros impactos sociais e ambientais gerados por ela, com destaque para perda de variedades antigas e a perda irrecuperável de material genético e de alternativas alimentícias. [...] O pacote da Revolução Verde baseia-se em monoculturas geneticamente uniformes (cultivos homogêneos de variedades de laboratório); já os sistemas agrícolas tradicionais são complexos e extremamente diversos (cultivos diversificados com sementes nativas milenares de grande variabilidade genética), e a sua produção também envolve a conservação das condições de produtividade” (PEREIRA, 2012, p. 685).

concentrada, gerando inúmeras desigualdades sociais. Entendendo por estrutura fundiária a distribuição de terras, e, por isso, quanto mais desigual a distribuição de terras, mais concentrada é a estrutura fundiária. Em alguns casos, pode haver situações em que há pouca desigualdade, mas grande concentração de terras, isso ocorre porque há eliminação das pequenas propriedades para gerar as grandes (OLIVEIRA, 2001).

O clientelismo⁸, como forma de relação entre governo e sociedade, permeia a formação do Brasil colônia e não desaparece, muda apenas de forma com atuação da nova geração dos políticos modernos. Já as oligarquias têm como sustentáculo a instituição da representação política como forma de garantir sua permanência no poder econômico. A dominação política patrimonial tem mostrado historicamente que as mesmas “[...] colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo aparelho do Estado” (MARTINS, 1999, p. 20).

O Estado brasileiro deu suporte às transformações políticas e econômicas da sociedade. Com isso, a modernização da agricultura alavancou o desenvolvimento do capitalismo com o objetivo de reprodução da propriedade como fonte de dominação, gestando condições para o desenvolvimento de uma política agrária que privilegia as poderosas empresas do agronegócio, das construções das hidrelétricas, etc.

Com relação aos camponeses, estes são integrados às regras do mercado, pois, para Santos (1978, p.60), “o camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadoria, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção”.

Em relação ao desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, o campo se configura num espaço para a especulação do capital, pois a modernização da agricultura transforma capitalistas industriais e urbanos em proprietários de terras, em latifundiários, em um movimento que Oliveira (2001, p.187) considera assim:

[...] grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como

⁸ “O conceito de clientelismo foi sempre empregado de maneira frouxa. De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. [...]. Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macros e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. [...]. Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo” (CARVALHO, 1997. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003). Acesso em 07/01/2017.

reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis.

Para compreender essa lógica, basta partir do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista, que concentra a terra, empurra as populações do campo para a cidade, gerando uma enorme massa de excluídos do processo produtivo. Para o autor, os filhos dos camponeses não terão a chance de produzir nas terras dos seus pais, pois eles serão expulsos de lá, e seguirão para compor as fileiras do “exército industrial de reserva” dos centros urbanos. Assim, “[...] a eles caberá apenas um caminho: a estrada que os levará à cidade, ou que os levará à luta pela reconquista da terra” (OLIVEIRA, 2001, p. 188).

O processo migratório tem sua raiz nesse desenvolvimento desigual e combinado pelo qual o capitalismo opera. No Brasil, devido a expulsão dos camponeses do campo, estes lutam de um lado para voltar à terra, para se tornarem proprietários; por outro lutam também para permanecerem nela, como produtores de alimentos. Na luta pela terra, concordando com Oliveira (*idem*), os camponeses também se configuram em uma força produtiva que auxilia no desenvolvimento do capitalismo no campo. Justamente no interior dessas contradições, surgem os atores sociais de luta pela terra e com ela os conflitos e a violência⁹.

Os dados são ilustrativos desses conflitos e dessa violência, resultados da luta pela terra no Brasil. Segundo eles, nos últimos 30 anos (1985 a 2015) o Brasil gestou 28.805 conflitos no campo, seja por terra, água, questões trabalhistas, entre outros. Nesse período, houve mais de 19 milhões de pessoas envolvidas em conflitos no campo, com um número elevado de conflitos na região nordeste e norte. Em relação ao processo de feridos nos conflitos, a região norte contabilizou 4.271, ou seja, 16% de feridos nos conflitos, liderando as estatísticas de assassinatos no período referido acima, com 775 vítimas ou 40% do total. Entre 2000 e 2015, foram registradas 5.782 localidades em conflito, envolvendo em média 97.399 famílias ao ano. No mesmo período, 38.280 famílias foram expulsas; 295.935 sofreram tentativas de expulsão; 248.353 foram despejadas; 25.746 sofreram ameaças de despejo; 45.946 tiveram suas casas destruídas e 595 foram vítimas de assassinatos entre 2000 a 2015. (PORTO-GONÇALVES, *et al*, CONFLITOS NO CAMPO, 2015, p. 87).

Segundo dados de pesquisa da CPT, esse número é resultado de uma realidade associada à criminalidade em áreas de garimpo, disputas por terras indígenas e ribeirinhas e

⁹ Entendida como qualquer forma de constrangimento e destruição física ou morais exercidos sobre o camponato e seus aliados (CPT, 2013).

também pela repressão advinda do aparelho de polícia do Estado, do próprio latifundiário e das grandes empresas (CONFLITOS NO CAMPO, CPT, 2015).

Para Oliveira (2015, p. 31):

Assim, como decorrência da não realização da reforma agrária, os conflitos no campo continuam elevadíssimos. Em 2015 foram no total 1.217, ou a média de mais de três conflitos por dia, envolvendo mais de 816 mil pessoas, ou a média de 671 pessoas por conflito. Além disso, a absurda ocorrência de 50 assassinatos no campo, praticamente um a cada semana. É a continuidade da barbárie assolando as terras do país.

A região Norte concentrou 35,5% do número de ocorrências dos conflitos por terra e território. O Nordeste concentrou outros 31,8%; o Centro-Oeste 15,6%; o Sudeste 11,2%; e, o Sul 5,9%. Já a área do Bico do Papagaio, o universo dessa pesquisa, que inclui 106 municípios dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, continua ser a região mais violenta no campo nacional (OLIVEIRA, CONFLITOS NO CAMPO, 2015).

Só em 2015, cinquenta (50) pessoas foram assassinadas no campo, sendo o maior número de vítimas desde 2004, e 39% a mais do que em 2014, quando foram registrados 36 assassinatos. A violência se concentrou na Amazônia, onde foram computados 47 dos 50 assassinatos; 30 das 59 tentativas de assassinato; 93 das 144 pessoas que receberam ameaças de morte; 66 dos 80 camponeses presos; e ainda 20.000.853 dos 21.374.544 hectares em conflito (idem, 2015).

Em relação ao número de ocorrências dos conflitos por terra e território, ao qual estiveram envolvidos os sujeitos sociais em 2015, os números são representativos, visto que os mesmos participaram de 763 conflitos. Entre eles destacaram-se os camponeses posseiros, com 33,2% ou 253 ocorrências, incluindo-se entre eles todas as suas categorias sociais ou diferentes denominações regionais (posseiros, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, geraizeiros, pescadores, vazanteiros e etc.). A seguir, aparecem os camponeses sem terra, com 28% ou 214 ocorrências; depois vêm os camponeses assentados/proprietários, com 14,3% ou 109 ocorrências. Estas são as três principais categorias sociais da classe camponesa que lutaram pelo acesso e permanência na terra no ano de 2015 (OLIVEIRA, 2015, p. 39).

A reportagem da revista Carta Capital de 15/04/2016, na seção sociedade, cujo título é “Explosão da violência na luta pela terra e território”, Oliveira destaca que:

A violência explodiu no campo e nas florestas. Ano passado foram 50 assassinatos. E a impunidade reina, 20 anos depois do Massacre de Eldorado dos Carajás. Poderia

ser pior, sempre pode: 59 pessoas sofreram tentativas de assassinatos e por pouco não morreram para aumentar as "estatísticas", como outras 144 receberam ameaças de morte, e vivem sabendo que podem ser mortas em breve. Uma barbárie que, em termos quantitativos, não ocorria desde 2004. [...] Os dados sobre o ano passado não dão conta de acompanhar a barbárie em curso: nesse primeiro trimestre de 2016 já foram 13 mortes. Dois sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Paraná na semana passada, em uma aparente emboscada criminoso que ainda feriu outras seis pessoas. Oliveira sustenta que o elevado índice de violência nos conflitos do campo é decorrência direta da não realização da reforma agrária, e as mortes absurdas, no total de 50, ou seja, quase uma por semana, nada mais são do que "a continuidade da barbárie assolando as terras do País". O Bico do Papagaio, a tríplice fronteira do Pará, Maranhão e Tocantins, é, hoje, segundo a análise de Oliveira, a região mais conflituosa do Brasil (:OLIVEIRA, 2016).

A reportagem destaca a escalada da violência no campo na luta pela terra, os dados apontam que esta ainda se constitui uma forma de expulsão dos camponeses do campo e das disputas entre latifundiários e camponeses, sobretudo na região norte (em especial no Bico do Papagaio). Entretanto, os camponeses resistem nesse processo de destruição da vida no campo e se organizam.

Esses dados atualizados da escalada dos conflitos por terra e território demarca um longo processo de lutas e organização camponesa. O indicativo disto é que no Brasil, o processo de reconhecimento e posterior regulamentação do direito à sindicalização impulsiona a organização da categoria dos trabalhadores rurais, num cenário em que estes emergem como sujeitos políticos. Entretanto, essa regulamentação origina-se dos conflitos que ocorriam no campo brasileiro. Tais conflitos iam desde a luta pela posse da terra, disputas em torno de prazos de arrendamentos e tensões entre os próprios trabalhadores que já moravam nas terras e produziam nelas, juntamente com suas famílias. Para Medeiros (2012), nas décadas de 1960 e 1970, os camponeses se organizaram em associações locais, encontros regionais, estaduais e nacionais, a fim de consolidar a luta pela terra, pela reforma agrária, por direitos trabalhistas, pela regulamentação de contratos de parcerias e arrendamentos e, especialmente, pelo direito de se sindicalizar.

Os conflitos ocorriam também por meio das ações dos diferentes agentes que mediavam à organização dos trabalhadores contribuindo para a criação dos sindicatos. Destacam-se a importância da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, no caso das Ligas Camponesas, apesar das constantes críticas aos sindicatos, também compuseram forças na medida em que a conjuntura política ficava cada vez mais difícil e era necessário fortalecer a luta contra a criminalização das organizações dos trabalhadores e intensificar a luta pela criação dos sindicatos.

Outrossim, Medeiros (2012) destaca que as mudanças operadas na sociedade brasileira com relação as contradições no cenário econômico e político redefiniu as condições de existência do campesinato, e o Golpe do Estado em 1964 impôs mudanças as alternativas de organizações camponesas da época, deixando apenas a atuação em sindicatos como espaço organizativo dos camponeses. Entretanto, os sindicatos da classe patronal¹⁰ – Confederação Rural Brasileira (CRB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) –, com receio de que as organizações dos trabalhadores rurais provocassem tensões no campo, defendiam que não havia necessidade de divisão entre as organizações representativas, pois era viável a aglutinação de todos em uma única organização.

Entretanto, os trabalhadores rurais em luta conseguiram ampliar e fortalecer suas organizações e, em 1960, foi regulamentada pelo governo federal a sindicalização dos trabalhadores rurais em quatro categorias. Sendo elas: trabalhadores na lavoura; na produção extrativista; na pecuária e produtores que exerciam atividade rural familiar. Entretanto, o grande desafio era transformar as associações em sindicatos como também ampliar a organização nos locais onde os trabalhadores não eram organizados (MEDEIROS, 2012). Para essa tarefa, contava-se com a mediação dos agentes e das diversas forças políticas que atuavam no campo brasileiro buscando organizar os trabalhadores, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB); uma ala da igreja católica mais avançada do ponto de vista político ideológico, Ação Católica Rural (ACR); o Movimento de Educação de Base (MEB), e as Ligas Camponesas, que disputavam o controle dos sindicatos a fim de dar direção às Confederações e Federações que seriam criadas posteriormente (MEDEIROS, 2012).

¹⁰ São “Organizações da classe dominante no campo. Alguns traços marcam a identidade de classe e a organização política do patronato rural brasileiro: a multiorganização, a representação direta, o empenho na construção da união de todos acima dos interesses de cada fração, a exigência de um Estado provedor e protetor convivendo com a defesa do mercado, a visão da propriedade da terra como direito absoluto, o discurso da solidariedade entre as classes sociais no campo e a violência como prática de classe. São traços definidores da prática política e da retórica de legitimidade dos grandes proprietários de terra e dos empresários rurais e do agronegócio no Brasil e que muito contribui para o exercício da dominação e a exploração de classe. [...] frequentemente uma mesma fração de classe, setor produtivo ou porta voz participa, concomitantemente, de várias instâncias de representação. Essas frações integram a estrutura sindical patronal oficial, representada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). São membros da Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) e da tradicional Sociedade Rural Brasileira (SRB). Participam da Associação Brasileira do agronegócio (ABAG) e integram as inúmeras associações por produto e multiproduto criadas nas últimas décadas, juntamente com a consolidação das cadeias produtivas. E os representantes patronais de maior poder econômico tem assento nos conselhos das Federações da Indústria e Comércio ligados à agricultura. Em defesa do monopólio fundiário e contra as críticas sobre o uso do trabalho escravo, grandes proprietários de terra e empresários rurais e do agronegócio também se sentem representados pela União Democrática Ruralista (UDR), pela então denominada Bancada Ruralista e pelos inúmeros grupos de defesa da propriedade da terra que costumam despontar como reação às lutas por terras, à demanda por uma reforma agrária e à reivindicação do movimento quilombola pelo direito ao território (BRUNO, *et al*, 2012, p. 519 e 520).

Por outro lado, ao criar o Estatuto da Terra de 1964, os militares elaboram mecanismos para controlar as tensões no campo. Assim, o Estatuto serviu para combater e minimizar os conflitos em algumas áreas, negando a política de reforma agrária em nível nacional, ou seja, enquanto política pública. Com isso, o governo operou com duas frentes, qual seja: a que apoiava a política de concentração fundiária disponibilizando recursos, medidas políticas e ampliando benefícios às grandes empresas no campo; e outra com uma política para os camponeses, executando a redistribuição de terras, nos locais com maiores incidências de conflitos agrários, com o objetivo de evitar perigo à sociedade brasileira e, conseqüentemente, ao regime em curso.

O projeto de reforma agrária organizado pelo governo do Marechal Castelo Branco, aprovado pelo Congresso Nacional e intitulado como “Estatuto da Terra”, não alterou a estrutura agrária brasileira, pois o monopólio e a concentração de terras pelos latifundiários – que continuou explorando os sem-terra ou àqueles com pouca terra – continuou a operar e orientar as diretrizes no campo. Segundo Vinhas (2005, p. 135), o Estatuto e as mudanças que ele provocou:

Não chegou sequer a caracterizar de forma clara o que é latifúndio. As referências que faz ao assunto são apenas para garantir a continuidade do mesmo e para manter os privilégios de uma minoria ínfima de proprietários. Ele exprime apenas uma tributação territorial um tanto melhorada, uma “distribuição” de plagas devolutas mediante vendas e financiamentos. Visa à colonização. Todas estas providências são superficiais, que não alteram o *status quo* da estrutura fundiária.

O período que sucedeu ao golpe civil-militar foi de intensas caçadas às organizações dos trabalhadores, sendo a Liga Camponesa e os sindicatos os mais perseguidos. Entretanto, o PCB também logrou intensas coalisões e pressões ao governo militar. Para Martins (1990), o que caracterizou o divisor de águas e o definidor das lutas camponesas desse período histórico foram as disputas entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica pela hegemonia na organização dos camponeses. O resultado dessas disputas, excluindo as Ligas, foi, para o autor, o nascimento da CONTAG e de toda a estrutura sindical subjacente a esta.

Quanto ao PCB, nesse contexto de lutas e disputas pela representatividade camponesa, manteve-se presente ativamente antes de 1964, mas, a partir desse período, houve perda de influência. Isso ocorreu em função da conjuntura política do país e pela escolha feita por esse partido em priorizar a luta dos operários na cidade, deixando em segundo plano a luta no campo. Em função das mudanças no cenário político nacional e na medida em que cresceu

sua influência “[...] a política de frente única e de aliança entre a classe operária e a burguesia nacional, o lugar político do campesinato passou a ser definido pelo papel menor que pudesse representar na constituição de uma democracia burguesa” (MARTINS, 1990, p.10).

Enquanto que, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em 22 de Dezembro de 1963, outro importante fato político iria provocar mudanças radicais na trajetória política dos trabalhadores e nas suas organizações: o golpe de 1964. Uma severa e violenta repressão avançava sobre as organizações, abalando suas estruturas organizativas, provocando medo, terror, perseguindo e matando as lideranças, e outros que tiveram que viver na clandestinidade. Muitos sindicatos – aqueles que mais mobilizavam trabalhadores – sofreram intervenção do ministério do trabalho. Para Medeiros (2012), a questão central não era acabar com os sindicatos, mas com o perigo que os rondava – o comunismo. Com a intervenção o governo daria sua direção política. Nesse caso, os interventores também faziam parte da Igreja Católica.

Devido às intervenções o governo reorganizou, por meio do Ministério do Trabalho – Lei nº71, de 2 de fevereiro de 1965 –, os sindicatos, que passaram a atuar em apenas uma categoria: a dos sindicatos de trabalhadores rurais, que envolvia os assalariados, posseiros, arrendatários, parceiros, proprietários de terra que desenvolviam trabalho com características de economia familiar etc. Assim como os sindicatos dos trabalhadores rurais, as entidades patronais também sofreram reorganização, sendo que as Associações Municipais, as Federações Estaduais e a Confederação Rural Brasileira se adequaram ao formato de sindicatos rurais, designada como Confederação Nacional de Agricultura (CNA), mantendo essa configuração até os dias de hoje (MEDEIROS, 2012).

Por outro lado, mesmo diante de tanta repressão, a luta dos trabalhadores rurais não tem fim. As articulações para eleger direções dos sindicatos ligados à luta e comprometidos politicamente com as bandeiras anteriores ao período militar foram a práxis desenvolvida no campo das organizações dos trabalhadores. Nesse sentido, uma chapa para disputar a direção da CONTAG foi uma ação de enfrentamento político e operacional naquela conjuntura, que tinha como base a ala esquerda da Igreja Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB).

A CONTAG exerceu um controle sindical de grande visibilidade, porém com variadas orientações políticas que muitas vezes se coadunavam com a própria elite agrária, caracterizando-se pelo pouco enfrentamento. Um exemplo dessas contradições no interior da organização foi a maneira como foi aplicada a Lei de 1971 – Fundo de Assistência ao

Trabalhador Rural (FUNRURAL) –, pois o acesso a esse direito estabeleceu uma relação de poder e moeda de troca com os poderes locais, especialmente prefeitos e vereadores, transformando-se em clientes políticos. Em alguns casos, os sindicatos tornaram-se mediações para que os trabalhadores tivessem acesso aos direitos previdenciários, como aposentadorias, auxílio-doença, pensão e assistência médica. Mas, contraditoriamente, a CONTAG realizou um papel importante no processo de mediação entre os trabalhadores e o Estado, pois desenvolveu ações como encaminhamento de relatórios de conflitos fundiários, acompanhou os pedidos de desapropriações de terras, previsto pelo Estatuto da Terra, realizou cursos de formação, encontros regionais, prestou assessorias educacionais e, especialmente jurídicas, relacionadas às noções de direito a terra e aos direitos trabalhistas. Entretanto, as desapropriações foram raras, os despejos das terras eram constantes, a CONTAG não conseguia evitá-los.

Apesar de todas as dificuldades na condução do processo político sindical, é possível afirmar que “[...] não se deve subestimar a capacidade que essas iniciativas tiveram de traduzir os conflitos no campo na linguagem da Reforma Agrária, construindo a junção entre o desejo de acesso a terra e uma possibilidade de política agrária [...]” (MEDEIROS, 2012, p. 706). Muitos temas foram tratados nos congressos da CONTAG como: resistência na terra contra ameaças de expulsão, luta por direitos trabalhistas, melhores preços para os produtos dos agricultores rurais, e especialmente, como o momento de reafirmar a unidade em torno da reforma agrária.

Sobre a organização dos sindicatos e suas contradições, Medeiros (1989, p. 89) salientou que:

Em 1966, em Pindaré, surgiu então, sob a liderança de Manoel da Conceição, um sindicato independente de reconhecimento oficial, conhecido localmente como “sindicato clandestino”, e que passou a atuar contra as invasões de gado nas roças dos lavradores, a ocupação ilegal de terras por grileiros e a ação dos comerciantes de arroz. Além de matar o gado que invadia as roças, e derrubar cercas de grileiros, por orientação do sindicato, os trabalhadores desenvolveram roças e paióis coletivos. Uma violenta repressão desencadeou-se então sobre a região, pondo fim à experiência e levando os trabalhadores a procurarem outras áreas para se fixar.

Por outro lado, o refluxo do movimento sindical ficou visível a partir da segunda metade dos anos de 1970. Para Medeiros (1993), a estrutura confederativa e centralizada do modelo da CONTAG já apresentava sinais de ineficiência desde os anos de 1970. Mesmo depois do “III Congresso” a CONTAG não conseguiu mediações suficientes para lidar com as

demandas do movimento social rural, deixando um vazio do qual emergiram outros movimentos sociais:

As dificuldades do sindicalismo contaguiano não significaram ausência de tensões no campo e de reação por parte dos trabalhadores. A proliferação dos conflitos fundiários; os efeitos da modernização da agricultura inviabilizando a reprodução de setores do campesinato, em especial na região do sul do país, e gerando contingentes desprovidos de terra; o impacto das grandes hidrelétricas, como é o caso da Itaipu, também expulsando populações, somados aos parques resultados da ação sindical e a um trabalho da Igreja de apoio e justificativa religiosa à luta por terra resultaram no aparecimento de novas vozes buscando falar pelos trabalhadores do campo e encaminhar suas demandas. Entre elas destacavam-se movimentos que se apresentavam como uma alternativa às concepções contaguianas, mas, principalmente, à sua prática em relação aos conflitos (MEDEIROS, 1993, p.16).

Outros atores sociais começavam a surgir e, com isso, novas organizações também apontavam nesse cenário de mobilizações e de lutas pela terra. Inicialmente, com fortes apelos sindicais, mas depois ganhou novos contornos, como é o caso do MST, que surgiu como uma força autônoma; e também o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que passou a questionar as construções das barragens e a lutar pelos reassentamentos; assim como os seringueiros que lutavam contra as expulsões das suas terras e o avanço do capital para evitar as derrubadas das florestas. Nesse caso, o sindicato era a sua representação maior, que, em 1980, criou a sua própria organização: Conselho Nacional dos Seringueiros e extrativistas da região Norte do Brasil. As mulheres quebradeiras de Coco no Maranhão, Pará, Tocantins, também se organizaram em associações próprias na luta política no campo, exigiam o livre acesso os babaçuais, demandando a Lei do Babaçu Livre em diversas áreas da região Norte. Ainda nesse movimento de organização dos povos do campo, as mulheres camponesas, trabalhadoras rurais, se organizaram em sindicatos e em movimentos sociais, na busca pelos direitos à igualdade em relação aos homens, como também na luta pelo direito a terra. (MEDEIROS, 2012).

Entretanto, o modelo sindical e a atuação junto aos trabalhadores no início dos anos 1980 passaram a ser questionados por vários agentes, uma vez que as vitórias para os trabalhadores eram poucas e as articulações, por vezes, com a elite local comprometia e desagradavam alguns agentes envolvidos na luta pela reforma agrária. Surge, portanto, como oposição a Central Única dos Trabalhadores (CUT), constituindo o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT); assim como a própria CPT que se articulou a esta central sindical, fazendo sistemáticas oposições a forma de atuação da CONTAG. Nesse sentido, a partir do “II Congresso” a CONTAG passa a defender uma posição mais ofensiva

da luta política dos trabalhadores rurais, realizando ações nos anos de 1980, como manifestações públicas por melhores preços para os produtos, melhorias na infraestrutura, fechamento de estradas, ocupações de praças, greves de assalariados rurais, luta pelo fim do regime militar, desempenhando um papel orgânico na luta pela reforma agrária, apoiando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)¹¹, construído na Nova República. Eram os tempos de abertura política e a reconfiguração do sindicalismo de trabalhadores rurais fazia-se necessário e urgente; e um novo formato vai se construir, com tensões, contradições e desafios.

Em 1995, a CONTAG se filiou a CUT, mesmo sob fortes tensões no interior dos sindicatos dos trabalhadores rurais, resistindo às orientações da CUT. Os dilemas são, até hoje, desafios para a organização da classe trabalhadora. Medeiros (2012) destaca que houve um grande esforço para unificação de diretrizes e concepções consolidadas no projeto da CUT/CONTAG de formação sindical por volta dos anos de 1997, que resultou em um projeto de desenvolvimento rural alternativo com bases sustentáveis e solidário, mas por outro lado, as antigas bandeiras da década de 1970 continuavam a dar o tom para a CONTAG, como a marcha das Margaridas e o Grito dos Excluídos.

As mudanças no sindicalismo rural e as disputas pela representação dos trabalhadores, respectivamente, trouxeram à cena a afirmação da agricultura familiar como uma das bandeiras do movimento sindical. Mas, essa luta também ganha força com o surgimento no cenário dos anos de 1984 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se firma como protagonista na organização dos camponeses sem terra.

A partir do exposto sobre a história dos agentes políticos no processo da organização camponesa é que se objetiva conhecer a gênese do MST na luta pela terra e o seu protagonismo diante das questões agrárias¹² no Brasil.

¹¹ O Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA aprovado em 2003 previa o assentamento de 430 mil famílias em quatro anos. Segundo o DATALUTA (DATALUTA é um projeto permanente de banco de dados do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, UNESP) (Conferir: <http://www.fct.unesp.br/nera>), de 2003 a 2005 foram assentadas 244.289 famílias, contudo apenas 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas, enquanto 183.202 famílias foram assentadas em “assentamentos já existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas ou em assentamentos já existentes em terras públicas”.

¹² Por questão agrária entende-se, a partir das contribuições de Stedile (2012, p. 639), que o termo designa uma área do conhecimento humano, que estuda a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da formação da organização socioeconômica do meio rural de qualquer país estuda-se a questão agrária. Contudo, o termo foi utilizado como sinônimo dos problemas agrários para quando em determinada sociedade a concentração da propriedade da terra impedia o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.

1.2. A gênese histórica do MST

*“A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente”
(Zé Pinto)*

O MST foi forjado no processo histórico de resistência do campesinato brasileiro, como exposto ao longo desse capítulo. Teve sua gênese no Sul do país por camponeses que perderam terra e trabalho em função da modernização conservadora, que promoveu o crescimento econômico da agricultura para o capital, concentrando ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando os camponeses que migraram para as cidades e para outras regiões do país. Por isso, os camponeses que permaneceram no campo em situações muitas vezes degradantes, perambulavam e acampavam a beira das estradas, em busca de sobrevivência. No entanto, esses mesmos camponeses se organizaram para resolver os problemas que os atingia: falta de terra para produzir e sustentar suas famílias. Eram desde arrendatários, meeiros, parceiros, rendeiros (FERNANDES, 2000).

A respeito da constituição dos sujeitos que estavam nos conflitos por terra no Rio Grande do Sul, Fernandes (2000, p. 50) afirma que: “A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST [...]”. Em 1978 os conflitos se intensificaram na região, pois com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os Indígenas *Kaingang* retomaram a luta para recuperar seu território e expulsaram cerca de 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam nos seus territórios. Com a expulsão das famílias do território Indígena, restaram os problemas e as tensões com homens e mulheres sem-terra que não tinham para onde ir. Para Fernandes (2000) restavam poucas alternativas para esses camponeses: **1.** Migrar para os projetos de assentamentos de colonização realizados pelo governo para ocupação da Amazônia; **2.** Tornar-se assalariados das empresas agropecuárias; **3.** Lutar pela terra. Dessa terceira opção derivava uma questão importante: a ausência de uma organização social dos camponeses que aglutinasse força para a luta, o que possibilitou a dispersão pelos municípios do noroeste do Rio Grande do Sul, onde passaram a morar em casas de parentes, conhecidos, paióis, porões, junto com animais. Situação em que muitas famílias perambulavam pela região

sem lugar para ficar, criando um cenário de pobreza e profunda desigualdade social. (FERNANDES, 2000).

Como a luta se faz na medida em que os problemas atingem a condição humana, os camponeses, sem uma organização, com apenas algumas famílias entraram na Gleba Macali e Brilhante, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, assim como na Reserva Florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. Como as terras eram públicas e elas estavam apenas arrendadas para empresas, o governo passou a cadastrar as famílias na tentativa de acalmar o conflito na região, utilizando-se do discurso de que assim que fosse organizada a reforma agrária eles seriam os primeiros a serem assentados. As ocupações iniciaram com cerca de trinta (30) famílias e aos poucos foi ganhando tamanho, chegando à aproximadamente trezentas (300) famílias. A ação do governo no cadastro de famílias aguardando para serem assentadas foi uma tática fundamental no processo de desmonte da luta dos camponeses. Entretanto, a organização ganhava forma e conteúdo; assim foi que no dia sete de setembro de 1979 ocorre a ocupação na Gleba Macali:

As lideranças dos acampamentos espalhados pela região iniciaram os trabalhos de mobilização e na noite do dia 06, os caminhões transportando 110 famílias de colonos sem-terra entraram pela Gleba Brilhante e acamparam na Gleba Macali. Era a madrugada do dia 7 de setembro de 1979, a lua cheia clareava o caminho da terra prometida e em pouco tempo a Macali era terra ocupada. Haviam decidido nas reuniões que assim que entrassem na terra fincariam uma cruz, que significa tanto o sofrimento quanto a conquista. E na cruz colocaram a bandeira do Brasil, porque era o dia da pátria e porque lutavam para serem cidadãos (FERNANDES, 2000, p. 53).

No mesmo ano, começou a formação de novos grupos de famílias para fazer nova ocupação, desta vez na Gleba Brilhante. Como a terra estava arrendada e com produção de soja a repressão foi violenta. Entre tensões e contradições as famílias foram assentadas. Contudo, algumas famílias remanescentes ocuparam a fazenda Anoni¹³ e foram despejadas pela polícia federal, mas a luta se fortalecia e, em meados de 1980, ocorreram novas ocupações pela região.

¹³ A Fazenda Annoni, foi a maior ocupação de terras no Brasil, organizada pelo MST em outubro de 1985. Parte remanescente de um grande latifúndio regional denominado Fazenda Sarandi, que foi palco constante de conflitos em torno da terra. Cerca de 2000 famílias de colonos sem-terra originários dos municípios de Nonoai e Ronda Alta, ocuparam a fazenda de 9mil hectares, a fazenda Annoni, localizada no município de Sarandi, Rio Grande do Sul.

Em 1981, surgiu o acampamento da Encruzilhada Natalino¹⁴, que, posteriormente, se tornou Ronda Alta, ganhando visibilidade com repercussões nacional. O acampamento passa a atrair famílias de Nonoai, famílias remanescentes da ocupação da Gleba Brilhante, assim como camponeses sem-terra de toda região. Nesse sentido, o acampamento Encruzilhada Natalino é o lugar da luta pela terra e uma das principais referências históricas do MST. A disposição de luta dos trabalhadores vai ganhando força por meio das resistências e mobilizações das famílias sem-terra, assim como de conquistas. Surge aí a necessidade dos trabalhadores se conhecerem e discutirem as experiências vivenciadas na luta pela terra.

O intercâmbio de experiências entre os trabalhadores foram se tornando ações constantes e assim ocorreu, em julho de 1982, no município de Medianeira, Paraná, o “I Encontro de Trabalhadores Sem Terra da região Sul” do país (SP, MS, PR, SC e RS) no período de 09 a 11 de julho, reunindo cerca de 100 agricultores. No mesmo ano, ocorreu em setembro o “I Encontro Nacional”, sediado desta vez em Goiânia (GO), cujo objetivo foi ampliar as discussões em torno das experiências da luta pela terra nos Estados participantes do encontro, com incidência de mobilizações e ações de ocupações, entre outras atividades políticas dos trabalhadores sem-terra. Reuniram-se trinta (30) trabalhadores e cerca de vinte e dois agentes de pastorais de vários estados para discutir experiências da luta e também as perspectivas futuras. Foram organizadas estratégias por frentes de lutas, tais como: posseiros, assalariados, arrendatários, meeiros e parceiros, com o objetivo de relatar diferentes formas de resistências e ações desenvolvidas nos seus estados. Nesse momento, houve demarcação dos inimigos da luta camponesa, os fazendeiros, o Estado e o próprio Incra (MST, CADERNO DE FORMAÇÃO, nº1, fevereiro, 1986).

Para Thompson (2004, p. 10), este é o sentido de fazer-se classe, uma vez que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2002, p.10).

¹⁴ O acampamento da Encruzilhada Natalino era resultado das experiências das lutas anteriores. Começou quando um colono expulso da Reserva Indígena de Nonoai montou seu barraco próximo ao encontro das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Esse fato aconteceu no dia 08 de dezembro de 1980. O lugar se chama Encruzilhada Natalina porque havia uma casa comercial cujo proprietário chamava-se Natalino (FERNANDES, 2000, p. 55).

A noção de classe apresentada pelo autor reflete a noção de relação histórica: “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como da consciência” (THOMPSON, 2002, p. 9). A classe não é uma categoria ou mesmo uma “estrutura”, e sim algo que ocorre *nas* e a partir *das* relações humanas.

A partir do exposto, entende-se que os camponeses trabalham direto com a terra, produzem o alimento, mas sua produção é histórica, isto é, ocorre de formas diferentes em cada tempo histórico. Isso implica dizer que a materialidade é condicionada pelos determinantes no interior da sociedade onde se localizam. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 2004, p.12). Nesse sentido, a organização dos camponeses, as experiências compartilhadas através de ações políticas se articulam à identidade de seus interesses.

Assim, nos encontros, era imprescindível organizar as articulações regionais, frentes de lutas, com o objetivo de avançar na organização dos trabalhadores rurais. Decorre desses encontros inúmeros debates sobre a necessidade de se formar um movimento nacional dos trabalhadores rurais sem terra, embora alguns achassem que a CPT abrigava esses trabalhadores a nível nacional. Do encontro em Goiânia, saiu uma carta dos trabalhadores rurais sem-terra, cujo objetivo era um convite a toda sociedade para aderirem à luta pela conquista e defesa da terra e dos direitos que são negados aos trabalhadores rurais. Um trecho da carta exemplifica isso:

Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e latifundiários. Se nós não nos organizamos em nossos sindicatos e associações de classe, em nossas regiões, nos estados e em nível nacional; se não sentarmos juntos para analisar as nossas lutas, para confrontar com esta realidade que hoje escraviza os fracos, se não fizermos isso, nunca iremos nos libertar desta vida de explorados e de verdadeira escravidão (FERNANDES, 2000, p. 77).

Em 1983, ocorreu um encontro da Coordenação Nacional dos Trabalhadores Sem Terra em Belo Horizonte para dar encaminhamento às propostas definidas no encontro nacional de Goiânia e a conclusão era de que não havia condições para a fundação de um movimento nacional, e as recomendações eram que continuassem com os trabalhos nas regionais. Em fevereiro de 1983, foi realizada uma reunião em Chapecó – SC, na qual os trabalhadores resolveram deliberar sobre a formalização de uma articulação, criando a Comissão Regional Provisória dos trabalhadores sem terra. Participaram desta comissão dois

representantes de cada Estado que teriam como tarefa a articulação das lutas e o “trabalho de base” junto aos trabalhadores rurais. As articulações continuaram e, em 1984, em função do trabalho de base desenvolvido em vários estados, alguns documentos foram elaborados para demarcarem a ampliação da luta e a organicidade do movimento.

A formação do Movimento da Regional Sul foi a principal ação que abriu caminho para ampliar as experiências de luta pela terra. Se ainda não existiam as condições concretas para formação de um movimento nacional, era urgente construí-las. A articulação aconteceria na construção de espaços de socialização política pelos próprios trabalhadores (FERNANDES, 2000, p. 79).

A partir disso, a Comissão Regional Sul, organiza em 1984, em Cascavel (PR), o “Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, contando com cerca de noventa e dois (92) participantes, entre os quais estavam sindicalistas, agentes pastorais e assessores. Trajetórias de lutas, desafios, conquistas, esperanças. Enfim, é este o contexto da fundação do MST.

A seguir, apresentar-se-á as características que foram se constituindo ao longo do processo de luta e organização dos camponeses Sem Terra.

1.2. O MST e a luta pela terra

Diferentes sujeitos coletivos participaram da luta pela terra no século XX no Brasil. O Partido Comunista Brasileiro, que criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), fundada em 1954, se configurando como importante força no campo; a Igreja Católica, com as Pastorais da Terra (MEB, Ação Católica, Juventude Católica); a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que teve na sua fundação a participação de vinte e seis federações. Com esses sujeitos políticos e mediadores, realizou-se nesse período ações que deram suporte e visibilidade à luta dos camponeses; ações como congressos, seminários, greves, reivindicações, associações, sindicatos, entre outros. Realizou-se lutas em defesa da posse da terra, ocupações para conquistar a terra contra expulsões, contra assassinatos, contra diferentes formas de violência, grilagem de terra por fazendeiros e grandes empresas.

Nesse cenário de lutas e de reorganização camponesa, os militares deram suporte à acumulação do capital, que transformou o campo em lugar de exploração, concentração e acumulação de riquezas, por meio da mecanização, da industrialização e da modernização

tecnológica de setores agrícolas. O emprego da violência associou-se à implantação de um modelo de desenvolvimento econômico para o campo que priorizou a agricultura capitalista, negou a camponesa e provocou a migração destes para diferentes lugares do território brasileiro. Nesse contexto dos governos militares, a questão agrária assume vários contornos:

Ao mesmo tempo, através do Estatuto da Terra, de fins de 1964, abre-se caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa: O Estatuto abre a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional. O governo militar poderá, assim a partir de então, controlar duas tendências aparentemente contraditórias [...] de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de redistribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais possam ser definidas como um perigo à segurança nacional, isto é, à estabilidade do regime militar (MARTINS, 1990, p. 31).

Contudo, nos anos de 1970, as lutas camponesas reacendem o cenário político, ocupando os espaços públicos, mesmo sobre forte repressão militar. Os conflitos fundiários eclodem obrigando o governo a criar estratégias para controlar a questão agrária. Por isso, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), com o intuito de gerenciar os conflitos agrários, especialmente combater a organização política dos camponeses.

A atuação da CPT em todo o país ocorreu em função dos conflitos políticos de ocupação da Amazônia, empreendida pelos governos militares e sua criação deu-se em 1975. Inicialmente, nasceu com o compromisso de empenhar-se no processo de reforma agrária do Brasil, com a finalidade de assessorar os que trabalham junto aos sem terras e aos trabalhadores rurais, cumprindo o Estatuto da Terra.

Sobre o papel da CPT, um dos entrevistados do MST do Tocantins destaca que: “A CPT nasceu para defender camponeses, era um instrumento de luta contra a ditadura, contribuiu para assessorar e fomentar as disputas dos trabalhadores pelos sindicatos, pelas suas organizações” (**Entrevistado nº 5**, 2015).

O que se observa na trajetória da luta camponesa pela terra a partir dos anos de 1980 é a força e resistência de novos e velhos atores sociais no Brasil. Desse processo de resistência histórica do campesinato nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a contribuição da CPT e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). As CEB's eram comunidades que se organizaram em torno das paróquias rurais por iniciativas dos padres, leigos ou bispos, possuíam um caráter popular porque os leigos, em especial, desenvolviam

trabalho de base com as comunidades por meio de visitas, reuniões e participações nas celebrações.

As comunidades eram chamadas “de base”, porque estavam integradas às classes populares, as quais eram compostas por empregadas domésticas, donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens, empregados dos setores de serviços, da periferia urbana; na zona rural eram os assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus respectivos familiares. Estas comunidades desempenharam um significativo papel na organização dos movimentos populares no campo, pois eram espaços de reflexão e organização das massas, desenvolvendo atividades de formação nos anos finais da ditadura militar.

O MST nasceu de outras lutas, né? Nós estudamos várias lutas, teve as lutas das Ligas Camponesas que acabou em 1964, com o Golpe militar, nós estudamos as origens pra saber como elas eram organizadas. No MST quase todos os militantes surgiram da igreja e dos sindicatos. Então assim: o MST surge da mistura de muitas organizações que lutam pela reforma agrária [...] (Entrevistado nº 5, 2015).

O MST assume uma tarefa histórica, qual seja, a da luta pela terra. Não é o único movimento camponês do país, mas se constitui hoje como uma expressiva base de trabalhadores Sem Terra, e um acúmulo histórico de experiência na luta social. Como adverte Oliveira (2001, p. 193):

[...] a negação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação.

O MST é produto histórico de resistência das lutas populares no Brasil. Resistência da luta de Zumbi dos Palmares, dos Sem Terra, que nascem da luta de Canudos, Contestado, Cangaço, das Ligas Camponesas, e de Tromba e Formoso.

Na luta pela terra os camponeses enfrentam os fazendeiros, os grileiros e organizam ações contra o Estado que prioriza a reprodução do capital e o fortalecimento dos latifundiários. Tal processo se identifica com a história das lutas pela terra no Brasil, citadas nas seções anteriores do texto, e a resistência camponesa se manifesta nas ações que ganham formas distintas e se modificam no curso da história do movimento. Nesse sentido, o MST se expande de forma orgânica:

[...] ocorreram e se desenvolvem no Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e posteriormente São Paulo) em diversos estados da Federação, inclusive no Tocantins; o MST só está faltando em dois Estados. Às vezes ativo ou menos ativo, mas o importante é que está lá presente, né? E esses dois, um é o Amazonas e outro, se não me falha a memória, parece que é Roraima (**Entrevistado n° 5**, 2015).

São trajetórias de indivíduos partícipes de um movimento social, construídas no processo de transformação da sociedade moderna que faz nascer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como sujeitos políticos. A organização do MST avançou e se expandiu e nas suas bases surgiram núcleos de Sem Terra que realizaram ações como assembleias, mobilizações e ocupações de terras.

Na fala de uma militante do setor de formação da escola Nacional Florestan Fernandes¹⁵, o processo de conscientização dos problemas vividos na década de 1980 no campo, com violenta migração forçada, foi uma maneira de reconhecer que era preciso lutar. Para isso, era necessário conhecer a trajetória do homem do campo, saber o porquê do analfabetismo, pois tudo estava ligado ao problema da distribuição da terra no Brasil. Essas motivações, como também melhorar as condições de vida das pessoas no campo, para que as pessoas pudessem permanecer e viver bem no campo, foram as causas que levaram este militante a participar do movimento: “[...] então foi isso que me levou e motivou a entrar no MST, aí eu participei da primeira ocupação de terra no estado do Piauí, no município do São João do Piauí” (**Entrevistada n° 9**, 2015).

Essas ações anunciavam a emergência de novos sujeitos sociais e novas formas de lutas num país que atravessava mudanças na economia, na busca por um desenvolvimento baseado na modernização agrícola. Com ocupações, mobilizações, histórias de lutas foram se

¹⁵ A escola Nacional Florestan Fernandes nasce da luta por uma educação para a classe trabalhadora. A ideia da construção de um espaço de formação para a classe trabalhadora surgiu durante uma reunião da coordenação nacional do MST feita no estado de Sergipe, em 1996. Construída em 2005, Guararema-São José dos Campos-São Paulo. Foram mais de 1.000 pessoas, entre homens e mulheres, organizadas em 25 brigadas de trabalhadores voluntários de 112 assentamentos e 230 acampamentos de diversos estados brasileiros. Esse foi o contingente total para construir o que ficou conhecido com Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Recebe este nome em homenagem a um dos maiores sociólogos e políticos brasileiros. A ENFF o resultado da força, do trabalho voluntário, da persistência e solidariedade de diversos atores sociais que acreditam numa educação e formação de qualidade e que lutam para romper com as cercas da ignorância, do latifúndio e do capital. Oferece cursos superiores e de especialização, em convênio com mais de 35 universidades (por exemplo, Serviço Social e Direito) e mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, por meio de convênio com a UNESP e Cátedra UNESCO de Educação do Campo. A ENFF também mantém convênio com mais de 15 escolas de formação em outros países. E, é uma escola de formação dos militantes do Movimento de todo o país. <http://www.mst.org.br/2015/07/17/dez-anos-de-enff-um-sonho-construido-a-muitas-maos.html> - Acesso em 14/06/2017.

realizando o contraponto ao capital, especialmente como disputa por outra hegemonia. O MST, criado em 1984, representava uma novidade política no cenário brasileiro, pois a forma de luta e da organização trazia inovações quanto à configuração das ações dos camponeses que se constituíam a partir de experiências particulares e de experiências de militantes que participaram do movimento sindical.

A seguir, tratar-se-á da gênese histórica do processo de luta da formação do MST com o objetivo de entender como ocorreu o processo de organização do movimento.

1.4. características do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST nasceu como movimento camponês, que apresenta como sua “bandeira” de luta três reivindicações essenciais, segundo Stedile (2012): terra, reforma agrária e mudanças na sociedade. Isso atribui um sentido mais amplo ao MST, pois ele não se reconhece apenas lutando pela terra, como outros movimentos históricos, já citados anteriormente. Entretanto, se apresenta como um movimento que luta por transformações sociais que vão desde a educação, saúde, política, produção agroecológica, entre outros fatores importantes à sociedade brasileira.

A escolha do nome “Movimento Sem Terra” se deu a partir das discussões a respeito do sentido e do significado do que seria o movimento camponês. Sobre a escolha do nome do MST, Stedile (2012, p.33) afirmou que:

O homem do campo geralmente se define como agricultor, trabalhador rural ou como meeiro, arrendatário. É, na verdade, mais um conceito sociológico e acadêmico, que até pode refletir a realidade em que vivem, mas que não foi assimilado. Não sendo uma palavra popular, não tinha como colocá-la no nome do movimento. Na essência, o MST nasceu como movimento camponês [...].

O MST apresenta características de um movimento popular e político. Enquanto um movimento popular caracteriza-se a partir da participação de todos na luta: desde crianças, idosos, adolescentes, mulheres; pois assim é a família camponesa. Outra característica popular do movimento é que pessoas, tanto do campo quanto da cidade, que lutam pela reforma agrária podem participar. Para Fernandes (2000, p. 87), o nome do movimento foi fruto de um grande debate. O que significaria, então, este nome?

Movimento sem-terra eram termos que compunham os nomes dos vários movimentos que formaram o MST. A imprensa havia popularizado o nome sem-

terra, de modo que os camponeses que não possuíam terra, que trabalhavam em terras alheias, como o parceiro, o meeiro, o assalariado, enfim todos estes trabalhadores ficaram conhecidos como sem-terra. Mas essa denominação ganhou força quando estes camponeses intensificaram a luta pela terra. Dessa forma, no conceito de sem-terra está contida a ideia de luta e de resistência. [...]. Todavia, procurou contextualizar essas palavras no âmbito do caráter de classe, introduzindo os termos trabalhador rural.

Ainda sobre quem são os sem-terra, no caderno n.º 1 de formação (1986, p. 7) do Movimento, eles são definidos assim: são “Os trabalhadores rurais que trabalham a terra nas condições de: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários, e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares”.

Quanto ao caráter sindical do movimento, há um sentido corporativo, pois atende somente às categorias dos agricultores. Depois de assentadas às famílias passam a lutar pelo direito a créditos para a produção, por exemplo. Ao longo da trajetória histórica, isso foi incorporado ao movimento. Contudo, para Stedile (2012, p. 37), a luta pela terra não pode se fechar no caráter corporativo:

Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político.

Na luta política não se deve cair em emboscadas fáceis, a luta é árdua e conflituosa. Como afirma Gramsci (2007), uma organização social debilitada é como um exército enfraquecido, no qual entram em ação as forças privadas, que tem como objetivo usar a ilegalidade enquanto o Estado fica na condição legal, com meios para reorganizar o próprio Estado. Nesse aspecto, o caráter de classe imputa uma diferença, afirma Gramsci (*Idem*, p. 123-124) que:

Uma classe que deve trabalhar diariamente com horário fixo não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas, diferentemente de uma classe que desfruta de amplas possibilidades financeiras e não está ligada, em todos os seus membros, a um trabalho fixo. Tais organizações, profissionalizadas, podem – a qualquer hora do dia ou da noite – desferir golpes decisivos e atacar de surpresa. [...] Portanto, a tática não pode ter, para certas classes, a mesma importância que para outras; para certas classes, faz-se necessária, porque apropriada, a guerra de movimento e de manobra, que no caso da luta política, pode-se combinar com um útil e talvez indispensável uso da tática [...] só a política cria a possibilidade da manobra e do movimento.

Nesse caso, far-se-á uma aproximação do que o autor está advertindo sobre a luta política e a organização dos trabalhadores e a luta pela terra pelo MST. Mesmo em tempos e lugares diferentes a teoria política de Gramsci (2017), ainda é atual, no sentido de que a luta pela terra enquanto demanda de um grupo social necessita ter seu caráter político, a fim de agregar valor à luta da classe trabalhadora. Portanto, receber a terra não pode significar o fim da luta política, pois a sua continuação implica em uma organização da classe trabalhadora, isto é, uma práxis como superação da maneira de pensar e do pensamento concreto existente, ou mundo cultural existente.

Todavia, o elemento político é outra característica do MST, pois agrega a luta corporativa, particular, aos interesses de classe. O caráter político do movimento é um importante traço do MST que associa a luta pela terra e pela reforma agrária a uma luta contra latifundiários, grileiros e fazendeiros, portanto, se inserindo concretamente na luta de classes. Entretanto, esse elemento político, afirma Stedile (2012, 38), não significa que o MST tonar-se-á um partido político¹⁶. “Nunca esteve no horizonte do MST se transformar em partido político. Mas, também nunca abrimos mão de participar da vida política do país”.

Muitos camponeses que viviam nas terras foram expulsos do campo. Eram famílias que viviam como arrendatários, parceiros, posseiros, meeiros, trabalhadores e migraram para a cidade e para as fronteiras agrícolas (como o caso de Rondônia, Pará e Mato Grosso do país) para sobreviverem. As mudanças sofridas pela agricultura levaram os camponeses a resistirem arduamente no campo e, especialmente, buscarem formas de luta para ter acesso a terra nas regiões onde viviam. “Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive” (STEDILE, 2012, p.19). No entanto, Ianni (2010, p. 50) chama atenção para o fato de que o mundo agrário se integra a dinâmica da sociedade urbano-industrial e que o desenvolvimento do capitalismo no campo é intrínseco ao desenvolvimento das cidades, com seus processos de “urbanização, secularização, individualização, racionalização”. Assim é que:

Visto como processo civilizatório, o capitalismo revoluciona as condições de vida e trabalho em sítios, e fazendas, minifúndios, latifúndios. À medida que se desenvolvem e generalizam, as forças produtivas e as relações de produção

¹⁶ Sobre o MST enquanto Partido abordar-se-á no III capítulo desse trabalho.

capitalista assinalam condições, tendências, modos de produzir e reproduzir material e espiritualmente (IANNI, 2010, p. 50).

Um dos fatores importantes para a gênese do MST é o aspecto ideológico, que carrega em sua matriz a luta pela reforma agrária e a defesa de um desenvolvimento pautado no trabalho dos camponeses que moram *no* e vivem *do* campo. Outro aspecto importante nasce do trabalho da pastoral¹⁷, Igreja Católica e da Igreja Luterana, que no início da fundação do MST acompanha os povos do campo. Como já exposto anteriormente, o surgimento da CPT em 1975, em Goiânia, foi um marco na reorganização das lutas camponesas, uma vez que contou com articulação de padres e bispos ligados à luta pela terra, o que significou um importante avanço do ponto de vista ideológico, pois estavam contra o modelo implantado no campo pelos militares. O caráter Ecumênico da CPT aglutinou forças para a organização do MST, tanto da Igreja Católica, quanto da Luterana, compondo a luta pela terra nos Estados do Brasil.

No processo de criação do MST, o trabalho pastoral da Igreja Católica – CPT e da Igreja Luterana –, realizado junto aos trabalhadores rurais, foi bastante relevante. O sentido ecumênico da luta, ao agregar o setor Luterano e Católico na gênese do MST, foi importante para o movimento; isto porque membros da igreja Luterana que desenvolveram trabalho com os camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, aglutinaram forças junto ao MST, contribuindo para evitar a divisão do movimento entre católicos e luteranos. Na pastoral, o principal veículo de combate à violência no campo, com seus princípios baseados na Teologia da Libertação¹⁸, tinha como tarefa principal discutir com os camponeses a necessidade da organização para combater o latifúndio.

Por último, mas não menos importante, tem-se o elemento que marca o surgimento do MST, a luta pela democratização do país. Como a conjuntura nacional era de greves e manifestações em todo país pelo fim da ditadura militar; no contexto de greves operárias de 1978 e 1979, o movimento passa a compor com outros movimentos do campo e da cidade a grande bandeira de luta pela democratização do país. Não é possível isolar o surgimento do

¹⁷ As Pastorais da Terra Regionais tornam-se o principal ponto de apoio das lutas emergentes, não só em termos de fornecimento de linguagem específica para sua expressão, mas também de toda infraestrutura necessária. (MEDEIROS, 2009, p. 03).

¹⁸ Corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvida pelo Marxismo (STEDILE, FERNANDES, 2012, p. 22).

movimento, acreditando que ele é resultante apenas da vontade dos camponeses” (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 29). Isso revela o caráter da luta social e política mais ampla que o movimento defende.

No capítulo a seguir, será discutida a trajetória da luta pela terra dos camponeses no estado do Tocantins, especificamente de uma região de intensos conflitos fundiários, como o Bico do Papagaio, no Norte do Tocantins.

CAPÍTULO II – O MST NO TOCANTINS E A LUTA PELA TERRA

“No meio da noite, um rosto [...]! O que vê? A necessidade de caminhar [...]”

(Pe. Josimo Morais Tavares)

A luta pela terra na região do Bico do Papagaio, data dos anos 1960, embora tenha se intensificado no período da ditadura militar (1964-1984), no qual trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados, sofrendo todo tipo de violência e organizações, como no caso da CPT, que os apoiavam, tiveram seus militantes assassinados, encarcerados, sofrendo igualmente violação de seus direitos (como foi o caso, por exemplo, do padre Josimo). A epígrafe acima se refere à história de camponeses que lutaram e ainda lutam pela terra e enfrentam, sob o risco de perderem suas vidas, a violência das grilagens e o roubo de suas terras.

Em contraposição a essa violação de direitos sociais, os trabalhadores rurais criam e recriam seu modo de resistir e lutar pelos seus direitos. As lutas e o processo histórico de resistência desses trabalhadores rurais apresentam diferentes formas, desde ocupações até resistência por meses, ou mesmo anos, na terra, muitas vezes em acampamentos ou casas improvisadas. Nesses processos, são surpreendidos por jagunços que os atacam, queimam suas casas, jogam suas famílias à beira da estrada, sem qualquer possibilidade de resistência. Outras vezes, são jagunços acompanhados de policiais militares, oficiais de justiça, que cumprem essa tarefa. As ações mais comuns são despejo, na qual as autoridades muitas vezes são os próprios grileiros, que os atacam.

Tavares (1986), em uma declaração feita para a polícia, atribuiu aos fazendeiros e grileiros da região do Bico do Papagaio o atentado sofrido em 15 de abril de 1986, quando se dirigia à cidade de Imperatriz no Maranhão; e em 10 de maio do mesmo ano, em um novo atentado, teve sua vida tragicamente ceifada. Na sua declaração a respeito da luta pela terra, dizia que:

Os lavradores do Bico do Papagaio, vindos de vários Estados do Brasil, há muitos anos estão resistindo em pedacinhos de terra, estão enfrentando, sob o risco de perder a vida, a violência das grilagens, o roubo de terras. Grileiros e fazendeiros da região, considerando a possibilidade real de uma distribuição de terras em favor dos posseiros, liderados pelo governo federal, se armam com fortes calibres e tentam destruir as pessoas que eles julgam serem os cabeças de todo o movimento dos trabalhadores rurais (TAVARES, CPT, 1986, p.61).

Sobre a questão mencionada acima, Martins (1985) chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, uma decisão judicial de despejo era e continua sendo fruto da corrupção das autoridades, o que faz com que os trabalhadores que foram expulsos da terra tomem a decisão de ocupá-las, resultando em conflitos na região. Nesses processos, o uso da força é recorrente, amedrontam os trabalhadores rurais por intermédio de jagunços fortemente armados, com a conivência da polícia e até mesmo da justiça, em muitos casos, como ressalta o autor. Isto é um sinal de que a legalidade inexistia na região, fazendo com que os trabalhadores não acreditem no judiciário. Para esses trabalhadores, as autoridades locais, como juízes, nunca lhes dão ganho de causa. Por isso, recorriam à Igreja, encontrando apoio, como foi o caso da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na regional Araguaia-Tocantins.

Visto dessa forma, a luta pela terra e o agravamento dos conflitos agrários, em especial na década de 1970, fato ao qual Martins (1995) chamava de doutrina de expulsão dos homens da terra para colocar bois; ou aquilo que a doutrina militar chamou de “ocupação dos espaços vazios”, é compreendida aqui como “invasão das terras camponesas”. Nesse processo, os custos da invasão capitalista na região, com a política de incentivos fiscais do governo, foram divididos com a sociedade, contudo não se incluiu no pacote a reforma agrária. O governo garantiu a concentração e a propriedade de terras à sua base de sustentação ao golpe de Estado e ao regime militar, ou seja, às oligarquias locais fundiárias. Como bem se observa na fala de padre Josimo, que anunciou sua própria morte ao referir-se a violência por parte dos grileiros e fazendeiros da região – que contou com o apoio das autoridades – sobre aqueles que se caracterizavam como os “cabeças” do movimento, ou seja, aqueles que davam e dão acolhimento aos camponeses expulsos de suas terras.

Esse capítulo se propõe analisar a luta pela terra, em especial a resistência e organização dos camponeses por meio das ações desenvolvidas pelo MST no estado do Tocantins. Seu objetivo central é demonstrar como ocorreram, e vem ocorrendo, resistências, mobilizações e enfrentamentos ao latifúndio pelos camponeses na luta pela terra, desde sua origem até sua constituição como sujeito político e social fundamental àquela região. Assim como também evidenciar quais as implicações desse movimento social para a região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, que sempre se configurou como palco de intensas lutas pela terra, ao mesmo tempo em que contava com a Igreja Católica (Pastoral da Terra) e o Movimento Sindical como seus principais agentes políticos, principalmente na década de

1970 e 1980. Foi somente em 1997 que o MST se constituiu como um agente de organização dos trabalhadores rurais nessa região, organizando sua primeira ocupação em janeiro de 1998 na região do Bico do Papagaio.

Para enfrentar essa estrutura conservadora os movimentos sociais do campo, enquanto sujeitos de direitos sociais, políticas culturais e econômicas se organizam e pautam o que consideram vital para a sua sobrevivência: uma reforma agrária que não seja apenas distributiva. Para além dessa reforma agrária, o MST defende a Reforma Agrária Popular que combate o latifúndio, à monocultura agroexportadora, o modelo do agronegócio, o estado burguês. Portanto, busca, sobretudo, construir a Reforma Agrária Popular voltada para a construção de experiências agroecológicas com objetivo de democratizar o uso da terra, defender a soberania alimentar e a reprodução do homem/mulher do campo.

Nesse sentido, os movimentos sociais do campo, enquanto sujeitos que aprendem a se organizar, a se reconhecer, a se posicionar diante das forças sociais geradas no processo de participação conduzem inúmeros sujeitos ao conhecimento e ao reconhecimento das condições de vida de parcelas significativas da população brasileira e assim os conflitos pela terra, que são gerados na dinâmica da luta social, ganham contornos de uma luta política, possibilitando a organização dos sujeitos em processos educativos de aprendizagens que permitem, pela dinâmica da luta, modificar suas vidas.

Ressalta-se, sobretudo, que é indispensável compreender a relação de classes nos movimentos sociais porque permite reflexões sobre a exploração e a dominação de classe, que demarca um campo de interesses que se construirá na luta de classe. Nesse aspecto, Galvão (2011, p.111) destaca que “[...] a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalista”. Entretanto, ressalta a autora que:

Destacar a importância da oposição de classes, porém não equivale a sustentar que os conflitos sociais traduzem uma simples polarização de interesses entre capital e trabalho. Pelo contrário, utilizamos o termo classes trabalhadoras no plural para referir a um conjunto heterogêneo de diferentes classes sociais – que compreende o operariado, a pequena burguesia, o campesinato e as classes médias – que se distinguem quanto ao tipo de trabalho realizado, às condições em que a força de trabalho é vendida e, no caso do produtor familiar, ao tipo de vínculo estabelecido com a pequena propriedade. Essa distinção compreende: trabalho manual e não manual, produtivo e improdutivo, assalariado e não assalariado, tarefas de direção e de execução.

A autora chama atenção às classes sociais e suas diversas nuances e relações com a propriedade privada e ao processo de produção. Problematiza que, sendo o proletariado uma classe potencialmente emancipadora, essa virtualmente não se realiza automaticamente e que o capital expõe os entraves ao desenvolvimento da consciência de classe, que são inerentes a reificação das relações sociais. Destaca ainda que os obstáculos são próprios da relação de produção e frutos dos efeitos das vitórias e dos fracassos políticos. Nesse caso, chama atenção das diferentes formas de mediações da ação coletiva dos dominados, como os partidos e os movimentos sociais. A partir dessa tese, compreender o posicionamento de classe significa analisar as condições materiais e da conjuntura política, de como a ideologia dominante atua sobre os dominados, e de como estabelece sua relação com outras classes. Isso evitará, segundo Galvão (2011, p. 112), afirmações que se relacionam, automaticamente, à base social e a posição política e, sobretudo, porque a condição objetiva de classe não leva, automaticamente, à ação coletiva. Isso porque os dominados podem desenvolver ações de mobilizações tanto progressistas quanto reacionárias.

Disso decorre que a relação entre classes – certas reivindicações e determinadas formas de ação coletiva (ou, dito de outro modo, a relação entre base e plataforma política) – requer considerar não apenas sua determinação estrutural, mas também as diferentes conjunturas políticas e as mudanças produzidas na conjuntura, de modo a articular estrutura e conjuntura a fim de explicar por que e em que sentido as classes agem. Nesse sentido, os conflitos sociais são a manifestação de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais.¹⁴ Os conflitos se expressam de diferentes formas, em diferentes intensidades, e exprimem conteúdos distintos, a depender do perfil político-ideológico das organizações que assumem o papel de mediação da ação dos dominados (GALVÃO, 2011, p. 112-113).

As reflexões aqui apontadas são utilizadas para demarcar a importância dos movimentos sociais como mediadores políticos na luta de classes e, sobretudo, para constatar que é possível relacionar o surgimento dos movimentos sociais à posição de classe de seus participantes. Assim, os movimentos sociais são policlassistas, uma vez que se refere aqui à classe em sentido mais amplo, acrescentando os camponeses no âmbito das lutas da classe trabalhadora. A partir desse entendimento, como as classes não são homogêneas os movimentos por sua vez também não são, nem na sua composição, nem mesmo no que diz respeito às suas variadas demandas.

Pensar a luta de classes enquanto um processo não linear é pensar em como ela se articula as esferas econômicas e políticas, passando por vários níveis. Isso implica dizer que mesmo que a luta dos trabalhadores não seja consciente e organizada, isto é que seja difusa, mesmo assim poderá ser significativa para a luta de classes (GALVÃO, 2011).

Como categoria de análise, a Política é indispensável para o entendimento das ações dos sujeitos do MST em luta pela terra no estado de Tocantins. Ela implica em poder, resolução de conflitos ou tomada de decisões referentes à vida da população. Diz respeito às ações coletivas desenvolvidas pelas comunidades, possui caráter de atividade política em relação às instituições públicas. Nesse sentido, uma manifestação, uma ocupação de terra pode ser considerada um exercício à política ou, ao contrário, nenhum exercício à política.

Como processos objetivos da luta pela terra – que fazem parte das reflexões deste capítulo – busca-se, primeiramente, explicitar como se constituiu a trajetória histórica da luta pela terra no Bico do Papagaio. Em seção posterior apresentar-se-á como se constitui o MST no Tocantins. E, ainda noutra seção desse capítulo, será apresentado também às origens sociais dos trabalhadores rurais Sem Terra da região do Bico do Papagaio, local onde se realizou a pesquisa (Acampamento Padre Josimo – Carrasco Bonito).

Portanto, as reflexões aqui propostas surgem a partir do debate sobre movimentos sociais do campo na luta pela terra. São lutas históricas, de disputas por terra, assim como pelos usos e apropriações que dela se faz. As lutas ocorrem, especialmente, por meio de conflitos entre latifundiários, empresários do agronegócio¹⁹ e camponeses. São projetos de sociedade distintos, permeados por contradições, em que a cultura política, resultado da formação sócio histórica brasileira apresenta características conservadoras e de subalternidade às autoridades constituídas. Portanto, conhecer o processo de ocupação e as características do estado do Tocantins é relevante para compreensão do histórico de luta e resistência camponesa.

¹⁹ O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhado pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldeberg nos anos de 1950, no âmbito da área de administração e marketing. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (LEITE, MEDEIROS, 2012, p. 79).

2.1. O processo de ocupação e caracterização do estado do Tocantins

Para a compreensão do processo de ocupação do Tocantins, recorre-se à história, destacando-se que ela ocorreu por meio de estímulos do governo central do Império com o intuito de efetivar ligações mais seguras pelo rio Tocantins, a fim de evitar o contrabando do ouro. Por isso, o governo Imperial ordenou ao então governador do Maranhão, por meio de uma Carta Régia, nos finais do século XVIII, que descobrissem o rio Tocantins; o mesmo foi ordenado para Goiás e para o Pará: que navegassem o rio e dominassem a região. Devido ao movimento de ocupação desses territórios foram surgindo entrepostos comerciais ligados à navegação, nos quais se praticaria uma pequena agricultura de subsistência.

Para tal empreendimento, saíram expedições de Pastos Bons:

[...] Em 1808 surge Riachão a oeste; em 1811, para Leste, Porto da Chapada, origem da cidade de Grajaú. Vão aparecendo fazendas de gado no Manuel Alves Grande, afluente do Tocantins da margem direita, que vão descendo o rio até alcançar o Tocantins. Na margem esquerda do Tocantins, do lado de Goiás, surge em 1810 Carolina, e em 1825 Boa Vista, do Tocantins, atual Tocantinópolis, e em 1854, uma vez decidida a questão de limites com Goiás, é incorporada ao Maranhão (VELHO, 2013, p.42).

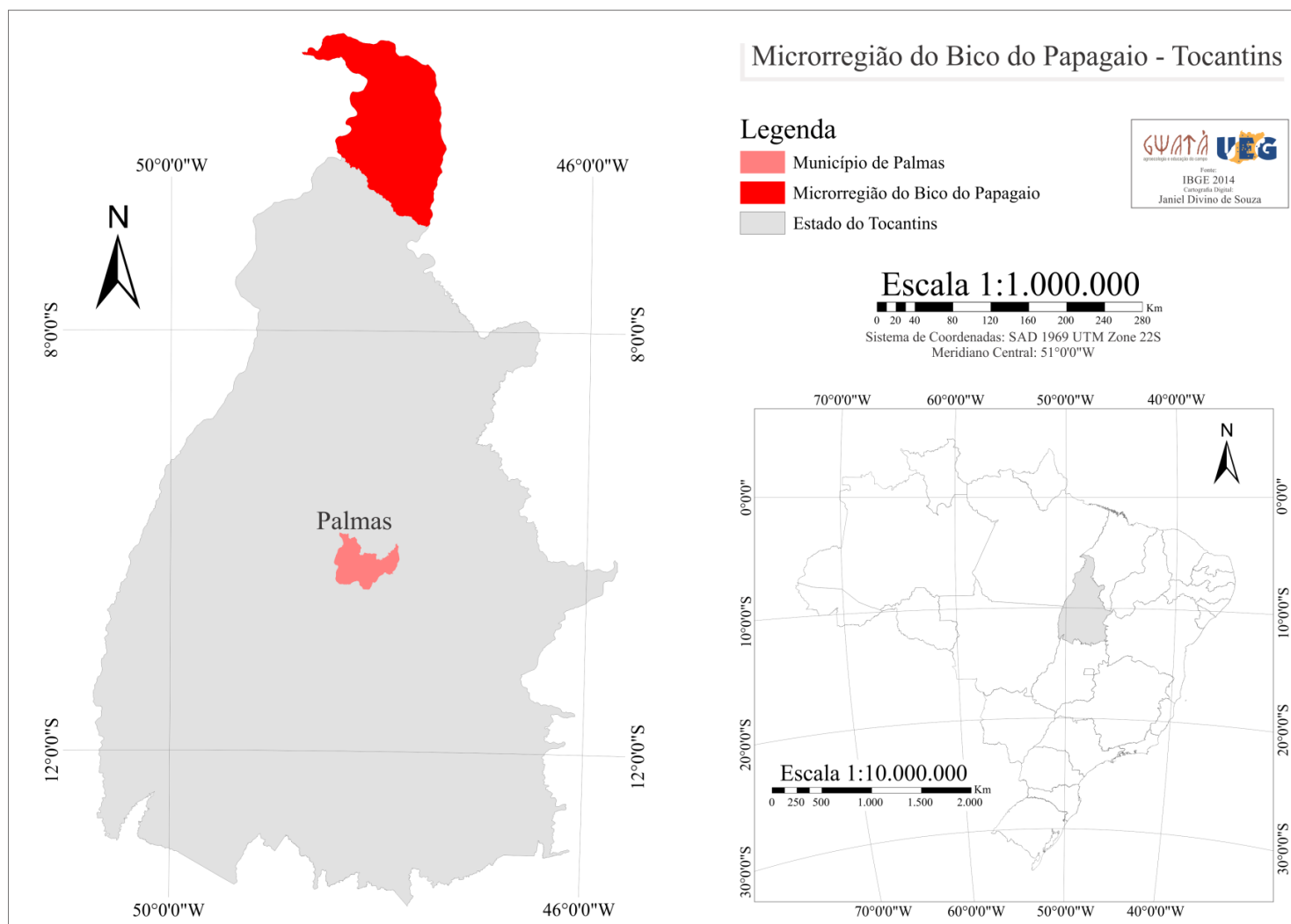
O importante para entender a ocupação territorial dessa região é conhecer o papel fundamental que o rio Tocantins exerceu enquanto articulador da região pastoril com o Pará. Surgiram pequenas fazendas às suas margens que cumpriram o papel de assegurar pouso aos viajantes e comerciantes que estabeleciam seus negócios com o objetivo de abastecer o sudoeste do Maranhão de sal, tecidos, ferragens e outros produtos através de Belém, ao invés de Caxias no Maranhão. Dessa forma, muitos entrepostos se transformaram em Vilas. (VELHO, 2013).

No século XIX, a expansão pastoril no Maranhão atravessou o rio Tocantins e ocupou os campos do norte de Goiás (hoje estado do Tocantins), entre o rio Tocantins e Araguaia. Em 1869, surge o povoado Vicente, atual Araguatins, já na margem goiana do Araguaia (hoje Tocantins). Em 1852, o governo maranhense, preocupado com as pressões territoriais do Pará, funda Porto-Franco. No final do século XIX, estoura um conflito na área de Boa Vista do Tocantins (hoje Tocantinópolis, no Bico do Papagaio). De acordo com Velho (2013, p. 45): “Aparentemente, os problemas tiveram origem mais remota na chegada de uma missão de frades italianos por volta de 1840, encarregada de civilizar os índios Apinajé”.

A hidrovia do Tocantins dava sentido comercial à região por meio da existência de um comércio que mesmo sendo sazonal era importante à sobrevivência dessa região. Com as inúmeras dificuldades de entrada pelos sertões e também devido ao elevado número de rios de difícil acesso, até os anos finais da década de 1950, essa região também atendia aos migrantes vindos do Piauí, Maranhão e Bahia indo para o Norte de Goiás – fazendo parte do processo de formação da Região do Bico do Papagaio no Tocantins.

A região do Bico do Papagaio localiza-se no extremo norte do Estado do Tocantins, situa-se entre os rios Araguaia a oeste, e Tocantins a leste; fazendo fronteira entre o estado do Pará a oeste, e Maranhão a leste. Encontra-se na transição geográfica entre o cerrado do centro-oeste e a floresta amazônica e os rios Tocantins e Araguaia, o que torna a região rica em diversidade ambiental. A diversidade social da região caracteriza-se pela riqueza na composição dos grupos sociais/etnias como: indígenas, pequenos agricultores, quilombolas, assentados, pescadores, extrativistas, mineradores e artesãos (SEPLAN-TO, 2013).

MAPA 01- Microrregião do Bico do Papagaio-Tocantins



O Estado do Tocantins ocupa o décimo primeiro lugar em extensão territorial, com uma área de 277.720,520 km², ocupando 5,3% da área da Amazônia Legal²⁰ e tem um contingente populacional de 1.417.694 habitantes distribuídos em 139 municípios (IBGE, 2010).

O processo de ocupação do norte goiano (hoje Tocantins) divide-se em três períodos distintos, sendo: **1.** O período da mineração, com a descoberta do ouro e da hidrovía do Tocantins; **2.** Período republicano, com a construção da ferrovia e a política da marcha para o oeste; **3.** O período denominado como pré e pós-1964, com a criação da Belém-Brasília e a Amazônia Legal (LIRA, 2011). A ocupação da região pode ser dividida em duas frentes, com características distintas: pecuária extensiva, mineração, agricultura de exportação e agricultura familiar. A migração constituída caracteriza-se pela distinção de migrantes, na grande maioria constituída de pobres em busca de terras “vazias” para ocuparem, e por migrantes com perfil entre médio e grande fazendeiro, e investidor/expropriador. Possui vastas extensões de terra, se tornando a principal causa de conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros na disputa pela posse dessa terra, desde a década de 1970. Localizada na Amazônia Oriental – pré Amazônia –, é caracterizada por uma ocupação recente por meio do que se convencionou chamar de “frente camponesa de ocupação”. Porto-Gonçalves (2016, p.87) afirma que o termo “frente de ocupação” é inadequado, uma vez que a violência invisibilizada pela ditadura militar se constituiu como uma “frente de invasão”:

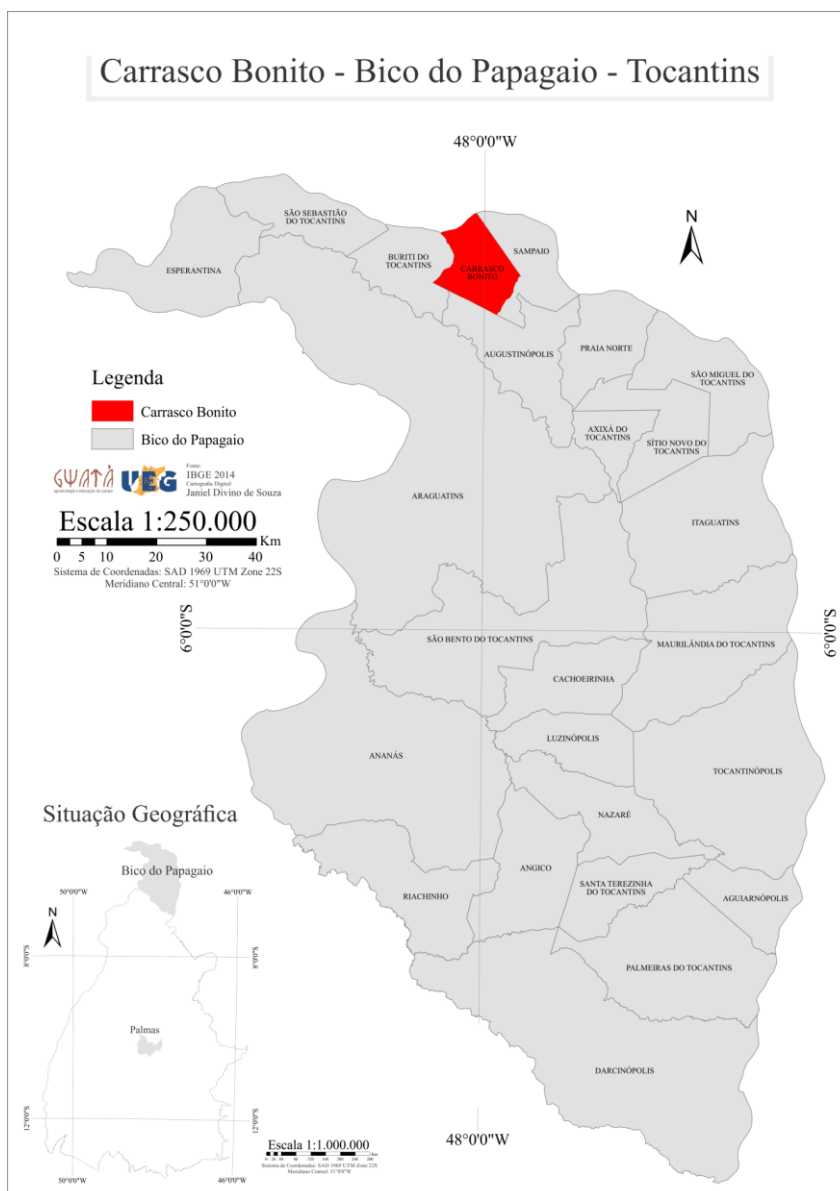
[...] principal característica das relações sociais e de poder nas chamadas frentes de expansão do capital, expressão que se consagra nas ciências sociais. Registre-se, entretanto, que chamar de “frente de expansão” a essas áreas de grande conflitividade, é se colocar na perspectiva de quem se expande, haja vista que na perspectiva das classes e grupos sociais/etnias/povos que sofriam aquela expansão se tratava, na verdade, de “frente de invasão”.

O Bico do Papagaio (TO), composto por 25 municípios, possui uma população de 196.389 habitantes, dos quais 66.533 vivem na área rural, o que corresponde a 33,88% do total. Possui 7.201 agricultores familiares, 5.732 famílias assentadas e terras indígenas da etnia Apinajé. Seu IDH médio é 0,62. Essa pesquisa concentra-se em um município do Bico

²⁰ “Amazônia Legal é a reinvenção de um território amazônico, criado e/ou recriado no gabinete dos governadores militares, sobre o qual foi implantado a geopolítica do ‘desenvolvimento com segurança’, que combatia a ‘ameaça’ do comunismo, sobre a Amazônia, em consequência da nova ‘ordem’ mundial do pós-segunda guerra mundial. Tudo isso sobre a égide sustentada pela bandeira da soberania nacional [...]” (LIRA, 2011, p. 31).

do Papagaio, em Carrasco Bonito, no acampamento Padre Josimo, na microrregião do Bico do Papagaio²¹ onde há maior incidência de babaçus e onde existe um número maior de mulheres que vivem da extração do coco babaçu, que, historicamente, estão organizadas em associações e sindicatos de trabalhadores rurais.

MAPA 02- Município de Carrasco Bonito-Bico do Papagaio-Tocantins



Fonte: Org. SOUZA, Janiel Divino de, 2016.

²¹ Cidades que compõem a microrregião do Bico do Papagaio – Tocantins: Arguiópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriú do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Mosquito, Nazaré, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis. IBGE, 2010. In: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso 23 de Maio de 2016.

Os índices do censo (IBGE, 2010) mostraram que o Brasil tem 16,2 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, o equivalente a 8,5% da população. Entretanto, no estado do Tocantins, esse percentual chega a 11,8% da sua população vivendo em extrema pobreza. São cerca de 163 mil, de um total de 1.417.694 mil habitantes, de acordo com dados do PNAD (2015). Dos mais de 163 mil pobres do estado, 48,5% estão na área rural e 51,4% na área urbana. Mais de 72,5% (1.033.412) da população do estado sobrevive com renda de até um salário mínimo por mês, considerando a média de 3,3 pessoas por domicílios (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, IBGE, 2016).

A população do Tocantins é formada em grande parte por migrantes, que vem dos estados do Maranhão, Pará e Goiás. Os provenientes de outros Estados são 35,1% (no Brasil os migrantes nacionais são 19%), estando 74% no espaço urbano. É também uma população jovem, sendo que 48% da população têm menos de 19 anos (no Brasil esse índice é de 40%) e a densidade populacional do Estado é de 4,2 habitantes por Km². A taxa anual de crescimento populacional situa-se na faixa de 2,6%, contra 2,9% da região Norte e 1,6% do Brasil. Em relação à cor ou raça, a população do Tocantins é formada por 60,6% de pardos, 30,6% brancos, 7,1% pretos, 0,2% amarelos e 0,9% de indígenas (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, IBGE, 2016).

Quanto aos indicadores sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Tocantins era de 0,611 em 1991, passando para 0,710 em 2014, o que mostra um incremento (melhora na qualidade e quantidade) nos indicadores considerados: educação, longevidade e renda. No país, o índice de pobres não ultrapassa 26%; na região Norte este índice está acima da média nacional, chegando aos 31%. Analisando-se a concentração de renda vê-se que a mesma aumentou. No ano de 1991, os 20% mais pobres da população detinham cerca de 2,6% da renda do estado, enquanto que os 20% mais ricos detinham 67% desta mesma renda. Já no ano de 2010 verificou-se que os 20% mais pobres se apropriavam de 1,2%, e o estrato dos 20% mais ricos de mais de 70% da renda do estado. Tal fato sinaliza que os pobres são hoje mais pobres e os ricos mais ricos, caracterizando uma crescente concentração de renda (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, IBGE, 2016).

A dinâmica histórica e geográfica demonstrada por esses dados, na concepção de Porto-Gonçalves (2016), apresenta um retrato da população do Tocantins, que também se expressa nos dados levantados a partir dos questionários propostos por essa pesquisa no acampamento investigado, sobre as origens sociais dos trabalhadores rurais sem-terra – que serão apresentados posteriormente nesse trabalho.

A estrutura fundiária de um país é, em grande medida, resultado das lutas entre latifundiários e camponeses pela posse das terras. Nesse sentido, é que o conceito de estrutura fundiária liga-se à questão da distribuição de terras em uma determinada sociedade e quanto mais desigual a distribuição das terras mais concentrada será a estrutura fundiária. Isso impõe um elemento importante nas lutas sociais: a disputa entre os camponeses e os latifundiários; uma vez que onde os camponeses foram capazes de impor sua força de luta aos monopolistas do latifúndio a estrutura fundiária tornou-se mais democrática; ao contrário, onde as forças do latifúndio predominaram sobre a força das lutas camponesas a concentração fundiária é mais concentrada, poderosa e opressora.

No Brasil, as classes dominantes insistem e defendem a atual estrutura fundiária, marcada historicamente por elevada concentração da terra. Ainda no âmbito dessa opção política conservadora, de natureza neoliberal²², as classes dominantes negam a reforma agrária e contribuem para a contínua concentração da renda e de riqueza no país. A essa política conservadora se alinham iniciativas governamentais que facilitam a apropriação privada dos bens naturais e a exploração dos povos do campo e da floresta. A concentração da terra, a grilagem de terras públicas, a devastação das florestas²³, da vida dos povos que vivem nesses espaços são atrocidades provocadas pelo avanço do grande capital sobre a vida dos camponeses.

A fronteira agrícola é um dos grandes fatores de concentração fundiária no Tocantins, isso porque sua localização geográfica é estratégica, possuindo uma topografia favorável para a exploração da atividade agrícola, com seus recursos hídricos, as vias de acesso e o incentivo das instituições públicas à expansão do agronegócio, a produção agrícola e a agropecuária, o que possibilita o aumento da concentração fundiária e a elevação do índice das desigualdades sociais resultando em diversos conflitos no campo.

²² “[...] neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo [...]. O neoliberalismo pode se definir como o conjunto dos discursos, das práticas, dos dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. In: Dardt, Pierre e Laval (2009).

²³ “[...] Cerca de 93 parques nacionais e outras unidades de conservação tiveram suas fronteiras reduzidas ou suas categorias alteradas. Isso quer dizer que foi reduzida a proteção de 5,2 milhões de hectares de florestas nativas antes preservadas em parques, reservas, estações ecológicas”. Fonte: In: <http://www.ihu.unisinos.br>, 2015. Acesso em 23 de agosto de 2016.

Quanto à questão fundiária²⁴ no estado do Tocantins, os dados da quantidade de imóveis registrados pelo INCRA em 2012 perfazem um total de 72.302 propriedades, isso representa em relação à região Norte 1,3% que estão situadas numa área de 26.725.434, 1 hectares, o que representava em relação à região Norte 4,5% do total de área da região. Já em 2014, os dados relacionados ao número de imóveis no Estado apresentam um total de 78.928 propriedades, o que soma em relação à região Norte 1,3% espacializados numa área de 29.994.147, 8 hectares o que representa em relação à região Norte 4,1% do total de área da região. Os dados sob a quantidade de imóveis relacionados a 2012 e 2014, identifica uma diferença de 8,4% entre esses anos.

Ao analisar os dados das áreas dos imóveis registrados em 2012 e 2014 (estes anos foram escolhidos por estarem mais próximos à pesquisa da tese e contribuir com a relevância do referido tema), identifica-se uma diferença de 10,9% entre esses anos. O que aponta para um indicativo de aumento na concentração de terras. Nesse sentido, é que, na microrregião do Bico do Papagaio, no norte do Tocantins, o número de conflitos no campo, por um longo período, manteve-se elevado, envolvendo conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos, vinculados ao movimento sindical e à política agrícola (OLIVEIRA, CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO, 2015).

O número de imóveis rurais, as áreas dos imóveis do estado do Tocantins em hectares, vê-se que apresentam um aumento pequeno em relação aos anos de 1998 a 2014. Os números de imóveis, no período de 1998 a 2003, apresentam um número de 17.383 contra 13.190 de 2003 a 2010 e 10.245 de 2010 a 2014. Portanto, com um aumento no número entre 1998 a 2003 de 134 (31%), de 2003 a 2010 de 372 e de 2010 a 2014 um aumento de 373.

Observa-se uma prática recorrente no que se refere à regularização de terras públicas no Tocantins, apropriadas, indevidamente, por grileiros e com a anuência do Estado. Nesse caso, a regularização ocorre por meio de um Programa criado pelo governo Federal, denominado de “Terra Legal”, desenvolvido e sob a gestão do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização Rural (MDA/ INCRA). Criado pelo governo Federal com a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, converte a Medida provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e dá

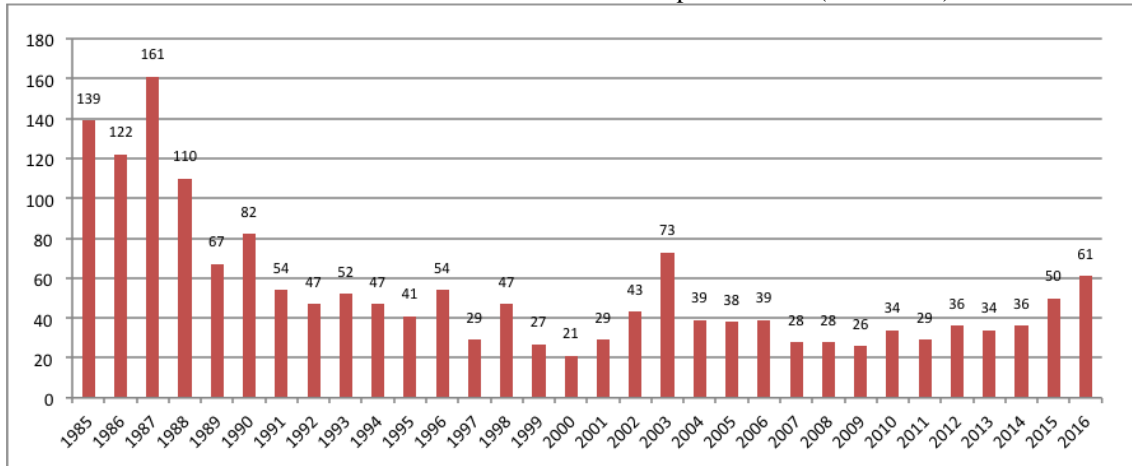
²⁴ Estrutura fundiária refere-se ao perfil de distribuição e de concentração de terra numa dada sociedade, (RECLUS, In: ANDRADE, 1985).

outras providências. Cria, portanto, o “Programa Terra legal²⁵” que dá preferência para os ocupantes de terras, imóveis públicos da União que tivesse até 1.500 hectares e revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991, e dá outras providências (BRASIL, MDA, 2016).

Nesse cenário da estrutura agrária brasileira, o campo se constitui como o lugar de disputas pelas terras, entre o poder do grande latifúndio que se transveste de agronegócio e os camponeses em defesa da terra para viver e produzir. Assim é que o relatório “Conflitos no campo no Brasil”, publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) há 32 anos (seu primeiro número foi em 1985), apresenta dados sobre as ocorrências de violência contra trabalhadores rurais.

Nesse sentido, o gráfico a seguir mostra os dados de assassinatos no campo brasileiro de 1985 a 2016 em virtude da relação com a concentração da estrutura agrária brasileira:

²⁵ O Programa Terra Legal, desenvolvido em parceria com estados e municípios, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ao entregar o título de propriedade, o Terra Legal Amazônia tem por objetivo segurança jurídica aos produtores rurais da Amazônia Legal e reforça as políticas públicas de preservação do meio ambiente na região. (<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/serfal/etapas-do-programa>). Acesso em 31/03/2017.

GRÁFICO 01 – Assassinatos no campo brasileiro (1985-2016)

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org. MITIDIERO JR, M. A.

Os dados do gráfico apontam para que nos períodos mais democráticos da política brasileira, como a nova constituição brasileira “cidadã” (1985-1988), eleição do primeiro presidente do partido dos trabalhadores (2002), as elites agrárias organizam ações truculentas e desafiam o poder estatal, com receio da perda de poder local. Para Mitidiero (2017, s/p), ocorre, todavia um sentimento de que tudo pode se fazer porque os ruralistas têm as instituições como garantidora de privilégios e com isso a garantia da impunidade. Enquanto para Oliveira (2015), o aumento da violência sempre esteve ligado a mudanças na política brasileira. Seja no processo de redemocratização (1985-1988), nas eleições em que Lula venceu (2002) até os períodos mais antidemocráticos, como é o caso de 2015 e 2016, isso analisando o gráfico acima. (MITIDIERO, 2017).

Com relação aos números de ocorrências de conflitos no campo de 2015 foi de 1.217, e em 2014 foi de 1.286. Mesmo com uma diminuição no número de conflitos nesses anos houve um aumento no número de assassinatos: em 2014 foram 36 casos; em 2015 foram 50, perfazendo um aumento de 39%. Os dados ainda revelam que a maior incidência dos conflitos no campo são aqueles por terra, com uma taxa de 63, 4%; sendo que foram 771 ocorrências em 2015 e 793 em 2014; com 200 ocupações de terras em 2015 e 205 em 2014, com 27 novos acampamentos em 2014 e 20 em 2015 (OLIVEIRA, CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO, 2015).

Já os dados dos conflitos por terra, em 2016, apresentam um número de 1.295 conflitos. Destes, 61 camponeses foram assassinados, uma média de 5,8 por mês. Com 1.079

ocorrências de conflitos por terra (ações em que há algum tipo de violência tais como expulsão, despejo, assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões etc.), é o número mais elevado nos 32 anos de registros da CPT; 1295 no total do conjunto dos conflitos por terra (soma de ocorrências, ocupações/retomadas, acampamentos).

Tanto Oliveira (2015), quanto Canuto (2017), destacam que os anos em que ocorreu o maior número de conflitos e assassinatos de camponeses no campo são aqueles em que ocorrem mudanças no ambiente político, como o período da redemocratização (1985-1988), Eleição do Lula para presidência da República (2002) e no período de preparação e execução do golpe político (2016).

O ambiente político tanto conflagrado tanto em 2015, quanto em 2016 criou as condições propícias para o aumento da violência apresentado nos números [...] O latifúndio mascarado de agronegócio continua sua ação truculenta como historicamente conhecida e subregistrada. Ação que se expressa tanto nos números da violência do poder particular, expulsões, assassinatos, ameaças de morte, tentativas de assassinatos, utilização de pistoleiros, quanto na violência do poder público expressa pelas ações do judiciário com despejos e mandados de prisão. (CANUTO, 2017, p. 113-114):

No Tocantins, os conflitos por terra aumentaram 313% em 2016, um aumento de 99 ocorrências em 2016 (PASTORAL DA TERRA, Edição extra, conflitos no campo, Brasil, Ano 42, nº 228, 2016, p.4).

Nos Cerrados, o aumento da violência coincide com o início do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, região que engloba a parte deste bioma dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com cerca de 73 milhões de hectares e 6 milhões de habitantes. Trata-se da metade do que resta dos Cerrados em pé, de crucial importância para o ciclo hidrológico e a recarga das principais bacias hidrográficas do continente sul-americano. Boa parte ainda preservada porque ainda sob controle de povos e comunidades tradicionais. O Tocantins, estado todo dentro do MATOPIBA, teve o maior aumento dos conflitos por terra, 313%, de 24 em 2015 para 99 em 2016. O Maranhão, o mais conflagrado do país, 196 ocorrências (SIQUEIRA, CPT, 2017)²⁶.

O aumento preocupante da violência no campo se insere no clima de tensão política que vive o país atualmente. Configura-se em um total descumprimento da Constituição Federal brasileira (1988), quando apresentam e aprovam projetos que a ferem, como é, por

²⁶ Disponível em: <http://diplomatie.org.br/o-aumento-da-violencia-no-campo-tem-a-cara-do-golpe/aceso> em 10/05/2017.

exemplo, o caso do projeto de lei da reforma da previdência²⁷ que atinge de forma desastrosa a aposentadoria para os camponeses/trabalhadores rurais²⁸. Nesse sentido, a luta das mulheres do MST no dia 08 de março foi um protesto contra a reforma da previdência que atinge todos/as trabalhadora/os, nesse caso especial, do campo. As fotos a seguir apresentam o dia de luta contra essa reforma.

²⁷ A justificativa do governo para apresentar a proposta se baseia em uma concepção de que a Previdência Social brasileira se tornou insustentável financeiramente, apresentando reiterados déficits orçamentários, e que seriam necessárias medidas para garantir sua “sustentabilidade por meio do aperfeiçoamento de suas regras”. Atribui como principal causa desta crise de financiamento as mudanças demográficas em curso na população brasileira (em particular, o envelhecimento populacional). A PEC 287, como regra geral, estabelece que a concessão da aposentadoria passa a requerer do segurado pelo menos 65 anos de idade e o mínimo de 25 anos de contribuição mensal (o correspondente a 300 contribuições). Ver Nota Técnica do DIEESE: N.168, Janeiro de 2017. A minimização da previdência pública.

²⁸ Já tramita na Câmara Federal sob o título de PEC 287 a Proposta de Emenda à Constituição que visa alterar as regras de aposentadoria no Brasil. Assinada por Michel Temer e pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles, a Reforma da Previdência é vista como uma ameaça à aposentadoria da população do campo. Segundo lideranças as novas regras inviabilizam que a população rural acesse o direito à aposentadoria. Pelas novas regras que podem ser estabelecidas pela PEC 287 o trabalhador e a trabalhadora rural só poderão se aposentar com idade mínima de 65 anos. Mesmo com 60 e 55 anos, esses camponeses só conseguirão aposentadoria se contribuírem mensalmente com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) por 25 anos. Mas, caso queiram receber a aposentadoria no valor integral terão que contribuir por 49 anos. Pelas regras atuais o trabalhador rural pode acessar a aposentadoria por duas vias: a comum para os trabalhadores empregados rurais, que têm recolhimento mensal de impostos para o INSS; e a “aposentadoria especial”, em geral para pequenos agricultores e comunidades tradicionais. “A aposentadoria especial não necessita de pagamento mensal da Previdência, não precisa pagar ao INSS mensalmente, bastando ao trabalhador comprovar documentalmente que ao longo de 15 anos ou mais ele era trabalhador rural, que estava produzindo, comercializando” (BRASIL DE FATO, 20 de fevereiro de 2017). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/20/reforma-da-previdencia-pode-ser-o-fim-da-aposentadoria-rural-afirmam-agricultores/>. Acesso em 10/05/2017.

FIGURA 01: Manifestações das mulheres, protesto contra a reforma da previdência, Palmas, 2017.



Fonte: Foto, Arquivo do MST-TO, 2017.

Um dos efeitos da concentração fundiária no país, no caso em estudo do estado do Tocantins, é a expulsão dos camponeses do campo, que para Alentajano (2012, p.355):

A impossibilidade de reprodução ampliada das famílias camponesas, resultante da concentração fundiária, produz a expulsão dos trabalhadores do campo, o que é acentuado pela modernização da agricultura, que reduz a necessidade de mão de obra no campo. Os dados do último censo (2010) demonstram que os pequenos estabelecimentos (menos de 100 hectares) correspondem por 84, 36% das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, embora a soma de suas áreas represente apenas 30, 31% do total. Em média, os pequenos estabelecimentos utilizam 12, 6 vezes mais trabalhadores por hectare do que os médios (100 a 1.000 hectares).

O monopólio das terras no país resulta na desigualdade econômica e social, provocando a favelização e a precariedade nas periferias das grandes cidades brasileiras, para onde migraram os homens e mulheres expulsos do campo.

Como resposta aos conflitos no campo, um dos grandes objetivos dos governos pós-ditadura foi a colonização de áreas na Amazônia, para promover o que se chamou de assentamento de Reforma agrária. Por isso, os assentamentos tornaram-se uma estratégia de ocupação de áreas para ocupar regiões como a Norte.

2.2. Os assentamentos rurais e a política de reforma agrária no estado de Tocantins

Os assentamentos rurais constituem-se em uma das políticas de reforma agrária e representam um modelo de reforma da estrutura agrária no Brasil. São, também, conquistas da luta dos movimentos sociais, de pressões e enfrentamentos com o latifúndio. É importante destacar que o assentamento das famílias nem sempre atendem as questões dos conflitos agrários locais. Isso ocorre porque os governos quase sempre têm usado a fronteira agropecuária como local para assentar as famílias. Tais ações tornam-se ineficazes do ponto de vista da política de assentamentos rurais para a solução concreta dos problemas da questão agrária, pois o objetivo dos governos é utilizar os assentamentos rurais como uma resposta meramente quantitativa frente às ações dos movimentos sociais e, especialmente, tornar visível para a sociedade o desenvolvimento de ações que pareçam resolver os problemas de conflitos no campo. Sobretudo para justificar que não há razão para ocupações de terras pelos camponeses e pressões dos movimentos sociais do campo. A expressão assentamento rural foi utilizada:

[...] sobretudo como referência, em relatórios de programas agrários oficiais executados na América Latina, designando a transferência e a locação de determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra (ou com pouca terra) em algum imóvel rural específico, visando à constituição de uma nova unidade produtiva em um marco territorial diferenciado [...] (LEITE, 2012, p. 109).

No Brasil, o termo assentamento rural está ligado ao controle e a demarcação de novos espaços criados, para atender à pressão dos trabalhadores rurais. No que tange às ações dos governos, o termo refere-se à colonização e a regularização fundiária, a criação e integração de novas propriedades rurais ao processo produtivo, baseado na desapropriação de terras ociosas ou, também na aquisição de imóveis rurais e crédito fundiário.

Os dados expostos no quadro 2 demonstram os números dos assentamentos da Reforma Agrária que foram implantados nos diferentes governos, assim como a quantidade de famílias assentadas e hectares utilizados, seguem normas oficiais do governo federal:

QUADRO 2: Assentamentos nos Governos Sarney, Collor, Itamar Franco, FHC, Lula, Dilma:

	Assentamentos	Famílias	Hectares
Sarney	34	3047	162971
Collor	21	918	61407
Franco	6	145	13684
FHC (2 mandatos)	179	13341	671879
Lula (2 mandatos)	125	5550	297618
Dilma	12	602	25106

Fonte: disponível em: <http://www.incra.gov.br/to>. Acesso em 25 de janeiro de 2017.

Observa-se uma diferença no número de famílias assentadas e também de criação de assentamentos rurais nos diversos governos. Entretanto, os números oficiais nem sempre revelam a realidade do campo, pois as análises dos governos são criadas em função de indicadores que podem ser questionados do ponto de vista da metodologia utilizada. Em relação ao primeiro mandato do governo Lula, os dados apontam que foram assentadas 5.550 mil famílias, no entanto apenas 150 mil delas foram de novos assentamentos. Para Oliveira (2015), tal diferença é explicada pela maneira como o INCRA organiza e divulga os dados. Tal metodologia soma aos novos assentamentos àqueles referentes à regularização fundiária, ou seja, reconhecendo assentamentos antigos e reassentamentos. (FERNANDES, et al, 2017)

Já no segundo mandato do governo de Lula, foi divulgado que 232 mil famílias foram assentadas; enquanto que no governo Dilma os dados anunciados são de 602 mil famílias. Contudo, foram apenas 65 mil famílias em assentamentos novos.

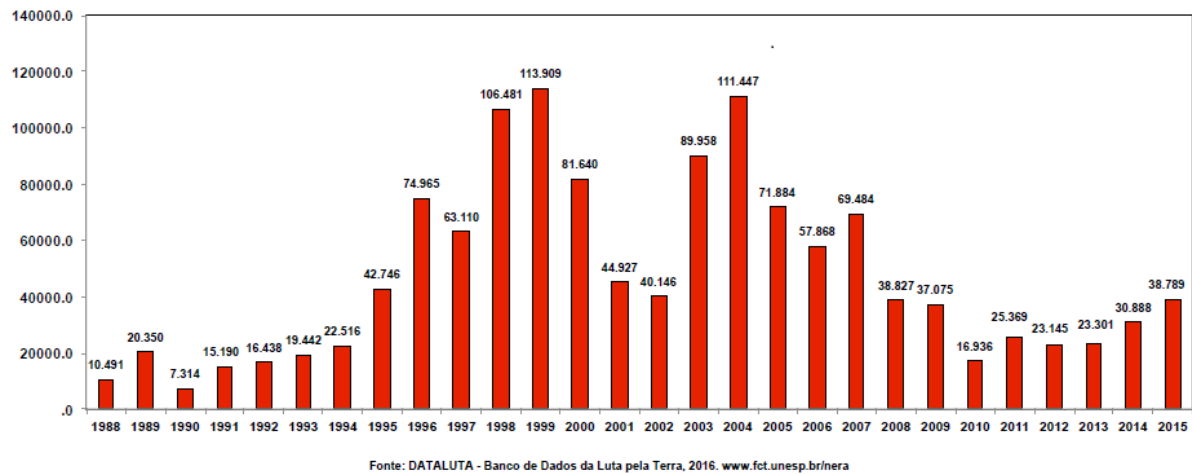
Fernandes (et al, 2017), chama atenção que as lutas pela reforma agrária constituem em uma das grandes bandeiras dos movimentos sociais do campo e perfazem cerca de (1.120.000), um milhão e cento e vinte mil assentados sendo 3 pessoas por família, ocupando uma área de mais de oitenta milhões de hectares. Isso implica em mudanças na estrutura agrárias:

[...] As mudanças na estrutura fundiária desde a primeira fase neoliberal (governo Fernando Henrique Cardoso) até o fim da fase pós-neoliberal (governo Dilma Rousseff). [...] nas duas fases a área total das propriedades cresceu 78%, sendo que a

área das propriedades com mais de 100 mil hectares cresceu 372%. Esse crescimento aconteceu principalmente na fase pós-neoliberal em que a área total das propriedades rurais passou de 49% para 87% da área total do país, em 2014, o que representaria o fim da fronteira agrícola. (FERNANDES, et al, 2017, p. 3).

A partir dos dados apresentados no gráfico 2, é possível perceber que a política de distribuição de terras foi inexistente nos governos do período pós-ditadura civil-militar, pois o que houve nesses diferentes governos foi o aumento da concentração fundiária. Tanto os governos denominados neoliberais ou àqueles considerados pós-neoliberais não trataram a reforma agrária como uma questão importante ou prioritária.

GRÁFICO 2- Brasil: número de famílias assentadas entre 1985 a 2015:



Fonte: Disponível em: www.fct.unesp.br/nera, 2016.

O que se verifica ao longo das últimas décadas é o avanço do agronegócio sobre as terras camponesas, indígenas e terras públicas, um fato social e político que fundamenta a atualidade da bandeira das lutas camponesas e que, por meio delas, se especializam Brasil afora, mesmo que motivados pelos conflitos com o atual modelo de desenvolvimento pautado nas demandas do agronegócio. Os movimentos sociais do campo por meio da correlação de forças e a representação de suas demandas surgem como protagonistas na luta por direitos:

O surgimento de novas organizações significa (m) não somente a resistência de um problema agrário, mas também a importância de transformação articulada na e da pluralidade dos espaços e a necessidade de uma nova forma de produção do espaço contra hegemônico e humanizado. Diferentemente dos partidos políticos, do capital e outras formas de instituições, agentes que promoveram/direcionaram a produção do espaço, os movimentos socioterritoriais emergem como sujeitos protagonistas

dísparos, despontando na construção de uma forma alternativa de organização [...]. (FERNANDES, et al, 2017, p. 7-8).

No caso do estado do Tocantins, há um considerável número de assentamentos rurais, especialmente na região do Bico do Papagaio, onde foram assentadas famílias de 1980 a 2017. O quadro abaixo demonstra tal realidade.

QUADRO 3: Assentamentos rurais na região Norte do Tocantins (Bico do Papagaio)- (1980 a 2017)

Nº	Municípios	Número de assentamentos	Número de famílias	Área em há
1	Aguianópolis	2	124	4.023
2	Ananás	2	212	18.695
3	Angico	1	60	4.028
4	Aragominas	6	1.068	43.030
5	Araguaína	6	542	26.757
6	Araguanã	1	118	3.814
7	Araguatins	21	1.497	52.164
8	Augustinópolis	8	520	16.230
9	Axixá do Tocantins	8	384	10.958
10	Babaçulândia	5	112	9.020
11	Buriti do Tocantins	3	116	3.537
12	Cachoerinha do Tocantins	2	78	3.300
13	Carmolandia	1	74	2.801
14	Carrasco Bonito	1	33	926
15	Darcinópolis	4	291	17.713
16	Esperantina	12	537	20.336
17	Filadélfia	6	125	4.565
18	Itaguatins	4	233	9.545
19	Luzinópolis	4	102	9.957
20	Mauricilândia	1	65	1.889
21	Muricilândia	1	147	4.896
22	Palmeira do Tocantins	4	354	14.248
23	Piraquê	4	392	16.671
24	Praia Norte	5	370	11.426
25	Riachinho	5	405	16.607
26	Sampaio	2	83	5.568
27	Santa Fé do Araguaia	4	373	16.013
28	São Bento do Tocantins	5	242	11.716
29	São Miguel do Tocantins	2	76	2.676
30	São Sebastião do Tocantins	6	315	10.902
31	Sítio Novo do Tocantins	5	169	7.093
32	Tocantinópolis	1	12	452
33	Wanderlândia	3	226	9.365
34	Xambioá	5	376	12.719

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos dados do INCRA (Disponível em: <http://www.incra.gov.br/to>. Acesso em 4 de fevereiro de 2017).

Os assentamentos são frutos tanto de colonização de terras nos anos de 1980, como da pressão advinda das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra. No contexto dos intensos conflitos entre sujeitos de grupos sociais distintos em disputas por terras e modos de vida, especialmente a partir dos anos de 1970, teve início um processo de ocupações de terras devolutas²⁹, ou aparentemente sem donos, da região do Bico do Papagaio, antigo Norte Goiano. Esse período também teve início um processo de migração de trabalhadores/as vindos da região Nordeste que passavam por esta região para o trabalho nos castanhais e na mina de ouro do Pará. Muitos ficaram nessa região no retorno desses trabalhos.

As lutas políticas e sociais, entre o final da ditadura civil-militar e da abertura democrática dos anos 1980, a região do Bico do Papagaio destacou-se no cenário nacional por meio dos confrontos entre fazendeiros e posseiros pelo controle da terra e dos recursos naturais na região. A ocorrência de muitos conflitos e mortes ao longo das décadas de 1970 e 1980 transformou a região num dos principais focos de tensão agrária do país³⁰.

A regularização fundiária e os assentamentos de famílias de posseiros na região iniciaram-se no princípio dos anos de 1980, no qual o governo federal criou, entre outros dispositivos, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), órgão diretamente ligado ao Conselho de Segurança Nacional a quem coube recolher terras devolutas e não-tituladas, dirimir conflitos de posse e promover a titulação e assentamento dos pequenos posseiros; muito embora não tenha diminuído os conflitos por terras e tampouco servido para aumentar a confiança da população local na atuação do poder público. Isso porque de um lado estavam os posseiros que moravam nas terras; do outro os fazendeiros e o GETAT como mediador responsável para fazer a titularização das terras. Com a política de ocupação dos espaços demográficos, definida como Amazônia Legal, pautada no discurso

²⁹ Terras devolutas, cuja denominação tem origem nas terras das sesmarias que, por não terem sido utilizadas, deveriam ser devolvidas à coroa, mas que acabaram por se tornar sinônimo de terras não distribuídas, públicas, uma vez que praticamente não havia devolução de terras não exploradas pelos detentores das sesmarias. Do ponto de vista legal, o conceito de terra devoluta com sentido atual foi firmado pela lei da Terras de 1850, cujo artigo 3º diz: “São terras devolutas: 1) as que não se acharem aplicadas a algum uso público; 2) As que não se acharem em domínio particular; 3) as que não se acharem dadas por sesmarias; 4) as que não se acharem ocupadas por posse que, apesar de não se fundarem em título legal, foram legitimadas por esta lei (ALENTEJANO, p. 741, 2012).

³⁰ A violência na região culminou com o assassinato de Padre Josimo, em 1986, religioso católico que atuava junto aos camponeses sem terra e assentados da região através da CPT. Sua morte teve grande repercussão na região, e mesmo nacional e internacional, mas foi apenas em 2003 que um dos acusados pelo crime foi preso no sul do Pará.

de que era necessário ocupar a Amazônia e o objetivo de efetivar políticas para a região, os antigos posseiros perderam suas terras, suas moradas. Iniciou-se aí um período intenso de conflitos e luta pela terra (LIRA, 2011).

Como uma resposta a esse processo, os camponeses se organizaram e iniciaram uma sucessão de ocupações de fazendas, com uma forte conotação política, com o intuito de chamar atenção da sociedade. Os assentamentos³¹ significaram a possibilidade do retorno ao campo e de assentar famílias sem-terra que não tinham onde produzir. Nesse sentido, materializou-se como resultado de uma ação política da luta pelo direito a terra:

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida [...] e a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, no qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p.70-71).

A partir dessa compreensão, homens e mulheres do campo buscaram reconstruir suas histórias e reafirmar sua identidade. Contudo, a contradição é eminente nesses espaços em disputa. Partindo da compreensão de que o desenvolvimento econômico e social é marcado pela desigualdade e, ao mesmo tempo, pela contradição.

No entanto, a espacialização da luta, a conquista da terra e dos assentamentos rurais são partes constituintes do pertencimento de Sem Terra. Nesse sentido, os assentamentos ganham configurações variadas como: parcelas e agrovilas que são ações a partir de um programa do governo federal no qual as famílias são representadas por organizações, associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais. Entretanto, os projetos de assentamentos apresentam, em geral, certa precariedade, desde as estradas até as ações públicas de fomentos para a produção de alimentos das famílias. Contudo, mesmo assim, ocorre um processo de (re) construção de retorno ao campo que redefine o sentido da terra para os sem-terra, como bem define Porto-Gonçalves (2016, p. 89): “[...] sem-terra, cujo

³¹ O assentamento é um espaço geograficamente delimitado que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo Federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. O assentamento é fruto de um ato administrativo que limita o território e seleciona as famílias a serem beneficiadas etc. A criação do assentamento é, por outro lado, resultado de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito ao acesso a terra (SAUER, p. 59, 2005).

‘Sem’ indica uma perda e o ‘Terra’ indica um horizonte de sentido à vida com aquilo que perderam”.

A luta pela terra no Tocantins data da guerrilha do Araguaia, de resistência ao latifúndio e aos coronéis do Bico do Papagaio, na porção Norte do Estado do Tocantins. Nesse sentido Lira (2011) chama atenção para o fato de que o modelo de ocupação na política fundiária no Brasil, contribuiu para o processo de modernização da agricultura, que encontrou no latifúndio um agente importante para organizar a revitalização do modelo de acumulação e de ampliação do capital na região, reestruturando o velho modelo de poder político regional, com raízes no coronelismo.

Nesse processo, a população que hoje vive no Bico é constituída de pessoas vindas de vários Estados do Nordeste por meio das correntes migratórias. São pessoas que entraram na região, em 1960, e estabeleceram ali sua morada e o lugar do trabalho, fizeram suas roças, vivendo da pesca, da caça, do garimpo, da extração do coco babaçu. Desse modo construíram suas posses por meio de seu trabalho, permanecendo no lugar com o objetivo de sustentar suas famílias.

O Bico do Papagaio sempre esteve ligado aos constantes conflitos pela terra, contando com a cobertura e o apoio legal do poder judiciário e do Estado. Para Josimo (1986), os fazendeiros, reforçados pela atuação da polícia militar – que dizia agir em nome da legalidade – despejavam, violentamente, centenas de famílias de lavradores, queimando suas casas, roças, envenenando os cereais, levando as pessoas para a cadeia, espancando-as e humilhando-as. (CPT, 1986).

Contudo, a realidade de 2016 continua parecida com a da década de 1980, pois ainda são constantes os conflitos e as violências vividas pelos/as trabalhadores/as dessa região. As fotos nas figuras 2 demonstram a violência sofrida pelos camponeses na luta pela terra no estado do Tocantins, no acampamento padre Josimo, mesma área em que nos anos de 1970 e 1980 os camponeses lutaram com o apoio da Pastoral da Terra, tendo o então padre Josimo como um grande apoiador da luta.

FIGURAS 2: Acampamento Padre Josimo- Carrasco Bonito -TO: Destruição dos barracos pela polícia no cumprimento da ordem judicial do despejo dos acampados do MST.



Fotos: Acampamento Padre Josimo- Carrasco Bonito -TO-, Arquivo MST-TO. 2016.

Uma nota da CPT (2016) expressa a atualidade da violência na região: “Em três meses, cinco Comunidades Rurais são atacadas por pistoleiros a mando de fazendeiros no Tocantins”. A nota expressa que o cotidiano dos camponeses da região ainda é fortemente marcado por violações dos direitos humanos.

Na manhã desta segunda feira, (18/07/2016), um jovem de 17 anos foi baleado por um pistoleiro na ocupação rural denominada Capela, no município de Piraquê, no Tocantins – um dos dedos da mão do rapaz foi decepado com o disparo. Segundo relatos de moradores, três pistoleiros fortemente armados chegaram à área e, após balearem o rapaz, disseram que caso os outros ocupantes continuassem naquelas terras, eles iriam matar todos. O agravamento dos conflitos e das violências no campo já resultou em 36 mortos este ano no Brasil, de acordo com dados parciais registrados pela CPT – em 2015 foram 50 assassinatos em todo o país. [...]. Há informações de que, no fim de junho, foi organizada uma reunião no município de Carrasco Bonito com mais de 50 pessoas, dentre elas fazendeiros e pistoleiros de cidades do Bico do Papagaio. As informações sugerem que o propósito do grupo seria articular uma força para matar famílias sem terras daquela região. A situação assemelha-se à vivida na década de 80, quando um grupo se reuniu em um consórcio e encomendou a morte de Padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da CPT naquela época (NOTA CPT, Araguaína – TO, 19/07/2016).

A CPT continua acompanhando os camponeses na região do Bico do Papagaio, onde as tensões e conflitos são constantes; assim como também acompanha os dados referentes aos conflitos por terra no país. Muitas famílias foram despejadas em 2014, totalizando 12.188; enquanto que as expulsões totalizaram o número de 963 famílias, possibilitando levantar-se a

hipótese de que o que ocorre no Brasil é um processo de judicialização³² dos conflitos fundiários (MEDEIROS, 2014), pois o despejo é dado por uma ordem judicial, como se observa em uma notícia veiculada pela imprensa sobre reintegração de posse no Tocantins: “Justiça determina reintegração de posse e MST acusa fazendeiros de grilar terras” (WEB JORNAL FOLHA DO BICO, 2016).

Esse é o contexto social e político do processo de surgimento do MST no Bico do Papagaio no estado do Tocantins, cuja constituição foi se consolidando a partir da necessidade histórica dos camponeses enfrentarem o latifúndio. A seguir será realizada uma incursão histórica sobre a constituição do MST no estado de Tocantins na luta pela terra.

2.3. A constituição do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado do Tocantins

As contradições da luta pela terra no estado de Tocantins e as tensões imputadas a essa luta ocorrem em razão das dificuldades encontradas pelo MST frente à concentração de terras em mãos de poderosos latifundiários que matam, violentam e perseguem os camponeses. Numa reunião da coordenação estadual do movimento, em Carrasco Bonito (2015), a fala de um dos militantes apresenta o seguinte balanço do Movimento desde sua criação no estado de Tocantins:

O MST que tem 17 anos criou só 15 assentamentos? O MST criou só 15 assentamentos em um universo de 378 assentamentos no Estado. Temos que associar que a concentração de terra é poder, certo? Terra, concentração e poder, nós somos comparados com Alagoas. O poder político nunca foi tão articulado e organizado pra evitar a criação de assentamento depois da década de 1990 [como] no Estado do Tocantins, e não é porque o MST e os Sindicatos não fizeram lutas aqui. É porque a partir do momento em que rompe o estado [refere-se a divisão do Estado de Goiás] ele concentrou e garantiu que aqui não vai sair assentamento! (Militante– TO, 2015).

O poder político é muito forte, mas muito forte! Por quê? São os ruralistas que estão nos parlamentos, os ruralistas que são fazendeiros que detêm o poder, que detêm a terra, que detêm o poder político e econômico. Percebem isso? Quanta ocupação de terra o MST fez na década de 1990? Quantas ocupações de terra o MST fez na região de Araguaína? Veio nascer um assentamento um dia desses; e nasce um assentamento onde nem era uma terra em disputa, a fazendeira queria vender,

³² O termo judicialização refere-se a ampliação das interferências do poder judiciário nos assuntos e decisões sobre quais valores éticos-morais, interesses sociais, políticos e econômicos interpretados e admitidos como direitos pela Constituição estão em jogo. A judicialização é caracterizada por processos institucionais (processos, conciliações e medições judiciais) (BRITO, 2012, p. 431).

vendeu para o INCRA. Aí nós tínhamos Sem Terra e assentou (**Militante**, Tocantins, 2015).

Os assentamentos do MST, os quais o militante se refere, são: Primeiro de Janeiro (município de Palmeiras); Oziel Alves (município de Cachoeirinha); Mártires da Terra (município de São Bento); Dois de Janeiro (município de Palmeiras); Manoel Alves (município de Araguaína); Che Guevara (município de Goianorte); Onalício Barros (município de Caseara); Antônio Moreira (município de Ananás); Vitória (município de Arguanópolis); Zumbi dos Palmares (município de Silvanópolis); Santa Tereza (município de Pindorama); Paulo Freire I e II (município de Rio dos Bois); Padre Josimo II (Nova Rosalândia).

Quanto ao poder dos fazendeiros na região do Bico, este se estende aos cargos ocupados no executivo e legislativo brasileiro, em função da propriedade e do controle das terras e da constituição das relações de trabalho, que tenta manter os camponeses/as do Bico do Papagaio em uma situação de submissão e dependência dos fazendeiros. A relação entre o poder local e o poder político é a garantia da continuidade da produção da riqueza. Entretanto, é esta condição de desigualdade que gera os conflitos no campo.

Os conflitos por terra em Tocantins revelam a relação do latifúndio com o Estado. Quando os fazendeiros estão endividados recorrem ao Estado por meio das instituições agrárias (INCRA) e assim poderem vender suas terras a preços elevados; com isso, cria-se um mercado de terras devolutas, griladas e depois repassadas ao próprio Estado para assentar os camponeses, sem criar conflitos.

Partindo desse cenário conflituoso, busca-se compreender como nasceu, em 1997, o MST na região Norte do estado do Tocantins, apoiado por outras organizações camponesas. A principal tarefa desse Movimento foi então organizar as massas excluídas do campo que estavam perambulando nas periferias das cidades, fugindo dos conflitos³³ no campo com os

³³ Entende-se o termo *conflito* a partir da discussão realizada por Almeida (1989, p. 94) de que: “As modalidades de confronto que comporta não seriam absorvidas por aqueles organismos de poder, porquanto considerados atributos dos aparelhos repressivos. O ‘conflito’ seria o que não se encontra sob controle”. O conceito de conflito usado no documento elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (2013, p.10) sobre os conflitos no campo significa que: “[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. [...] ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de

fazendeiros; expulsos de suas terras, pois muitos eram posseiros e por isso migraram a procura de trabalho nas cidades.

Um elemento importante que surge nas entrevistas é que, dos vinte entrevistados (via questionário aberto), somente 20% conhecem a história da criação do movimento, uma vez que a maioria – cerca de (80%) – eram novos no MST, pois pertenciam, anteriormente, à base da Associação dos Trabalhadores Rurais de Carrasco Bonito, e se desligaram dela devido às dificuldades das lideranças desta associação em assentar os camponeses que já estavam na luta há oito anos. Por isso, é possível compreender as falas de dois entrevistados, em um universo de vinte, que afirmaram que para os camponeses do acampamento, anteriormente denominado de Santa Maria, e agora sobre a organização do MST, o processo de formação da base está em curso e conta com dificuldades diante do contexto de inserção de trabalhadores no processo.

[...] Aqui no estado do Tocantins, tinham os posseiros, com suas resistências com os seus conflitos, tinham os sindicatos com suas lutas, suas contradições e seus conflitos, as associações com suas lutas e seus conflitos. Não que a luta parou, mas é que o movimento é organizado especificamente pra isso, né? Então o MST, eu entendo que chega um pouco pra preencher esse vazio, que ao lado da CPT e de outros movimentos sociais e sindicais e essas outras lutas pontuais se somam nesse processo de luta. Então o MST se institui nesse bojo, não que ficou só ele sendo protagonista dessa luta, né? Então, ele foi um dos sujeitos sociais que veio dar sequência a essa luta. Inclusive trazida pelos próprios movimentos, né? [...]. **(Entrevistado nº 5, 2015).**

[...]. Não sei, ainda, sobre a história da luta e dos princípios do MST, porque sou nova no movimento. Eu era do outro acampamento “Santa Maria”, o que pertencia a associação, só agora decidi entrar no MST. Sei que teve reuniões no acampamento com o MST, mas, como trabalho o dia todo, só volto à noite para o acampamento, faço pequenos bicos, para conseguir comprar algumas coisas para dar de comer aos meus filhos que ficam no acampamento. Também, sabe, quero é saber se vou receber minha terrinha para produzir, estou cansada, porque já estou há oito anos lutando por isto, e nada até agora **(Entrevistada nº10, 2015).**

Na segunda entrevista, é possível perceber que existem dificuldades no processo de formação da base, isso porque a diversidade de sujeitos que participam da luta pela terra nem sempre pode acompanhar todo o processo de luta e de organicidade do acampamento, enquanto que o primeiro entrevistado contribui na organicidade do acampamento. E, por esta razão, forneceu dados mais precisos sobre a história do movimento. No entanto, há certa fragilidade no processo de formação inicial, pois se pressupõe que cerca de dois anos (2015-

pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra”.

2017) de organização do acampamento pelo MST possibilitaria avançar mais nessa questão. Em relação a formação do movimento, Bogo (2011, p. 191) destaca o seguinte:

Há sempre que levar em consideração os níveis de conhecimento nas parcelas que constituem a organização (base, militantes e dirigentes). O nível de base compreende aquela formação que se realiza em cada local onde o movimento tem sua representação.

Compreende-se, portanto, como “base” de um movimento aquela força social que está sempre na luta cotidiana. Já a “organização política” é composta pelos setores que se integram nos círculos organizativos. Dessa forma, os “militantes e dirigentes” cumprem funções concretas na luta social e na direção política e são quadros formados pelo movimento. Nesse sentido, vale a pena se atentar para uma ressalva realizada por Bogo (2011, p. 191) de que “[...] formação política e ideológica se fragiliza quando se fragmentam os conteúdos e a formação passa a se realizar acentuando a importância “apenas” técnica ou de assimilação de conteúdos”.

Assim, iniciaram-se as ações para instalação do MST no Estado, que resultaram na primeira ocupação de terra de acordo com as orientações do movimento e o trabalho de base ocorreu com o intuito de fazer ocupação e organizar os camponeses. Uma fazenda foi, então, ocupada no município de Palmeiras (TO) que recebeu o nome de “Primeiro de janeiro”, justamente por que foi no dia 01 de janeiro de 1998 que houve a primeira ocupação. Hoje é um assentamento com 159 famílias.

A articulação com a Igreja e o sindicato foi indispensável para a organização do MST no Tocantins, especialmente no Bico do Papagaio. Realizou-se um trabalho coletivo que resultou nessa primeira ocupação, em janeiro de 1998; uma ocupação com aproximadamente 400 famílias. Uma marcha ocorreu de Wanderlândia até Araguaína, com fileiras compondo a marcha de aproximadamente 50 km de extensão. “Foi interessante, porque o MST acabou também fazendo alianças com os sindicatos dos trabalhadores rurais ligado a CONTAG. Quem deu também suporte ao movimento foram os sindicatos em Wanderlândia, e de Tocantinópolis” (**Entrevistado/militante nº 19**, 2016).

Período de intensos debates sobre a reforma agrária no País, essa foi uma importante ocupação de um latifúndio improdutivo, as margens da rodovia Belém Brasília, com um total de 400 famílias organizadas, que ocuparam os imóveis improdutivos denominados de Bom Sucesso, Olho D’água e Mucambo, com uma área total de 6.262 hectares, segundo dados

cartoriais do Tocantins. Vieram trabalhadores de municípios como (Araguaína, Tocantinópolis, Arguiópolis, Santa Tereza, Wanderlândia, Araguaã, Angico, Ananás, Palmeiras, do Tocantins, e Estreito no Maranhão). Os acampados, protagonistas desse processo histórico do MST-Tocantins eram, na sua maioria, camponeses expulsos de suas terras pelos latifundiários grileiros, e sobreviventes dos conflitos das décadas de 1970 e 1980 na Região do Bico do Papagaio.

Para um camponês da Região do Maranhão, que vivia em processo de andança por falta de ter onde morar e produzir, a ocupação do MST no Tocantins significou mudança na sua vida e na da sua família, pois a promessa de um assentamento onde as famílias de camponeses sem terra poderiam recomeçar suas vidas e criar seus filhos, produzir seu sustento sem exploração dos fazendeiros, com possibilidade de plantar e vender sua produção era um grande sonho. Um entrevistado, que participou da primeira ocupação no Tocantins pelo MST – vindo do Maranhão e vaqueiro na fazenda Água Branca, no município de Estreito – destacou que:

Eu conheci o movimento em 1998, no dia 1º de novembro de 1998, quando nós fizemos a primeira ocupação na fazenda WM do “Doutor” Willian Carlos Milha, um grande fazendeiro; nós acampamos lá com 420 famílias. Naquela época foi dividido todo aquele povo em grupos, em várias cidades, inclusive na nossa cidade que é Palmeiras; foram feitos dois grupos de 46 pessoas e daí eu passei a me integrar no movimento como coordenador de grupo (**Entrevistado nº 10**, 2015).

Em um período de intensas mudanças na economia brasileira, com o desenvolvimento da modernização agrícola, os camponeses sem terra no Tocantins trabalhavam como arrendatários, meeiros e eram, em sua maioria, posseiros que foram expulsos de suas terras, ou tiveram que deixar suas áreas de cultivo temporário ou permanente para se aventurarem em novas áreas de trabalho. Entretanto, não conseguindo essas áreas para garantir a sobrevivência de suas famílias entravam na luta pela terra, por meio das organizações de trabalhadores rurais mediadas tanto pelo sindicato rural quanto pelo MST.

O Movimento também fundou sua primeira organização jurídica – a Associação Estadual de Cooperação Agrícola – uma entidade que consegue organizar projetos e fazer parcerias institucionais com organismos nacionais. Trouxe também uma nova metodologia de trabalho, diferente daquela usada pelos sindicatos, entidade que organizava anteriormente os trabalhadores e ocupava junto com eles as fazendas. Como os sindicatos não tinham a prática

de fazer acampamentos, a experiência do MST foi muito positiva, o que contribuiu para que as ocupações dessem certo, em conjunto com formação política.

Para um entrevistado, a novidade que o MST apresentava no processo de ocupação foi bastante significativa, porque antes do MST, os trabalhadores ocupavam as terras, mas cada um dividia o seu lote para plantar sua roça e raramente acontecia uma reunião para discussão dos problemas que eram comuns a todos; era uma luta mais pela terra e não uma luta política social (**Entrevistado/Militante n. 04**, 2015). Foi assim que a fundação do MST no estado do Tocantins apresentou inovações ao processo de ocupação das terras. Nesse sentido, a fala deste militante é emblemática, pois representa a memória de organização e a resistência camponesa, especialmente sobre como os movimentos sociais são importantes na busca de ações que garantam o direito dos camponeses a terra, a produção e ao trabalho.

Ainda sobre a história do MST, destaca-se que “[...] Em um evento que ocorreu dia 23 de agosto de 1997, um seminário que tinha muitas organizações se criou a primeira comissão para criar o MST no Tocantins, essa comissão fez contato com o MST do Maranhão e do Pará para realizar o Trabalho de base” (**Entrevistado/Militante nº 8**, 2015). O objetivo da ocupação era, além de marcar a presença do MST na região, exigir do governo do Estado o assentamento das famílias sem-terra. Foram, portanto, tempos de reconfigurações políticas, sociais e econômicas no campo brasileiro.

As ocupações de terra e as instalações de acampamentos tornaram-se atividades cotidianas que compuseram a paisagem da região do Bico do Papagaio, e se tornou a marca do MST. Mesmo que a tática da ocupação não seja assim tão nova, enquanto ação de luta pela terra no Brasil, o MST a incorporou nas suas ações de mobilizações, principalmente quando a realiza como ocupação de massa, com o objetivo de dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais sem-terra, tais como: a violência sofrida pela expulsão dos posseiros das suas terras; como denúncia ao trabalho escravo; como denúncia da concentração de terras; e com o objetivo principal de desapropriar terras para fins de assentamento dos trabalhadores rurais. Dessa forma, “[...] o MST começou a fazer a luta na beira de estrada. Mudou um pouco no período de 2008, 2010 pra cá; e voltou a ocupar terra de novo; aí volta a fazer enfrentamento com o latifundiário direto, percebe?” (**Entrevistado nº 8**, 2015). E, dessa forma, os camponeses vão disputando a terra com os latifundiários e convivendo, cotidianamente, com as ameaças e ações conflituosas de violência com os jagunços e milícias para defenderem suas terras, lugar de produção e de vida.

Os movimentos sociais do campo, neste caso particular do MST, têm utilizado as ocupações para impor uma agenda para o Estado na busca da efetivação da reforma agrária. Para Fernandes (2000, p. 55):

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver, os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária.

As ações e formas de ocupação de terra compõem o enredo da história da luta camponesa no Brasil. São muitas as trajetórias familiares, políticas e culturais que levam os trabalhadores às ocupações de terra e, posteriormente, à formação de acampamentos do MST no Tocantins.

Quanto à estratégia de mobilização das famílias para ocupações, depende do tempo que se tem para realizar a ocupação. A estratégia adotada é aumentar o número de pessoas, para isso recorre-se às pessoas que apoiam a ocupação. Para Macedo (2005, p.487-488):

[...] ela é realizada com um grupo formado essencialmente de militantes, assentados, simpatizantes e acampados de outros locais [...] Quando as condições sociais daqueles que residem nas imediações do acampamento favorecem a entrada de novas famílias, a estratégia obtém resultado esperados. Aos poucos, as famílias que entram substituem o grupo que realizou a ocupação, já que aqueles que a apoiaram retornam para seus locais de origem.

Isso ocorreu na primeira ocupação do MST em Tocantins, quando militantes e apoiadores do MST do Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul vieram contribuir na organização da ocupação no Bico do Papagaio, em 1997.

A partir de 1999, o movimento realizou um trabalho de base em Palmas com o intuito de expandir-se e estabelecer uma base na capital do Estado, organizar suas estratégias com o objetivo de pressionar o governo para desenvolver política de desapropriação de terras para fins da reforma agrária. Foi a partir disso que o MST organizou o acampamento “Onalício Barros” que se estabeleceu às margens da BR 153, próximo ao município de Pugmil-TO. O acampamento recebeu trabalhadores de Paraíso do Tocantins e outros municípios adjacentes, que contou com influência do movimento sindical de trabalhadores rurais ligados a FETAT que contribuiu com o MST no estabelecimento do movimento naquela região. A ação resultou

no assentamento “Onalício Barros”, em 2006, na área que pertencia à antiga fazenda Maracanã, localizada no município de Caseara (TO).

Em 2001, o MST mudou sua localidade de articulação, saindo de Araguaína e passando para o Município de Paraíso, se tornando o local de coordenação dos trabalhos políticos e técnicos do MST, com uma secretaria operativa. No entanto, o trabalho de base realizado em Palmas, no decorrer de três meses, não atingiu seu objetivo que era articular suas ações a partir da cidade de Paraíso, local onde havia um acampamento, em Pugmil. A justificativa de criar a secretaria operativa na cidade de Paraíso se dava em função da localização geográfica, com melhor acesso à capital; aos municípios de Miracema e Miranorte, localizados na rodovia Belém-Brasília. As ações na região Centro-Oeste do estado possibilitaram a conquista de dois assentamentos, “Paulo Freire I e II”. A partir dessa estruturação o movimento conseguiu avançar na luta conquistando o assentamento “Onalício Barros” em Caseará e “Tchê Guevara” no município de Goianorte e “Padre Josimo” no município de Nova Rosalândia (VIEIRA, 2016).

No período de 2011 a 2016, as ações do MST ocorreram a partir da cidade de Palmas, que organizou o acampamento “Sebastião Bezerra”, no município de Porto Nacional, e mais dois assentamentos: “Santa Tereza” no município de Pindorama e assentamento “Zumbi dos Palmares”, no município de Silvanópolis (VIEIRA, 2016).

Em 2017, os acampamentos no estado de Tocantins são: 1. Acampamento “Padre Josimo” (Carrasco Bonito); 2. “Olga Benário” (Município de Fortaleza do Tabocão), 3. “Dom Celso” (Município de Porto Nacional), 4. “Sebastião Bezerra” (Município de Palmas); 5. “Carlos Marighela” e 6. “Irmã Dorothy” (Município de Sampaio).

A expansão do movimento pelo Estado trouxe várias inovações táticas de organização na luta pela terra. Pode-se destacar a adesão a uma concepção de mobilização de massa e uma política de luta, com implicações tanto para a mobilização local dos trabalhadores, como para a definição de alianças políticas com outros Estados e as decisões nos acampamentos do MST, que são tomadas a partir da organização no interior deles.

Trata-se da voz dos que questionam esse padrão de poder agrário através de manifestações realizadas em todo país. São manifestações de vários tipos: bloqueio de vias públicas, ocupações de prédios públicos, protestos, caminhadas, passeatas, barqueatas, marchas, jornadas de lutas, feiras, festas, encontros, vigílias, romarias, celebrações, etc. Em cada um desses atos manifestam os porquês de suas mobilizações, oferecendo uma pauta de reivindicações que sinaliza as demandas dos que se veem obrigados a parar o trânsito, a ocupar prédios públicos, enfim, a se

mobilizar, interrompendo a “ordem natural das coisas” para se fazerem ouvidos porque são olvidados (PORTO-GONÇALVES, et al., 2014, p, 151-152).

As organizações camponesas são fruto das contradições do capital, do modelo de desenvolvimento. No interior dessas organizações (neste caso, específico, o MST), é necessário indicar a força política e social, ajustando a tática e o método do trabalho organizativo, a fim de pautar uma alternativa política de emancipação para classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, buscar identificar as origens sociais dos trabalhadores rurais Sem Terra que compõe o MST no Tocantins é imprescindível para conhecer sua composição social, ou seja, quem são esses camponeses e camponesas.

2.4. A base social do MST no estado do Tocantins: herdeiros da luta pela terra

Essa seção busca responder a seguinte pergunta: Quem são os sem-terra que constituem o MST no Bico do Papagaio (TO), em especial em Carrasco Bonito, no acampamento padre Josimo?

Para responder essa indagação, é imprescindível a definição da sua origem social, qual o perfil dessas pessoas, qual sua trajetória e como se tornaram Sem Terra. Esclarece-se, entretanto, que o tratamento ao problema será dado a partir da exposição dos fatos histórico-sociais, tendo como centralidade seu perfil socioeconômico.

Nas entrevistas realizadas, verificou-se que as saídas de regiões como Maranhão, Piauí, para o antigo Goiás (hoje Tocantins) ocorreram devido às dificuldades de encontrar-se trabalho. O campesinato formado a partir da ocupação da Amazônia tem presença dos nordestinos que migraram para a região em busca de melhores condições de produção e vida. Assim como dos projetos de colonização do Estado, dos assentamentos rurais e pequenas posses, se configurando nas principais formas pelas quais o campesinato se implantou na região. Por outro lado, as atividades extrativistas e a pequena produção agropecuária para abastecimento regional, os baixos rendimentos e os indicadores sociais abaixo da média expressam a qualidade de vida precária dessa população. (GIRARDI, 2016). O crescimento populacional foi motivado pelo processo migratório iniciado a partir da década de 1970, devido às constantes secas e também a expulsão dos posseiros de suas áreas, também surge na pesquisa desenvolvida no Bico do Papagaio-Tocantins. Nesse caso, o processo migratório está associado à fronteira agropecuária:

A migração para a fronteira agropecuária a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970 foi ocasionada principalmente pela modernização da agricultura e consequente êxodo rural, pela não realização da reforma agrária nas áreas já densamente ocupadas e pela não solução do problema da seca e da pobreza no Nordeste. Existem duas frentes fundamentais de migração para a região da fronteira agropecuária: uma é proveniente do Sudeste e majoritariamente do campesinato do Sul, de onde partiram camponeses em busca de novas terras, seja pelo processo de expropriação ou pelo extremo parcelamento das propriedades. Esta frente se estabeleceu principalmente em Rondônia, Mato Grosso e oeste da Bahia, sendo pouco intensa na atualidade. A segunda frente é proveniente do campesinato do Nordeste, importante principalmente para trabalhar nos seringais na Amazônia e para colonizar a porção oriental da região, que compreende parte do estado do Maranhão. Esses camponeses nordestinos, empobrecidos ou expropriados, assim como os do Sul, são atraídos pela fronteira na busca de novas terras, mas também de trabalho. Esta frente migratória é mais ativa na atualidade e a migração dos trabalhadores tem como destino principal o sudeste do Pará. Além das duas frentes,

é possível verificar um fluxo migratório interno na fronteira agropecuária, que parte de Mato Grosso em direção a Rondônia e ao Pará e o Tocantins (grifos da autora). A migração para a fronteira agropecuária e na fronteira agropecuária constitui um indicador que a ocupação da região é um processo em marcha (GIRARDI, 2016, s/p).

Dentro do cenário descrito anteriormente, o Bico do Papagaio, na tensa zona ecológica da pré-amazônica, teve seu processo de ocupação de forma tardia, descontínua e marginal. Isso se deu em decorrência das correntes povoadoras do século XVII, devido ao processo de mineração seguida da pecuária. Atraídos pela descoberta de jazidas minerais, os camponeses se fixaram às margens do Rio Tocantins e do Araguaia. Somente com o esgotamento dos minérios as populações ribeirinhas passaram a viver da caça, pesca e do extrativismo vegetal, enquanto a pecuária expandiu-se no fluxo de uma corrente migratória proveniente do Maranhão, de onde se deslocaram pequenos criadores de gado a procura de pastagens.

Desse processo migratório na formação do Bico do Papagaio, uma frente agrícola vinda do Maranhão se projeta ao norte, na divisa com o Pará, originando um modelo produtivo baseado no trabalho familiar e no uso coletivo da terra. Desenvolveram-se pequenos sítios e centros que eram denominados pelo nome do chefe de família que primeiro chegou à região, em função do plantio do arroz e da extração do babaçu e da madeira. Ao longo do tempo o que se fortaleceu foi a pecuária e o extrativismo vegetal, que contribuíram para outros fluxos comerciais no sentido norte/nordeste.

Por volta da década de 1940, as terras da região ainda eram isoladas em relação ao resto do país. Essa foi uma das razões pela qual os ocupantes das terras no Bico não legalizavam suas terras. Além do que essa não era um costume da época, período em que os camponeses simplesmente adentravam as matas e construía suas casas, plantavam e estabeleciam um modo de vida. A partir dos anos de 1950, a ocupação ganha outro sentido: é a incorporação dessas terras à fronteira de recursos do país, que devido à expansão do mercado nacional provocou mudanças nas regiões até então isoladas e a expansão passa a ser fruto de política econômica (FERRAZ, 2000).

Uma das perguntas realizadas na entrevista com os militantes da direção, coordenação de setores estadual do MST foi a seguinte: Quem são os camponeses hoje no Tocantins?

Um dos entrevistados destacou que essa pergunta pela complexidade da realidade que a envolve apresenta dificuldades para uma resposta definitiva:

Os camponeses hoje no Tocantins estão muito dispersos. Muitos migraram para as cidades. Então hoje é difícil a gente definir bem quem são esses camponeses e onde eles estão. Mas dá pra gente perceber que eles estão nas periferias das principais cidades do nosso Estado, vivendo, ou tentando viver, na luta pela vida que foi lhe tirada anteriormente, né? Outros estão tentando despertar e retornar a terra através do ingresso na luta dos movimentos sociais. Outros, eu diria na sua minoria, estão no campo trabalhando, outro grupo, são posseiros. Então se você olhar bem, você vai ter diversos públicos: o público assentado da reforma agrária, que retornou ao campo e está retornando através das lutas dos movimentos sociais, sindicais e pastorais sociais, outro grupo que são os posseiros e que estão na resistência da luta, outros grupos são assalariados, arrendatários e meeiros, outro grupo são esses que estão jogados na periferia da cidade tentando a sobrevivência como podem (**Entrevistado n° 5**, 2015).

Para responder quem são os camponeses hoje, apresenta-se a definição na perspectiva da busca da compreensão do conceito, seus sentidos e significados. Isso se justifica pela complexidade em que o tema é tensionado na literatura das ciências sociais.

Shanin (2005, p. 1) adverte quanto às terminologias do conceito, no qual “[...] o conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmbito do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico”, desviando muitas vezes o seu real sentido, que é a realidade e os problemas sociais e políticos. Por isso, o autor propõe um exame sobre a literatura disponível do uso do conceito camponês. Camponês é uma mistificação, observa o autor:

[...]. Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. [...] Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos (SHANIN, 2005, p. 2).

Assim, para efeitos políticos, ou mesmo acadêmicos, o conceito de camponês é descolado do movimento da realidade, por vezes se tornando uma mistificação. Os camponeses, afirma Shanin (*Idem*), não podem ser descritos sem sua estrutura societária, pois seria um grande equívoco do ponto de vista da compreensão do conceito, ou da sua formulação. Entretanto, indaga o autor, o que significa camponês?

Apresentar-se-á as formulações dos argumentos para análise do questionamento por meio de seis categorias de características de como os camponeses têm sido diferenciados em relação aos outros indivíduos, partindo-se de vários quadros teóricos de estudiosos do tema camponês.

A justificativa sobre a especificidade camponesa ocorre por meio de quadros teóricos que tem como elementos: **1.** A economia dos camponeses se caracteriza pelo trabalho familiar, controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional; **2.** Tendência de organização política camponesa, os sistemas de intermediação e apadrinhamento, o lugar da guerrilha e do banditismo, à tendência à segmentação vertical do ponto de vista da estrutura organizativa, a forma de rebelar-se, tem sido comparado em sociedades diversas, tanto espacialmente, como socialmente; **3.** O modo de vida, o papel da oralidade, mapas cognitivos (em relação ao tempo), os padrões específicos de socialização e da forma como aprendem sobre suas ocupações e saberes são relacionados em diversos mapas explicativos; **4.** A organização social e sua forma de funcionamento têm aparecido como semelhante em todo o mundo; **5.** Apresenta-se as formas de reprodução social, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais apresentam padrões tanto específicos como genéricos; **6.** As causas e os padrões de mudança estrutural têm se apresentado também como específicos e genéricos dos camponeses do ponto de vista do quadro de referências. (SHANIN, 2005).

O camponês como generalização:

A generalização empírica, enquanto tal, constitui uma parte indispensável das ciências sociais. Seu perigo reside no possível excesso de generalização, pela extrapolação de semelhantes ou sequências conhecidas, simplesmente porque são conhecidas (SHANIN, 2005, p. 4).

Essas advertências referem-se ao uso do conceito de camponês de forma generalizada, sobretudo, homogeneizando os mesmos. O autor afirma que “[...] qualquer generalização, baseada na comparação, assumirá a heterogeneidade dos dados, assim como as ‘margens’ ou ‘limites’ da ambivalência conceitual” (*Idem*, p. 4).

Os diversos estudos sobre o tema do campesinato estão inseridos nas suas épocas históricas. Por isso, faz-se importante rever os clássicos da literatura e suas contribuições para a discussão dessa temática. Todavia, deve-se compreender as mudanças no interior da sociedade capitalista em curso ao elaborar os quadros de análises teóricas.

Uma das obras clássicas do século XIX sobre o campesinato foi a Questão Agrária de Karl Kautsky. Tal obra possui um forte conteúdo teórico-político, devido à influência do Partido Social-Democrata Alemão. A grande questão do autor foi: existe lugar para o camponês na sociedade capitalista? A questão foi respondida a partir de dois elementos

demarcadores das suas reflexões: a questão da divisão social do trabalho na agricultura assim como ocorria na indústria. Isso se dava em função da especialização produtiva e a centralização do capital. Por isso, esta mesma lógica aplicada ao campesinato era a causa do seu desaparecimento, como o foi com os artesãos diante do desenvolvimento do sistema de fábricas. Isso quer dizer que, com o desenvolvimento do capitalismo, a tendência era que o processo de exploração capitalista seria beneficiado em detrimento do campesinato.

Outro autor marxista que tratou da questão do campesinato foi Lênin, que apresentou o desaparecimento do campesinato na perspectiva do desenvolvimento do mercado, indo em direção a uma economia mercantil, atuando sobre a agricultura, criando uma divisão no interior do campesinato, entre camponeses ricos e pobres. Tal divisão seria fruto do desenvolvimento do mercado interno, que organiza uma separação entre produção e consumo, contribuindo para a desestruturação do campesinato.

Para ele [Lênin], eram a dinâmica intercamponesa de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista. A ênfase passa da produção para as relações mercantis. A polêmica pretendia atingir uma ala das relações de mercado e da capacidade de exploração dos camponeses mais ricos que indicava uma polarização necessária dos camponeses em ricos e pobres e, eventualmente, em capitalistas rurais e proletários rurais (SHANIN, 2005, p. 7).

Apesar desses argumentos, Lênin entendia que essa mudança seria gradual, implicaria em um lento processo econômico, político e também social. Tanto Kautsky quanto Lênin tinham em comum nas suas reflexões e abordagens teóricas a desintegração do campesinato sob o desenvolvimento do capitalismo. Todavia, Shanin (2005) adverte que os camponeses nem desaparecerão completamente, nem serão estruturalmente como antes, nem tampouco se tornarão proletários rurais no entendimento da teoria clássica do capitalismo referida acima. Sua justificativa para isto segue a lógica de que:

É indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de lucros) de transformar tudo ao seu redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo. [...] No Brasil certamente não menos capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto no número de camponeses, isto é, uma real “re-camponesação”. (SHANIN, 2005, p. 9).

Os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários e trabalhadores assalariados e pauperizados. Outrossim, à medida que se transformam e se vinculam, gradualmente, à economia capitalista, que invade suas vidas e seu modo de viver, também

persistem na sua forma de produzir e viver. São marginalizados na medida em que a sua produção dentro da economia nacional diminui, sua produção torna-se atrasada, do ponto de vista da relação com a larga produção capitalista. Servem ao desenvolvimento capitalista de forma menos direta, “[...] um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros”. (*Idem*, p.9).

Shanin (2005) afirma que não existe um modelo típico de camponês. Argumenta que é necessário para compreensão do conceito a partir do estabelecimento rural familiar, no qual a unidade de produção familiar é o ponto central para definir o camponês. Assim, define o campesinato como uma classe social e também um mundo diferente que apresenta padrões de relações sociais distintos, que se pode definir como modo de vida. O campesinato é uma classe social de baixa de forma subordinada, mas que se rebela em momentos de crise. Como classe social, e não somente enquanto setor importante da economia, o campesinato se traduz como uma forma de organização da produção e também um modo de vida.

Maestri (2016) compreende a categoria camponês como unidade produtiva camponesa, núcleo de produção agrícola e artesanal autônoma e que, apoiado na força e na divisão familiar do trabalho, por um lado, orienta sua produção para a satisfação das necessidades familiares de subsistência e, por outro, mercantiliza a parte sobrança com a finalidade de obter recursos monetários para comprar produtos perenes, etc.

Partindo dessa compreensão, o campesinato adquire uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e nas diversas formas de acesso a terra, tais como posseiro, arrendatário, parceiro, entre outras formas mais regionalizadas no Brasil com as mesmas características. Assim, a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida demarcam os elementos que compõem o modo de ser do camponês e que são comuns a todas as formas sociais.

Nesse aspecto, Martins (1990) contribui para as reflexões sobre o conceito de camponês, chamando atenção para o fato de que o campesinato no Brasil é uma classe que quer possuir a terra, pois foi expulso dela e com frequência retorna a ela como trabalhador, mesmo que a terra seja em outro território diferente do seu; na qual os constantes processos migratórios se constituem com a expansão do capital e como contradição dessa expansão. “Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação” (*Idem*, p. 16).

Dessa forma, o camponês no Brasil, fruto das relações históricas do avanço do capitalismo sobre as diferentes formas de apropriação da natureza e do trabalho, instituiu a apropriação camponesa da terra com a crise do trabalho escravo. Tal questão constitui-se numa contradição, uma vez que o capital necessita de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda propriedade que não apenas a propriedade de sua força de trabalho. Para Martins (1990), essa seria a razão pela qual o camponês não se enraizou, porque é um migrante e itinerante.

No entendimento de Martins (1990), o sentido e significado das palavras “camponês” e “campesinato” no Brasil são usadas muitas vezes como demarcação política, entretanto são termos importados. No Brasil, o camponês é originariamente conhecido como caiçara, caipira, tabaréu, caboclo, isso para designar o homem do campo, o trabalhador rural. Para o autor, estas palavras apresentam um duplo sentido, referindo-se aos que vivem distante, no campo, na roça, fora das cidades, mas que são caracterizados como atrasados, ignorantes e até preguiçosos, que não gostam de trabalhar. São constatações preconceituosas que demarcam um sentido da inexistência do outro. Assim como também o sentido político, que perpassa o entendimento sobre o camponês.

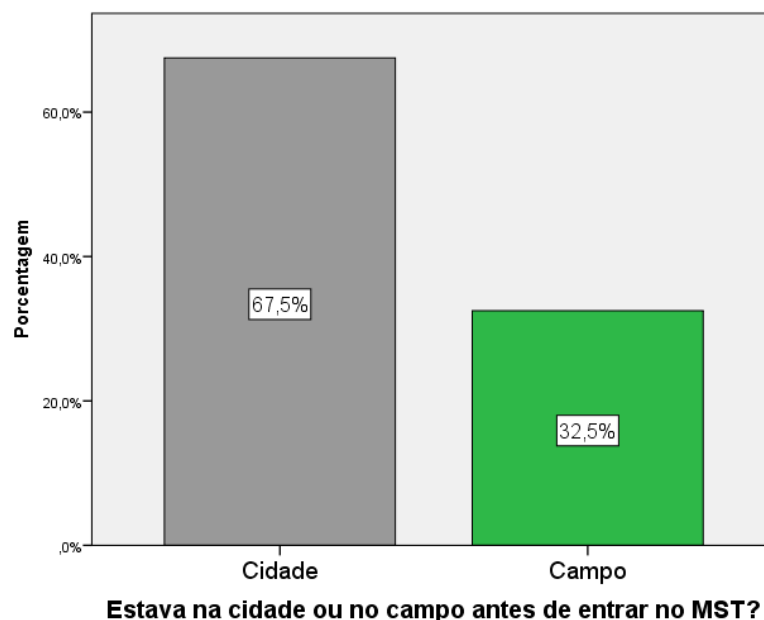
Definam-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um excluído. É assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político (MARTINS, 1990, p. 25).

Nesse aspecto, o autor adverte que a exclusão do camponês da política tem um sentido amplo, pois essa exclusão define o lugar do camponês no processo histórico. Isso traz complicações no que se refere à ausência de um conceito, de uma categoria, que o defina socialmente, de como se caracteriza sua participação nos processos políticos, sociais e até culturais. Por isso é um excluído, pormenorizado, nas ações, “[...] ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro” (*Idem*, p. 25).

A partir das reflexões sobre o conceito de camponês busca-se conhecer quem são eles; o que fazem; qual o perfil social dos homens e mulheres do acampamento Padre Josimo. Os dados quantitativos do questionário propostos aos membros mais envolvidos de cada família na luta do acampamento Padre Josimo, a respeito da questão se estavam morando no campo

ou na cidade antes de entrar para o MST, procurou demonstrar a realidade em que vivem e, especialmente, sua caracterização como camponês. A análise indica que mais de um terço dos entrevistados residiam na cidade; e menos de um terço estava no campo. Ou seja, grande parte dos trabalhadores rurais havia deixado o campo à procura de trabalho, de subsistência na cidade, como ilustrado no gráfico 03: 67%,5 dos entrevistados estavam morando na cidade antes de entrar no MST e 32%,5 estavam no campo trabalhando como vaqueiros, plantando nas terras dos fazendeiros em troca de plantar as sementes de capim para o gado.

GRÁFICO 3- Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família segundo se estava no campo ou na cidade antes de entrar no MST



Fonte: Gráfico elaborado a partir do questionário aplicado pela autora no acampamento Padre Josimo em Carrasco Bonito, (2016). **Org.** ALMEIDA, Rejane C. Medeiros de, a partir do programa SPSS.

Nesse aspecto, destacam-se duas entrevistas: sendo a primeira de um entrevistado que aponta que estava na cidade quando conheceu o MST, mas, que sempre morou na roça: “[...] meu irmão me levou para trabalhar na cidade e dizia que nosso sofrimento era a roça. Então ele trouxe a gente para cidade e depois que a mãe morreu eu retornei para roça, várias vezes ficava na cidade sem trabalho. (**Questionário**³⁴, n° 13, 2016).

Outro entrevistado descreveu sua trajetória destacando que estava no campo e fazia trabalhos para fazendeiros, constituindo, assim, a dinâmica da subalternidade e da exploração

³⁴ São acampados que participaram apenas do questionário, com questões abertas e fechadas.

sofrida. Além disso, chama atenção para a forma com que oferece serviços aos fazendeiros e como o seu trabalho é explorado por um pedaço de terra para plantar seu arroz em troca de plantar capim para o gado. “Só que antes do arroz crescer, os fazendeiros soltavam o gado e ele comia todo o meu arroz, sabe como é, né?” (**Questionário nº 04**, 2016).

As entrevistas permitem fazer uma análise a partir do que Medeiros (2009) adverte sobre a origem dos trabalhadores rurais Sem Terra, ao destacar que ao longo de sua trajetória de luta houve mudança no perfil “[...] trazendo tensões para o interior das concepções originais do movimento” (2009, p.4). As mudanças se deram também em função das transformações que ocorreram no campo brasileiro. Os camponeses foram expulsos com a política de modernização do campo, em um desenvolvimento desigual promovido pelo modo capitalista de produção que gerou a expropriação e a exploração dos camponeses, trabalhadores do campo.

A nova fase do desenvolvimento das forças produtivas se acentuou a partir do processo de globalização mundial neoliberal, na década de 1980, na qual a burguesia agrária adotou outro modelo de agricultura para o país. Este modelo implicou, sobretudo, na reedição das formas de modernização do latifúndio, aceitação e incorporações de novas concepções internacionais dominantes de agricultura dependente do capital estrangeiro e agroexportador, incorporando novas tecnologias. Nesse novo cenário, os trabalhadores rurais hoje, que estão integrados no processo de produção rural, segundo Carvalho (2015, p. 5) “[...] se constituem a parte direta da formação econômica e social brasileira no campo, [que] apresentam contradições de interesses entre si, sejam aquelas explícitas nos conflitos extraclasse e, sobretudo, nos conflitos sociais entre classes sociais”. Em decorrência desses conflitos, os trabalhadores rurais são expulsos do campo, retornam apenas para fazer serviços temporários, apresentam dificuldades para retornar ao campo, moram nas periferias das cidades e como estão em situações de desemprego, passam a compor os movimentos sociais que são os mediadores políticos de organização desses trabalhadores.

Sobre as terras griladas no Bico do Papagaio, os entrevistados afirmam que estas são na verdade da união:

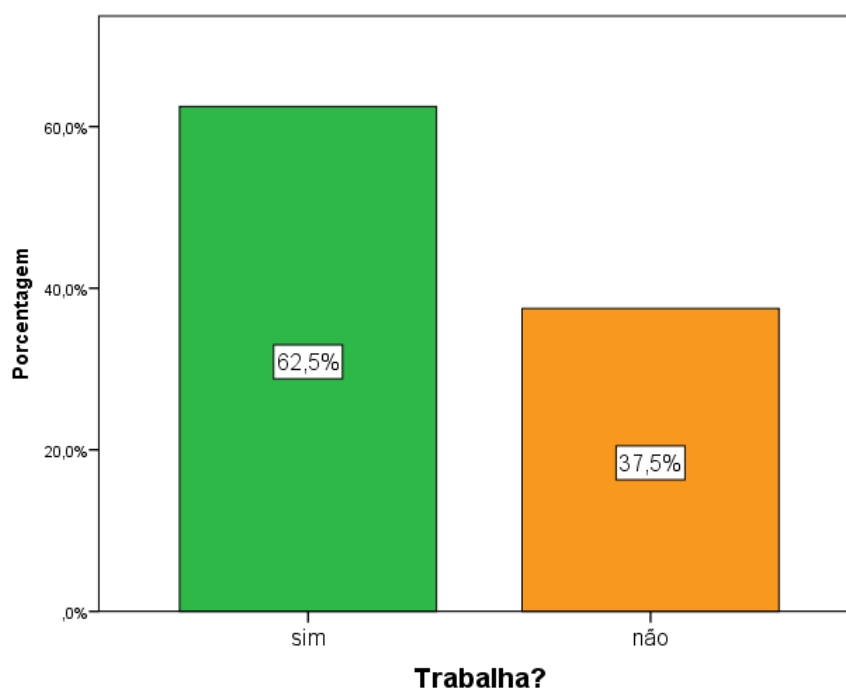
É só gramar e jogar o boi, agora o boi sai demais da terra da união, porque eles não têm terra, é terra griladas, eles dizem que é deles e pronto! São os poderosos! Aqui se chegar um camponês, dois ou até 10 dizendo para botar roça nas terras que estão sem qualquer uso, sai de lá espancado, enxotado, mal visto pela população, pois a população tem medo e acaba ficando do lado dos fazendeiros. (**Entrevistado nº 17**, 2016).

Os fazendeiros são poderosos e nós não temos vez, mas você sabia que estas terras são griladas? Pois é, eles expulsam os trabalhadores com os pistoleiros, e as famílias para não morrer, saem das suas terras que estão lá desde muito tempo, estes trabalhadores são posseiros de muitos tempos. (**Entrevistado nº 11**, 2016).

O Bico do Papagaio-TO possui grandes extensões de terras griladas por latifundiários, que vieram de outras regiões do país em busca de terras no Estado, consideradas por eles “sem dono”, ignorando a existência de camponeses e indígenas nessas terras que possuíam a posse da terra, o caso dos posseiros. Esses fatores foram decisivos para que o MST fosse fundado no Tocantins, como uma forma de resistência e sobrevivência dos camponeses.

A seguir apresentar-se-á o gráfico 04 com os dados da pesquisa que apontam o que fazem os Sem-Terra do acampamento Padre Josimo:

GRÁFICO 4 – Distribuição dos membros de cada família mais envolvidos no processo de organização do acampamento segundo se Trabalha ou não:



Fonte: Gráfico elaborado a partir do questionário aplicado pela autora no acampamento padre Josimo em Carrasco Bonito, (2016). **Org.** ALMEIDA, Rejane C. Medeiros de.

Em relação à pergunta sobre o trabalho, obteve-se o seguinte percentual: 62,5% dos entrevistados dizem que trabalham, e 37,5% que não trabalham. Desses entrevistados, quatro deles são aposentados; e um deles beneficiário da previdência social; um é estudante e outro é da direção estadual do MST. As seis recebem renda da bolsa família e três estão sem nenhuma

renda. A fala de uma acampada revela a relação de trabalho e luta pela terra: Luto desde criança com minha mãe. Por isso, é muito difícil arrumar trabalho, porque fico sem ter onde produzir” (**Questionário nº 11**, 2016).

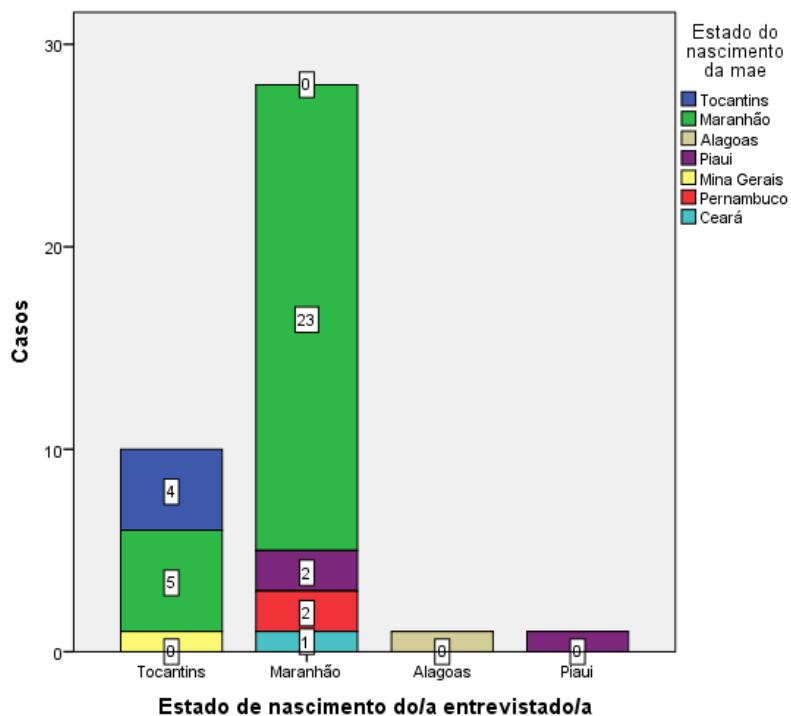
Ainda sobre o trabalho, um acampado respondeu da seguinte maneira:

Eu tô com quase oito anos que não boto uma roça, não tem aonde! Eu planto um pé de feijão pra aqui, outro pra acolá. Mas, legumes mesmo? O milho, o arroz, a melancia? De jeito nenhum! É só comprando, pois os fazendeiros não dão mais hoje em dia a terra pra nós plantar. Até tirar um pau, uma vara nas terras eles não deixam mais, porque dizem que é dono, aí ficou difícil para o pobre! (**Questionário nº 12**, 2016).

As relações de trabalho no campo multiplicaram as formas de organização entre homens livres e pobres no período escravocrata. Por isso, surgem as várias formas de trabalho camponês no Brasil. De um lado, as marcadas pela subordinação direta dos camponeses aos latifundiários, como agregados, isto é, os trabalhadores que em troca do direito de morar e produzir no interior dos latifúndios prestam vários tipos de serviços para os latifundiários, inclusive os de “jagunços”. Todavia, o que é relevante nesse processo de subordinação dos camponeses ao latifundiário é a diversidade de camponeses que são submetidos a diferentes formas e mecanismos de exploração do capital em que estão sujeitos à expropriação dos seus meios de subsistência, que é a terra, pelo avanço da concentração fundiária que é resultado da expansão da dominação capitalista (ALENTEJANO, 2012).

Quanto ao processo migratório, as entrevistas indicaram que 85% das mulheres nasceram fora do Tocantins, em relação a 65% dos homens. Isso possibilita afirmar que as mulheres migraram mais que os homens nesta amostra do acampamento Padre Josimo realizado em 2016, no Município de Carrasco Bonito-TO.

GRÁFICO 5. Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento segundo Processo Migratório dos entrevistados



Fonte: Gráfico elaborado a partir do questionário aplicado pela autora no acampamento Padre Josimo em Carrasco Bonito, (abril de 2016). **Org.** ALMEIDA, Rejane C. Medeiros de.

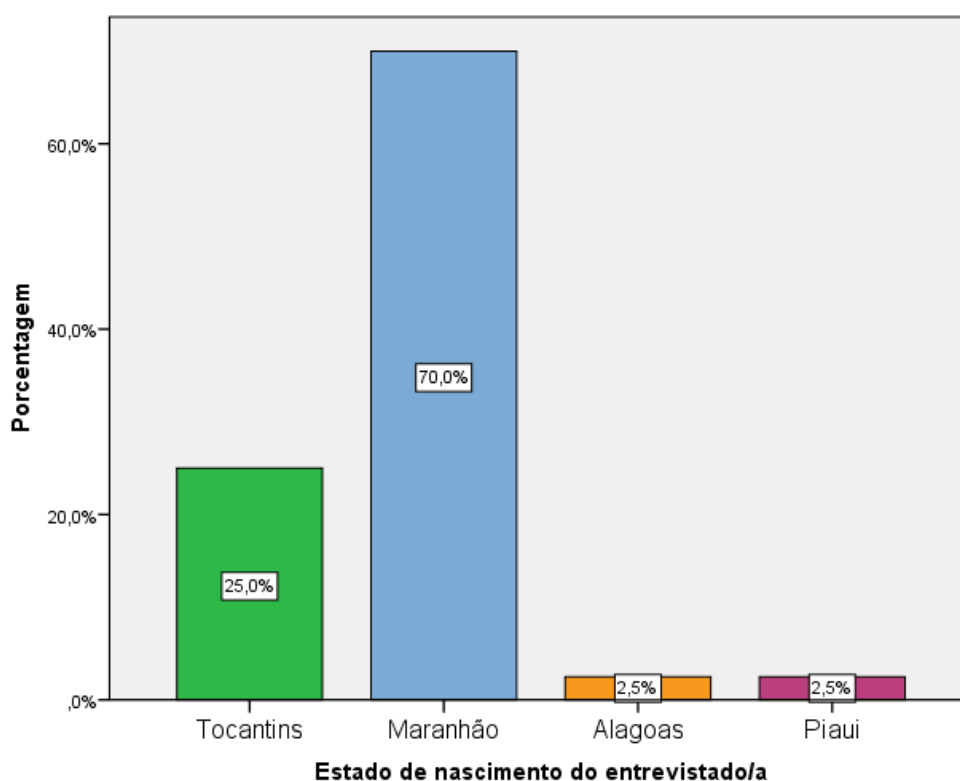
Observa-se, no gráfico, que dez dos entrevistados nasceram no Tocantins. Desses dez, somente quatro das suas mães nasceram no Tocantins e cinco nasceram no Maranhão, e uma em Minas Gerais. Essas famílias migraram para o Tocantins onde nasceram os entrevistados. Trinta entrevistados não nasceram no Tocantins, desses vinte e oito nasceram no Maranhão. Desses vinte e oito entrevistados, vinte e três mães nasceram no Maranhão, sendo que a metade delas migrou e mora atualmente no Tocantins. Em dois casos, suas mães nasceram respectivamente no Piauí e Alagoas.

Isso confirma o processo de migração como um dos elementos constituintes na formação do Estado. Outro fator que também contribuiu para formação do Estado, no que diz respeito ao aspecto político institucional, foi a elevação de diversas localidades à categoria de municípios. Conforme dados do IBGE (2010), 51% da população afirma ser tocantinense, 33% vieram de outros Estados e 16% informaram que vieram dos estados da região Nordeste. Os dados do IBGE (2010) ainda apontam que os migrantes que vieram para o estado do Tocantins se encontram assim distribuídos: Maranhão com 8.6%; Goiás com 7.3%; Piauí com

3.1%; Pará com 2.7%; Minas Gerais com 2.1%; Ceará com 1.7%; Bahia com 1.5%, e outros Estados da federação com 5.2%.

Os resultados obtidos no questionário proposto aos 40 camponeses do acampamento Padre Josimo indicaram que, como se observa no gráfico 06, só 25% dos acampados nasceram no estado do Tocantins, enquanto que a grande maioria deles vieram do estado do Maranhão (70%).

GRÁFICO 6 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família segundo o Estado de Nascimento:



Fonte: Gráfico elaborado a partir do questionário aplicado pela autora no acampamento Padre Josimo em Carrasco Bonito, (2016). **Org.** ALMEIDA, Rejane C. Medeiros de.

Os dados demonstram a relação de fronteiras importantes no processo migratório dos camponeses dessa ocupação. São camponeses migrantes do Maranhão, Piauí, Alagoas e parte do antigo Goiás (Hoje Tocantins). A fala de uma trabalhadora rural do acampamento Padre Josimo revela que nasceu e viveu muitos anos no Maranhão; que trabalhava como quebradeira de coco para se sustentar e criar seus filhos. A entrevistada tem o ensino fundamental incompleto (diz ter até a terceira série), e em sua fala expressa a condição social e de reprodução da classe a que pertence:

Nasci em Tum-Tum no Maranhão. Comecei a quebrar coco, a vasilha d'eu quebrar coco era um saquinho, e aquilo quando eu enchia, eu vinha alegre! Aí juntava, quando era no fim da semana eu ia vender aquele coco, eu fazia isso pra mim calçar um parzinho de lambreta (um tipo de sandália), e era também pra mim comprar uma blusinha. Quando eu ia pro mato quebrar coco, mais minhas amigas, o prazo da minha roupa enxugar era enquanto eu banhasse. Eu passava um sabãozinho, isso lá no coco mesmo, aí eu vestia ela molhada e vinha pra casa. Aí comecei lavando roupa também, pros conhecidos, eles me davam roupa mesmo usada, trabalhava pra ganhar mixaria, besteira. Ai quando eu casei fui viver da roça quebrando coco, eu e meu marido, pra criar os filhos e todo ano era uma filho. Quebrava coco até 6 da tarde, quando era 6 da manhã amanhecia de resguardo e com 15 dias, se o coco tivesse junto dentro de casa, eu começava a quebrar de novo, aí foi o tempo que viemos embora do Maranhão; ele morreu e eu fiquei com 7 filhos para criar. (Entrevistada n° 11, 2016).

Outra entrevistada, veio do Maranhão e é quebradeira de coco babaçu. Está acampada no acampamento padre Josimo, considera que os tempos de hoje são muito difíceis e apresenta sua experiência de vida: “[...]. O emprego que eu tinha era quebrar coco, todo santo dia quebrava 13 ou 14 litros, e aí quando eu chegava vendia e comprava o arroz, a carne e a merenda pros filhos e no outro dia o mesmo rojão de sempre. Eu comprava roupa, calçado, rede e assim criei meus filhos, sempre lutando” (Entrevistada n° 15, 2016).

As histórias de vida dos homens e mulheres do Bico revelam como esses camponeses ainda vivenciam uma situação social de pouca variação, mas que são experiências. Nesse sentido, os estudos de Thompson (2001, p. 276), mesmo em outro contexto, com nuances diferentes, permitem-nos uma aproximação teórica sobre o fato de que são as experiências vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras nas relações de produção, segundo suas relações determinadas no interior do conjunto das relações sociais que determinam a sua consciência de classe: “[...] os pobres, ou a plebe, podem vir a ter consciência de si apenas como proletário”, que é a sequência histórica da formação de uma classe”. Thompson (1981, p. 112). continua suas contribuições afirmando que: “É a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades” Por meio de mediações, promove o retorno dos homens e mulheres concretos como sujeitos da história, que através das suas experiências e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, organizam essa experiência em sua consciência e sua cultura (THOMPSON, 1981). Ainda sobre essa questão, o autor constrói um entendimento de que “[...] toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores, uma escolha de valores” (*idem*, p.189-190).

Os relatos nas entrevistas indicam que esses/as trabalhadores/as vivem um processo de migração fugindo da pobreza, da falta de emprego e, sobretudo das condições nas quais vivem. Assim, a reprodução social é a reprodução ampliada do capital, que produz também a reprodução das contradições sociais. Como reflete Martins (1998):

[...] não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – Não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo (*Idem*, p. 57).

O tempo produzido pelas vidas entrecruzadas de homens e mulheres do campo, derivado do desenvolvimento capitalista, se manifesta no cotidiano da vida desses sujeitos, revelando um homem comum, que na prática produz desigualdades sociais, mas também formas de recriar modos de vida do camponês.

O processo de ocupação do Bico do Papagaio foi realizado por homens e mulheres que tiveram suas vidas marcadas pela opressão e dominação dos que grilaram suas terras. Como característica desse processo de ocupação, sobressai, também, o uso dos recursos naturais, associados à agricultura de subsistência e o comércio dos produtos com base no extrativismo local, como é o caso do babaçu e também de uma diversidade de frutas. Os camponeses e as camponesas dedicavam-se a pesca, a caça e, especialmente, trabalhavam para os fazendeiros. A característica referida cria as bases sociais e materiais que possibilitam uma transformação no padrão de ocupação das terras na região do Bico, isto porque este padrão está assentado no resultado da ocupação do cerrado associados à atividade da pecuária. Assim, nesse processo, os rios são importantes, pois serviam de escoamento para a produção. A relação com os rios também ajudou no processo de ocupação dos indivíduos na Região do Bico do Papagaio, pois estes entraram na mata e escolheram um lugar que consideravam favorável para criar porcos, galinhas, patos, e retirar material para construção de suas casas.

Um sinal de que a terra era boa consistia na presença do babaçu e de castanhal para exploração extrativista, como forma de sobrevivência para os nativos que buscavam condições para fixar suas moradas. Outro fator da ocupação na região foi o isolamento e a distância de um povoado que se mantinha a fim de evitar que outras famílias, que já estavam na área, não se preocupassem com as invasões nas suas terras. A distância dependia de terras desocupadas, assim como das condições do solo, do terreno e das condições que estes lhes proporcionariam para a ocupação e formação, porque “[...] em contraposição à ‘beira’ (beira

do rio onde se localizavam os povoamentos maiores e mais antigos, a ‘civilização’) surgiram os ‘centros’ que estavam ligados à ideia de centro da mata, portanto, próximo e em contato com a natureza não controlada pelo homem” (SOARES, 2009, p. 118, 119).

A ocupação do Bico do Papagaio, região ao qual o autor refere-se, é parte constituinte da formação social dos trabalhadores rurais que atualmente compõem o MST. As entrevistas realizadas apontam que os trabalhadores rurais migraram do Maranhão, Piauí e Alagoas com destino ao antigo norte de Goiás fugindo da seca e também em busca de trabalho. Entretanto, o processo migratório continua na região.

Eu vim de Mucuíba, mas hoje lá se chama Senador Laroque, quando eu saí de lá, em 1979, cheguei aqui e só tinha uma ruinha baquiada, era Goiás ainda, teve uma época que me deu vontade de ir embora, mas eu digo: não vou não! e ainda hoje tô pisando por aqui. Eu vim pra cá, para Carrasco Bonito, trabalhar na roça em 1978, lá deu uma seca, e aí eu chamei meu sogro e viemos pra cá. Chegamos aqui dia 10 de maio de 1979, quando foi em 1983 chegou um pessoal do Maranhão: 18 famílias e a maioria tá espalhada por aí; alguns voltaram outros estão em Augustinópolis. Antes o fazendeiro dava a terra pra gente botar roça, hoje ainda dão, mas é mais difícil, eles arrendam a terra pra gente plantar o capim, aqui muitos pagavam a renda, mas do meio pro fim ficou só no capim (**Entrevistado nº 17**, 2016).

Muitos vieram depois que seus familiares já estavam estabelecidos na região formando os povoados. A fuga das regiões mais secas é um dos elementos para compreender a frente de ocupação camponesa na região do Bico do Papagaio (TO) que avançou sobre a região nos anos 1940 e 1950 e, especialmente, a abertura da fronteira agrícola para atender as regiões mais desenvolvidas do país. A partir dos anos de 1960, ocorreu um rearranjo das atividades econômicas, com a crise da borracha, que provocou em toda região da Amazônia, inclusive no Bico do Papagaio, a formação de uma economia basicamente camponesa, de sitiantes, latifundiários, com suas famílias e agregados. O que predominou neste período foi um campesinato disperso, composto de famílias que desenvolveu atividades econômicas, destinadas ao autoconsumo. Como já foi mencionado, este campesinato formou roças e criou animais pequenos, caçava e pescava e também recolhia frutos da mata.

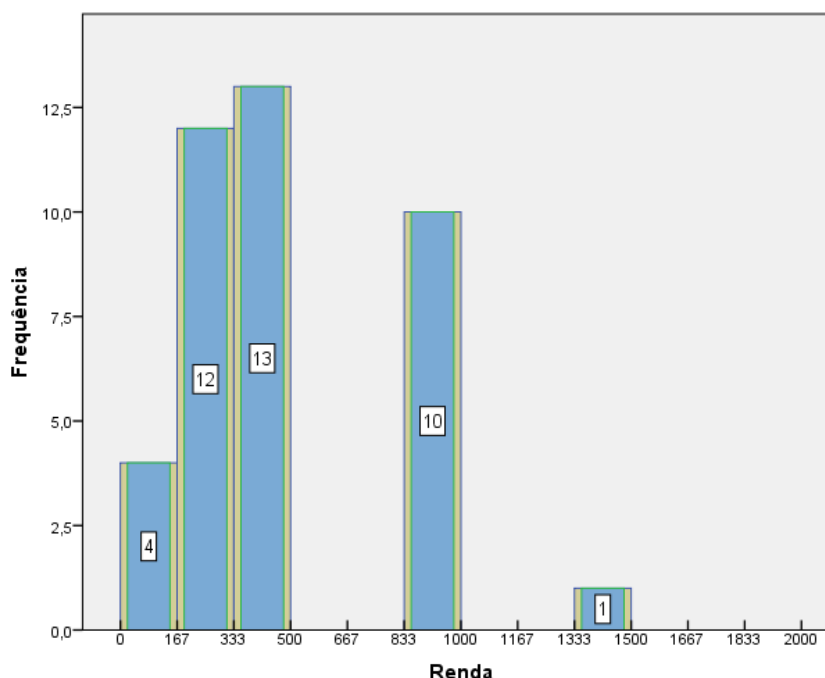
A partir de 1960, ocorreu um processo de ocupação da região que teve sua matriz nos interesses do capital nacional e internacional, provocando transformações no modo como o Bico passou a se relacionar com outros centros econômicos do país, rompendo com o suposto isolamento. Infraestrutura foi criada para dar dinâmica a circulação de pessoas, mercadorias, ideais, expansão de estradas de rodagens. Com essas mudanças, houve melhoramento das vias de acesso à região; os núcleos de camponeses mais isolados passaram a se decompor ou

sofreram um rearranjo em função do intercâmbio de mercadorias e ideias. Segundo Oliveira (2007, p. 11) em suas reflexões sobre o campesinato e sua relação com o capital:

[...] é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste, como querem as duas correntes anteriores. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações.

Entretanto, o desenvolvimento na região resultado da expansão contribuiu para aprofundar as desigualdades, entre as quais a pouca escolaridade e a baixa renda se constituíram num fator de migração. Os dados a seguir demonstram a escolaridade dos acampados.

GRÁFICO 7 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento segundo sua Renda:

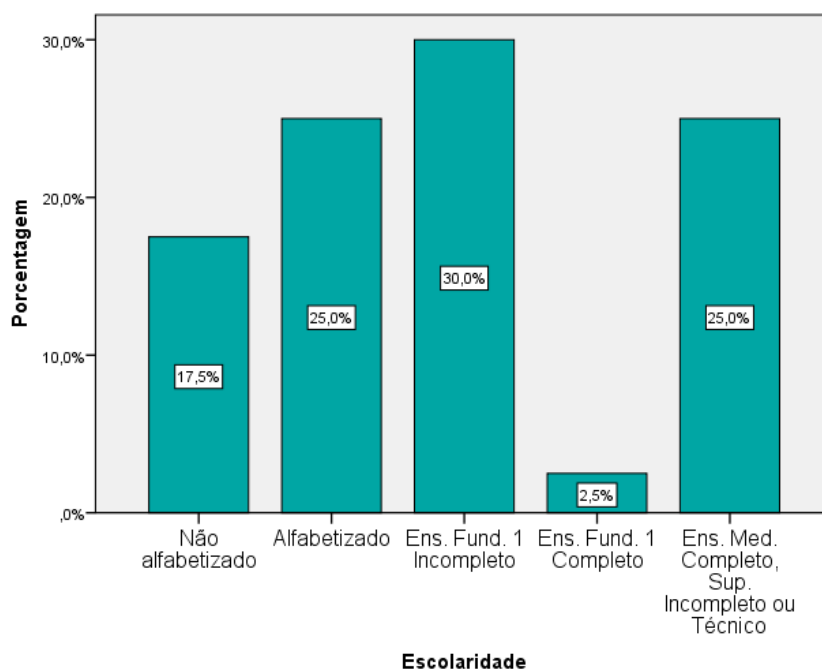


Fonte: Gráfico elaborado a partir do questionário, (2016). **Org.** ALMEIDA, Rejane C. Medeiros de.

O gráfico 7 demonstra, no item fonte de renda, que dos 40 entrevistados, 13 deles são agricultores e 12 São quebradeiras de coco. No entanto, estas também se consideram agricultoras. 04 deles são aposentados, e também afirmaram ainda viver da agricultura, assim como as mulheres que recebem bolsa família, que totalizam 10. Quanto ao item “Ocupação de trabalho”: observa-se que o grande número é de lavradores/as, denominados dessa forma por eles mesmos. Percebe-se que essa denominação é consequência das relações sindicais que esses trabalhadores desenvolveram com o sindicato rural no Bico do Papagaio, uma organização com forte influência sobre os camponeses/as nas intensas lutas por terra na década de 1980, anteriormente mencionada nesse capítulo.

Um dos fatores que determinam a permanência dos entrevistados na região e também compõem a luta pela terra no Tocantins é a baixa escolaridade.

GRÁFICO 08 - Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento segundo grau de Escolaridade:



Fonte: Gráfico elaborado a partir do questionário (2016). **Org.** ALMEIDA, Rejane C. Medeiros de.

O gráfico 8, resultado do questionário aplicado no acampamento junto aos acampados, demonstra os dados sobre a escolaridade dos entrevistados, sendo que a grande maioria não concluiu o ensino fundamental. Observa-se, que 07 dos entrevistados tem apenas a primeira série do fundamental, enquanto que outros 08 têm entre o terceiro e quarto ano. Os que estão no ensino fundamental/primeira fase afirmam saber ler e assinar o nome, esses são os que têm entre 25 a 45 anos. Já os analfabetos estão na faixa etária a partir dos 50 nos de idade, sendo 06 homens e 04 mulheres. Os dados que chama atenção são os do ensino médio completo e superior incompleto e técnico, isto porque e tem jovens no acampamento que já estão no ensino médio, porém deixou por dificuldades de ir para cidade. Já os dois de ensino superior incompleto iniciaram o processo em uma faculdade particular do Bico, com bolsa do PROUNI, e a distância. Já os do ensino técnico, são técnicos em agroecologia que estudam no PRONERA.

Os dados do Ipea (2011) afirmam que existem mais de 6 milhões de jovens agricultores no Brasil na faixa etária entre 18 a 29 anos de idade e que mais de 20% da população rural brasileira continua analfabeta, sendo que os negros têm taxa superior ao dobro da verificada entre os brancos.

Alguns elementos são fundamentais para se pensar o alto índice de analfabetismo na Região Norte, que é de 13,1%. Falta de emprego, processo migratório em função da expulsão do campo, a precarização da agricultura familiar devido à ausência de políticas públicas, por exemplo. Essa população vive em constantes migrações, marcando-a com o fracasso na escola, causado pelo fechamento indiscriminado de unidades escolares na zona rural. Os sentidos e significados que jovens atribuem a vida, os saberes acumulados e diferentes formas de ser e pertencer desses sujeitos, que possuem uma identidade com suas representações, tem uma dimensão própria na sociedade. Nesse sentido, a baixa escolaridade e o afastamento, ou até o não acesso à escola, subtrai desses sujeitos a possibilidade de um direito elementar: a escola.

Pensar a importância da escola é debater o seu significado, o papel do Estado e o papel da sociedade. A escola de elemento articulador da formação e domesticação da classe trabalhadora pós-revoluções burguesas no século XIX, vai se caracterizando como um dos eixos primordiais na organização e na definição dos lugares dos sujeitos na sociedade burguesa. Mas, além disso, a escola também pode potencializar a formação de homens e mulheres para uma sociedade na qual é possível a emancipação desses sujeitos. É condição *sine quo non* para a integração, estratégia de domesticação, coerção e disciplinamento institucional. Isto porque a tradição moderna da qual a escola faz parte exige submissão, obediência e reconhecimento da autoridade, não somente pelos conteúdos que transmite, mas também pela forma como o faz.

Portanto, pensar e refletir sobre os sentidos da escola em tempos de autonomização da formação dos sujeitos é buscar compreender as mediações entre o que se aprende, para que se aprende e qual a finalidade desse aprendizado em uma sociedade da informação.

A escola funciona com uma dupla finalidade: por um lado, é obrigada a constituir-se em um sistema de defesa em relação ao saber, com o objetivo de eliminá-lo ou transformá-lo em benefício da classe dominante; por outro, eliminar as classes dominadas da participação no saber, ou autorizar somente um pequeno número de seus representantes a dele participar. Isso ocorre mediante a condição de subalternidade, aderindo e se conformando às exigências da escola, aceitando a aparência de saber que a escola é obrigada a transmitir, pois esta é sua primordial função nesta sociedade. Petit (1982, 44), adverte que:

A escola aparece nestas condições como um momento específico do processo através do qual esta relação de classes se perpetua. Esta especificidade consiste no fato de que a escola se mostra como um poder de violência simbólica, isto é, utilizando os sistemas de representações, e não a força. Na medida em que a escola decorre desta relação de força, ela só pode preencher seu papel face à relação de força pela utilização de procedimentos distintos, o que constitui a origem tanto de sua autonomia aparente como de sua dependência real, dependência mascarada pela aparente autonomia, máscara que é a própria condição de seu papel face às relações de força das quais ela decorre.

Por isso, afirmou Petit (1982), que a escola reflete as contradições imanentes ao sistema capitalista. Ao mesmo tempo em que contribui para sua manutenção, contribui para sua destruição. Promove, contudo, o questionamento de suas bases e provoca transformações no seu interior.

Entretanto, a escola, ao conferir ao indivíduo a condição para o sucesso, esconde as determinações sociais que constituem esse indivíduo e o responsabiliza pelo seu sucesso e fracassos. As desigualdades sociais reproduzem as desigualdades escolares o que leva a seguinte questão: como explicar a força e a estabilidade da ação das desigualdades sociais sobre as desigualdades escolares? Na realidade, os diversos grupos culturais e sociais desenvolvem procedimentos junto às crianças, que são emblemáticos do ponto de vista da reprodução das desigualdades. Dessa forma, a não ser que as desigualdades sociais fossem anuladas, não se vislumbra de que forma a escola poderia neutralizar as diferenças de competências que se manifestam desde os primeiros momentos de vida das crianças em suas famílias e círculo cultural (DUBET, 2008).

O argumento desenvolvido por Dubet (2008) aponta que as distinções escolares, as mais sutis possíveis, dissimulam e acentuam hierarquias sociais, pois ocorrem disputas em torno das disciplinas escolares, hierarquizando e estabelecendo com isso, diferenças escolares que passam a refletir diferenças sociais. Nesse sentido:

Em função de suas políticas e de suas tradições, cada sistema escolar pode estar mais ou menos próximo de um ideal puro de igualdade das oportunidades, mas nenhum consegue verdadeiramente se proteger da influência das desigualdades sociais sobre as desigualdades escolares. A igualdade das oportunidades não produz, portanto, a igualdade dos resultados (DUBET, 2008, p. 31).

O autor adverte que a escola sozinha não cria a igualdade de oportunidades e que a redução das desigualdades sociais ainda é um mecanismo de criar a igualdade das oportunidades escolares. O fato da escola democrática de massa ter criado condições da igualdade meritocrática das oportunidades, mesmo sem resolver a questão das desigualdades

sociais, criou problemas pedagógicos e perda da confiança do papel democrático da escola. As diferenças entre os estudantes colocados na mesma competição é uma armadilha perigosa, que cria a ilusão de que estão todos, por meio do acesso democrático, nas mesmas condições de competir entre si. Os mecanismos criados pela gestão escolar, como notas e orientações pedagógicas, tratam de estabelecer uma distinção entre os herdeiros na escola. Essa análise acima pode ser ilustrada pela fala de um entrevistado, sobre suas dificuldades na escola, e os motivos de sua desistência, qual seja: de que era incapaz de aprender.

Eu já com sete anos estudava a cartilha e não aprendia nada, aí meu pai decidiu me lavar para roça. Aí com nove anos me retornaram para a escola, aí eu aprendi mais um pouco, nem tanto assim, não queria ir para roça mais não, porque era mais pesado. Aí com quinze anos eu fui para a cidade de Miracema, eu não terminei meus estudos, mas eu não culpo meus pais, o culpado fui eu mesmo, que parei de estudar. Eles fizeram de tudo pra eu estudar, mas o meu interesse era muito pouco, só cheguei a 4ª série, e hoje eu sinto muita falta, porque já perdi muita oportunidade por causa do meu estudo (**Entrevistado nº19**, 2015).

A produção do fracasso ou do êxito escolar é com frequência atribuída ao passado dos estudantes, seja como dom ou como produto das orientações precoces adquiridos no meio familiar.

Entretanto, é possível afirmar que a ação direta dos hábitos culturais e das disposições herdadas no interior das classes norteia as orientações iniciais na escola, e, sobretudo, desencadeiam a ação de determinismos induzidos quando se exprimem na lógica escolar, sob a forma de sanções que corroboram para marcar as desigualdades sociais sob a aparência de ignorá-las. Por isso, observam-se diferenças análogas nas atitudes em relação ao ensino em que os mais favorecidos carregam a crença do dom e da capacidade de saber mais do que os outros indivíduos das classes menos favorecidas, fortalecendo os mecanismos da reprodução social.

As variações observadas em pesquisa desenvolvida por Dubet (2012), em vários países, podem ser explicadas de duas formas. Primeiro: questiona-se o papel exercido pela organização dos sistemas escolares na reprodução das desigualdades escolares; e em segundo: ao deslocar o questionamento para o que ocorre depois da escola, ou seja, como as sociedades utilizam e valorizam os títulos escolares. As teses da reprodução postulam uma relação de continuidade entre o que antecede a escola, as desigualdades sociais, e as desigualdades escolares, mas também entre as desigualdades escolares e o que acontece posteriormente à

escola, ou seja, as desigualdades das posições sociais ocupadas pelos alunos e o papel que os diplomas exercem no processo de mobilidade social.

Por isso, afirma o autor, uma questão é indispensável para se pensar o papel da escola enquanto instrumento de reprodução das desigualdades sociais: quando os pais consideram importantes os títulos escolares e que estes desempenham um papel significativo ao futuro de seus filhos, eles farão esforços para aumentar a vantagem escolar, uma vez que a escola significará – nos casos dos menos favorecidos socialmente – a única oportunidade de mobilidade social na divisão social do trabalho. Ou seja, as cobranças que serão feitas ao Estado para o cumprimento do seu papel em oferecer uma escola de qualidade serão maiores. Os pais menos favorecidos acreditam que a escola pode contribuir para que seus filhos tenham uma vida melhor que as deles, e por isso colocam seus filhos na escola. Entretanto, o trabalho na roça em família, para produzir alimentos e a venda destes com intuito de comprar os produtos que não produzem, dificulta a permanência das crianças e jovens na escola.

Para criar uma escola mais justa, seria preciso, sem dúvida, agir não só no próprio funcionamento da escola, mas também agir no nível de influência das qualificações escolares, a fim de que as desigualdades escolares não determinem a totalidade dos percursos dos indivíduos. Seria necessário permitir que outros processos de formação, orientação e seleção deem novas oportunidades àqueles que falharam em suas chances escolares e impedir a escola de ter o monopólio da definição do mérito e do valor dos indivíduos (DUBET *et al*, 2012, p. 67-68).

Dessa forma, para compreensão do papel da escola na produção das desigualdades sociais, não se deve analisar apenas as consequências escolares das desigualdades sociais, mas também os efeitos sociais das desigualdades escolares. Ao apresentar argumentos sobre as desigualdades escolares, Dubet (2008) fornece elementos para pensar que, apesar da escola apresentar limites para operar mudanças na estrutura social das classes, no movimento da contradição, também pode fornecer possibilidades de oportunidades de mudança na mobilidade social dos indivíduos. Pois, pode mudar os lugares dos indivíduos na dinâmica social do trabalho, por exemplo.

A pesquisa desenvolvida por Dubet (2012), sobre as desigualdades escolares antes e depois da escola, aponta que as desigualdades sociais entre os adultos determinam as desigualdades sociais dos conhecimentos entre os alunos, mas a amplitude dessa determinação varia de país a país. Todavia, o fato de que a escola não transforma as desigualdades sociais em desigualdades escolares com uma amplitude constante em todos os países, significa que ela exerce um papel específico. Por outro lado, isso aponta para o

entendimento de que a produção escolar e a própria reprodução social apresentam limites, a partir das diferenças entre a realidade no campo educacional de cada país.

Uma das formas para garantir as competências mínimas para uma escola mais justa, segundo Dubet (2008), seria garantir um número mínimo de recursos e proteção aos mais desfavorecidos, na perspectiva de vislumbrar uma maior distribuição de recursos sociais a partir do acesso à escola.

Logo, não há relação estável entre a integração escolar aferida pelo nível da escolarização e o nível dos conhecimentos e o das desigualdades escolares. O fato é que os países que apostam na educação e escolarização dos indivíduos o fazem na crença de que é possível diminuir as desigualdades sociais por meio da escola, apesar de contar com muitas dificuldades na operacionalização de políticas educacionais e na mudança efetiva nos índices de desenvolvimento da educação básica que, por sua vez, é um dos pontos de referência na avaliação do índice de desenvolvimento humano (IDH) dos países.

Concorda-se com Dubet (2012), sobre o fato de que a reprodução geracional não deve ser observada somente em relação às características individuais dos indivíduos como herança familiar, mas também a partir dos arranjos institucionais adotados pelos países. Isso porque depende da relação entre a sociedade e seus membros no que diz respeito aos sistemas escolares, especialmente, da relação entre escola e emprego, a partir da influência dos diplomas.

Os homens e mulheres do campo, sujeitos dessa pesquisa, apresentam baixa escolaridade e também dificuldades no acesso a bons empregos quando migram para as cidades em busca de trabalho, acabando por ocupar empregos temporários e informais. A falta de perspectiva de trabalho e da expulsão das terras onde viviam com suas famílias e, sobretudo, as péssimas condições de vida e a subalternidade em relação aos fazendeiros tornam suas vidas muito difíceis.

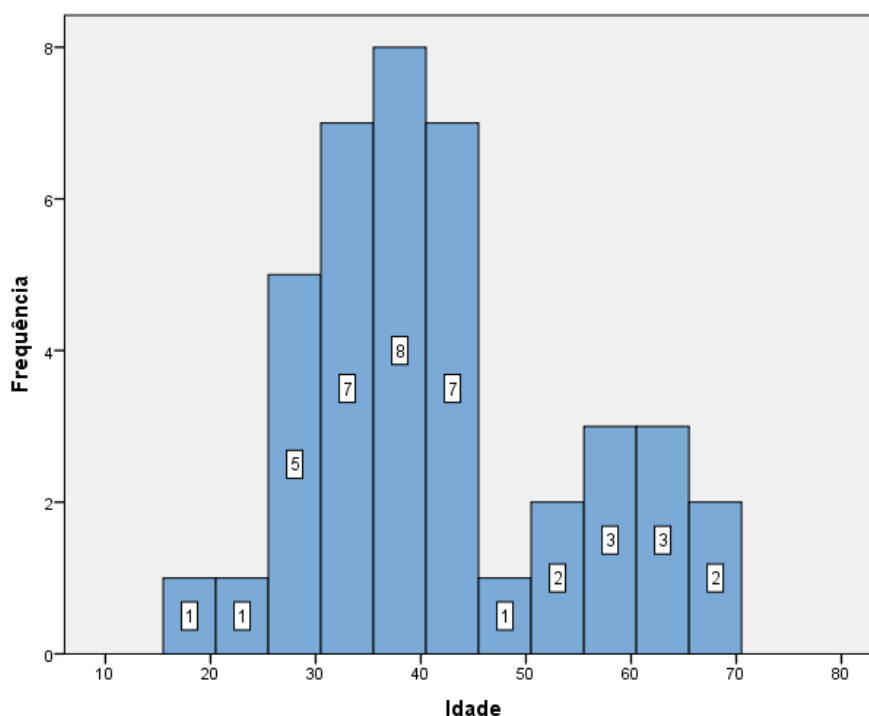
Um dos entrevistados afirma que a roça é muito boa, mas que a falta de estudos o acorrenta aos opressores (fazendeiros), que lhe obrigam a trabalhar de graça por falta de opção. Isso ocorre porque eles não possuem terra e nem escolaridade para fazer outros tipos de trabalhos com bons salários, afirma o entrevistado. Como uma proposta de mudança a esta realidade, os movimentos sociais trazem uma discussão sobre a dimensão educativa que os sujeitos desenvolvem na prática da luta pela terra e pela reforma agrária, afirmando a luta social e a organização coletiva como matrizes formadoras. Esta formulação está no

desenvolvimento da práxis enquanto produção e transformação do mundo, que tem no trabalho a centralidade, mas que vai para além dele.

Defendendo a democratização do acesso da classe trabalhadora ao conhecimento que foi produzido e acumulado historicamente através da luta de classes, a matriz defendida pelo MST para a educação do campo apresenta uma problematização mais radical sobre o modo de produção do conhecimento, enquanto crítica à racionalidade burguesa. Portanto, a democratização que o MST defende não é apenas de acesso, mas também da produção do conhecimento, que se expressa em outras lógicas de produção e de superação da visão hierarquizada do conhecimento na modernidade capitalista.

O gráfico 09 indica a distribuição dos membros de cada família do acampamento e suas respectivas idades. Assim, como indica a predominância das idades entre 25 a 45 anos.

GRÁFICO 9 – Distribuição dos membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento segundo idade



Fonte: Gráfico elaborado a partir do questionário (abril de 2016). **Org.** ALMEIDA, Rejane C. Medeiros de.

Os membros de cada família têm entre 25 e 45 anos. Sendo que os 27 membros dos 40 estão neste grupo de idade. Um segundo grupo apresenta a idade entre 50 a 70 anos. Uma análise que é possível fazer é de que os dois grupos compõem a luta pela terra e de que ambos assumem núcleos de base na organização do acampamento. Ao estabelecer uma relação entre as idades e o nível de escolaridade dos membros de cada família que vivem no acampamento

percebe-se que as faixas etárias que compõem o quadro de baixa escolaridade – demonstrados no gráfico anterior – não estão na escola.

Após apresentar os dados da pesquisa sobre quem são os sujeitos do MST (TO) (acampamento Padre Josimo) com o objetivo de conhecer seu perfil socioeconômico, no III capítulo serão realizadas reflexões sobre a práxis política do MST – TO, com suas dimensões organizativas.

CAPÍTULO III – PRÁXIS POLÍTICA E DIMENSÕES ORGANIZATIVAS DO MST

[...] não explica a práxis a partir da ideia, explica as formações das ideias a partir da práxis material, e chega em consequência disso, ao resultado de que todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos, não pela crítica espiritual [...].

(Karl Marx).

O objetivo desse capítulo é investigar a práxis e as dimensões formativas da organização política desenvolvida pelo MST. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o conceito de “práxis” enquanto categoria central desse estudo. Além da necessária análise das relações entre “práxis” e “política”, desenvolvida pelos integrantes do MST, busca-se identificar suas estratégias, táticas e o programa político do movimento. Também é importante discutir nesse trabalho as categorias de “intelectuais” e “política”, ambas relacionadas a realidade social, as quais Gramsci trata em suas reflexões sobre práxis que contribui para entender o quadro teórico relacionado à temática em estudo.

A práxis se constitui em uma unidade da teoria e prática que não ocorre de forma mecânica, “[...] mas [é] um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de ‘distinção’, de ‘separação’ [...], e progride até a posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária” (GRAMSCI, 1995, p. 210). Para o autor, a filosofia da práxis não busca manter os homens simples, na filosofia do senso comum, mas busca, sobretudo, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Isto é, a filosofia da práxis afirma que a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não são para limitar a atividade científica e manter uma unidade em nível inferior das massas, mas, principalmente, para formar um bloco intelectual no qual seja possível politicamente um progresso intelectual das massas e não de pequenos grupos de intelectuais, gerando um sectarismo ou uma elite de quadros (GRAMSCI, 1995).

O MST se denomina como um movimento político e social de homens e mulheres que vivem no campo. Nesse sentido, os movimentos “[...] não têm futuro se não aplicarem princípios organizativos, se não se constituírem como organização política no sentido de luta de classes[...].” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p.84).

A partir do exposto busca-se, na seção seguinte, identificar e refletir sobre a práxis política desenvolvida pelo MST, que são reveladas nas suas estratégias, táticas de lutas, projetos e programas, com o intuito de verificar a sua organização política, pois a luta política do MST é subjacente a todas as atividades que organiza e realiza.

3.1. Práxis e dimensões políticas da organização do MST

Marx (2009) alerta que os homens são os produtores das suas representações e ideias, sendo estes reais, que agem e realizam sob as condições em que se encontram, condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas. Portanto, “[...] a consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida” (MARX, 2009, p.31). Assim é que:

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida. Também fantasmagorias no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material empiricamente constatável e ligado a premissas materiais. A moral, a religião, a metafísica e toda outra ideologia, e as formas da consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia (MARX, 2009, p.31-32).

Portanto, os homens são produtores das suas representações, sobretudo o homem real, que realiza a produção da vida a partir do desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações correspondentes a essas forças, entendendo que eles são constructos daquilo que vivem, e não do que imaginam ser. Assim, se constituem em seres que produzem socialmente e que produzem a si mesmos no processo de produção. O autoproduzir-se faz dele um ser histórico e essa produção ocorre como processo no tempo:

Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento (MARX, 2009, p.31).

Não é, portanto, a consciência que determina a vida dos homens, mas, sobretudo, a vida que determina a sua consciência. A partir das reflexões de Marx (2009), inicia-se esta seção com o objetivo de compreender a práxis desenvolvida pelo MST na sua trajetória política.

Dessa forma, compreende-se o conceito de Práxis³⁵ como o elemento norteador do conhecimento, o critério da verdade e a finalidade da teoria. Isto é: “Por meio da práxis, a filosofia se realiza, se torna prática, e se nega, portanto, como filosofia pura, ao mesmo tempo em que a realidade se torna teórica no sentido de que se deixa impregnar pela filosofia” (VÁZQUEZ, 2007, p.126). A partir dessa premissa, entende-se que o homem é, essencialmente, um ser prático, produtor material da sua própria vida e do convívio em sociedade.

Ao usar a palavra “atividade”, Marx (2009) procura destacar o caráter real e especialmente objetivo da práxis, uma vez que esta transforma o mundo exterior, que independe da consciência e da existência humana. Nesse sentido, o objeto da atividade prática são os homens concretos. A finalidade dessa atividade é a transformação real do mundo social e natural a fim de atender às necessidades humanas. O resultado é uma nova realidade social que existe independentemente da vontade dos sujeitos que as forjaram, mas que só existe pela criação do ser humano enquanto ser social.

Na oitava tese da crítica a Feuerbach, Marx (2009) afirma que a vida social é prática. Ressalta que é errôneo definir a teoria sob o ponto de vista do idealismo, uma vez que a solução se encontra na prática humana e na compreensão de como esta é realizada e dos resultados que ela apresenta e não sob a forma de um idealismo. Afirma ainda que os filósofos interpretam o mundo, mas que é necessária, principalmente, a transformação desse mundo (*idem*).

Entretanto, não se deve esquecer qual o tipo de homens que serão os mediadores entre a crítica teórica e a prática no mundo real dos homens. É nessa perspectiva que Vázquez

³⁵ A palavra *práxis* é de origem grega e constitui em ação, atividade humana. Significa uma ação que tem seu fim em si mesma, e que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou à sua atividade. Esse sentido do termo é empregado pela filosofia antiga dos gregos e, especialmente, pelo filósofo Platão. No entanto, foi Aristóteles quem lhes deu um significado mais preciso. Embora carregue um sentido plural (*praxeis*) ao descrever as atividades vitais dos animais e também dos movimentos das estrelas, é Aristóteles quem busca dar sentido ao termo “atividades humanas”. A partir disso, a fim de designar todas as atividades humanas, Aristóteles aponta que a práxis é uma das características das atividades básicas do homem, seguidas por mais duas: *Theoria* e *poiesis*. No contexto de divisão das ciências do conhecimento, no qual são decorrentes das mudanças, há três tipos de conhecimento: o teórico, o prático e o da *poiesis*, que se revela no processo produtivo. Assim, para o conhecimento teórico, “[...] O objetivo é a verdade; para conhecimento da *poiesis*, a produção de alguma coisa, e, para o conhecimento prático a própria ação” (BOTTOMORE, 2012, p.431).

(2007) chama atenção para a forma como Marx define a relação entre a teoria e a práxis. Destaca que, por si só, a teoria não se realiza; sua efetivação depende da existência de uma necessidade radical e das condições objetivas e materiais. Isso significa que a passagem da teoria à prática, ou da crítica radical, é forjada pelas determinações históricas. Isso implica dizer que a passagem da teoria à práxis revolucionária é determinada pela existência de uma classe social, que só terá liberdade quando também a humanidade a tiver.

[...] o proletariado não pode emancipar-se sem passar da teoria à práxis. Nem a teoria por si mesma pode emancipá-lo, nem sua existência social garante por si só sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação. [...] a filosofia – diz Marx – não pode chegar a realizar-se sem a abolição do proletariado, e o proletariado não pode chegar a realizar-se sem a abolição da filosofia (VÁZQUEZ, 2007, p.118).

Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade se constitui em práxis. E, por ser atividade geral, entende-se como o ato ou o conjunto de atos em que o sujeito agente (aquele que age e atua) modifica uma determinada matéria-prima. Isso porque, por sua característica de generalidade, a atividade não especifica o tipo de agente, se é físico, biológico ou mesmo humano; nem a especificidade da sua natureza sobre a qual atua, desde o corpo físico, ser vivo, vivência psíquica, grupos, relação ou mesmo instituição social, nem mesmo determina a especificidade dos atos, se é físico, psíquico ou sociais, que é o que pode gerar determinadas transformações (*idem*). O autor destaca que o conceito de atividade consiste em:

[...] suficientemente amplo para que englobe, por exemplo: em um nível físico, as relações nucleares de determinadas partículas que levam à transformação dos elementos em seu conjunto, ou a atividade de um órgão em particular; em um nível psíquico, as atividades do homem ou do animal do tipo sensorial, reflexo, instintivo etc.; nesse plano instintivo, a atividade pode manifestar-se como uma série de atos complexos como o da construção de um ninho por um pássaro, sem que por isso deixe de ser sujeito de atividade meramente biológica, natural. O homem também pode ser sujeito de atividades – biológicas ou instintivas – que não ultrapassam o nível meramente natural e que, portanto, não podem ser consideradas como especificidades humanas (VÁZQUEZ, 2007, p. 220).

Todavia, a atividade humana se verifica quando os atos dirigidos para transformar um objeto se iniciam a partir de uma finalidade anteriormente posta e conclui-se com um produto real. Dessa forma, entende-se que, para se referir à atividade humana, se faz mister formular um resultado ideal como ponto de partida. Por outro lado, Vázquez (2007) adverte que, o resultado da ação, evidencia-se tanto na atividade dos indivíduos como no processo social.

Implica dizer que, enquanto os homens não atingem a consciência das leis que dirigem o processo econômico e social, a busca de diferentes fins pelos membros da sociedade cede lugar às atividades variadas dos indivíduos ou grupos sociais, na qual os propósitos se contrapõem, se equilibram ou mesmo se subordinam, alcançando resultados que não estão de acordo com suas intenções, ou mesmo que oferecem uma independência em relação a estas.

Nessa perspectiva:

As relações de produção, por exemplo, são relações que os homens contraem independentemente de sua vontade e de sua consciência. Isto é, são produzidas pelos homens como produtos seus não intencionais. O progresso histórico se caracterizará, entre outras coisas, por uma superação dessa não intencionalidade. Os homens que no passado produziram não intencionalmente a escravidão, o feudalismo e o capitalismo se propõem hoje, a instauração do socialismo. Mas ainda que a história humana registre resultados que ninguém desejou, essa não-intencionalidade não é senão a forma socialmente adotada pelo resultado da atividade desenvolvida pelos indivíduos como seres sociais que atuam conscientemente (VÁZQUEZ, 2007, p. 221-222).

A atividade humana é, sobretudo, a que produz os fins e estes só podem existir por meio dos homens, enquanto produtos de sua consciência. Nesse sentido, toda ação humana exige determinada consciência de um fim, que é fruto da sujeição da própria realização da atividade. Esta é a expressão de uma determinada atitude do sujeito que age diante da realidade, além de indicar, idealmente, o que ainda não se alcançou.

O produto resultante da atividade pode ser um novo conceito, uma nova participação ou, especialmente, um novo sistema social. Dito isto, compreende-se que ela faz oposição à passividade propondo uma efetividade. Para realizar a transformação, o agente que atua – e não o que tem disponibilidade para atuar ou agir – é determinante neste processo, uma vez que sua atividade não é apenas potencial, mas, sim atual, sobretudo porque seu agir ocorre sem que haja a separação do ato, ou mesmo o conjunto de atos que o constituem. Por isso, a atividade é parte constituinte das relações entre as partes e o todo e, nesse aspecto, constitui uma totalidade (VÁZQUEZ, 2007).

São várias as formas de práxis no conjunto da totalidade da materialidade da produção e reprodução da vida. Entre elas estão a práxis produtiva, a práxis artística, a práxis experimental, a práxis criadora e a práxis política. Para o que interessa nessa pesquisa, centrar-se-á nas definições das práxis política, produtiva e criadora. Entre as citadas destaca-se a atividade prática produtiva, aquela que o homem estabelece com a natureza, mediada pelo trabalho. É devido a esse trabalho que o homem resiste às matérias e forças naturais, e

cria um mundo de objetos úteis para atender às suas necessidades. Entretanto, isso ocorre, porque o homem é um ser social e realiza as transformações por meio de um processo determinado por relações de produção. Para Marx (2009, p.31), “A produção das ideias, das representações, da consciência está interligada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, da vida real”.

Nesse sentido, se dá a produção das ideias, das representações e da própria consciência que fazem a interface com a atividade material dos homens e da vida real. Para reflexão deste aspecto, Vázquez (2007) interpela sobre o fato de que é no processo do trabalho que o homem, através dos instrumentos de trabalho, transforma um determinado objeto em um fim, e por meio deste fim materializa um projeto antes idealizado, e com isso ele se objetiva em seu produto. Para o autor, essa caracterização da forma e conteúdo do processo de trabalho revela as condições subjetivas (que são as atividades do trabalhador) e as objetivas (que são as condições materiais do trabalho), representadas pelos instrumentos ou meios utilizados nas transformações.

A práxis produtiva, portanto, é fundamental, uma vez que, por meio dela, o homem produz, forma ou transforma a si mesmo. É ainda por meio do trabalho que ele domina as matérias e as forças naturais, além de criar um mundo de objetos úteis para satisfazer suas necessidades, mas como o homem é um ser social, esse processo ocorre em determinadas condições sociais, ou seja, através das relações de produção.

Já a práxis política é uma dimensão da atividade prática, que orienta e pode potencializar as transformações na sociedade, na batalha tanto das ideias quanto da prática, significando o exercício da práxis humana. E se constitui numa atividade prática que baliza e orienta transformações na sociedade, que vão desde as relações econômicas, até as políticas e sociais. A práxis social, por sua vez, consiste em uma atividade de grupos e classes sociais que pode transformar a organização e a direção da sociedade, ou mesmo provocar mudanças no Estado, sendo essa forma de práxis a atividade política (VÁZQUEZ, 2007).

Dessa forma, a política é uma atividade prática na medida em que a luta realizada pelos grupos ou classes sociais está ligada à determinada organização de seus membros, como é o caso, por exemplo, dos movimentos sociais, instituições e partidos. Esses fatores elaboram repertórios políticos, sendo que a práxis política deve ter como pressuposto a participação da sociedade.

Os movimentos sociais têm como objetivo executar os fins que correspondem aos interesses das classes sociais, as quais representam ou se vinculam e, sobretudo, a partir de

cada situação vivenciada para esses fins, que é condicionada pelas circunstâncias históricas objetivas e concretas da realidade. Nesse aspecto a política deve ter como prática o conhecimento da realidade, da correlação de forças de classes, que possa propor fins e persegui-los a fim de evitar fracassos. Ademais, a luta deve estar pautada com organização, sobretudo dirigida, e a necessidade de travá-la dessa forma explica a existência dos partidos políticos (VÁZQUEZ, 2007). Os partidos, no entendimento do autor, carregam uma importância, pois eles potencializam a organização, traçam os objetivos, as diretrizes e linhas de ação política. Isso ocorre em virtude da busca de transformar o ideal em real.

No conjunto da realização humana e, sobretudo, partindo do pressuposto de que toda vida social é prática, busca-se aqui discutir também o conceito de práxis criadora enquanto importância para o entendimento da formação humana, da condição de participação nos movimentos sociais e nos partidos, da criação e da recriação de soluções para resolver problemas vivenciados pelos grupos sociais que estão em luta por uma determinada questão social e política que lhes atingem. Entretanto, o homem não vive em um constante estágio de criação, isso se dá porque ele cria somente porque necessita, isto é, para adaptar-se às novas situações, ou satisfazer novas necessidades. “[...]. Porém criar é para ele a primeira e mais vital necessidade humana, porque só criando, transformando o mundo, o homem [...] faz um mundo humano e se faz a si próprio”. (VÁZQUEZ, 2007, p.267).

. Por isso, para avançar na superação desta sociedade, é importante compreender que:

[...] nos mais recentes desenvolvimentos da filosofia da práxis, o aprofundamento do conceito de unidade entre teoria e a prática permanece ainda em uma fase inicial: subsistem ainda resíduos de mecanismos, já que se fala da teoria como “complemento” e “acessório” da prática, da teoria como serve da prática. Parece-me justo que também este problema deva ser colocado historicamente, isto é, como um aspecto da questão política dos intelectuais. Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica (GRAMSCI, 1995, p.21).

A partir das reflexões teóricas que Gramsci proporciona ao tema em estudo, observou-se que o MST tem um programa que norteia suas ações, que foi resultado das condições concretas da conjuntura política em curso, que necessita responder aos desafios políticos apresentados pelas circunstâncias históricas, pois a sociedade contemporânea sofreu profundas mudanças, econômicas, culturais e políticas. O capital ampliou suas formas de

exploração, estruturas de poder estatais que foram modernizadas para garantir a minúcia do funcionamento do sistema, com funções policiais, enquanto que as classes trabalhadoras, decorrentes das inúmeras mudanças sociais, sofreram um processo de desarranjo político das formas tradicionais de organização política.

Como proposta política e programa, o MST defende que as relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão, a alienação, assegurar a produção de alimentos saudáveis, utilizar técnicas agroecológicas, abolir o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, promover formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais. Instalar agroindústrias no campo, sob o controle dos trabalhadores, é uma das alternativas de trabalho e renda, em especialmente para a juventude e as mulheres. Entretanto, a conjuntura política do Brasil impossibilita a realização do programa de reforma agrária popular defendido pelo MST, que se expressa na fala de um dirigente nacional:

A reforma agrária nesse novo cenário em que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura está plenamente consolidado tem que lidar com o fato de que em nome do lucro mercantiliza-se tudo e todos. O que não é mercadoria hoje vai ser amanhã, não tem como não ser, o capitalismo funciona assim: a água é mercadoria, o feijão e o arroz, daqui uns dias o oxigênio e outras coisas vão virar mercadoria também, porque é assim que funciona a ordem do capital. Então, a reforma agrária passa a ser não só uma questão do Sem Terra. Em um primeiro momento era uma preocupação do MST e dos movimentos camponeses, mas hoje a reforma agrária passa a ser uma questão que precisa ser discutida com toda a sociedade (**Dirigente Nacional**, MST, 2016).

O movimento tem defendido uma produção de matriz agroecológica, que busca, nos saberes locais integrados ao conhecimento científico, dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais. Esse é um processo gradual de mudança que pretende, por meio de um processo de transição, à passagem de um modelo agroquímico de produção, que incorpore novos paradigmas, princípios à agricultura.

Para Caporal e Costabeber (2004, p.12), por se tratar de um processo social com mudanças profundas, e pelo fato de depender da intervenção humana é que: “A transição agroecológica implica [...] uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais”.

O movimento aponta para uma práxis produtiva que construiu ao longo da sua trajetória, pois esta envolve as condições de reprodução social dos camponeses, e a luta pela permanência na terra, sobretudo sua reprodução social está sobre ataque do modelo

tecnológico hegemônico, que é a base de sustentação do agronegócio. Por essa razão, a política agrícola é muito importante para o desenvolvimento do campo, tendo como ênfase a reorganização e reestruturação da pesquisa agropecuária, com destaque especial para a agroecologia, substituição dos agrotóxicos e as melhorias genéticas em equilíbrio com a natureza e com as necessidades da agricultura camponesa.

[...] nós precisamos ter a clareza de que esse uso evidentemente é um uso que expulsa o campesinato, que concentra riqueza, que concentra a terra do ponto de vista econômico, portanto injusto socialmente, e é um uso extremamente degradador do meio ambiente e de todos os recursos naturais, que o avanço do capital vai destruir. [...] que tipo de comida que nós queremos comer? Porque se é esse o tipo de comida que está por aí, evidentemente não precisa de reforma agrária. Tem-se a pequena agricultura que cumpre um papel, submetida à lógica e ordem do capital. O pequeno agricultor tem a impressão de ter autonomia, mas produz o que o mercado quer, submetido a lógica da grande produção; é como um produtor assalariado, muitas vezes com mais precariedade do que um assalariado direto. Ao mesmo tempo, temos de questionar a forma como a grande produção resolve o problema da alimentação. [...] e o terceiro debate é que tipo de paradigma tecnológico nós queremos desenvolver (**Dirigente Nacional do MST**, 2016,).

Dessa forma, para a aplicação do programa e das linhas políticas, o que se espera, e o que se estimula no movimento, são a criatividade e descentralização das ações na condução e resolução de problemas (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

Na perspectiva de compreender o que o MST entende por estratégias e táticas para o avanço da classe trabalhadora, o exemplo a seguir, expresso na fala da militante, elucida as reflexões de Gramsci (1995) sobre a organização da classe subalterna:

[...] tivemos a estratégia democrática nacional protagonizada pelo partido comunista brasileiro; a estratégia da década de 1980, de luta pela democracia popular, protagonizada pelo partido dos trabalhadores, da qual nós somos parte integrante. Sobretudo, daquele período histórico da formação dessa estratégia. Mas no momento atual, vivemos no caso brasileiro, e não só no caso brasileiro, mas do ponto de vista da organização internacional dos trabalhadores, um período de transição estratégica, um período de transição muito importante, que são as organizações. Que elas consigam trilhar um caminho que seja uma contribuição concreta para a estratégia que nós devemos construir. A consolidação de uma estratégia não depende da vontade de seus dirigentes, ela não depende da vontade de militantes intelectuais, ela depende de condições objetivas e subjetivas que combinadas podem se traduzir num projeto político e num programa concreto de mudança de sociedade (**Militante, MST-Nacional**, II ENERA, 2015).

Assim, em uma sociedade em que as classes são antagônicas, “[...] a atividade revolucionária permite mudar radicalmente as bases econômicas e sociais em que se assenta o poder material e espiritual da classe dominante e instaurar, assim, uma nova sociedade”

(VÁZQUEZ, 2007, p.232). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que os movimentos sociais são potencializadores de mudanças e que através de uma luta consciente, organizada e dirigida por estratégias e objetivos definidos – especialmente com projetos políticos – são capazes de transformar a sociedade.

No caso do MST, sua definição como um movimento reside no fato do grupo de indivíduos necessitarem trabalhar na terra, não possuir terra para produzir seu sustento. Nesse sentido, um movimento social só existe quando o conjunto de pessoas que o constitui possui algo em comum, que pode ser desde aspectos biológicos, que são, por exemplo, raça e sexo; quantos aspectos culturais e ideológicos, que, nesse caso, constituir-se em um projeto político (VIANA, 2015). Por isso, a práxis desenvolvida pelo MST apresenta-se como criadora, porque permite ao homem, na condição de criador, buscar soluções para enfrentar seus problemas. No processo criador, a unidade do objetivo e subjetivo, interior e exterior ocorre de forma indissolúvel.

Assim, o movimento social é importante para seu grupo, pois desenvolve um processo de experiência e de consciência dos seus membros, sobretudo quando lhes possibilita unidade e organização política. Todo movimento social surge das determinações das relações de produção, das formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho, e das formas como se dá a distribuição daquilo que é necessário no processo de produção e reprodução da vida material, que tem vínculo direto com a divisão de classes sociais na sociedade capitalista, produzindo diversas formas de lutas, de resistências e de consciência do grupo de indivíduos envolvidos. Tais elementos desencadeiam diferentes formas de enfrentamento ao capital e à dinâmica imposta pelo seu desenvolvimento.

Sobre movimentos sociais, Thompson (1987) chama atenção para aquilo que determina o surgimento de um movimento social, isto é, a existência de um conjunto de pessoas que tenham metas em comum, que ocorre por meio da dinâmica construída pelas experiências e necessidades em comum. No caso do MST, analisado neste estudo, a necessidade está na luta pela terra e no combate ao capital, que na conjuntura atual pode ser caracterizado pela presença ativa do agronegócio no Brasil.

Por isso, entende-se que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural com variadas formas dos grupos se organizarem. Elaboram diagnósticos sobre a realidade social com proposições para transformações da realidade. Possuem, assim, identidade, projeto e objetivos finais, e, principalmente, têm um inimigo a combater que, neste caso, é a elite agrária brasileira e os empresários do agronegócio, ou seja,

é a burguesia com sua exploração capitalista – produção de mais valor – com seu projeto destruidor da natureza e da submissão da classe trabalhadora a este projeto, por meio das relações de produção.

Os movimentos camponeses, ao proporem novas formas para a apropriação dos espaços rurais, consubstanciam o conflito agrário, colidindo com a cultura política conservadora na forma de organização do mundo rural, no qual o Estado se coloca a serviço do capital. Nesse sentido, é indispensável conhecer a composição de classe dos movimentos sociais e a hegemonia no seu interior, que corresponde a sua organização, seus objetivos, tipos de mobilização e de insatisfação. Essa divisão possibilita compreender didaticamente a composição de classe e hegemonia do movimento, visto que expressa uma determinação cultural e revela o tipo de representação social, valores e concepções intrínsecas ao grupo. Isso porque a composição social de um movimento traz como elemento fundamental o pertencimento de classe, que por sua vez gera cultura, acesso a bens e recursos, entre outros..

Dessa forma, faz-se necessário, para a transformação da sociedade, a superação do senso comum e das velhas concepções de mundo que comprometem a revolução da classe trabalhadora. Nesse sentido, é imprescindível a formação dos movimentos políticos da classe subalterna que, por meio das reivindicações e demandas políticas de forma coletiva, possibilite uma direção consciente de intelectuais orgânicos a fim de transformar o “senso comum” em “bom senso”. Gramsci (2004, p. 2009) afirma que todo estrato social tem seu senso comum e seu bom senso, que é a concepção da vida e do homem mais difundida.

O senso comum não é algo rígido imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetram no costume. O senso comum é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito – isto é, tal como é entendido comumente- e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, a fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar.

A reforma intelectual moral deve ser organizada, o que implica dizer que é indispensável gestar espaços de desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no que se refere à realização de uma forma superior de civilização moderna, com bases humanísticas e que invoquem a emancipação humana. Assim, o autor chama atenção para alguns pontos que podem contribuir para combater as velhas políticas conservadoras:

Disto se deduzem determinadas necessidades para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo em geral, a saber: 1. Não se canse jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2. Trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se seus sustentáculos (GRAMSCI, 1992, p.27).

Mesmo as advertências citadas acima, sugeridas por Gramsci no século XX, na atual conjuntura do século XXI, ainda se constitui em estratégias para substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo. Por isso, os movimentos sociais deverão apresentar um projeto político que possibilite a superação do senso comum e as velhas concepções de mundo.

3.2. Um projeto político como matriz para a superação do senso comum

O processo de constituição do MST aconteceu mediante a muitas lutas e embates, que lhe proporcionou amadurecimento político e ideológico, possibilitando a construção de um Movimento Social autônomo em relação a partidos, sindicatos, patrões e ao próprio Estado; ao mesmo tempo em que ele incorporou as experiências e aprendizados advindos das diferentes lutas desenvolvidas por outras organizações políticas, como sindicatos, igrejas, partidos, ao longo de nossa história. Como bem ressaltado por Fernandes:

[...] autonomia porque a direção política do movimento não está subordinada a outras instituições, e heteronomia porque, na luta pela reforma, envolveram outras organizações políticas, como sindicatos, Igrejas e partidos. Nesse ponto, vale lembrar que a luta pela reforma agrária é um dos problemas políticos de que estas instituições se ocupam. Defendem a realização da reforma agrária, mas não são sujeitos realizadores dessa luta. Elas participam da luta apoiando os camponeses, por meio de alianças, porque quem faz a luta são os trabalhadores sem-terra. Essa forma de organização tem a eficácia de permitir que essas organizações políticas perpassem o Movimento. Dessa forma resgatou a noção de luta pela reforma agrária por meio de ocupações massivas de enfrentamento. Recuperou, assim, as origens dos trabalhadores que sempre compreenderam que as conquistas e a correlação de forças só se alteram com a participação do povo (FERNANDES, 2000, p.87).

Nessa mesma direção, Gramsci (1995) afirma que é preciso superar o senso comum, e o pensamento corporativo é resultado das relações sociais construídas na sociedade burguesa, o que implica em redimensionar a práxis política, possibilitando às classes subalternas a

ampliação da luta política. Entretanto, isso só ocorrerá quando houver a libertação das formas de pensar. É preciso um outro projeto para classe trabalhadora. Isso significa disputar a cultura, as ideias e os valores, buscando, acima de tudo, superar o senso comum e as velhas concepções de mundo, gestando outra cultura política.

Sobre a defesa de um projeto político para a classe trabalhadora uma militante do MST destaca que:

Para não sucumbir a essa lógica do capital que impõe uma vida tão desumana, e dentro desse período que se vive, dessa transição estratégica, talvez a frase do Florestan Fernandes que diz: “a história nunca fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre, são os homens e mulheres em grupos que se confrontando como classe em conflito, que fecham ou abrem o circuito da história”. Essa frase nos mostra que nada é definitivo, nada é impossível de mudar e que nessa tarefa de abrir e fechar as janelas históricas, nós estamos sendo convocados a pôr o pé total na janela e abrir de fato uma janela histórica, pra que a gente consiga avançar nos processos de transformação. E dentro dessa tarefa que é uma tarefa geral dos lutadores e lutadoras, das revolucionárias e dos revolucionários, nós como educadores e educadoras, somos convocados a uma tarefa fundamental que é o trabalho de formação da consciência socialista, é dentro desse desafio que se convoca todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras. Isso nos traz uma reflexão sobre as nossas práticas atuais (**Militante**- MST-Nacional, 2015).

Sobre o projeto ao qual a militante se refere, recorre-se às advertências de Berger (2015), com o propósito de refletir sobre a importância do projeto político para o MST. Assim, pode-se interpretar o projeto do movimento através das suas trajetórias de luta, suas agendas, o que de fato pautam, e o que realizam, uma vez que são históricos e concebidos a partir de uma determinada concepção de sociedade e homem que defendem.

Os projetos dos movimentos sociais são projetos históricos e por isso remetem à determinada concepção de história, de passado, presente e futuro. A utopia é o horizonte desejável da realização dos projetos históricos dos movimentos sociais quando superam suas ilusões e apontam para a superação da razão de sua existência e ilusões. Por isso é fundamental observar a posição dos movimentos sociais diante do futuro, o que também remete ao problema de suas posições sobre o passado e o presente. (BERGER, 2015, p.81):

Um movimento social pode apresentar um objetivo, mesmo que não possua um projeto, embora isso gere fragilidade nas estratégias do movimento, uma vez que não apresenta contribuição quanto à superação dos problemas que deram origem ao próprio movimento. Isso ocorre, sobretudo, porque pode revelar um entrave ao mesmo, pois sem projeto fica vulnerável no processo de cooptação por partidos políticos e pelo Estado. O projeto em um movimento social é determinado pelo modo de organização e encaminhamento

das reivindicações, pois, ao se elaborar um objetivo final, assim como os objetivos imediatos para que se concretize a luta, os movimentos sociais podem ter no seu horizonte uma forma e um conteúdo de direção. Isso sem perder como meta o roteiro final que é a materialização daquilo que os fez surgir. Um dos entraves para a formação dos integrantes dos movimentos sociais são as dificuldades da formação, uma vez que, para promover transformações, esta deverá estar pautada na práxis, como síntese das determinações dos processos sociopolíticos e culturais em que os sujeitos estão imbricados. (BERGER, 2015).

Sobre o caráter presentista do projeto dos movimentos sociais, observam-se as relações entre movimentos sociais, partidos políticos e instituições burocráticas, na qual na maioria desses movimentos seus integrantes se autopromovem, deixando de lado os objetivos finais os quais o movimento deveria efetivar, e que, nesse caso, não contribuem para uma transformação social. Já em relação à consciência passadista e presentista, estas apresentam características contraditórias ao projeto histórico da classe trabalhadora.

A partir do exposto, pode-se verificar na fala da militante que perseguir os objetivos finais do projeto emancipador e a organicidade são os grandes desafios para se alcançar as transformações pretendidas pelo MST. De acordo com ela:

Nós temos um grande desafio que é o desafio organizativo, esse desafio passa por um amplo processo que é o processo de trabalho de base. Trabalho de base que inclusive deve nos levar a consolidação da nossa organização, mas também, a capacidade de construir novos elementos organizativos, pra que de fato, a gente consiga avançar nesse processo de construção revolucionária. Dentro desse desafio organizativo, que a gente avance em alianças verdadeiras e autênticas alianças. Que não sejam somente com as cúpulas das organizações de sindicatos e partidos, mas alianças reais que passem por processos que dialoguem como impactos concretos do mundo que o capital impõe para o conjunto da classe trabalhadora. O outro desafio fundamental é que a gente avance concretamente no processo de formação política e ideológica, que a gente dispute o processo da formação da consciência, que a gente se lance enquanto educadores e educadoras nesse desafio de construir processos de formação do nosso povo acampado, do nosso povo assentado, que também contribua com o processo de formação política de outras organizações, mas que também nós precisamos desenvolver processos concretos onde a gente atue, onde a gente estiver, e fazer com que a formação seja de fato esse marco fundamental nas disputas das consciências (**Militante do MST-Nacional**, ENERA, 2015).

Os movimentos sociais possuem um projeto político que apresentam ideologia³⁶ ou uma teoria organizada e coerente. O objetivo específico que perseguem para solucionar os

³⁶ Gramsci reconstrói o processo de formação da interpretação do conceito de ideologia e afirma que é um erro (fato que, ademais, não é casual) do conceito de ideologia tanto a superestrutura necessária de uma determinada condição, como as elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que

problemas que lhes deu origem, que é o objetivo da sua existência, vai depender do nível de consciência que o grupo social possui. Verifica-se na fala da militante um chamado para um grande desafio, que é o de desenvolver lutas que combinem a pauta concreta e econômica; que faça com que os trabalhadores e trabalhadoras se movimentem rumo às suas necessidades e aos seus direitos. Mas com a capacidade de combinar essas necessidades concretas dos trabalhadores e trabalhadoras como a dimensão política da transformação estrutural.

Nós vivemos num tempo no qual todas as nossas lutas foram colocadas num patamar de enfrentamento de classe, nós sabemos que lutar pela terra hoje é enfrentar o capital, lutar pela moradia é enfrentar o capital, lutar pela demarcação de terras indígenas é enfrentar o capital, lutar contra a mineração é enfrentar o capital, lutar pelo direito ao trabalho é lutar contra o capital (**Militante do MST-Nacional**, II ENERA, 2015).

A classe trabalhadora traz uma potencialidade que é a capacidade de imprimir nas lutas um caráter que dialogue com a capacidade de retomada da ofensiva socialista, tão necessária em outros tempos, mas também tão fundamental nos anos de 2016. Para Florestan Fernandes (2012, p.255), isso implica no ponto de partida do processo da luta política, o qual a massa precisa “libertar-se do aburguesamento inevitável das condições de existência operária sobre o capitalismo e das influências pequeno-burguesas [...]”.

Não nos acovardemos a essa tarefa, que nessa tarefa nós entreguemos ao que há de melhor em nós, o que há de melhor na nossa organização, que a gente não se furte a esse nosso objetivo estratégico que nos trouxe até aqui, e que de fato a gente consiga dar uma contribuição para aqueles trabalhadores e trabalhadoras que, como nós, também acreditam que as conquistas só vem com a luta e que a mudança precisam ser mudanças de caráter estrutural, que necessariamente nos levem a um processo de revolução no Brasil e também no mundo todo (**Militante do MST-Nacional**, II ENERA, 2015).

não são as ideologias que modificam a estrutura, mas, sim, ao contrário; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la; afirma-se que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” de aparência, inútil; estúpida, etc. (GRAMSCI, 1999, p.237). É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrarias, racionalistas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Enquanto são “arbitrarias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas etc.

Mészáros (2014) chama atenção para o fato de que a ideologia pode servir a ambas as classes, com seus métodos e meios de mobilização dos indivíduos, que não têm consciência sobre a realidade em curso e nem como ocorre a luta de classes, mas que participam dela inevitavelmente. O autor adverte, porém, que o projeto socialista deve ser criado pelas massas. E que os objetivos para tal empreendimento devem ser obtidos com o trabalho da ideologia emancipadora, por meio do qual a motivação para a transformação da forma de ser dos indivíduos sociais terá que ser definida e redefinida constantemente.

Um autor que ajuda a pensar sobre a utopia é Ernst Bloch (2005) que apresenta como distante do mundo real, apesar de prescindir dele, ou seja, não se apresenta enquanto presente. A utopia se torna importante pelo fato dos indivíduos em situações de insatisfação e de descontentamento elaboram um repertório de referências que sejam potencializadores de suas esperanças, pautadas, sobretudo em outro projeto para sociedade. Ele defende ainda que a formação de outro homem tenha bases mais humanistas e que, diferentemente do projeto do capitalismo, não seja destrutiva das relações humanas. A utopia, afirma o autor (2005, p.456), é parte da estrutura histórica do homem, de esperança da mudança, isso porque “O marxismo foi o único que promoveu a teoria prática de um mundo melhor, não para esquecer o mundo presente, como era comum na maioria das utopias sociais abstratas, mas para transformá-lo em termos dialético-econômicos”. A utopia é uma crítica que, ao negar o capitalismo, dialeticamente afirma outra sociedade. Portanto, o objetivo final é o que alimenta a trajetória de um movimento social, o seu projeto é o que alimenta essa trajetória.

O MST, ao longo da sua trajetória de luta, de práxis política e criadora, se organiza, cria seu método de trabalho de base, de formação de seus quadros e da sua militância. Na seção que segue apresentar-se-á reflexões sobre a organização política no MST.

3.3. As instâncias de organização política do MST

Foi no processo histórico da luta pela terra que o MST constituiu sua organização política. Isso se deu por meio das conquistas de terras, criação de assentamentos, entre avanços e recuos. Assim, desde 1985 até os dias atuais, sua estrutura organizativa vai ganhando contornos a partir de uma práxis política desenvolvida pelos seus sujeitos em luta.

Para um militante do MST no Tocantins, a organicidade do movimento está sempre em construção, faz parte de um processo histórico que se dá na luta:

Para o movimento Sem Terra a organização política é a dinâmica e a estrutura na qual o movimento está organizado. Ele nasce com essa estrutura? Não! Ele nasce com uma estrutura, e no decorrer da sua luta, dos seus processos, o movimento vai aprimorando, vai lapidando a sua organicidade. Ela é estática? Não, ela não é estática, porque ela muda se as coisas mudam, e elas são complexas, elas são dinâmicas. Então tratar desse tema para o MST é tratar de um tema histórico e que está na raiz do movimento Sem Terra. Quando ele nasce, em 1984, não nasce com sua estrutura orgânica. [...] fomos construindo isso, né? Vamos organizando os acampamentos em núcleo de base (NB's) de 10 famílias. Ah! Mas aí estão dizendo que tem que ter um companheiro e uma companheira, depois o Núcleo de Base tem que ter uma coordenação e não um presidente, que é composto por cada coordenador e coordenadora de NB's. E mais! Tem que ter o Setor de Educação, porque sem a

escola como é que os filhos vão estudar. Ah! Mas adoeceu? Tem que ter o Horta, que se constitui no coletivo grupo de saúde. Mas, quem vai pensar a ocupação na próxima fazenda? Tem que ter um grupo da Frente de Massa. E como é que nós vamos entender o que é o MST pra avançar na luta pela terra, pela reforma agrária e a transformação social? É importante ter o Setor de Formação! Mas nós estamos na área e precisamos comer. Quem que organiza a produção? Tem que ter o Setor de Produção (**Militante no encontro estadual do MST-TO**, 2015).

A fala do militante da direção estadual do MST-Tocantins acontece em um encontro estadual, e remete às questões sobre organicidade do movimento, que potencializa as discussões sobre a formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para análise dessa fala recorre-se ao que Gramsci (1995) afirmou ser a função de uma organização que se propõe fazer as transformações sociais, na busca da elevação do nível de consciência dos grupos em luta. Nesse sentido, o autor chama atenção de que “A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, política e social) é a primeira fase de ulterior e progressiva autoconsciência, na qual a teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 1995, p.21). A organicidade³⁷ representa a forma organizativa que possibilita a transformação, e como decisão política e prática visa elevar o nível de consciência, desenvolvendo formas de organização mais adequadas ao movimento.

Gramsci (1995, p. 21), entretanto, chamou atenção para as dificuldades que o homem ativo de massa encontra ao atuar na luta política, na prática cotidiana, que não tem uma clareza teórica das suas ações. É um conhecimento do mundo, sua consciência histórica é diferente do seu agir, ou seja, é possível que ele apresente duas consciências teóricas, sendo que:

Uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e a outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica: ele liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividades moral e política.

Nesse caso, os intelectuais da classe dominante operam no sentido de organizar as massas para o consenso que visa, sobretudo, a dominação e que tem, no aparelho de coerção

³⁷ Organicidade é o elemento fundamental para que as bases possam participar, dando suas opiniões para que as instâncias tenham mais elementos para decidirem questões menores, e as bases possam contribuir na implementação das decisões encaminhadas pelas instâncias. É a relação que deve ter uma parte com a outra da mesma organização. Embora as tarefas sejam diferentes, as partes têm a mesma importância (CADERNO DE FORMAÇÃO, Nº 38, 2009).

estatal, o *locus* para assegurar a direção política dos grupos subalternos. Por isso, a consciência referida no trecho de Gramsci (1995), aponta para a questão da formação e organização dos sujeitos dos movimentos sociais (neste caso, o MST). Como processos e mudanças são características fundantes dos movimentos sociais, o MST também se constitui através de processos organizativos, de práxis.

Essas são características fortes do MST, de modo que quando se estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque a forma surgiu da práxis e não de projeto previamente elaborado. Diga-se a propósito, essa é uma característica da própria geração do MST, que foi sendo concebido, formando-se na marcha da luta, fazendo este nome durante pelo menos quatro gerações – 1979-1984 (FERNANDES, 2000, p.172).

Nesse aspecto, é que a estrutura organizativa tem por objetivo diminuir a espontaneidade do movimento social, elaborando condições para que as massas (Trabalhadores Rurais Sem Terra) mantenham-se mobilizadas, mesmo depois de ações políticas mais pontuais, ou mesmo de grandes repercussões. Para Gramsci (2007), a espontaneidade é característica das classes subalternas que não conseguem alcançar a consciência de classe para si, que não conseguem perceber que sua história tem importância.

O MST apresenta um sistema de representação indireta, onde os militantes da base não elegem diretamente a direção nacional, o que ocorre é um processo constituído por várias camadas internas antes de alcançar a Direção Nacional. E finalmente atingem a base dos militantes, isso se observa em ambos os casos.

No MST existe uma separação de poderes interno, sendo o órgão deliberativo central o Encontro Nacional, que estabelece as linhas políticas e reformula os princípios da organização, pode se afirmar que é um tipo de poder legislativo; enquanto que as demais instâncias do Movimento aplicam a linha política.

1. Congresso Nacional: ocorrem a cada cinco anos, podendo ser alterado por decisão da Direção Nacional, funcionam como instância máxima do Movimento, que reúne militantes de todos os Estados com o objetivo de definir as linhas gerais de atuação e mobilização política pela reforma agrária: terra, trabalho e mudança na sociedade que possibilite uma mudança contra hegemônica. O Congresso é um espaço de encontros, de discussão política e confraternização da classe trabalhadora. Não constitui um espaço deliberativo, mas de instâncias de participação da base. Visa, sobretudo, fortalecer a unidade e a mobilização de militantes, apoiadores, aliados e simpatizantes do movimento e deve garantir a participação de

50% de mulheres (Normas gerais e princípios organizativos do MST, 2016). Formado por dois representantes de cada Estado, sendo um homem e uma mulher, eleitos nos encontros estaduais, e um representante eleito de cada central das cooperativas estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais, e membros da Direção Estadual, eleitos no encontro nacional que ocorre a cada dois anos.

Em janeiro de 1985, ocorreu o “I Congresso Nacional do MST”, em Curitiba – PR, que apresentou um caráter de convocação de todos que estavam fazendo a luta pela terra no Brasil, marcando, dessa forma, a diferença entre o MST e o movimento sindical, pois a decisão foi de que o MST deveria ser um movimento de massas.

O sindicato estava acostumado a fazer carta de reivindicação ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Essa era a prática sindical da época. A CONTAG, em todos os seus congressos, mesmo na época da ditadura militar – o que é um fato positivo –, sempre apresentava a reivindicação da reforma agrária. Foi o MST, no entanto que cristalizou a luta de massas como necessidade (STÉDILE, 2012, p. 52).

Em 2014, ocorreu o “VI Congresso Nacional”, que consolidou o programa agrário do Movimento em vigência. Nesse cenário de reorganização política e de estratégias, o programa de Reforma Agrária definido pelo MST teve como tema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, que ocorreu em Brasília, em fevereiro de 2014. O lema expressa os elementos fundantes de combate ao capital e representa os desafios e as perspectivas do atual estágio da luta de classes no Brasil. O tema escolhido em um Congresso revela a conjuntura política atual e como o movimento está inserido nela, assinalando os desafios para o próximo período de lutas. O tema dos congressos acompanha o movimento nos próximos períodos de luta e guia suas ações e mobilizações, e deve constituir-se, principalmente, em um instrumento de agitação e propaganda do programa para a militância. Nesse sentido, significa que:

Lutar é o alicerce do caráter de nosso movimento social, de organização política e da luta econômica. Apreendemos sempre que todas as nossas conquistas são frutos de nossas lutas coletivas e da resistência. Conduzidos pela tática de lutar e negociar (pau e prosa). Construir a Reforma Agrária Popular no combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês, burocrata e corrupto. Como parte do processo do nosso VI Congresso, o MST construiu uma proposta de programa de reforma agrária, que é popular. Tal programa é construído a partir da análise da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital: o agronegócio. E da impossibilidade de realização de uma reforma agrária do tipo clássica, sob hegemonia da burguesia, que apenas distribui a terra, para desenvolver as forças produtivas do campo e o mercado interno (PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, 2014, p, 50 e 51).

2. Encontro Nacional: é uma atividade interna do movimento, instância responsável por estabelecer as linhas políticas para a organização, elege a Direção Nacional, reunindo-se a cada dois anos. Existe, internamente na organização política do MST, uma separação de poderes, com órgão deliberativo centralizado, que organiza as linhas políticas e formula os princípios organizativos que, nesse caso, é o Encontro Nacional, sendo as demais instâncias responsáveis em colocar em prática a linha política definida. Mantém-se a linha política, mas com liberdade na forma de implementação e de acordo com a realidade de cada estado: “Somos centralizados na linha política; o jeito de aplicar é completamente descentralizado” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 91).

O “I Encontro Nacional” nasceu em 1984, em Cascavel, no Paraná, onde o movimento foi fundado e definiu seu caráter escolhendo uma coordenação que planejou a organização do “I Congresso Nacional”. Foi no “I Encontro do MST” que se definiram os objetivos do movimento. Estes foram organizados como uma espécie de plataforma de luta, uma síntese do programa. “O movimento era para lutar por terra, mas decidimos fazer por mudanças sociais, porque vivíamos o clima das lutas pela democratização do país” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p.52). Entre os objetivos do movimento estava a luta pela reforma agrária nas terras que as multinacionais adquiriam no Brasil, pois, para o movimento, os estrangeiros não poderiam ter essas terras neste país enquanto tivesse um brasileiro sem-terra própria. Outro objetivo fundamental era estimular a participação dos Trabalhadores Sem Terra no movimento sindical e nos partidos políticos, mas garantindo a autonomia do movimento.

Em janeiro de 2016, ocorreu o Encontro Nacional em Caruaru (PE)³⁸. Dele participaram os membros da Direção Nacional, da Coordenação Nacional e os representantes dos setores dos Estados. Neste encontro, elaborou-se a Carta de Caruaru com as seguintes recomendações e linhas política, em especial sobre a Reforma Agrária Popular, com projeto definido para os próximos três anos, definidos ainda em 2014, que sintetiza-se a seguir:

1. Lutaremos pela Reforma Agrária Popular, centrada na distribuição da terra às famílias camponesas e em um novo modelo de agricultura brasileira. Uma agricultura que priorize a produção de alimentos saudáveis, baseada na agroecologia e na cooperação agrícola, associada a implantação de agroindústrias nas áreas da Reforma agrária. A Reforma Agrária Popular é indissociável do direito da população do campo ter acesso à educação e ao conhecimento; 2. Assim, lutaremos contra o fechamento das escolas do meio rural e

³⁸ <http://www.mst.org.br/2016/02/02/mst>. Acesso em 26/06/2017.

exigiremos, para cada área de assentamento, a existência física de escolas que assegurem uma educação pública, de qualidade social e gratuita. Educação é um direito e não uma mercadoria; 3. Enfim, assumimos o compromisso de dar continuidade e intensificar as lutas populares de 2015. Em 2016, voltaremos às ruas contra forças imperialistas, a direita partidária, o conservadorismo do Congresso Nacional, o oligopólio da mídia, os setores reacionários e golpistas incrustados no aparato estatal. Estes querem fazer o país retroceder nas conquistas democráticas já obtidas, nos direitos trabalhistas conquistados e no avanço das políticas econômicas que reduzem a desigualdade social. Será um ano de muitas lutas e de superação de desafios na construção da unidade da classe trabalhadora, do reascenso das lutas populares, da solidariedade com todos os povos em lutas e na construção de um projeto político popular para o nosso país (CARTA DE CARUARU, Direção Nacional do MST, 2016).

Nesse cenário, a luta pela terra adquiriu proporções que implicou na ampliação das alianças, incluindo indígenas e quilombolas, contra a apropriação dos territórios e dos bens naturais existentes nas comunidades. Já a classe trabalhadora, por meio de suas mediações como sindicatos, movimentos populares e partidos, tenta se organizar para enfrentar a crise (DOCUMENTO SÍNTESE, MST, 2016).

3. Direção Nacional é responsável por pensar, propor e garantir as linhas políticas para o movimento, assim como as definições políticas tiradas no congresso e encontros regionais. É responsável também por garantir a unidade política, planejar as táticas e estratégias e propô-las à Coordenação Nacional. Assim como desenvolver estudos e soluções às necessidades políticas e práticas do movimento, garantindo a atuação dos setores e coletivos nacionais, e elaborar os métodos de trabalho. É, sobretudo, um tipo de organicidade que pode-se observar a partir do que Gramsci (2004), chamou atenção nos seus estudos. No qual é possível fazer uma aproximação sobre como atua o intelectual orgânico, na organização da classe que eles representam, pois o intelectual orgânico apresenta certa autonomia em relação à estrutura socioeconômica. Tal autonomia é reflexo da origem social dos intelectuais. Mas que, este intelectual, tenha, sobretudo, uma inserção ativa na vida prática, como construtor e organizador permanente na luta pela superação das desigualdades sociais, por outro projeto de desenvolvimento, especialmente por outra forma de sociedade.

Gramsci (1992) problematiza com questões sobre: quem são os intelectuais orgânicos? Eles se constituem de grupos sociais autônomos? Ou cada grupo social possui seus intelectuais especializados? E segue advertindo que estas questões têm respostas complexas,

devido às variadas formas que assumiu a formação dos intelectuais no transcurso da sociedade.

Em contrapartida, o autor (1992, p.3-5) destaca duas formas dessa formação de intelectuais orgânicos:

1. Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc., [...]. 2. Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

Os intelectuais orgânicos formados por cada classe criam novos repertórios que dão direção ideológica, pois cada homem de alguma forma desenvolve uma atividade intelectual com uma concepção do mundo, da moral, contribuindo, assim, para manter ou transformar essa concepção de mundo, além de possibilitar novas formas de pensar e agir.

A relação entre os intelectuais e o modo de produção é mediada pelos intelectuais que exercem um papel fundamental na organização da cultura e, por conseguinte, no conjunto das superestruturas³⁹, que funcionam como intelectuais de produção ideológica. Assim, se a classe dominante forma seus intelectuais orgânicos para o exercício das funções subalternas do governo político, a classe subalterna também produz seus intelectuais a fim de gestar outra hegemonia que busca, majoritariamente, a transformação do senso comum em bom senso, e isso ocorre por meio da filosofia da práxis que permite a superação do primeiro modo de pensar.

4. Coordenação Nacional: É o órgão executivo; aquele que encaminha as resoluções aprovadas pelo encontro nacional, pelo congresso nacional, responsável pela aplicação dos princípios do movimento, pelas decisões políticas de caráter nacional que dizem respeito ao MST, e também pela implementação dos princípios, ações nos Estados. Essa Coordenação

³⁹ Para Gramsci (1999, p.250), a estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas e o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre, só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis. As superestruturas do bloco histórico formam um conjunto complexo, em cujo seio Gramsci distingue duas esferas essenciais: a da sociedade política, que agrega o aparelho de Estado, e a sociedade civil, isto é, a maior parte da superestrutura (PORTELLI, 2002, p.15).

Nacional assume, publicamente, a representatividade do movimento e organiza as articulações políticas com outros setores da sociedade estimulando e acompanhando a articulação do MST em novos Estados. A Direção Nacional é composta por dois representantes de cada Estado e dos setores que compõem o MS nos acampamentos e assentamentos (educação, saúde, frente de massa, produção, juventude, cultura, gênero, direitos humanos), assim como pelos integrantes do grupo de estudos agrários (GEA), coordenadores das Escolas Nacionais, dos escritórios e da secretaria nacional. É importante destacar que todos os membros da coordenação nacional possuem igual poder, não havendo designação de cargos, assim divide-se apenas as tarefas e funções (NORMAS GERAIS E PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DO MST, 2016, p. 21- 22).

Em 27 de janeiro de 2017, aconteceu, em Fortaleza, no Ceará, o encontro da Coordenação Nacional do MST com todas as regiões onde existe o movimento. Ao final do encontro, foi organizado um documento síntese com os desafios e as tarefas para o próximo período, como apresenta-se sinteticamente a seguir: **1.** Reafirmamos a necessidade de reformas estruturais e de uma reforma agrária popular que garanta a soberania alimentar, a soberania nacional contra a venda de terras para o capital estrangeiro [...], o combate da medida provisória 759 do retrocesso da reforma agrária que privatiza as terras destinadas à reforma agrária, transformando-as em mercadoria, legaliza os grileiros de terras públicas e exclui os/as trabalhadoras/ trabalhadores e acampados/as do processo de assentamentos; **2.** Lutaremos contra a privatização das terras, disfarçada de titulação e que pretende livrar-se dos assentados como mecanismos de exclusão das políticas de reforma agrária. Exigimos o registro dos lotes e dos assentamentos na forma de Concessão de Direito Real de uso da Terra (CDRU), e o impedimento da venda de terras em assentamentos (CARTA DE FORTALEZA, 2017).

5. Coordenação Estadual: representada por um coletivo escolhido no encontro estadual; é formada por sete ou até quinze membros, de acordo com a realidade da forma de organização de cada Estado. Esse coletivo é formado pelos membros da Direção Estadual, da central de cooperativas e dos setores estaduais. Cabe a esta coordenação garantir a implementação das linhas políticas nos Encontros Estaduais e pelas Instâncias nacionais, definir os dois nomes para compor a Direção Estadual.

5.1. Direção Estadual: tem como prerrogativa implementar as definições e linhas políticas definidas pelos Encontros Estaduais, implementar decisões tomadas pelas instâncias nacionais, propor às instâncias nacionais linhas e ações políticas de acordo com as exigências

conjunturais ou organizativas. Assim como coordenar a atuação dos setores e coletivos estaduais, em concordância com os respectivos setores e coletivos nacionais. O mandato dos membros da Direção Estadual é de dois anos, podendo ser reeleitos.

5.2. Setores e Coletivos Estaduais: cada Estado definirá quais serão os setores prioritários, de acordo com suas necessidades e condições objetivas da sua organização local.

5.3. Coordenações Regionais e as Brigadas: são escolhidas nos encontros regionais. O núcleo, que é um grupo composto por dez a quinze famílias, deverá ser um espaço de discussões sobre as preocupações e demandas das famílias acampadas, e também fazer os encaminhamentos para os coordenadores do acampamento. As Brigadas referem-se a uma instância da base, sendo um homem e uma mulher, são membros das coordenações de assentamentos e acampamentos e são eleitos em assembleias que ocorrem nas regionais.

Já a Coordenação dos Assentamentos e Acampamentos é formada por membros de vários setores como produção, comunicação, educação, frente de massa entre outros que cada estado pode decidir formar, sendo de acordo com a sua realidade. Em nenhuma das instâncias, existem cargos de chefia ou diretorias. Os graus de hierarquias são expressos pelos coordenadores e membros, funções responsáveis por implementar as definições e as linhas políticas no movimento (CADERNO DE FORMAÇÃO DO MST, 2016).

Para a constituição do MST, nos Estados, fez-se necessária a organização de uma estrutura básica, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores. Essa constituição foi resultado de práticas das organizações camponesas históricas e, especialmente, das experiências dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, quando as famílias organizavam comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos que dessa forma, gestaram suas instâncias de representação. Assim como a atividade é incorporada na forma de organização, as pessoas também o são e estas passam a atuar na coordenação de atividades por meio do envolvimento, dedicação e desenvolvimento de tarefas. No decorrer do processo de construção da forma de organização do movimento os Trabalhadores Rurais Sem Terra foram desenvolvendo procedimentos para a constante melhoria e qualificação das suas lutas.

Tem as Direções Estaduais e Coordenação. Então a Direção Estadual é composta pelas representações regionais, as regionais é quem decide quem vai compor a Direção Estadual, e a partir daí os demais componentes compõem a Coordenação Estadual, quem é Coordenador Regional compõem a Coordenação Estadual. Isso é um formato, e em alguns Estados eles tiram duas pessoas dos assentamentos para compor a Estadual; depende das discussões que são realizadas também. O enriquecedor do MST é que existe uma linha, mas a realidade é que vai dizer o formato que você vai fazer, e aí a gente tem todas essas instâncias para funcionar

assim, mas se em algum estado a realidade apontar que tem que realizar dessa forma, que dessa forma é mais educativa, mais pedagógica, o MST não vai dizer a você [...], isso é uma forma que a gente encontrou de organizar a base, de organizar as regionais, que foi por Brigadas, através de Coordenação e depende muito da forma que cada Estado vai encontrando para garantir a sua organicidade (**Entrevistada n°7**, 2015).

Para uma militante do MST-Tocantins, a organização do movimento ocorre, especialmente, nos acampamentos. As famílias organizam as ocupações e quando a terra é ocupada organizam-se Núcleos de Bases, o que também é chamado de Núcleo de Família. Cada Núcleo tem um Coordenador e uma Coordenadora, e são compostos por um número entre dez e quinze famílias, dependendo do tamanho do acampamento e do tamanho da região. Esses dois Coordenadores de cada grupo, somados aos demais Coordenadores, constituem-se na Coordenação Política do Acampamento.

É constituída pelos dirigentes acampados, ou assentados dos acampamentos e assentados do MST, aonde tem os setores além da instância de direção estadual que dirige politicamente, que pensa o movimento, que pensa a tática e estratégia da luta, que divide tarefas, que pensa como é que tem que ser constituída a luta. São escolhidos os setores, na qual uma pessoa representa, ou duas de cada setor – desde que seja do setor de educação, setor de produção, saúde, gênero, frente de massa, formação, educação, direitos humanos – e a constituição da instância nacional se dá pela representação de dois dirigentes, um homem e uma mulher, de cada estado que compõem a direção nacional do MST (**Entrevistado n°8**, 2015).

Os partidos de massa apresentam um formato que se pauta nas seções, na centralização e na articulação entre as instâncias, o que se observou no MST. Nesse sentido, o movimento se assemelha a este formato, o que é diferente, por exemplo, do partido de quadros, que tem como característica central reunir pessoas com o propósito de preparar as eleições, manter os contatos com os candidatos, especialmente, se essas pessoas forem influentes, que garantam mais votos ao candidato. Enquanto a estrutura de massa, ao contrário, deve ser a expressão de uma classe, deve formá-la politicamente.

Assim, uma das funções dos intelectuais é atuar nos processos de formação de uma consciência crítica, que possibilite uma relação mais orgânica entre os mais simples, construindo uma condição para a superação da condição acrítica do senso comum, possibilitando uma mudança na capacidade intelectual de mudanças da atividade política destes. É, portanto do contato e das observações das visões de mundo, das experiências, das ações dos mais simples, que os intelectuais devem organizar suas formulações teóricas e

ações para as práticas políticas. É, dessa forma, que o papel do intelectual organizador da reforma intelectual e moral faz-se indispensável (GRAMSCI, 2004).

O MST busca, por meio de sua metodologia e de seus objetivos, organizar sua linha política que é definida pelos princípios, proporcionando liberdade na forma da sua implementação e de acordo com a realidade de cada Estado. Há uma centralização quanto à linha política, mas a forma de aplicação é descentralizada. A doutrina, segundo o autor, nada mais é do que um conjunto de princípios filosóficos, políticos e científicos que estão expressos no programa de reforma agrária, com linhas políticas e estratégias para a reforma agrária e para o desenvolvimento.

Possui uma diversidade em sua estrutura organizativa e em suas instâncias, sejam nacionais ou estaduais. A organicidade se pauta a partir do que o movimento defende ser importante, ou seja, o movimento se diz de massa, pois possibilita impulsionar as suas vitórias e a sua organicidade. O processo de organização tem por objetivo diminuir a espontaneidade e as fragilidades do movimento de massa. A organicidade é o que garante a permanência e a sobrevivência do movimento de massa (CARTILHA “SOBRE OS NOSSOS DESAFIOS E AS LINHAS POLÍTICAS DE ATUAÇÃO DO MST”, 2013, p. 13).

Para um militante do MST-TO, a organicidade é fruto das experiências da luta, das trincheiras e da resistência de homens e mulheres do campo e da cidade ao capital e apresenta na sua fala seu conhecimento sobre a organicidade do movimento:

Existem os setores que estão dentro da organicidade do MST, como, educação, saúde, produção, cultura, gênero [...] uns são setores e outros são coletivos. Inclusive no último período tem o coletivo de relações internacionais que trabalham as relações com os movimentos da Via Campesina da América Latina e do mundo todo. Também tem o Coletivo de projetos e finanças que atua a nível nacional. Existe um documento que é constituído das normas gerais do MST que a cada congresso são reformuladas. Acontece a cada 5 anos o congresso nacional do MST, todos os anos acontecem as reuniões das coordenações nacionais do MST que aí reúne 200 a 300 militantes de todo o Brasil, todos os anos e a cada 3 anos acontece os encontros estaduais do MST. Então, em 2014 foi realizado o VI Congresso Nacional do MST e em 2016 vai ser realizado mais um encontro nacional do MST (**Entrevistado n° 8**, 2015).

A entrevistada se refere, também, aos setores dentro do movimento como sendo indispensáveis para a organicidade, pois afirma que junto da Coordenação tem vários Setores; como por exemplo, o Setor da Educação, [...] “então do grupo que trabalha na escola se tira uma ou dois para fazer parte da Coordenação, para ir compondo esse setor, e que esse Setor de Educação tenha voz nas decisões” (**Entrevistado n°8**, 2015).

Outro Setor importante é o da Saúde, no qual os grupos trabalham com ervas medicinais, plantas curativas e com a saúde preventiva, o que ganha ênfase na fala da entrevistada. Assim, a organicidade do MST se revela sendo:

[...] todo esse processo que compõe a vida orgânica de um assentamento ou de um acampamento, e depois que compõe os espaços para a coordenação, tem os espaços para a discussão e tem a assembleia geral, que são momentos de se aprovar as decisões, que são discutidas nos grupos nos setores da comunidade e do assentamento. Esse é momento mais importante no movimento, porque se não tiver fortalecido essa base, o movimento pode ter uma cabeça brilhante com várias ideias, mas esses acampamentos e assentamentos se não tiverem uma vida orgânica, o MST não caminha e não tem como caminhar, porque são os pés de sustentação do movimento, são as colunas de sustentação do MST. Aí temos as instâncias regionais que são compostas pelas lideranças dos assentamentos, as vezes os assentamentos menores são duas pessoas e os maiores são três, e tem essa diversificação (**Entrevistada nº7, 2015**).

Nacionalmente, o MST está dividido em regionais. São elas: **1. Regional Amazônica:** PA, MA, TO, RR; **2. Regional Centro-Oeste:** RO, MT, MS, GO, DF; **3. Regional Sudeste:** ES, MG, RJ e SP; **4. Regional Nordeste:** BA, SE, AL e PE; PB, RN, CE e PI; **5. Regional Sul:** PR, SC e RS. A pauta das reuniões é definida pela Direção Nacional, visando à unidade nacional das discussões e encaminhamentos em comum. Mas, cada Regional pode acrescentar questões relacionadas às especificidades locais. Para uma entrevistada do movimento as Coordenações Regionais do MST compõem sua organicidade.

A Regional Amazônica, que são vários Estados, e aí sempre aqui na Amazônia a gente reúne dez de cada; dez do Tocantins, dez do Pará, dez do Maranhão. A gente compõe esse espaço aqui mais próximo, né? Por aproximação esses três Estados são considerados da Região Amazônica. E tem os Estados do Centro-Oeste, que é o Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasília. E tem a região sudeste que é São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. E Rondônia vem para a região Centro-Oeste que é mais próximo do que ir pro Pará, isso pela questão geográfica do país, a gente depende muito da aproximação também, né? Por que pra ir de Rondônia para o Pará, por exemplo, pro Maranhão é bem mais distante que, por exemplo, ir pra Goiás; do ponto de vista geográfico é Amazônia, mas tem esse limite; por que o nosso país é enorme e essa é a forma que a gente encontrou de se organizar (**Entrevistada nº 7, 2015**).

A partir das análises das entrevistas, dos documentos do MST, das observações realizadas nas reuniões e encontros, a forma de organização no movimento ocorre por meio das regionais, que neste caso da pesquisa é a Regional da Amazônia, com suas especificidades e características locais. Uma vez que a estrutura agrária de cada região tem um tipo específico

de agente que capitaneia os bens naturais e a produção agrícola, assim como seus mecanismos de exploração. Isso significa que a realidade dinamiza e pauta as estratégias e ações políticas, mas a forma do movimento se organizar na prática é definida por um conjunto de estratégias gerais para todas as regiões, ou seja, como definir a luta contra o latifúndio, agronegócio e em especial contra o avanço do capital sobre as populações que vivem no/do campo.

No caso do MST-Tocantins, está dividido em duas regionais: Regional Padre Josimo, com oito assentamentos e três acampamentos; e Regional Onalício Barros, com seis assentamentos e três acampamentos. Um militante da Direção Estadual do MST-Tocantins, na reunião estadual (2016), define essas regionais como territórios, e afirma que este é um espaço de luta. Isto é, todos os espaços que o MST ocupa pela luta são considerados “território”, e cada um deles têm suas especificidades (**Militante no Encontro Direção Estadual, MST-TO, 2016**). Observa-se que são Regionalizadas também as ações, pois:

No Tocantins, tem a Região do Bico do Papagaio, Região de Araguaína (Regional Padre Josimo) e aí vão compoendo Região de Palmas, Porto Nacional e vai se compoendo através dos diversos municípios (Regional Onalício Barros), e ali se compõe uma Coordenação Regional, que são as militâncias da frente de massa, da Educação, do Setor de Formação, que vai tá fazendo o planejamento das atividades a serem exercidas nesses acampamentos e nesses assentamentos, e tem uma agenda local de articulação com outros movimentos de mobilizações, de negociações, de formação de base, então, o Setor de Educação, como ele vai se articular naquela região, isso seria a composição da instância Regional (**Entrevistado n°5, 2016**).

A estrutura de organização do MST possibilita a participação dos camponeses no cotidiano do acampamento, como por exemplo, a tomada de decisões sobre assuntos relacionados à luta pela terra e sobre os problemas que aí possam surgir. A estrutura de base, como foi possível observar, é desenvolvida para oportunizar que os membros dos Núcleos desempenhem funções, ainda que acompanhados muitas vezes por lideranças do movimento e isto tem um caráter pedagógico, formativo de novas lideranças políticas. Portanto, constata-se que o MST carrega em sua organicidade uma participação dos membros em funções diretivas e organizativas, um destaque é a importância dos Núcleos enquanto estruturas de ampliação e formação de quadros, sem o qual o movimento não conseguiria se ampliar, garantindo, assim, a perenidade da organização.

O MST, a partir do processo de suas lutas e conquistas históricas vai forjando sua organização, com suas características e princípios próprios. Forjado a partir das lutas de massa, com a participação das famílias que aglutinavam homens e mulheres sem-terra pelo

país afora. Na trajetória de formação do movimento, as famílias criaram espaços de participação, uma vez que a dimensão da luta pela terra define que, quanto mais pessoas sem-terra participarem da luta, mais a luta adquire forma e força.

Como parte da sua estrutura de organização o MST apresenta, em sua forma e conteúdo, experiências da CPT e das CEBs. São experiências de base igualitária, coletiva e colegiada, que possibilitam a participação dos seus membros nas decisões dos rumos do movimento, assim como a ênfase no “trabalho de base” como princípio organizativo e formativo (CADERNO DE FORMAÇÃO, nº 38, 2009, p.29).

Sobre essa questão, Vázquez (2007) chama atenção, pois em todo movimento político cria-se “visão de mundo”, cria-se ideologia. Como se referiu Gramsci (2001) também, as relações variam de acordo com o caráter de classe da política que o movimento constrói. E também que os conteúdos são diversos, destacando-se os que tratam como relações de dominação do partido ou movimento de massas, da direção sobre a base ou que, diferentemente, se constrói num processo no qual ocorre a participação consciente das massas e dos militantes. Isso para se atingir uma fase superior na qual possibilitará a transição da sociedade capitalista para socialista.

Sobre o sentido da organização e formação política da massa o MST, em sua trajetória de formação política, trilha pelo trabalho de base. Dessa forma, o significado de “base” para o movimento se revela quando foi agregando valor e sentidos ao longo do processo de lutas. Em relação à “comunidade de base”, carrega o sentido de experiência das comunidades na solução dos problemas do seu bairro, da sua realidade local. Por fim, muito importante é o sentido que carrega a opção política, pois se refere ao crescimento da luta popular na década de 1980, no Brasil, significando, portanto, que a massa toma consciência da opressão que sofre e busca reagir a esta opressão com o objetivo de fundar uma sociedade solidária. Neste caso, qualquer pessoa poderia ser base nesse projeto alternativo de sociedade (CADERNO DE FORMAÇÃO nº 38, 2009).

O MST, ao longo dos anos, foi agregando novos elementos à sua forma de organizar-se. Isso ocorreu devido à ampliação das ideias alcançada pelo movimento em sua trajetória de luta e resistência, contando com um corpo teórico de intelectuais orgânicos formados por marxistas, embora também mantendo os princípios da Teologia da Libertação⁴⁰ vinculados a

⁴⁰ “A Teologia da Libertação prega o Reino de Deus aqui e agora. O povo de Deus deve viver em comunidades, tendo a Bíblia como seu manual; seu alvo deve ser a busca da justiça, do direito e da paz. Uma doutrina

luta do Movimento. A ampliação da orientação teórico-política se justifica devido à forma organizacional que o MST foi desenvolvendo ao longo da sua trajetória. Isso porque a luta pela reforma agrária ampliou sua práxis política defendendo transformações sociais mais amplas.

Nesse sentido, acrescenta-se a práxis política, cujo destaque de Florestan Fernandes (2012) se caracteriza pelo “trabalho revolucionário na luta por transformações” e defendida pelo movimento:

O “trabalho revolucionário perseverante” exige conhecimento objetivo, constantemente renovado, e autêntica responsabilidade marxista – e ambas levam à mesma indignação prática: qual é o grau de aprofundamento dos conflitos de classe no domínio político e quais são as probabilidades de aproveitá-las, de um modo ou de outro, bem como em curto, médio e longo prazo, como fulcro da luta pelo poder real”, o “poder do Estado” ? (FERNANDES, 2012, p.21).

A atual estrutura de organização do MST é resultado de uma orientação política, cujos objetivos consistem na continuidade da luta dos Sem Terra, com o grande desafio de manter o movimento dinâmico, pois a luta social é síntese da luta de classes e um importante papel do movimento é ser o organizador e educador das massas. Sendo que se isto não ocorrer poderá haver um desvio no processo formativo, educativo, pedagógico, constituindo-se em um grave problema: a separação da direção e da base, na qual o movimento centraliza as decisões mantendo afastada a base (VÁZQUEZ, 2007). Este autor ressalta que dois princípios garantem essa separação e precisam ser evitados: o **centralismo** que assegura a subordinação dos militantes à direção, gerando o **verticalismo** que impede que posições minoritárias ou diferentes possibilitem novos trajetos e caminhos que envolvam o pluralismo político das ideias.

As entrevistas realizadas com os militantes apontam a importância da organicidade como possibilidade de aprendizagem que implique em uma visão mais crítica da sociedade e do conhecimento dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora e, especialmente, para a constituição de uma nova cultura política. Abaixo, destacam-se duas falas dos militantes da Coordenação Nacional e do Setor de Produção do MST-TO, sobre a importância da organicidade do movimento e que se revela como importância maior na estrutura do MST:

impetuosa, muito dura para muitos dos padres e leigos que preferiram a missa no estilo antigo, com o sacerdote no púlpito. E sem misturar política e religião” (BRETON, 2002, p. 141).

Se o MST não tivesse construído sua **organicidade**, dificilmente nós teríamos chegado aos nossos trinta e poucos anos de luta, de resistência e de construção, por isso que é importante pra nós quando a gente entra no MST compreender isso. Pensar, como que surge o MST, qual é a importância disso, qual o objetivo, qual a importância da organicidade para o movimento e por que? Porque nós viemos de uma sociedade que nos educou a ter chefe e cacique, essa é uma sociedade de patrões, sociedade que alguém manda e os outros executam. Por isso que a organicidade vem para romper com essa estrutura que é uma estrutura da sociedade capitalista, que não serve a nós, por isso que o MST começa organizando o núcleo de base, que no núcleo de base do acampamento ele consegue chegar até as instâncias superiores, maiores do movimento, que são as direções nacionais e as coordenações estaduais. Por outro lado, nós precisamos compreender que a organicidade também precisa ser referência pra classe trabalhadora, ela não tem que ser referência só pro MST, tem que dar conta também de ser referência pra fora do MST. Quando eu digo fora são: os sindicatos, os operários, os trabalhadores urbanos, os trabalhadores do campo. Por isso é necessário entender a necessidade da organicidade (**Dirigente Estadual no Encontro da Coordenação Estadual/MST-TO**, 2015).

A fala expressa a compreensão do que é a organização do movimento para enfrentar o latifúndio e organizar os trabalhadores no campo para desenvolver uma práxis política que tenha como objetivo a produção de uma educação que apresente mudanças na forma de pensar e agir dos seus participantes. Nesse caso, a trajetória das experiências da luta de classes empreendida pelos sujeitos, são experiências vivenciadas no movimento a partir de interações permanentes com o movimento da totalidade concreta, contida na dialética e expressa entre o movimento social de massas e a organização política que está em constante construção. Nesse aspecto, a organização política do movimento se constitui a partir de metodologia desenvolvida pelo MST, fundado em uma práxis política que busca a formação humana. O MST não tem presidente, sendo a sua forma de se organizar composta por uma direção coletiva democrática destacada pelos entrevistados, como sendo de formação política:

Nas grandes ações a gente tem grandes formações como as ocupações de terra, as marchas, os processos de negociações, as capacitações específicas. Então o MST acredita que as pessoas se formam nesse movimento permanente pra atender essas reivindicações, que é construída a partir das necessidades de cada homem, mulher, jovem, criança, idoso que tem nos acampamentos e assentamentos. Então é isso que vai nos formando, a partir das necessidades de você dar um caráter sistemático pra cada uma dessas formações, elas vão se configurando a partir desse movimento da luta, da resistência, da conquista. Mas, é a luta que vai formando e é essa luta também que vai demandando, que vai exigir que a gente se aprofunde em algumas temáticas, algumas questões, mas é a luta que é o processo de formação do movimento, a resistência e a partir dela você vai então montando as estratégias de formação específica, de cada conteúdo que é necessário ser aprofundado pelos militantes, pelos educadores, pelas famílias (**Entrevistada nº 20**, 2015).

A ocupação é um dos momentos mais ricos de aprendizado pra gente nos movimentos e para os camponeses. Eu já participei de várias ocupações, desde as ocupações rurais nas fazendas, também nos órgãos públicos, reivindicando pela melhoria da vida dos camponeses. É um aprendizado que leva você a entender a realidade, dentro das dificuldades que o camponês tem e a burocracia do Estado em disponibilizar aquilo que é direito e dever do Estado para os trabalhadores. Então é um momento muito rico da gente aprender e entender a conjuntura, a realidade da vivência no campo e a burocracia do Estado para você chegar ao desenvolvimento da sua propriedade, da produção, do seu meio de vida e da sua família que vive naquela realidade. Então, é um meio que nós não podemos abandonar, [para] reivindicar nossos direitos como cidadão e como trabalhador do campo (Entrevistada n. 07, 2015).

Foi frequente na fala dos militantes entrevistados a ênfase dada ao processo de formação adquirida na participação do movimento, especialmente a importância desse processo formativo nas atividades de ocupações e ações de mobilizações, nas escolas de formação política, nas marchas de resistência aos projetos em desenvolvimento no campo e impostos pelos fazendeiros e empresários do agronegócio aos camponeses.

A estrutura da organização do movimento foi se realizando por meio da luta das famílias Sem Terra e das reflexões e estudos sobre os movimentos camponeses históricos e suas experiências na construção da forma de organização do MST. Nesse sentido, ao longo desse caminho, o movimento foi se construindo organicamente; os métodos foram construídos a partir, primeiramente, da luta nos acampamentos, depois nos assentamentos, e dos estudos sobre as teorias que dão suporte as reflexões sobre o trabalho de base no MST.

Não se pode desprezar os princípios organizativos formulados no passado, como o centralismo democrático, a direção coletiva, a vinculação das direções com as massas, o estudo concreto da situação concreta, etc., em nome das inovações aleatórias. Cada princípio, em cada época, deve ser acrescido de conteúdos e de formas atualizadas (BOGO, 2011, p.109).

Não se pode repetir, dogmaticamente, as formas de organização, afirma o autor, só porque foram vitoriosas no passado, pois “[...] todas as formas organizativas nasceram das táticas propostas para solucionar o problema da exploração do homem pelo homem” (BOGO, 2011, p.109). Nesse sentido, o MST ao longo dos seus 33 anos de história conseguiu acumular experiências que lhe possibilitou desenvolver **princípios organizativos**. Estes são assim designados por constituir a base que organiza a estrutura política do movimento:

Direção Coletiva, colegiado dirigente, todas as instâncias são formadas por comissões de militantes com igual direito e poder. As decisões são tomadas coletivamente e, prioritariamente, por consenso político.

Divisão de tarefas visa estimular e organizar as funções entre os militantes dos coletivos, buscando a valorização e a ampliação da participação de todos os membros, evitando o centralismo e o personalismo. A organização centralizada apenas sob o poder de uma pessoa não permite a riqueza da diversidade das ideias, das proposições de saídas para resolução de problemas, da capacidade criadora de novas soluções (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

A **disciplina** é um elemento de grande importância no conjunto dos princípios defendidos pelo MST, pois tem como fundamento o respeito às decisões do coletivo, e sem respeito às decisões das instâncias não há como construir uma organização.

O **Estudo** revela a preocupação do movimento com a formação dos seus quadros políticos, com o objetivo de buscar a autonomia e conduzir suas lutas, ainda possibilita combater o voluntarismo, a luta histórica já indicou essa aprendizagem.

Formação de Quadros: Sem ela não haverá futuro para a organização social. Portanto, faz-se necessário formar quadros técnicos, políticos, organizadores e profissionais de todas as áreas; esta formação é o próprio movimento que o fará (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

A **militância** é um dos princípios que o MST estabelece como prioritário, isto porque todos os militantes dos setores e coletivos devem desenvolver a dimensão da ação política como formação. Dois aspectos são considerados nesse sentido: transformar a luta pela terra e a organização do movimento como a profissão de militante, dedicação ao movimento; ser um especialista, devendo buscar, por meio dos estudos e da luta, o aperfeiçoamento nas funções e tarefas que lhes foram designadas, tendo em vista o conjunto de organicidade do movimento.

No exercício da militância, destaca-se a questão do **planejamento** que se refere a aplicar o princípio de que tudo deve ser avaliado, definido, planejado a partir das condições objetivas da organização.

A **vinculação com as massas de trabalhadores** é a garantia do avanço das lutas e da aplicação de uma linha política correta. Por mais alto nível que um dirigente possua do ponto de vista dos estudos, por mais combativo e lutador que demonstre ser, faz-se necessário se manter vinculado à sua base social.

Por último, ligado ao aspecto do profissionalismo, tem-se a realização da **crítica e a autocrítica**, que é o exercício da avaliação crítica dos atos e ações dos membros do MST, que procuram corrigir os desvios e encaminhar soluções para melhorar a luta (NORMAS GERAIS E PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DO MST, 2016, p. 30- 32).

A fala do dirigente estadual do MST-Tocantins, em um encontro em Palmas, em dezembro de 2016, destaca os princípios que os militantes devem saber sobre a organicidade do movimento:

[...] quando o MST coloca o estudo como um princípio organizativo é porque ele está dentro da organicidade, o planejamento como princípio organizativo tá dentro da organicidade, a crítica e autocrítica é um princípio organizativo que tá dentro da organicidade, o espírito de sacrifício, que é uma palavra pesada, é um princípio organizativo que tá dentro da organicidade, a disciplina, a divisão de tarefa, a direção coletiva, tudo isso tá dentro da organicidade. É preciso educar, organizar nossa base, fazer o processo de luta tendo o princípio da direção coletiva, o debate da coletividade, a implementação da coletividade. Tem algumas coisas no MST que precisa zelar uma delas é a organicidade. (**Dirigente Estadual, Encontro/coordenação estadual/MST-TO**, 2015).

O MST se insere no processo de desenvolvimento da luta de classes e no combate ao capital. Com isso, desenvolve estratégias que vai além da conquista da terra e busca pautar a construção de novas relações sociais e de produção, que perpassa a distribuição de terra e dos instrumentos de trabalho, que se subscreve no estabelecimento de relações de estabelecimentos de convivência com a natureza, desenvolver práticas de produção sem o uso do agrotóxico, de construção de redes de cooperativas de produção. Nesse sentido, desenvolve práxis política e produtiva.

Araújo (2007) destaca alguns elementos trabalhados na organicidade do MST: 1. **A forma de luta**, como princípio de organicidade é a ocupação da terra, uma ação direta de luta contra a propriedade privada, 2. **Resistência e combatividade**, no qual se observa nas condições de sobrevivência das famílias nos acampamentos e assentamentos, onde sofrem todo tipo de perseguições, mas que continuam na luta, sendo esta uma característica e uma exigência permanente; 3. **A luta do MST** vai além da categoria sem-terra, pois rompe com a luta corporativa, como no caso das organizações de classe, os sindicatos, a luta do MST é contra o capital, ou seja, o modelo de desenvolvimento que destrói a vida no campo; 4. **Formação da consciência social e sua base**, é necessário desenvolver a formação política da sua base social, quadros e militantes, isso ocorre por meio da realização de cursos, estudos, atividades culturais e artísticas. E, sobretudo a distribuição de poder como elemento do processo formativo e que visa contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica, como por exemplo, a participação nos núcleos de famílias dos acampamentos e no assentamento, nas atividades nacionais e regionais. 5. Enquanto elemento da organicidade o MST desenvolve o cultivo da mística, que busca contribuir para o fortalecimento da luta política.

O quadro abaixo demonstra o significado da mística para os camponeses/as do acampamento padre Josimo:

QUADRO 04: Sentido da mística para os membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento.

	Frequência	Porcentagem
Homenagear companheiros que tombaram na luta	3	7,5%
Nossa cultura	14	35%
Reviver luta pela terra, resistência camponesa	4	10%
Representação da realidade	4	10%
Animação pela luta, mistério	5	12,5%
Representação de nossa cultura e animação pela luta	3	7,5%
Apresentações	1	2,5%
Não sabe	6	15%
Total	40	100%

Fonte: Questionário aplicado pela autora junto aos camponeses do acampamento Padre Josimo, 2016.

O resultado do questionário aponta que a mística é o resgate da cultura dos povos do campo, é a representação da realidade e também é a animação para a luta. A sua materialização ocorre por meio da realização de rituais, no resgate e valorização da memória e herança dos lutadores e lutadoras do povo. Materializam-se, também, nas músicas, nos símbolos como a bandeira, o boné, as ferramentas de trabalho, nas palavras de ordem, no hino da organização. Para uma militante do setor de educação do MST-TO, a mística se constitui:

A mística é o grande animador, resultado da construção da identidade, da formação do processo de luta, então a mística quando as pessoas de fato decidem empunhar o braço, levantar o símbolo, colocar o boné, levantar a ferramenta de trabalho e dizer eu me identifico com essa causa, com essa luta com esse projeto de sociedade, então esse é o processo da mística coletiva né? que anima, mas compromete, define tarefas e também tem clareza das inquietações que vai ter durante o processo de luta. Mas sabemos que é preciso animar a mística do processo de transformação e da

possibilidade de transformar que vai estar na luta concreta e com o projeto de sociedade. A mística não estar no campo das ideias, ela tá no campo de ideário de sociedade vinculada com a luta de ocupação, de resistência, de enfrentamento, do estudo, dessa perseguição mesmo né? pra gente construir valores e perspectivas igualitárias, socialistas, feministas então essas construção desses valores e desses princípios é que é a mística, porque pode até ter um bom conteúdo ou uma boa forma, mas se não tiver essa mística não vai conseguir ter essa energia, essa força necessária pros militantes. (**Militantes**, setor de formação do MST-TO, 2016).

A mística para o MST busca manter viva nos seus militantes a crença nas possibilidades de transformação da sociedade capitalista e na construção da sociedade socialista, erigida nas bases de outras relações sociais e de novos valores. A mística pulsa no Movimento, organiza os militantes e sua base social nas ações, nas ideias e nos sentimentos. Bogo (2009) elenca três elementos da mística: 1. O sentido religioso. 2. O sentido das ciências políticas; 3. O sentido filosófico e da valorização cultural. Para o MST, a mística apresenta uma dimensão cultural que não deixa o militante desanimar, mesmo com tantos problemas e desafios que a luta impõe. A mística se manifesta na certeza da luta e da vitória, se apresenta nas mobilizações e busca atingir a militância para a metodologia do trabalho na esfera da produção até no cotidiano dos acampamentos e assentamentos.

O conteúdo da mística expressa uma postura pessoal, com vivências pautadas em valores de forma coerente no cotidiano da vida, na luta política, é, sobretudo, nas atitudes que a mística se apresenta, passando pela celebração coletiva, que deve pautar os sentimentos. Não é show para ser apresentado, assistido, mas é, todavia, a celebração da vida, da cultura. Bogo (MST, 1998) salienta que a mística deve aproximar um projeto de futuro e de presente na luta dos trabalhadores Sem Terra e seu projeto de sociedade.

Além do culto aos símbolos, entendidos como instrumentos representativos das ações concretas da organização, a mística ocorre, em seus diversos cenários, norteadas por uma espécie de encenação artística (envolve músicas, poemas, danças, figurinos, palavras de ordem), de rápida duração (mais ou menos 20 minutos) comprometida com a potencialização de uma experiência emocional focada nos dilemas da luta dos trabalhadores. Os temas são inúmeros, mas grande parte deles marca na consciência coletiva os mártires, os adversários, os problemas e as saídas para a realização do socialismo – mapeado como o grande objetivo, por vezes representado como utopia, dos acampados e assentados. (SOUZA, 2012, p. 51).

Souza (2012) chama atenção para o fato de que a recepção das místicas, passando pelas visões de mundo dos lutadores sociais antes de se entregarem à organização, ocorre

disputas por sentidos e significados nessas apresentações dentro da própria esfera do MST, sendo estes os maiores desafios da mediação da práxis. “

Portanto, os desafios na luta cotidiana dos acampamentos e assentamentos se revelam como importante para o processo formativo dos sujeitos históricos do MST. (SOUZA, 2012, p. 86). Tais desafios passam pela organização e manutenção constante da mobilização da base.

Assim é que o MST organizou uma “escola” para formação de militantes em 2005: Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada em Guararema, São Paulo, se constitui em um espaço concreto da formação dos Sem Terra, ou seja, da classe trabalhadora brasileira e também internacional. É um lugar onde os militantes de várias organizações sociais fazem seus estudos (um dos princípios do MST), trocam ideias e experiências e fortalecem laços de solidariedade para a luta. Acima de tudo realizam suas místicas.

Entendendo a mística como ação de uma práxis política, é possível refletir sobre a importância de uma escola de formação para a militância, para a luta da classe trabalhadora. Para Gramsci (2004), a escola é o instrumento para formar os intelectuais de vários níveis, compreendendo que a cultura é um dos princípios básicos do socialismo. A cultura, para Gramsci, é o elemento indispensável para o processo revolucionário, visto que a revolução é precedida de árduo trabalho de crítica, de penetração da cultura, de novas ideias, valores; ou seja, a cultura se constitui em um instrumento político que potencializa a emancipação das classes subalternas, buscando forjar uma contra hegemonia na sociedade dividida em classes.

Finalmente, chama-se atenção sobre a estrutura de organização própria que o MST apresenta e sua semelhança com os partidos políticos de esquerda. A forma está ligada às funções que o movimento traçou como plataforma política no decorrer de sua trajetória histórica, assumindo uma tarefa importante como a de organizar uma parcela das classes subalternas, com o intuito de construir uma nova hegemonia com objetivo de transformar a cultura política atual. Nesse aspecto, é tarefa do MST a elaboração da ética e da política com a finalidade da difusão da visão de mundo de um grupo social (os camponeses), e, sobretudo, a construção mais ampliada às classes trabalhadoras.

Portanto, a Formação Política e a Educação enquanto objetivos do MST caracterizam um projeto de sociedade. No caderno “Princípios da Educação no MST”, a interface da educação com o processo político de transformação social se apresenta como um elemento indispensável para o desenvolvimento da consciência de classe e a consciência revolucionária de educando e educadores (MST, CADERNOS DE EDUCAÇÃO, nº 08, 1996).

CAPÍTULO IV – PARTICIPAÇÃO, FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO TOCANTINS

“[...] o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura: renasce não mais como objeto dela, mas, também como sujeito da história”.

(Paulo Freire, 2007)

O objetivo do capítulo é compreender como ocorre o processo de formação política e a organização dos trabalhadores rurais Sem Terra do Estado do Tocantins, assim como sua relação com a educação e de que forma esse processo formativo aponta para mudanças na cultura política local. A educação para o MST é defendida e praticada como uma formação humana, com sua dimensão sociocultural, ou seja, uma formação que priorize o desenvolvimento das várias dimensões do ser humano, indo além da ideia de educar, de competências meramente técnicas ou de mercado de trabalho. Para melhor ilustrar e se atentar às perspectivas da educação e da formação para o Movimento, segue nas palavras de Caldart (2000, p. 143):

*[...] não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do Movimento, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que *educação pode ser mais do que educação, e que escola pode ser mais do que escola*, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nesta realidade (grifos da autora).*

Para o MST, sua escola de formação política tem como objetivo desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores, com o intuito de transformá-los em quadros políticos com elevado nível de conhecimentos, lhes possibilitando maior segurança ideológica para agirem politicamente. Em sentido estrito, a formação de militantes compreende a formação para as tarefas da luta cotidiana do Movimento, tanto as imediatas quanto as de longo prazo, ou seja, busca fundamentar, teórica e politicamente, a práxis dos seus militantes, considerando a diversidade de funções exigidas e o processo de qualificação deles, desde os militantes de base até os quadros dirigentes. Portanto, o objetivo é formar seus intelectuais orgânicos, para alterar as relações de hegemonia no âmbito da luta de classes, como bem nos ensina Gramsci (2002).

No pensamento Gramsciano, hegemonia⁴¹ e educação estão dialeticamente integrados na prática social, sendo parte de um processo formativo ideológico que se traduz a partir de estratégias de luta disputadas nas relações de força que culminam na posição hegemônica que deve ser aprovada coletivamente e em constante debate para ser mantida.

A hegemonia-educação e teoria-prática constituem a possibilidade de uma nova relação de teoria política. É um processo de construção mais promissor ao bloco histórico⁴², sendo a hegemonia a possibilidade de uma relação social que estabelece uma ligação com a educação que se apresenta enquanto expressão teórica e prática de um processo de formação e manutenção da direção política, intelectual, moral e cultural. (ROSALIO, 2016).

Para Gramsci (1999), toda hegemonia é uma relação pedagógica que ocorre no interior de uma nação entre várias forças que a compõem e, sobretudo, em todo campo internacional e nacional. Para tanto, a hegemonia apresenta um significado da construção de uma nova sociabilidade, da identidade de classe, que ocorrerá por meio da organização dos trabalhadores enquanto indivíduos e enquanto classe e que, necessariamente, exige uma base material.

Por isto, a teoria da hegemonia tem uma relação direta com a educação, pois o conhecimento potencializa o aumento da capacidade crítica dos subalternos e poderá provocar conflitos e enfrentamentos ao grupo que está no poder. Nesse sentido, não seria a educação uma possibilidade de elevar o nível cultural dos subalternos? Sim, afirma Gramsci, a

⁴¹ “O termo hegemonia deriva do grego *eghesthai*, que significa conduzir, ser guia, ou talvez do verbo *eghemonia* que significa guiar, preceder, conduzir, de qual deriva estar a frente, comandar, governar. Por *eghemonia* o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Se trata, pois de um termo militar. *Egemonia* era também, o guia e também o comandante do exército. A hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia. (GRUPPI, 1978, p.5).

“Hegemonia: o conceito de hegemonia não se apresenta unívoca durante toda a produção de Gramsci, é modificado com o aprofundamento de suas reflexões sobre o Estado. Inicialmente aparece como sinônimo de direção política. [...] Posteriormente Gramsci ampliará sua percepção compreendendo que não se tratava apenas de uma direção estritamente política, mas que envolvia outros aspectos como econômico e o cultural.” [...] sinalizava a necessidade de uma determinada concepção política em disputa se estabelecer como majoritária no contexto social antes da chegada ao governo, possibilitando não só a governabilidade, mas o direcionamento político sobre os demais sujeitos.” (ROSALIO, Silvia Deise, 2016, p. 236-237).

⁴² “O bloco histórico gramsciano seria a elaboração de uma vontade coletiva a partir do interior de determinadas relações de produção, seria nova “formação histórica” com possibilidade de estabelecer, em época de transição, uma direção determinada ao “aparelho produtivo”. A unidade entre prática e teoria, entre “natureza e espírito” ou “estrutura e superestrutura”, consubstanciando o bloco histórico segundo Gramsci, adquire aqui concretude no que se refere, por exemplo, à questão da transição, ou sociedade de transição. Gramsci classificaria tal bloco como “histórico” porque seria aberto à perspectiva histórica, não porque designaria um momento histórico específico, ou seja, como faz Badaloni abordando o mito soreliano, sobretudo, como uma perspectiva histórica. Enfim, o bloco histórico encontrar-se-ia relacionado à conformidade possível entre ação histórica e modelo lógico-filosófico, à objetivação da fusão entre teoria e prática, entre uma determinada concepção de mundo e uma ação política coletiva em conformidade com tal concepção”. (GALASTRI, Leandro de Oliveira. 2013, p.84)

educação é uma possibilidade de elevar o nível cultural dos subalternos, pois é fundamental na luta pela hegemonia e consiste, fundamentalmente, na elevação cultural das massas. Todavia, Gramsci adverte que:

[...] quando o “subalterno” se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanismo revela-se num certo ponto como um perigo iminente; opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo social de ser. Os limites e o domínio da “força das coisas” se restringiram. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “resistente” a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mais sim agente e necessariamente ativo (GRAMSCI, 1999, p. 106).

O sentido de educação para Gramsci se realiza por meio de um processo que possibilita aos sujeitos saírem da anomia para a autonomia, tendo como mediação a heteronomia, a partir da compreensão de que o homem é resultado das relações de produção. Não existe, portanto, uma única maneira de conceber todos os homens em qualquer tempo e lugar. Com isso, percebe-se que os homens não agem da mesma forma em todos os espaços e circunstâncias.

As relações que os homens estabelecem serão determinadas pela forma como a sociedade se organiza estruturalmente na esfera econômica e no âmbito da superestrutura, portanto, também no campo ideológico, o que demarcará a constituição do indivíduo. Nesse caso, a consciência de como os arranjos sociais são pactuados é que determinará qual será a forma do homem interagir com os demais, com o meio e, especialmente, consigo mesmo (GRAMSCI, 1999).

Assim, a proposta de formação do MST para a mudança do homem, universalmente falando, apresenta uma dimensão ampla, que implica no que Gramsci (*Ibid*) adverte ser, no qual cada homem transforma a si próprio. Dessa forma, transforma e modifica todo o conjunto de relações em que este é o próprio centro estruturante. Nesse sentido, o filósofo é, e não pode deixar de ser, o ser político, ou seja, um homem ativo que modifica o ambiente, sendo este o conjunto das relações da qual todo indivíduo faz parte.

O tipo de vínculo que os indivíduos estabelecem em relação à política está sempre ligado ao governo. Assim, Sain (2007, p. 227- 228) adverte que:

La conformación de las creencias políticas de los sujetos no es impuesta por el contexto social ni resulta de una decisión racional de los mismos, sino que es la expresión de la compleja – y no siempre voluntaria o consciente – *construcción, de valores e interpretaciones* producida en la marco de las interacciones sociales

situadas historicamente y por ellos protagonizadas. Tal construcción, iniciada em la nenez y desarrollada durante toda la vida de um individuo, supone, de um lado, el aprendizaje de ciertas pautas culturales, valores y esquemas simbólicos en el marco de la interacción que se mantiene com otros sujetos y com su entorno y, del outro lado, la configuración de su propio sistema de interpretación y validación de lo social y lo político, esto es, de su propia identidade sociopolítica.

Nesse sentido, um conjunto de valores, práticas e crenças, e a forma como os indivíduos se relacionam com a política, constitui um conjunto de disposições básicas que imprimem percepções sobre a mesma, elaboram uma matriz a partir de como reagem frente aos estímulos políticos. Assim, constituem suas preferências e gestam um tipo de participação nas atividades políticas. É por meio dos processos de socialização e de aquisição de uma cultura política que os indivíduos de forma coletiva conformam suas crenças sobre a sociedade e a política.

Não é mágico não! É no processo de luta, na medida em que as pessoas se reconhecem sujeitos coletivos e sujeitos históricos que vão construindo uma identidade enquanto Sem Terra; vão se identificando com o projeto de sociedade e as pessoas vão se assumindo enquanto protagonistas do processo e é esse ser protagonista nesse processo que constrói a identidade com a luta, com o movimento, com a participação. Você se torna protagonista na medida em que participa, e aí você vai se identificando, construindo uma capacidade crítica através da participação na luta (**Militante nº 7**, 2015).

A participação é o maior elemento político de uma organização em um processo de difusão de novas concepções de mundo. Isso porque ocorre por meio da organização de um grupo social, que busca a ampliação da sua consciência crítica sobre a realidade, pois as convicções e a defesa dos interesses do grupo serão, primeiramente, promovidas pelo grupo social, que apresentará como fase elementar do processo educativo a formação de uma consciência popular autônoma (GRAMSCI, 1999).

Entretanto, Gramsci afirma que os trabalhadores não terão consciência crítica espontaneamente, não tornar-se-ão independentes por “si só”, sem que se organizem. Sua organização, por sua vez, está ligada diretamente à questão política dos intelectuais, pois para este autor não existe organização política sem intelectuais. Nesse aspecto, é imprescindível sua participação na construção de uma outra hegemonia, pois os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora desempenham um papel fundamental (GRUPPI, 1978).

Ao tratar da questão do “homem ativo da massa” e à sua capacidade de compreender a si próprio Gramsci está se referindo ao fato de que a compreensão crítica que o homem tem de

si mesmo se realiza através: “[...] de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, 1995, p. 21).

Assim, é a participação de homens e mulheres na luta cotidiana pela terra, afirmando a sua identidade e contribuindo para a construção de outra cultura política.

4.1. Participação e identidade camponesa

Para tratar da identidade dos Sem Terra que compõe o MST, recorre-se à definição de Thompson (2001) sobre classe. Para este autor, trata-se de uma categoria histórica e, por essa razão, é forjada pelos processos sociais que derivam da construção histórica dos sujeitos na própria luta de classes. A luta de classes é um conceito determinante, uma vez que é uma construção histórica e implica em processo. Por isso, diz Thompson (2001, p. 274), “[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha”. Ao contrário, as pessoas vivem submetidas às relações de produção, condicionadas historicamente, e, como trabalhadores, estão submetidas à exploração, suportando-as, e, no processo de luta, descobrem-se a si mesmos como classe, e no decorrer do processo fazem a descoberta da sua consciência de classe (THOMPSON, 2001). Nesse sentido:

Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito do modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relação de produção, daí derivando a luta de classes (THOMPSON, 2001, p. 274).

A classe se forma na medida em que homens e mulheres vivem suas relações de produção e suas experiências no interior das suas relações sociais, por meio da cultura e das expectativas a eles transmitidos, assim como pelo modo como fazem uso dessas experiências culturais. Nesse sentido, “[...] Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente” (THOMPSON, 2001, p.277-278).

A partir da perspectiva apontada por Thompson, é possível afirmar que a identidade do Sem Terra é construída a partir das condições objetivas e subjetivas das quais derivam as

experiências dos sujeitos concretos na luta cotidiana pela terra. Ou seja, como ocorre a luta destes sujeitos ao enfrentar o latifúndio, o agronegócio e o Estado. Isso se constitui a partir de experiências que condicionam um determinado modo de vida ou forma de ser desses sujeitos, que compõem o enredo da sua luta política, social e cultural e, portanto, constrói uma determinada consciência de classe.

A entrevista abaixo ilustra, em certa medida, essa experiência, pois admite que, por meio da luta política, das experiências vividas pelos trabalhadores nas atividades do Movimento, se constrói a organização do indivíduo enquanto classe:

Os trabalhadores Sem Terra se organizam na luta, a partir dos acampamentos de reforma agrária, que são organizados nas margens das estradas e nos próprios latifúndios, na qual o processo de enfrentamento é a própria ocupação ao latifúndio. Então são essas as principais formas: A ocupação da terra do latifúndio improdutivo, do latifúndio que comete trabalho escravo e crime ambiental, ou que não cumpre a função social. Então, é essa a forma como os trabalhadores Sem Terra se organizam, nos acampamentos e nas ocupações. Tudo isso para reconstruir suas vidas e construir também sua condição de camponês, homem e mulher do campo (**Entrevistado n° 8**, 2016).

O homem e a mulher do campo, imersos no mundo dos interesses e das necessidades do cotidiano, não alcançam a consciência da práxis, que possibilita uma superação das atividades meramente práticas; tampouco compreende como a prática necessita da teoria e vice-versa, ou mesmo como sua atividade prática está imbricada em uma práxis humana com dimensões sociais. “O que faz com que seus atos individuais envolvam os atos dos demais e, por sua vez, os destes se reflitam em sua própria atividade” (VÁZQUEZ, 2007, p. 36). Nessa dimensão da práxis, o movimento dos trabalhadores constitui e forma uma nova identidade – “Sem Terra” –, um termo que incorpora elementos de identidade do vínculo com o MST. Essa afirmação pode ser compreendida a partir do fato de que ser “Sem Terra” em algum momento está diretamente relacionado ao pertencimento de grupo. O Movimento Sem Terra apresenta na sua formação política elementos que compõem dimensões socioculturais correspondentes a um processo histórico que é constituinte de um conjunto de significados e que está imbricado na formação do sem-terra brasileiro, ou seja, na produção de um sujeito social que também apresenta dimensões políticas que ultrapassam os limites da questão agrária e da luta por terra (CALDART, 2004).

Sobre a questão da identidade um dos acampados definiu Sem Terra no MST da seguinte forma:

[...] O MST é um conjunto, né? Eu vou conquistar uma terra pra mim, depois que eu conquistar eu posso conquistar para outros companheiros meus, e aí a irmandade vai crescendo e fortalecendo a organização. Aí você tá construindo uma organização, que hoje é uma das grandes organizações da América Latina. É por isso que nós chamamos de identidade Sem Terra (**Entrevistado n° 3**, 2016).

A identidade Sem Terra, portanto, segundo os entrevistados, é forjada na luta pela terra e por direitos sociais. É uma identidade que é política e que se torna cultural quando recria relações e tradições, cultiva valores, elabora simbologias e cria e recria laços sociais num processo histórico. Assim, ser Sem Terra é fazer referência a sujeitos, que, noutra perspectiva, não significa apenas a recuperação de sua condição de camponês; adquirida quando perdeu sua terra para trabalhar, produzir e continuar a viver no campo. Trata-se de um novo sujeito em diferentes perspectivas: por um lado, é o sentido de voltar a terra; voltar ao campo é uma novidade, é um processo de encontro com as raízes perdidas de seus pais e avós. Por outro, o campo brasileiro já não é mais o mesmo, e o Sem Terra, sujeito de um movimento social, também já não é mais o mesmo de antes: de um indivíduo passa a ser agora parte de um coletivo, de um grupo social que tem uma identidade de grupo e de classe. Isso porque uma parte dos “Sem Terra” são hoje “[...] trabalhadores rurais de uma ou até de duas gerações que não chegaram a ter essa relação mais tipicamente camponesa com a terra e a produção; segundo, porque mesmo para aqueles sem-terra que já foram camponeses a relação não é a mesma” (CALDART, 2004, p. 32).

Sem-terra, portanto, significa àqueles que não têm terra para trabalhar: como os posseiros, meeiros, arrendatários, que, a partir de 1984, passaram a ser chamados de sem-terra. A partir de então, a participação dos Sem Terra nas lutas encampadas e efetivadas pelo Movimento possibilita um processo formativo e pedagógico importante, pois significa que:

A luta e a unidade dos contrários elevaram esses mesmos indivíduos para a condição de sujeitos, agora Sem Terra, nome próprio, inconfundível com outras categorias ou grupos sociais pelas suas formas organizativas e de luta; pelos métodos de trabalho organizativo; pela estética na ordem dos passos e na combinação das cores; pelo visual dos acampamentos, onde as barracas se enfileiram estabelecendo uma nova forma de convivência social; pela capacidade de controle, nível de consciência e ações educativas. Fundamentalmente porque aprendemos a gerar-nos por meio de um “investimento” de risco que é o emprego da própria vida (BOGO, 2010, p. 136).

A organização política no movimento Sem Terra busca formar sujeitos políticos que passam a disputar um projeto de sociedade, que é antagônico ao dos grandes latifundiários e

do agronegócio. São trabalhadores que lutam com suas famílias por um lugar para viver e trabalhar, que lhes possibilite sair da sua condição de pobreza, de miséria, sobretudo para em muitos casos retornarem para o campo.

O Sem Terra continua sendo chamado dessa forma, mesmo que consiga ter acesso à terra tão sonhada, ainda fazendo parte do MST, pois sua identidade está vinculada à luta social, a uma classe e, conseqüentemente a outro projeto de futuro. Para Bogo (2010, p.140) “[...]. O ponto central é a organização e, a partir dela, investe-se na formação da consciência de classe”. Por esta razão, é que o Sem Terra, na medida em que se torna sujeito social, quando se constitui em uma coletividade a partir da luta, busca sua própria existência social de trabalhador Sem Terra, passando a elaborar ações para enfrentar a classe dominante que lhe nega a própria condição de sobrevivência como ser social.

Contudo, em relação ao processo de construção da identidade dos trabalhadores rurais do acampamento Padre Josimo, onde a pesquisa se realizou, observou-se que, por estarem acampados há oito anos, organizados pela associação dos trabalhadores rurais, não houve uma formação política que demarcasse e fortalecesse essa identidade. Destaca-se, entre os entrevistados, um descontentamento em relação a isto, pois afirmam estarem na luta (Sindicato Rural do Bico em Carrasco Bonito), em busca de terra para produzirem, mas são vítimas da organização anterior, pois as estratégias e ações desenvolvidas não resultaram em nenhum ganho. Isso porque os mesmos não participavam do processo de condução da luta e muito menos havia o exercício da prática política coletiva: “Lá no acampamento Santa Maria, organizado pela associação era uma coisa de mentira, porque a gente ficava lá no fundo do quintal, que era de um fazendeiro lá, né? Era conveniente para eles” (**Entrevistado nº 17, 2016**). Essa fala reafirma o controle político dos fazendeiros sobre a associação dos trabalhadores rurais de Carrasco e sua conveniência em relação ao acampamento, que não significava nenhuma ameaça ao seu projeto local de criação de gado, com a plantação do capim realizada pelos acampados. Em troca de terra para plantar arroz. A partir dessas experiências do acampamento anterior (Santa Maria), base do sindicato rural de Carrasco Bonito, e pelo descontentamento dos camponeses, decidiram formar outro acampamento, desta vez com o MST.

4.1.1. Acampamento Padre Josimo: trajetória da luta pela terra

É no contexto de intensas transformações econômicas, políticas e sociais que a luta pela terra no Tocantins tem forte repressão contra os posseiros, provocando conflitos quando os latifundiários expulsaram das terras os camponeses, ainda na década de 1970, queimando suas casas, perseguindo famílias que fugiam com medo da morte e que, ainda hoje, continuam a operar com a mesma dinâmica. Para uma acampada do acampamento Padre Josimo (2015), situado no município de Carrasco Bonito-TO, a longa espera pela terra provoca tristeza e mantém ainda muitos trabalhadores rurais perambulando à procura de terra para trabalhar.

No Brasil, o camponês que trabalha na terra sem possuir seu título – um documento oficial registrado no cartório que define quem é o proprietário da terra – é considerado como ocupante da terra ou posseiro. Nesse caso, o posseiro não é o mesmo que agregado (que mora na propriedade de um fazendeiro com direito a fazer roça e com obrigações de prestar serviços ao fazendeiro, como trabalhador ou mesmo capanga), nem tampouco pode ser confundido com o arrendatário ou parceiro (que pagam renda em dinheiro ou espécie ao fazendeiro em troca do direito de fazer suas lavouras) e nem com o grileiro (aquele que tem a terra por meio de falsificação de documentos que o habilitam a vender a terra aos fazendeiros e empresários). Para Martins (1990), o posseiro é um lavrador pobre que vende os excedentes agrícolas do trabalho realizado pela família, isso depois de ter reservado a produção que sustentará sua família. A venda desse excedente compra os produtos que o lavrador não produz, tais como sal, querosene, remédios, roupas e outros produtos que necessitam para uso doméstico ou do seu trabalho.

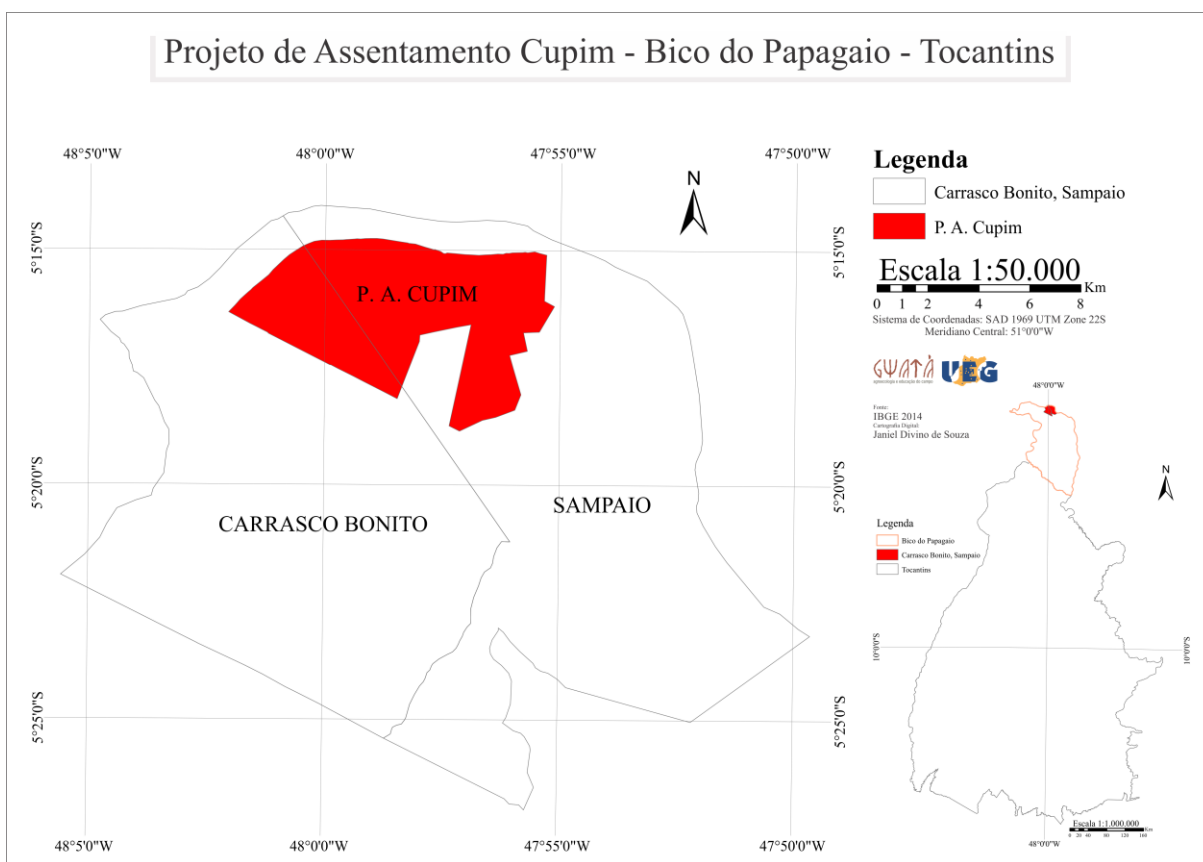
Os posseiros, no Brasil, moram em regiões de ocupação intensiva e sua concentração está nas regiões Norte e Centro-Oeste, especialmente na região caracterizada pelo governo como Amazônia Legal, o caso dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins, onde se localiza a região do Bico do Papagaio. Esses são os Estados dos quais os camponeses do acampamento Padre Josimo são migrantes, como resultado do processo de expulsão de outras terras em que muitos eram posseiros.

O acampamento Padre Josimo está localizado em uma área de disputa do Projeto de Assentamento Cupim⁴³, no município de Carrasco Bonito-TO. Esta área foi grilada por

⁴³ A área do assentamento PA Cupim foi dividida de forma irregular na década de 1990, quando os camponeses foram assentados. A outra área do PA foi vendida para fazendeiros de forma irregular. Só em 2016 o MST em pesquisa junto ao INCRA descobre que a área dos fazendeiros era do PA Cupim, que ilegalmente estava ocupada

fazendeiros durante a década de 1990, período em que o assentamento foi organizado pelo INCRA. Não se sabe ao certo como isso ocorreu, o fato é que o MST – em pesquisa junto ao próprio INCRA – detectou, nos documentos, que a área pertence ao assentamento Cupim, porém, a área é ocupada por fazendeiros da região de Carrasco Bonito, Sampaio e Augustinópolis, cidades do Bico do Papagaio.

MAPA 03- Projeto de Assentamento Cupim: Bico do Papagaio-TO



Fonte: Org. SOUZA, Janiel Divino de. 2016.

por grileiros. Por isso a grande tensão na área. O que levou a um processo na justiça para desocupação, solicitada pelos fazendeiros. E por essa razão os acampados decidiram fazer seu acampamento na área em que foi grilada, saindo da beira da estrada.

O acampamento se constituiu em uma forma de resistência e de organização camponesa na luta pela terra e se estabeleceu como uma tática de ação coletiva, adotada pelo movimento nas reivindicações por transformação da estrutura da propriedade rural. Isso porque o acampamento resulta da ocupação de terras improdutivas.

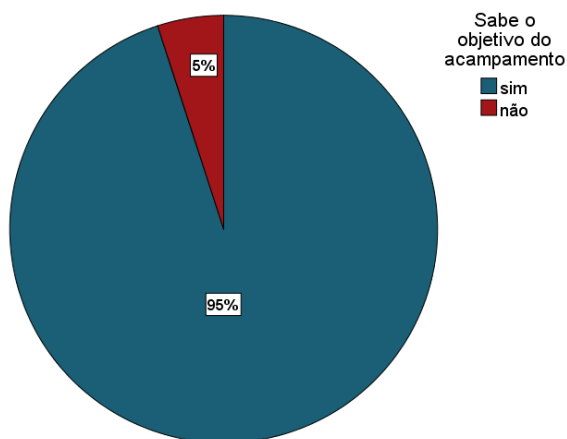
FIGURAS 05: Acampamento Padre Josimo- Carrasco Bonito-TO- Fase inicial na área ocupada pelos fazendeiros do assentamento Cupim



Fonte: Arquivo de pesquisa: ALMEIDA, Rejane C. M. Acampamento Padre Josimo, Carrasco Bonito-TO, 2016.

Perguntado aos entrevistados mais envolvidos na luta do acampamento, padre Josimo, sobre se sabem o significado do acampamento e a maioria respondeu que sabe, como demonstra nos dados abaixo.

GRÁFICO 10- Objetivo do acampamento para os membros mais envolvidos de cada família na organização do acampamento Padre Josimo



Fonte: Questionário aplicado pela autora junto aos camponeses do acampamento Padre Josimo, 2016.

“O acampamento é um lugar de luta, onde nos organizamos, vivemos, pois tem gente que não tinha onde morar e agora tem seu barraco. É, mas do que isso, no acampamento decidimos tudo coletivamente”. (**Entrevistada**, n.12). A fala da entrevistada é potencializada pela formação que recebeu no acampamento, nas ações de ocupação.

A “Ocupação” para o MST está diretamente vinculada à questão que envolve o direito constitucional, no qual todo cidadão brasileiro deve ter acesso a terra, de acordo com o Estatuto da Terra, da lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que em seu artigo 2º, assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social (ROSA, 2012). O uso do termo “Ocupação” é estratégico para o processo de construção das bases de justificação e legitimação do MST nas ações pela reforma agrária, portanto, de sua práxis política.

Gente aqui é o calo do negócio, é aqui que dói quando trisca. Por que que dói? Porque o latifúndio se mexe quando nós ocupamos, porque aqui nós escancamos a contradição para dizer o seguinte: “Não está cumprindo a função social!” Nós estamos fazendo a luta para garantir isso! é sobrevivência! nós também queremos que a terra seja dividida, por isso é a contradição maior do latifúndio, é com os Sem Terra! A primeira coisa que eles correm quando há ocupação de terra no Bico do Papagaio é na polícia e não na justiça, ou mudou de ontem pra hoje? Quem é que visita nós primeiro aqui no Bico do Papagaio? É a polícia! A polícia, sabe antes porque é uma prática desde a década de 80 (**Militante nº 5**, MST, Encontro da coordenação estadual, 2015).

A fala do militante faz referência à tradição do mando pessoal local e a política de favores que inclui, entre outros, as instituições de poder, uma prática recorrente na política do estado do Tocantins. O clientelismo como forma de relação entre governo e sociedade, se dá desde a formação deste estado. Isso se subscreve na lógica das transformações políticas, econômicas da sociedade e na modernização da agricultura, fazendo parte do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, com o objetivo de reprodução da propriedade como fonte de dominação. Ao gerar condições para o desenvolvimento de uma política agrária que privilegia as poderosas empresas do agronegócio e as construções das Hidrelétricas, com incentivos fiscais, essa modernização expulsa o homem da terra, provocando um êxodo de larga proporção, mas também de retorno deste homem a terra. Contudo, esse retorno é, agora, na condição de empregado temporário, reafirmando que a formação econômica e social brasileira é complexa e os camponeses convivem com o desenvolvimento do agronegócio no campo de maneira conflituosa, em função da exploração e da miséria as quais são submetidos.

Isso implica no entendimento de que os camponeses em situação de desigualdade social convivem com o capital em relação de subalternidade, especialmente de uma convivência para garantir sua sobrevivência. A convivência subalterna dos camponeses aos fazendeiros, como símbolo do capital no campo apresenta dimensões que impedem sua reprodução social em termos culturais e econômicos, em relação à constituição de sua autonomia, subtraindo, negativamente, essa dimensão. Nesse sentido, “[...] o sucesso camponês, nas condições objetivas e subjetivas da expansão capitalista no campo, tenderia para sua própria negação” (CARVALHO, 2015, p. 3). Isso se apresenta na fala de um militante no Encontro estadual do MST no Tocantins em 2015:

Aqui no Bico e outras regiões do Estado nós podemos falar de outras características do latifúndio. E no Bico do Papagaio o latifúndio mantém as características da década de 1980. Os Sem Terra estão enfrentando o inimigo diferente, mas, no Bico do Papagaio na região Sudoeste e Sul do Pará e na região Tocantínia do Maranhão este latifúndio continua com a característica muito forte da época do Padre Josimo [década de 1970 e 1980], aquele latifúndio que tem o pistoleiro; aquele latifúndio que tem o gerente; que tem o vaqueiro fuxiqueiro infiltrado; que mantém a relação de exploração com o trabalhador, dizendo que não precisa de Reforma Agrária: “eu te dou um pedaço de terra pra tu plantar capim! Não precisa comprar uma vaca eu te dou o leite!” Então, o latifúndio, numa relação muito atrasada, numa relação de muita exploração com o poder local, continua escancarando as suas grandes contradições. E qual é a maior contradição do latifúndio com nós? É nós não ter o acesso a terra, e nós ainda estar em conflito com eles e eles deterem o poder da terra e nós não! (**Militante nº 3 do MST**, Encontro da Coordenação Estadual, 2015).

A região do Bico do Papagaio é considerada como a mais violenta da região Norte, envolve três Estados (Pará, Maranhão e Tocantins) com alto índice de disputa por terra, em função da fronteira de expansão agrícola, onde o latifúndio tem se rearticulado diante da fragilidade da política agrária nacional, conflitos na posse da terra, grilagem de terras e disputas das terras indígenas. Nesse sentido, observam-se nos discursos dos militantes – nos seus encontros, grupos de estudos e nas entrevistas realizadas – um apelo argumentativo e político sobre as características específicas do latifúndio local na região do Bico, cujo poder dos coronéis latifundiários se expressa e se fortalece na sua usual forma autoritária de fazer política, que passa pela subalternização do homem/mulher do campo no Bico. Tal poder local se fortalece com o fato de que os cargos de gestão pública nos municípios são ocupados por esses coronéis latifundiários. Logo, os “donos do poder” são, efetivamente, os donos de terras da região, donos de grandes extensões de terras que se alternam no poder municipal, estadual, garantindo por meio do poder público a intocabilidade do seu patrimônio privado.

Se a gente for reparar na separação no território do Tocantins [se refere a divisão do estado de Goiás em 1984], quem sempre comandou e quem sempre continuará comandando dentro do Tocantins nesse período todo? É o Estado dividido em oligarquias. O que são oligarquias? São grupos políticos familiares ou não, de um determinado local que comandam a economia e politicamente comandam tudo. O que foi que o Amélio Cayres fez durante os quatro anos aqui no Bico do Papagaio? Era a oligarquia dos Cayres que comandava aqui o Bico do Papagaio, concentra a terra; todos os fazendeiros já foram prefeitos ou são prefeitos, as mulheres são prefeitas. Então todo mundo é político, mas também controla a economia e controla a política, correto? Então, isso são resquícios dessa época dos conflitos e quando o Estado nasce já nasce assim. O governo do Tocantins, o Estado, o território que estamos falando ele já nasce assim: controlado! (**Militante nº 01**, no Encontro Estadual, em Carrasco Bonito-TO, 2016).

No Bico do Papagaio, mesmo antes de ser o Tocantins, as oligarquias já existiam, os coronéis eram quem mandavam e obrigavam os camponeses a votar neles, a trabalhar de graça pra eles, perseguiram quem não fizesse o que eles mandavam. Então mesmo depois da separação do Estado de Goiás as oligarquias continuam mandando, né? (**Militante nº 02**, Encontro Estadual, Carrasco Bonito-TO, 2016).

Portanto, a tal modernização da agricultura caminha *pari passu* com o atraso das relações políticas, ou, em outras palavras, o agronegócio convive e necessita de relações oligárquicas, clientelistas e coronelistas para manter a subalternidade dos trabalhadores camponeses e sua condição de explorado. Assim, a análise que se faz é que há a formação de um grupo local, com características coronelistas, um traço ainda forte nessa região do Brasil. Leal (1975, p.20) caracteriza o coronelismo da seguinte maneira:

[...] concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Não é possível falar do latifúndio na região do Bico do Papagaio sem se referir ao seu caráter coronelista. Dessa maneira, o que se observa é a relação intrincada entre o poder público e o privado na estrutura agrária brasileira, que tem sua matriz na grande propriedade com o poder marcadamente no campo privado dos coronéis e no regime representativo destes nas suas localidades e, sobretudo, sobre os privilégios políticos que estão ligados a sua “força

eleitoral”, aquilo que o autor denomina de “voto de cabresto”, sujeitando os camponeses a uma estrutura de poder que subjaz à formação política brasileira.

A tradição do mando pessoal e da política de favores é prática recorrente na esfera política do Estado brasileiro. O clientelismo como forma de relação entre governo e sociedade se dá desde a formação do Brasil colônia e não desapareceu, mudando apenas a forma como atua a nova geração dos políticos modernos. As oligarquias brasileiras têm como sustentáculo a instituição da representação política como forma de garantir a permanência no poder. A dominação política patrimonial tem mostrado historicamente que as mesmas disponibilizam a seu serviço às instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo aparelho de Estado.

A história pode comprovar os caminhos e descaminhos da construção do Estado patrimonialista brasileiro: coronelista, oligarquista e clientelista, baseado na política de favores como pode-se constatar nas advertências de Faoro (2001, p. 819):

O súdito, a sociedade, se compreende no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi.

O estado do Tocantins se subscreve na lógica das transformações políticas sociais, econômicas e culturais da sociedade brasileira com sua modernização da agricultura. Esse feito alavanca o desenvolvimento do capitalismo, com o objetivo de reprodução da propriedade capitalista como fonte de dominação, gestando condições para uma política agrária que privilegia as poderosas empresas, com incentivos fiscais, expulsando os camponeses das terras e provocando êxodo rural.

Nesse sentido, a concentração fundiária promove cada vez mais fortes impactos sobre a dimensão produtiva, pois as grandes propriedades pouco produzem, implicando em um processo intenso de exploração na produção do monocultivo de soja, por exemplo. São 120 milhões de hectares no país que os proprietários declaram ao INCRA serem improdutivos dentro do próprio latifúndio. Para Alentejano (2012, p. 355):

[...] nas duas últimas décadas, a área plantada com gêneros alimentares básicos, como arroz, feijão e mandioca, reduz-se em mais de 2,5 milhões de hectares, ao passo que a área plantada com soja, milho e cana-de-açúcar aumentou 16 milhões de hectares. Além das lavouras, as grandes propriedades destinam-se a maior parte de suas terras à pecuária extensiva e à plantação industrial de árvores, sobretudo o

eucalipto. Dessa forma a estrutura fundiária concentrada se converte também num fator de insegurança alimentar.

É necessário que o camponês usufrua da renda e da riqueza obtida de sua prática produtiva, com ajuda da venda da força de trabalho⁴⁴ de membros da família camponesa, realizada ocasionalmente. Assim, é imprescindível que busquem lutar contra a subalternidade em relação aos empresários latifundiários do agronegócio. Nesse caso, sua organização, enquanto classe social é necessária, para que seja possível desenvolver ações que atinjam resultados positivos. Em síntese, um esforço ideológico, político e institucional de formulação teórica e aplicação prática dos conhecimentos resultantes das lutas sociais reivindicativas dos camponeses que busque romper as cercas das relações de subalternidades com o capital. Esta é uma tarefa difícil, porém necessária.

A luta dos camponeses contra o capital e a construção de um projeto de campo em que o seu modo de vida e de produção sejam o ponto de partida é uma forma de romper com esse processo de subalternidade. Nesse sentido, o MST, enquanto intelectual orgânico, (ou partido) como diria Gramsci, tem como premissa a luta pela terra, pela reforma agrária, com o objetivo de distribuição social da propriedade, a fim de democratizar o acesso e potencializar outra hegemonia, da classe trabalhadora.

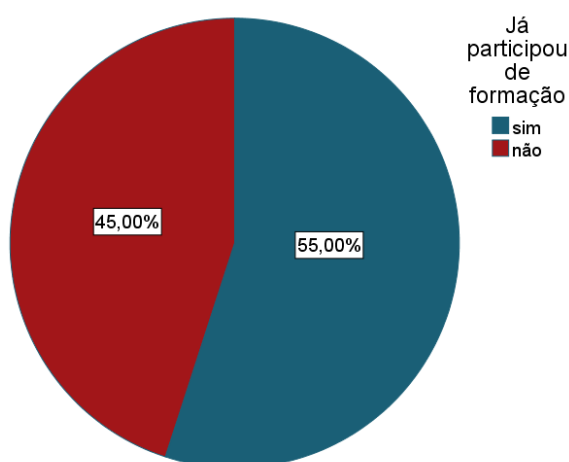
4.1.2. Participação e formação política no MST-TO: dimensões formativas

A participação política torna-se um elemento indispensável para formação dos indivíduos que entram no MST. Nesse sentido, o gráfico a seguir apresenta o resultado dos dados de pesquisa sobre a participação dos acampados (Padre Josimo) na formação política que o MST desenvolve para a organização da sua base. Como se pode olhar no gráfico abaixo, a porcentagem é muito próxima em números de participações e não participações, o que indica que o movimento tem por objetivo fazer a inclusão no processo formativo de todos os membros do acampamento, não fazendo distinção entre os acampados mais antigos e os mais novos em tempo de acampamento. Porém, se observa que nem todos participam do

⁴⁴ A venda da força de trabalho camponesa se refere aqueles casos em que o camponês não obtém renda agrícola suficiente para garantir a sua reprodução social com apenas atividades econômicas passíveis de serem exploradas no seu lote de terra. Sem dúvida alguma que alguns dos membros da família camponesa escolham profissões distintas daquela da lida com a terra, sem que isso represente uma necessidade estrutural da família camponesa no sentido de complementar a renda agrícola devida à limitação de área ou a precariedade da sua exploração econômica (CARVALHO, 2015, p. 05).

processo de formação política, o que dificulta a consciência crítica da base e a práxis política mais crítica. Também, pode indicar que há uma diferença na base social do acampamento, na qual formam-se uns e outros não, provocando dispersão na luta política.

GRÁFICO 11: Participação em formação política



Fonte: Questionário aplicado pela autora junto aos camponeses do acampamento Padre Josimo, 2016.

A fala de uma militante do setor de formação expressa que, quando as pessoas entram no MST, fazem devido às necessidades imediatas, tais como ter acesso à comida e casa, por exemplo. Já na chegada ao acampamento, inicia-se o processo de formação com a organização das famílias: primeiro organiza-se no interior do acampamento a vivência no coletivo. Nesse sentido:

É preciso ter uma organização e compreensão que as pessoas ali são de valores diversos, as necessidades se convergem, foram para ali pelas mesmas necessidades, mas no geral essas pessoas têm as mais variadas formas de vida, jeito de falar, viver, ouvir. Então, começa a se organizar essas pessoas em grupos onde elas possam estabelecer ali uma vivência de valores, de princípios, e de normas que vão garantir uma boa vivência coletiva. Isso é o início da nossa formação, para que compreendam que a vida coletiva precisa de alguns compromissos e combinações. (Militante do MST-TO, Setor de Formação, 2016).

Com o objetivo de buscar a unidade nas ações, o MST cria o setor de formação, em 1988, como resultado da organização de atividades formativas e de cursos para a Coordenação Nacional e para a juventude militante, que surgiram em 1987. Dessa forma, a formação e as táticas adotadas pelo MST, em cada período histórico, visam alcançar os seus objetivos, ou seja, superar as dificuldades da luta social e política nos Estados, em especial

nos acampamentos e assentamentos. O Movimento busca, especialmente, a formação de um novo homem e mulher – na política brasileira.

Uma entrevistada, que está, desde 1990, no MST do Maranhão, e que hoje está no MST-TO, destaca que no processo de formação é muito estudo:

Já participei de várias formações, umas das formações que eu diria que foi fundamental pra mim enquanto militante, enquanto pessoa, foi na década de 1991-1992, o MST tinha um programa que era formação de monitores e nós participávamos de formação a nível nacional, nós passávamos quinze dias estudando e voltava para os Estados e tinha a tarefa de reproduzir lá nos assentamentos o que a gente aprendia no curso, então esse momento abriu caminho e fortaleceu muito nosso processo de formação, porque a gente ia fazendo na prática, e com isso a gente ia aprendendo e se formando também, era um processo de via dupla, tinha o desafio de estudar mais e cada vez que a gente ia fazer um curso, a gente tinha que estudar pra fazer aquele curso. (Entrevistada, n. 14).

A formação política é uma marca do MST, formar para ação política e em ação, para a práxis, buscando transformar a realidade. Enquanto ação, ela nasce na luta pela terra, na organização dos camponeses sem terra, tendo nos acampamentos o primeiro espaço político de ação-transformação, que, depois, nos assentamentos, se torna síntese de uma práxis política, desenvolvida com sujeitos que, quando acampados, aprendem a participar da política em seus municípios.

Inicialmente, a formação política, por meio da ação, permite a reflexão sobre a questão agrária e seus atores sociais. Tal ação política possibilita a participação na recriação da vida cotidiana, na cooperação e na solidariedade em diferentes dimensões da vida.

No quadro a seguir, apresentar-se-ão os temas desenvolvidos pelo MST-TO (Acampamento Padre Josimo), no processo de formação:

QUADRO 05: Temas de formação no MST-TO

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Formação de base, frente de massa	6	15 %	27,3
Jornadas das mulheres	6	15 %	27,3
Questões agrárias, acampamento de reforma agrária	2	5 %	9,1
Formação de formadores, princípios do movimento	2	5%	9,1
Escola nacional	2	5%	9,1
Saúde	1	2,5%	4,5
Política, organicidade	1	2,5%	4,5
Setor de produção	1	2,5%	4,5
Formação, produção, educação	1	2,5%	4,5
Total	22	55%	100,0
Não fez	18	45,%	
Total	40	100%	

Fonte: Questionário aplicado pela autora junto aos camponeses do acampamento Padre Josimo, 2016.

Os dados do quadro demonstram que o MST tem como objetivo o trabalho de base e a organicidade de temas relacionados à formação e a educação dos militantes. Assim, a formação política ocorre no processo de transformação da realidade, em meio ao movimento das mudanças. Há cumplicidade entre a história e o sujeito histórico, pois, enquanto o sujeito social se faz, a história também se realiza. Para atingir seu objetivo histórico, o sujeito individual necessita converter-se em um sujeito coletivo, que, por meio da construção de instrumentos organizativos, possibilite refletir sobre a realidade e, sobretudo, empenhar-se para transformá-la. Especialmente, transformar-se para ser um sujeito político ético.

A gente passa então a fazer um processo de formação a partir do território ocupado, com os limites e os desafios que vão precisar ser superados; e aí tem que ter todo um processo de compreensão das pessoas do que é a luta pela terra. Aí a gente começa, então, a fazer um trabalho de formação para as pessoas irem entendendo como a sociedade está organizada e enfrentar o modelo de sociedade que está aí, a estrutura dela, das relações de trabalho, das relações de poder. É preciso que a gente tenha um nível de organização, esse é o primeiro passo da organização dessas pessoas; delas saberem que tem que se organizar porque elas têm que enfrentar uma estrutura de sociedade; da organização do trabalho; da organização de distribuição de renda; da organização da educação; da saúde. Então as pessoas já passam por esse processo de reflexão, esse é o princípio de formação da base, que a gente faz com todo mundo,

pra pessoa saber o que ela está fazendo ali, e ver se é realmente o que ela quer (Militante do Setor de Formação do MST, 2016).

Cada movimento espontâneo possui um elemento primitivo de direção consciente, com disciplina e método. Por isso, não existe movimento sem direção, cada ação tem a sua própria direção; não há como dirigir de fora para dentro. Diante das fragilidades e deficiências nas lutas sociais, o instrumento organizativo se organiza, ao aglutinar interesses e forças em torno de um objetivo estratégico universal, que as lutas restritas e fragmentadas, por si só, não conseguem. Ademais, o formato adequado do instrumento organizativo será estabelecido pela dinâmica das exigências das contradições existentes no período histórico em que a luta ocorre. É, todavia, o movimento dos conflitos que estabelece as exigências para criar o tipo de instrumento de luta (BOGO, 2011, p. 19). Assim:

Concretamente, a espontaneidade entendida como motivação e reação das massas não pode ser confundida com a espontaneidade dos métodos e a disponibilidade do instrumento organizativo na forma adequada às tarefas. [...] Entretanto, não significa que se deva dogmatizar os métodos e as formas de luta como se na luta de classes tudo pudesse ser programado com antecedência. A capacidade de criar e formular alternativas, improvisando mediações e sobressaindo-se com astúcia das armadilhas inimigas, faz parte da sabedoria política de estruturação das táticas (*Ibid*, p.21).

A possibilidade de criar formas de expressão que potencializem a participação de forças sociais, como sentimento de mudança generalizada, se expressa em espaços onde as ações e posições se voltam na mesma direção. As ações continuadas com a participação de um número elevado das massas populares podem ser o começo da afirmação da consciência política. Entretanto, é importante associar as lutas concretas de participação política conhecimentos sobre à política, à filosofia, à história, que contribuam no processo de formação da consciência de classe.

Por outro lado, é preciso ressaltar que a “tomada de consciência” não é apenas um processo subjetivo do indivíduo, ou apenas uma introjeção do mundo objetivo, mas trata-se de uma síntese de relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade. A consciência, portanto, não é algo meramente individual ou exclusivamente subjetiva, pois a formação da consciência ocorre a partir das relações que o indivíduo estabelece com o mundo objetivo, exterior a si mesmo.

A organização política ocorre com parcelas conscientes das classes, das forças sociais, pois se acredita que a participação é uma decisão individual. Todavia, estas opções dos indivíduos não ocorrem no nível da espontaneidade, uma vez que as massas e os sujeitos

particulares ainda têm nesse momento somente a “consciência em si”, ainda marcada pelo corporativismo, pela luta econômica em nome da satisfação das necessidades de sobrevivência imediata (MARX, 2009) e, portanto, carecem da visão das tarefas que as transformações mais profundas da sociedade demandarão. Falta-lhes a superação da consciência de “classe em si” pela “consciência para si”, no qual a classe ou a força social entende que as soluções para os problemas sociais dependem dela e que as intermediações impostas são limites que impedem a realização dos objetivos. Portanto, a “consciência para si” implica que a luta política (ou seja, a fase política da luta, ou da “relação das forças políticas”, de acordo com Gramsci) da classe trabalhadora ocorra em nome da transformação da sociedade capitalista, que ela não se limite a luta econômica imediata, estabelecendo assim uma hegemonia de classe sobre a outra classe a si subordinada, a classe capitalista. Nas palavras de Gramsci (2007, p. 40 e 41), é aquele momento em que:

[...] se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em "partido", entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano "universal", criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

O processo de construção coletivo ganha forma, mas a consciência de classe não está em cada indivíduo de maneira uniforme. Cada sujeito está em um nível de desenvolvimento que lhe foi possível produzir durante a sua história. Isto significa que o amadurecimento subjetivo da consciência de classe se dá de forma desigual, dependendo de fatores ligados à vida e à percepção singular de cada indivíduo e as suas relações objetivas com o mundo.

Por isso, Gramsci (1992) chamou atenção para o fato de que cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais e que o grupo de intelectuais orgânicos que cada nova classe gesta também cria novos repertórios, que podem dar direção ideológica ao grupo ou classe à qual pertence e, especialmente, contribuir para formação da consciência de classe para assumir a direção política na sociedade tornando-se hegemônica:

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de

desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo (GRAMSCI, 1992, p. 8).

A advertência do autor revela que todos os homens são intelectuais, embora nem todos exerçam a função na sociedade de intelectuais. Isso implica dizer que não existe atividade humana a qual se exclua a intervenção intelectual, pois, para Gramsci (1992, p.7), “[...] não se pode separar o homo *faber* do homo *sapiens*”. Ambas as atividades estão intercambiadas, a partir da própria relação de trabalho existente na produção humana.

Gramsci, há bastante tempo, destacou a necessidade da formação de um “novo intelectual” e o seu papel ativo alertando que,

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, *mas numa inserção ativa na vida prática*, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político). (GRAMSCI, 1996, p. 53, grifo nosso).

Gramsci traz uma reflexão rica e profícua do que a formação pode possibilitar: a construção de uma formação *omnilateral* do ser humano. Uma formação totalizante, das inúmeras possibilidades humanas, que irmane formação humanista com formação técnica e especialista. Uma formação que abarque o ser político e o especialista, que possibilite indivíduos capazes tanto de dirigir quanto de dirigir aqueles que os dirigem.

A formação de intelectuais orgânicos, a partir de uma perspectiva gramsciana, é o tipo de educação e de formação que se realiza no MST-TO, que apresenta nas suas atividades educativas o conhecimento da forma/conteúdo de elaboração dos intelectuais orgânicos dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. “Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido da dominação é a luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes [...]” (GRAMSCI, 1996, p. 9). Logo, os grupos sociais que dominam a sociedade e impõem uma forma de organização da cultura elaboram, constantemente, seus próprios intelectuais orgânicos.

O MST defende a formação política enquanto estratégia para a sua organização e como possibilidade de formação da consciência de classe, sendo o objetivo principal da formação política elevar o nível de consciência dos camponeses, transformando sua “consciência em si”, em um processo de superação do seu círculo corporativo, meramente econômico, para uma “consciência de classe para si”, como bem nos ensina Marx (2009) e Gramsci (1999), que se relacionam por meio de intenções comuns e se transformam em causa política e estratégica para o Movimento. Bogo (2009) externaliza o seguinte alerta a respeito da questão da consciência e suas relações com o mundo objetivo:

Antes de entrar em uma organização, o ser social tem sua consciência formada pelas relações sociais outrora estabelecidas. Se as relações sociais se derem também através da prática política, a consciência terá um desenvolvimento baseado nessas relações. Se o ser social teve as suas relações estabelecidas e norteadas pelas necessidades imediatas, terá a consciência desenvolvida pela mediação das coisas mediatas (BOGO, CARDERNO DE FORMAÇÃO, n° 38, p. 123, 2009).

Para analisar esta recomendação e a síntese organizativa do MST no processo de formação dos seus militantes, baseia-se aqui nas considerações de Mészáros (2008), as quais afirmam que o desenvolvimento da consciência de “classe necessária” não significa sua formação enquanto um “vínculo psicológico homogêneo”, mas sim da constituição de programas de ação com estratégias possíveis, que envolvam uma diversidade de grupos sociais específicos, de variadas formas organizacionais. Para o autor, “[...] a verdadeira consciência social é constituída – em uma reação inevitável ao desafio sócio histórico – como uma necessidade interna: uma unidade dialética de determinações, objetivas e subjetivas, internas e externas” (MÉSZÁROS, 2008, p. 90). Concorde-se com o autor, pois, ao defender a importância da formação política para os grupos sociais, tanto da base, quanto dos dirigentes e militantes de forma geral, pretende-se desenvolver condições objetivas que possibilitem elaborar análises profundas da realidade e elevar a “consciência em si” dos sem terra para uma “consciência para si”. Em outras palavras, a contribuição da formação por meio de estratégias e ações de programas políticos que liguem os grupos sociais em uma situação histórica favorável, como uma greve, uma manifestação geral dos trabalhadores, por exemplo, resulta em uma adesão, com possibilidades de mudanças em longo prazo na consciência de classe dos trabalhadores.

O MST, ao desenvolver o trabalho de base, de formação de consciência de classe de seus militantes, tem como principal objetivo mudanças na base estrutural da realidade dos sujeitos envolvidos no processo da luta pela terra.

Nesse sentido, busca-se identificar, no projeto de formação do MST, a construção de intelectuais orgânicos:

Um processo infinito e sistemático de reflexão sobre a prática, de busca de conhecimentos já produzidos socialmente, e, um processo de produção e socialização de novos conhecimentos a partir das realidades concretas que se vive. Isto é, conhecimentos que brotam das contradições concretas da realidade; brotam do confronto das ideias e destas com a realidade e, em nosso caso, numa perspectiva de decifrá-la para transformá-la (CARTILHA MST, 2013, 7p. 27).

O documento do MST apresenta seu projeto político com as seguintes linhas de formação: 1) Processo contínuo, amplo, infinito e sistemático de reflexão sobre a prática, na busca de conhecimentos já produzidos socialmente, assim como de produção e socialização de novos conhecimentos a partir das realidades concretas em que se vive, a fim de elevar o nível de consciência de classe dos militantes do movimento; 2) Contribuir na implementação das estratégias da organização de acordo com os objetivos do movimento; 3) Formar militantes para a luta de classes, contribuir para a constituição da classe em luta; 4) Contribuir na elaboração teórica, na produção de novos conhecimentos para o desenvolvimento dos setores, coletivos e da organização como um todo; 5) Contribuir na formulação de métodos de trabalho, de direção, de planejamento, na implementação dos princípios de forma participativa; 6) Refletir sobre a realidade, as contradições e possibilidades dos assentamentos e da Reforma Agrária; 7) Que a formação de quadros deva estar vinculada a um projeto político; 8) Primar pela autonomia política e ideológica com relação ao Estado; 9) Potencializar a realização de cursos formais (escolarização) para formar militantes e dirigentes, elevar o nível das coordenações pedagógicas dos cursos; 10) Qualificar o debate em torno da participação das mulheres na organização do MST; 11) Formação para o incentivo das místicas revolucionárias e internacionalistas, avançando no conteúdo e na forma da sua vivência; e, por fim, 12) Formar formadores, a fim de ampliar os coletivos de formação em todos os níveis (CARTILHA MST, 2013).

Sobre essas perspectivas de formação no MST – entre o que se apresenta nos documentos orientadores e na fala de um dos seus militantes entrevistado – percebe-se que há

uma clareza quanto ao que é proposto e o que o militante expressa, indicando que passou por um processo formativo, seguindo os objetivos propostos nos documentos de formação.

A Formação política no MST hoje é organizada pelo Setor de Formação que tem um quadro de militantes, que tem um Coletivo Nacional; que tem a tarefa de uma organização e uma orientação formativa no que diz respeito às obras clássicas que os militantes devem estudar, refletir, analisar, problematizar e produzir sínteses. Mas também, principalmente, se dá no processo da luta, ela se dá tanto nos cursos de formação política, que vai aí desde as escolas estaduais, os cursos básicos nas regiões, os cursos nacionais, que no início do movimento Sem Terra existiam as escolas nacionais de 60 a 80 dias, com militantes de todo o Brasil, em processo de militância permanente. Mas, principalmente, ela se dá no processo da luta permanente, então a luta ela está em transformação, porque para nós ela é um processo formativo. E na qual hoje nós temos a Escola Nacional Florestan Fernandes em São Paulo, que é quem organiza; que é quem centraliza todo esse debate da formação política do MST (**Dirigente Estadual do MST-TO**, 2016).

Ainda sobre a formação política, outro militante do Setor de Formação afirma que ela ocorre ao longo do processo de participação dos militantes no movimento e é permeada também por muito estudo. Todavia, sobretudo, a formação acontece no cotidiano da luta, nos acampamentos e na organização da base. O objetivo é investigar como funciona a sociedade e também a história da luta pela terra no Brasil. O espaço da formação é o momento de entender o panorama da luta de classes no Brasil, especificamente na região do Bico do Papagaio. Em seguida, a formação abrange o nível da Teoria da Organização; isto é: o que é organização? Como se faz a organização? Como tem sido a organização da luta dos trabalhadores pela terra no mundo? Somente depois acontecem cursos de formação política, que inclui pensadores da História e da Sociologia no Brasil, para que, assim, se possa compreender e saber que:

[...] a luta é mais complexa do que a casa que ele [o sem-terra] quer morar. Com isso, a partir daí, o sujeito coletivo vai se construindo também como sujeito histórico. Então são vários níveis de formação. O mais importante é a construção do sujeito coletivo. A partir do momento em que ele passa a se compreender nesse processo de luta, que a luta não é só dele, [que] a luta não é de agora, que ela é histórica, e que é preciso lutar contra a opressão. E que depois da luta pela terra outras lutas terão que enfrentar, então é preciso se fortalecer (**Militante do Setor de Formação do MST**, 2016).

Na entrevista acima fica explícita a importância do MST na formação dos sujeitos histórico dos Sem Terra, aqui entendida como teoria e prática da formação humana. Por isso, analisa-se o MST como um sujeito pedagógico, que produz uma prática educativa com intencionalidade estratégica no processo de formação das pessoas que o constitui. Tal intencionalidade está contida na própria trajetória histórica do movimento na luta de classes.

Isso ocorre por meio de seus objetivos, princípios, valores e de um projeto de sociedade, como destacado no capítulo III desse trabalho. Nesse sentido, o MST se constitui em um sujeito pedagógico (CALDART, 2004) e as ocupações de terra se constituem numa ação de práxis para formação do sujeito coletivo *no e do* MST.

A participação nas atividades de formação enquanto estão acampados contribui para organização dos sujeitos em luta pela terra. O quadro a seguir apresenta dados que referem-se à participação dos camponeses/as em atividades de formação e sua relação com o tempo de acampados:

QUADRO 06: Participação em atividade de formação – Tempo como Acampado

		Tempo acampado		Total
		Um ano ou menos	Três anos ou mais	
Já participou de formação	Sim	55,0%	55,0%	55,0%
	Não	45,0%	45,0%	45,0%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Questionário aplicado pela autora junto aos camponeses do acampamento Padre Josimo, 2016

Como se observa no quadro acima, metade dos entrevistados já tinha mais de três anos de acampamento, pois pertencia, inicialmente, à associação dos trabalhadores rurais de Carrasco Bonito, ainda não vinculado ao MST. Desses vinte acampados, treze deles estavam desde o início do acampamento, portanto, há oito anos acampados. Os outros vinte entrevistados faziam um ano ou menos que tinham se unido aos demais, como resultado do trabalho de base do Movimento Sem Terra.

Observou-se que o acampamento é o primeiro espaço de formação da militância, que ocorre por meio da organização dos núcleos de base, no qual de 10 a 15 famílias se organizam para discutir seus problemas; desenvolver debates coletivos sobre a luta para se conseguir a terra; ideias de como organizar as ações que fortalecerão o direito à terra, a educação, a saúde, entre outros direitos sociais e políticos dos acampados.

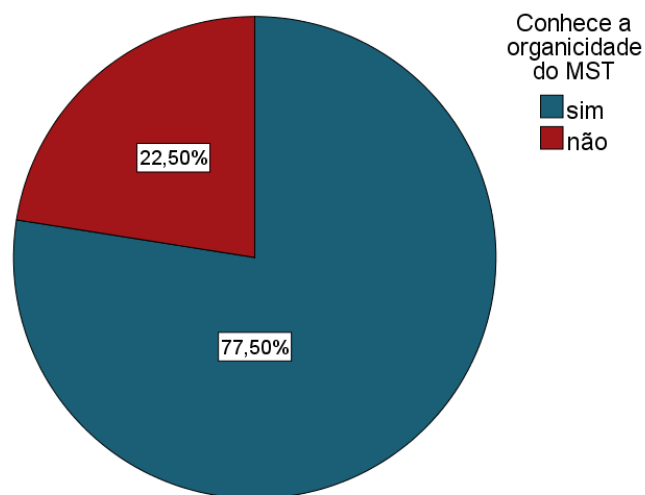
Dessa forma, o trabalho de Base é a atividade política que objetiva a formação de militantes para a organização popular em um determinado espaço, cujas tarefas são estimular, despertar, organizar e acompanhar os camponeses no enfrentamento de desafios cotidianos; buscando ligar o cotidiano de necessidades imediatas vivenciado pelos camponeses a luta

geral contra a opressão dos trabalhadores. O trabalho de base reafirma três objetivos, segundo Peloso (2012): 1. Participação massiva dos trabalhadores: a classe dominante tem receio da prática de multiplicar militantes e ações; 2. Democratização do poder: o trabalho de base, enquanto experiência de um novo projeto é uma escola de participação política; 3. Construção socialista: só será possível mediante a produção, a distribuição e o consumo realizados de forma solidária. Esse projeto implica em uma nova relação dos seres sociais com a natureza, relações sociais sem dominação, sem competição, sem preconceitos e sem destruição. Nesse sentido, o acampamento é o espaço de formação de base, da resistência e, sobretudo, de formação política.

É no processo de formação, no núcleo de base, seja ele no acampamento ou no assentamento, e a partir daí tem-se as coordenações regionais e o os setores. É necessário ter militante nos setores com formação política, não só para fazer o trabalho pedagógico, que desenvolverá na escola, mas que ele saiba para que ele está formando esse sujeito; para onde ele quer conduzir essa escola, qual as estratégias e ações para a luta; [para] a organização da comunidade. Então a formação no MST eu digo que vai desde o momento da base até as instâncias de Direção Nacional; que a Direção Nacional estuda muito, para tentar entender a conjuntura, para ver de que forma pode contribuir com os Estados (**Entrevistado do setor de Formação do MST-TO**, 2016).

A expansão do movimento pelo Estado trouxe várias inovações táticas e organizativas na luta pela terra. Pode-se destacar a adesão a uma concepção de mobilização de massa e política de luta, com implicações tanto para a mobilização local dos trabalhadores como para a definição de alianças políticas com outros estados. As decisões tomadas nos acampamentos do MST são pautadas por uma organicidade no interior dos acampamentos.

Perguntado aos entrevistados sobre se conhecem a organicidade no MST, o resultado demonstrou que a maioria diz conhecer. O gráfico abaixo apresenta os números:

GRÁFICO 12- Conhece a organicidade no MST-TO

Fonte: Questionário aplicado pela autora junto aos camponeses do acampamento Padre Josimo, 2016.

A organicidade do movimento possibilita a construção de uma nova cultura política, pois a participação, a educação e os processos de organicidade apontam que a cultura, a partir de um movimento de produção e reprodução, cria e se recria e, por isso, os costumes e tradições culturais se materializam nas tradições orais, se multiplicando por meio das histórias que o povo conta, consolidando-se por meio de narrativas.

A fala de um militante do setor de formação pressupõe conhecimento da organicidade no acampamento Padre Josimo, MST-TO: “Quando nós acampa organizamos nosso povo coletivamente, nós avança na luta porque temos uma metodologia que é expressão das nossas experiências de luta, é nossa organicidade” (**Entrevistada n. 07**, 2016).

As estruturas organizativas do MST estão voltadas à participação como dimensão da formação política dos militantes. Assim, o movimento busca formar seus militantes por meio da participação nas ações políticas que ocorre no âmbito do movimento: nas instâncias de decisão e na divisão de tarefas como forma de processo formativo.

Nesse sentido, a organicidade, a formação e a educação são elementos fundamentais para construção de uma cultura política transformadora, que se revela na práxis do cotidiano dos assentados pela reforma agrária brasileira. Sendo a cultura difícil de realizar, uma vez que é capturada pelas necessidades a partir das condições dadas com mais exclusividade pelas questões econômicas. “Como o capitalismo (ou seja, ‘o mercado’), recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário passaram a

supor que esse homem econômico fosse eterno [...]”. (THOMPSON, 2002, p.23). Assim, a cultura transborda o ser social com um movimento de auto superação e de auto realização humana, numa compreensão que o eleva a uma sintonia com a natureza e na presteza de que ele é parte ínfima na relação de interação com esta. Nesse sentido, a cultura “[...] é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política [...] que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado [...], encarna a cultura, a qual, por sua vez, corporifica nossa humanidade” (*Ibid.* p. 16-17).

A cultura é, sobretudo, a construção histórica de sujeitos que orientam e instituem determinadas práticas sociais, desenvolve-se a partir de práticas ativas com possibilidades de questionamentos e (re) apropriações. Enquanto cultura política compreende-se tantos os valores políticos como as práticas sociais; estes valores são subsumidos aos discursos e às práticas políticas (EAGLETON, 2011). Nesses termos, a cultura política de uma sociedade resulta de sua composição política e social no decorrer do seu processo histórico, na realidade, expressa-se em um programa político que busca mudanças na cultura política.

Outro elemento importante no processo de mudanças na cultura política de participação é a construção das identidades das mulheres, como protagonistas importantes das lutas do MST; o que tem contribuído para o fortalecimento dessa identidade foi a práxis política desenvolvida ao longo da trajetória histórica do Movimento. Sendo que, por meio da sua participação, consegue levar seus companheiros e filhos para as ocupações de terras. O histórico da luta das mulheres no Bico do Papagaio é relevante. A fala de um dos entrevistados revela essa importância: “Minha mulher é quem faz eu vir aqui, pois ela acredita mais do que eu, que a terra vai sair. Como ela me incentiva, aí eu venho para dar força” (**Entrevistado nº12**, 2015). Essa fala ilustra a importância da inserção das mulheres no movimento e quanto a consciência de classe é fundamental, para a construção de outra cultura política, no âmbito das lutas sociais da classe trabalhadora.

4.2. Mulheres, práxis política e formação: dimensões de uma nova cultura política?

Na constituição do MST a presença das mulheres é muito significativa. Nesse sentido, Schwendler (2016) fornece reflexões sobre o papel da mulher na luta pela terra: “A participação das mulheres nas diferentes instâncias na luta pela terra, assumindo uma

identidade própria, como ‘mulheres sem-terra’, tem possibilitado a transgressão de sua invisibilidade social e política” (*Idem*, p. 208). Nesse sentido, as mulheres camponesas têm se mobilizado para denunciar a discriminação e maus-tratos a que são submetidas, assim como a participação na política, construindo novos espaços na luta social, e de empoderamento. Nesse sentido empoderar-se é ter confiança e autoestima, é a capacidade para expressar as próprias ideias; ter liberdade de ir e vir para além da casa e da roça, dos cuidados para com os filhos, com a horta e os animais, que são espaços tidos como da mulher. A ação coletiva e o fazer político; a luta por direitos; e o acesso a programas e recursos, são, portanto espaços e ações das mulheres na nova cultura política, que valoriza a diversidade humana. (SCHWENDLER, 2016,).

Porque são muitos anos dizendo que a mulher não é capaz, que a gente não pode, que nós mulheres não podemos assumir tarefa na luta, não podemos assumir tarefas de liderança, que a gente tem que ficar só no espaço privado, que é o espaço da casa, que a gente não tinha que ir pra rua. Então são anos e anos que dizem isso pra gente! Então esse é o momento do despertar da mulher; é muito importante para os acampamentos, porque no momento do acampamento a gente vê muito forte a participação das mulheres! E no assentamento essas mulheres são mais recolhidas, a não participação nas associações, porque tem um processo também das instituições jurídicas dentro da comunidade, quando se constrói um projeto de assentamento, então as vezes as mulheres acabam sendo excluídas desses espaços. Quando no acampamento é construído esse processo de formação, quando chega no assentamento, aí não tem como excluí-las! Porque elas são sujeitos ativos no processo, não tem como deixar as mulheres de fora porque elas se organizam, elas brigam e bancam sua participação (**Militante n° 07**, 2015).

O protagonismo das mulheres é deslocado do âmbito privado, da esfera doméstica, do espaço da reprodução e passa a ocupar os espaços públicos, os espaços de atuação e protagonismo político historicamente hegemonizado pelos homens; gerando novas relações no interior das famílias e na identidade política do Movimento. Essa é uma das grandes conquistas da formação política e das vivências coletivas geradas no âmbito do MST.

Em 1996, nasce o coletivo de gênero do MST como resultado do processo da luta pelo seu lugar na sociedade brasileira.

Diante desse contexto, o Setor de Gênero do MST destaca a importância da participação da mulher na luta por mudanças estruturais, o que passa pela construção da consciência de classe articulada à consciência de gênero. Afirma que, quando as mulheres sem-terra chamam atenção para a necessidade do MST promover a igualdade de gênero, não estão querendo que o Movimento se afaste da luta de classe, uma vez que uma luta não é contraditória à outra. De forma complementar, contribui para que as mulheres também participem da luta pela transformação social (SCHWENDLER, 2016, p. 217).

Em 2004, é realizado o “III Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra” e nesse mesmo ano e, no ano seguinte, ocorrem atos, seminários e marchas protagonizadas pelas mulheres nos estados brasileiros, mas é no dia 08 de março de 2006 que as ações ganham expressividade nacional, quando cerca de duas mil mulheres, militantes das várias organizações que compõem a Via Campesina no Brasil, ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Na ocasião as mulheres organizaram-se e uniram-se para enfrentar uma transnacional, entrar em seus domínios e destruir várias mudas transgênicas prontas para o plantio. Essa foi a ação que as mulheres camponesas desenvolveram para protestar contra os problemas ambientais causados pelo capital e pelo imenso deserto verde – monocultivo do eucalipto –, especialidade da empresa capitalista escolhida como alvo da ação.

Esse ato transformou a data em uma jornada internacional da luta das mulheres contra toda e qualquer forma de exploração. Em 2007, o movimento cresce mesmo diante dos muitos desafios, como a repressão policial, a opinião pública adversa ao movimento e a censura da imprensa a respeito da luta. Não obstante, isso não desanimou as mulheres em movimento; ao contrário, em silêncio as mulheres da Via campesina se organizaram e mais uma vez nas ruas soltaram sua voz e sem medo denunciaram os efeitos nocivos do Etanol, biocombustível em perigosa ascensão no país. Além disso, nesse mesmo ano, as mulheres realizaram sua primeira ocupação na fazenda Tarumã, propriedade ilegal de outra poderosa transnacional da celulose a sueco/finlandesa Stora Enso, situada na cidade gaúcha de Rosário do Sul. Nessa ação, 900 mulheres e 250 crianças abriram uma vasta clareira no Deserto Verde, para devolver a terra milhares de árvores nativas que foram destruídas pelo capital. Esse tem sido o atual cenário do protagonismo político das mulheres que, diante das adversidades não tem desistido da luta. São mulheres determinadas providas de uma práxis política ousada, conscientes do seu papel histórico, pois sabem que, por meio de suas lutas, estão desafiando o sistema vigente do capital encarnado no agronegócio. Sua luta tem um papel de relevância no conjunto das lutas sociais, como apresenta Maria Orlanda (2008):

A práxis dessas mulheres evidencia um elevado grau da sua consciência de classe que, a partir da dimensão de sua própria luta, potencializam o que nela possa haver de específico e trazem luz aos gravames irreversíveis das contradições que, de modo mais amplo, habita a relação atual do capital com o mundo do trabalho. Além de pôr em xeque falácias da legalidade burguesa, expõe para que o mundo todo testemunhe a tragédia ambiental que o atual padrão de acumulação impõe ao Brasil, país

meridional, estruturalmente destinado à condição de colonialidade e de periferia (PINASSI, 2008, p.13).

O movimento das mulheres do MST confirma a radicalidade da luta do Movimento, que é a prática de ocupação, marca da luta pela reforma agrária, desde sua origem. Mulheres que se unem e resistem aos avanços absolutamente destrutivos do capital, desafiando o Estado e as instituições burguesas.

Como estratégia política para denunciar a expansão do agronegócio no Estado do Tocantins, as mulheres camponesas se organizaram e realizaram um ato de ocupação para assim provocar na sociedade o debate sobre a expansão e as forma de dominação do agronegócio na região. Elas se organizaram contra o agronegócio; vieram de toda parte do Estado do Tocantins – assentamentos e acampamentos, do Maranhão e Pará. A ação foi desenvolvida pelas militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento Atingido por Barragens (MAB). A atividade ocorreu na BR-153, Belém-Brasília, em frente à sede de uma fazenda que tem como produção o eucalipto e a expansão do agronegócio. As mulheres camponesas ocuparam a fazenda e como forma simbólica de protesto retiraram mudas de eucaliptos e plantaram no lugar arroz e feijão.

FIGURA 06- Mobilização na BR-153 das mulheres camponesas do Tocantins em 08 de março de 2015 em protesto contra o agronegócio.



Fonte: Foto, MST-TO, Palmas, 2017.

O MST apresenta seus argumentos para ocupação como sendo uma ação política:

A ação que resultou na destruição de mudas de eucaliptos em viveiro atenta à disparidade entre os dois projetos em disputa no campo brasileiro. Um é o agronegócio e o outro é a agricultura camponesa, hoje habitualmente chamada de

agricultura familiar. Assim, o ato realizado pelas mulheres da via camponesa teve o interesse de fomentar um debate na sociedade sobre diversos aspectos. Entre eles a comparação entre os dois projetos no campo mencionado acima e mostrar que os números comparados entre a agricultura camponesa e o agronegócio desmistifica uma série de questões. Atualmente, a agricultura familiar recebe apenas 14% de todo crédito disponível para o setor agrícola, enquanto os 86% restantes ficam com a agricultura e a agropecuária de extensão, característica do agronegócio. (carta resposta do MST, 2015, mimeo).

A ocupação possibilitou às mulheres camponesas a participação no processo de construção da luta pela terra, dentro dos limites impostos pelas condições de produção e reprodução da sua vida como trabalhadoras do campo. O objetivo da manifestação era mostrar à sociedade que os agrotóxicos matam e que os alimentos saudáveis que elas produzem todos os dias e que vão para a mesa, frescos e saudáveis, precisam de terra e de investimentos do Estado para serem produzidos. A palavra de ordem “Se o campo não planta a cidade não janta!” fez parte do repertório dessa manifestação. A organização das mulheres camponesas é resultado de uma inquietação coletiva, mas que passou a ser interiorizada também de forma individual, quando participam das atividades políticas do movimento, dos espaços públicos onde estão, por exemplo na escola dos seus filhos, das decisões das tarefas em seus barracos, ou casas onde residem.

Nesse cenário, refletem sobre os conflitos e as dificuldades encontradas na vida cotidiana, bem como as possibilidades de fazer a diferença a partir de um coletivo organizado politicamente. Disso surgem as ocupações como forma de denunciarem a exploração no campo e a expulsão dos camponeses e camponesas de suas terras. A luta das mulheres camponesas é notadamente por direitos e por uma vida digna no campo, é, sobretudo, uma luta por espaços democráticos de participação e organização das trabalhadoras do campo, como um movimento classista, porque elas compõem a classe trabalhadora e buscam relações de igualdades em uma sociedade tão desigual tanto para a classe quanto para as mulheres. Para elas a melhor escola é o próprio movimento; cada uma ensina de acordo com sua experiência e aprendem umas com as outras, reconhecem que o maior conhecimento é adquirido no dia a dia, que se traduz na diversidade de saberes, que lhes ajudam a entender porque lutam e a grandiosidade e importância da luta que travam cotidianamente.

Essas mulheres entendem que só a partir de muita luta poderão conseguir a terra, e que ao conseguir a terra ela não termina, ao contrário, se configura árdua e longa. Sabem que para obterem uma vida digna no campo a luta para o acesso a políticas públicas que permita aos trabalhadores camponeses viver e produzir no campo dignamente deve continuar. A

capacidade de indignar-se diante das injustiças se transforma em ações concretas cotidianas para a superação das dificuldades nas suas realidades.

É! Eu tô nessa luta e não vou desistir não! Só se os outros desistirem, porque junto nós tem união, tem força pra você buscar qualquer coisa. Eu plantei arroz e colhi 66 sacos de arroz e dividi entre meu povo, meu arroz não é para vendê é para a família. Era muito arroz e era bom, aí eu dei uma parte para minha filha e fiquei com a outra, ainda hoje eu tenho mais de 25 volumes cheio. Aqui o fazendeiro dá a terra, mas você tem que plantar o capim pra ele, quando você termina de colher o arroz, o capim já tem que tá subindo no jeito. Por isso quero uma terra para eu trabaiá pra mim (**Entrevistada nº 15**, 2016).

As mulheres indicam que a luta pela terra se transformará em luta pela reforma agrária e, sobretudo, que há um caráter político nesse movimento de lutas, pois é a política que sustenta a convivência na diversidade, que gera indignação e ação, que por sua vez é um elemento aglutinador do MST, que reúne pessoas de todos os credos, culturas e regiões do país.

[...] eu nunca desisti, desde quando eu cheguei aqui eu nunca desisti! Eu não queria vim não. Mas, aí ele disse: “Vamo prá nós arrumá um pedaço de terra, pra trabalhar, pra gente colocar um pedacinho de roça, pra comer uma espiga de milho madura, um abate de feijão!” A gente só bota na terra dos outros. Aí ninguém pode plantar um pé de macaxeira que o dono da terra diz: “Não quero! A terra é pra botar o gado pra comer, que o gado tá morrendo de fome”. Aí então eu vim pra cá, aí quando eu cheguei aqui, largá de mão? Ele já quis desistir, aí eu disse: “Sou difícil de entrar, mas depois de entrar eu não quero sair!” Nós temos que aguentar o tapa, né? Tem que aguentar a taca, um dia nós chega lá! Aí eu estou nessa fé de chegar. Se Deus quiser! (**Entrevistada nº 12**, 2016)

Diante da realidade marcada por dificuldades e desafios, as mulheres vão conhecendo a realidade uma das outras; elas se assumem como sujeitos de sua própria vida e como protagonistas de suas histórias. Juntas, constroem um movimento nacional de mulheres do campo, em meio a uma diversidade de expressões culturais, regionalidades e práticas sociais, possibilitando que suas ações publicizem à sociedade os limites e barbáries do capital.

O protagonismo das mulheres na luta pela terra, portanto, é também uma das dimensões do Movimento Sem Terra. Entretanto, o papel que vêm desempenhando ao longo do processo histórico na luta pela terra no MST e as relações de gênero constituem-se em avanços, mas, contraditoriamente, em recuos, haja vista que as mulheres em luta buscam também sua inserção nas práticas sociais para a conquista da igualdade de gênero, seja nos espaços da luta social, do trabalho, quanto da política e isto não se configura facilmente. Esse ainda é um processo em construção e um grande desafio às mulheres e ao movimento. Na

Jornada Nacional das mulheres em 08 de março de 2016, quando realizaram manifestações por todo país, expressão de sua práxis política, os jornais do país noticiaram suas ações. O jornal G1 Tocantins fez a seguinte menção ao ato político de ocupação do MAPA:

Integrantes do Movimento Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), invadiram o prédio da Superintendência Federal da Agricultura, em Palmas, na manhã desta terça-feira (8). A informação é de um funcionário do local, que preferiu não ter a identidade revelada. Cinco pessoas foram detidas. De acordo com ele, o grupo teria forçado a entrada e quebrado uma porta de vidro para ter acesso ao prédio. Os integrantes disseram que foram ao local para apresentar as reivindicações, mas foram recebidos de forma agressiva pela direção da Superintendência e por isso houve confusão. O órgão negou a agressão. Segundo o funcionário, ao chegar no local, o grupo gritou as palavras de ordem: "Não aceitamos o Matopiba⁴⁵. Não aceitamos o agronegócio!" Os manifestantes reivindicaram melhores condições para os trabalhadores do campo, educação e respeito. Também pediram a redução do uso de agrotóxicos na agricultura. "Nós fomos recebidos aos empurrões". [...] O Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar estiveram no local. As cinco pessoas detidas suspeitas de terem quebrado a porta seriam liberadas após prestarem depoimento na Polícia Federal. Antes do protesto foi realizada uma marcha pelo Dia Internacional da Mulher pelas ruas de Palmas. Conforme a organização cerca de 200 pessoas participaram do protesto. A Polícia Militar não fez estimativa. A superintendência negou que tenha recebido os manifestantes de forma agressiva (G1, Tocantins, INTEGRANTES DO MST QUEBRAM PORTA E INVADEM PRÉDIO PÚBLICO EM PALMAS. 2016).

As mulheres como protagonistas políticas lutam contra a opressão, discriminação e dominação praticadas contra a classe trabalhadora; reivindicam o direito de permanecer no campo, produzindo alimentos, preservando a vida. As mulheres demonstraram na ocupação

⁴⁵ MATOPIBA: No dia seis de maio de 2015 o decreto n. 8447 cria o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e seu comitê gestor. Segundo o decreto o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba – PDA-Matopiba, tem por finalidade "promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população". O PDA-Matopiba abrangerá municípios dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins e "orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá. (<http://www.apato.org.br/documentos/artigo04.pdf> .(GONÇALVES, Paulo Rogério. APA-TO, 2016).

Esse território abrange três biomas, 90,9% Cerrado, 7,2% Amazônia e 1,64% Caatinga, a maior parte fica no bioma cerrado. Segundo o site do MMA "O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade (<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>).

Importante observar que o decreto 8447 que cria o MATOPIBA e seu comitê gestor, não incluem como componente do comitê gestor o Ministério do Meio Ambiente, que é quem monitora e atua na redução do desmatamento do bioma cerrado. Assim fica claro que a proposta é impedir a participação de quem é responsável pela gestão ambiental, no intuito de manter o desenvolvimento "destrutivista" que até agora vem sendo realizado pelo agronegócio brasileiro. (<http://www.apato.org.br/documentos/artigo04.pdf> . GONÇALVES, Paulo Rogério. APA-TO, 2016).

que com a mobilização política podem denunciar a expansão do agronegócio no Estado do Tocantins. Sabem que, especialmente como mulheres camponesas, podem dirigir suas ações e experiências, reunindo forças para enfrentar o capitalismo, sistema que produz ao mesmo tempo a opressão de gênero e a exploração de classe, que fere a dignidade das mulheres e de homens trabalhadores.

FIGURA 07- Ocupação das mulheres camponesas contra o agronegócio e o projeto MATOPIBA na superintendência do ministério de Agropecuária e abastecimento no Tocantins em 08 de Março de 2016.



Fonte: Arquivo MST-TO, 2017.

Nas falas das mulheres também se constatou que a conquista da terra não é o fim da luta, é notadamente o ponto de partida, pois elas entendem que é pelo processo de ocupações e assentamentos que os Sem Terra transformarão essa luta na luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais igualitária. Para o MST, esse é o debate a ser realizado: apresentar à população brasileira a importância da reforma agrária para o Brasil. A utilização da terra como bem público de favorecimento e cultivo da vida em prol da coletividade. Uma agricultura diversificada, cuja única ambição é o sustento da população brasileira e não meramente gerar lucros para empresas nacionais e estrangeiras, em detrimento da vida social e ambiental.

Como elementos articuladores da luta das mulheres e do conjunto dos camponeses no MST, a educação e a formação é potencializadora de transformações de uma cultura política local e nacional.

4.3. Educação e formação no MST: possibilidades para mudanças da cultura política

A educação e a formação estão imbricadas no projeto do MST, no qual educar é formar para a transformação da sociedade, isso se evidencia nos princípios filosóficos e pedagógicos do movimento, trata-se de educar para desenvolver a consciência de classe; essa é a sua concepção de formação e continua sendo o objetivo central do seu projeto educacional.

Observa-se na publicação do Caderno de Educação, de nº 08 de 1996, que o movimento define como princípios filosóficos da educação: concepções em relação a visão de mundo, a pessoa humana, a concepção de sociedade e a educação. Para efetivar tais princípios no seu processo educacional se pauta pelas seguintes questões: **1.** Educação para transformação social; **2.** Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; **3.** Educação com e para os valores humanistas e socialistas; **4.** Educação como processo permanente de formação e transformação humana; **5.** Educação para o trabalho e cooperação.

Seus princípios pedagógicos referem-se à forma de pensar e desenvolver a educação; e com o objetivo de concretizar o seu projeto educacional sua orientação metodológica estabelece: **1.** A relação entre teoria e prática; **2.** A realidade como base de produção do conhecimento; **3.** O trabalho enquanto princípio educativo; **4.** Vínculos orgânicos entre processos educativos e processos políticos; **5.** Auto organização; **6.** Criação de coletivos pedagógicos; **7.** Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais; **8.** Vínculos orgânicos entre educação e cultura.

A educação no MST é protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações e tem a ver com a realidade brasileira atual, na disputa desse campo de formação humana, que tem o agronegócio como modelo hegemônico das relações de produção no campo e que vem também buscando interferir diretamente nos conteúdos escolares das escolas públicas⁴⁶. Nessa realidade, disputar e buscar efetivar um projeto educacional

⁴⁶ Um exemplo bastante ilustrativo da atual e perigosa interferência do agronegócio na educação é o caso do “Programa Agrinho” realizado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) feito em parceria com o SENAR-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e empresas privadas, como *Daw AgroSciences*, *Du Pont* e demais organizações de herbicidas e pesticidas nacionais, com o objetivo de utilização de material do programa nas escolas da rede Municipal de Cascavel, no Estado do Paraná. O MST em carta exigiu o fim do Programa e denunciou o seguinte: “[...] O Programa Agrinho, travestido de um programa de educação ambiental, por meio de sua contagiante ilustração, tem promovido processos massivos de formação a-crítica das crianças, jovens e professores, com intuito de promover a valorização do agronegócio, naturalizar os hediondos danos ocasionados à sociedade por este modelo agrícola, mistificando a possibilidade do uso racional de agrotóxicos,

vinculado aos interesses da classe trabalhadora é um enorme desafio para o Movimento Sem Terra e outros movimentos sociais que atuam no campo brasileiro. Portanto, o projeto educação do Movimento vincula-se às questões do trabalho; da cultura; do conhecimento; das lutas sociais de classe; de projetos distintos para a agricultura brasileira, com implicações ao país e a sociedade, buscando, sobretudo, políticas públicas de educação, para formação humana (CALDART, 2012).

Observa-se no Programa Agrário do MST (2013, p. 45) que o acesso à educação, no sentido da escolarização ampla, e os bens e valores culturais são condições necessárias e imprescindíveis para a Reforma Agrária e para a democratização de nossa sociedade. Assim, o acesso à educação pelos trabalhadores é uma das condições básicas da construção de um projeto de Reforma Agrária Popular; por um programa educacional que contemple:

Implementar um programa massivo de alfabetização de todos os jovens e adultos do campo, universalizar o acesso à educação básica, construção e manutenção de escolas em todas áreas de Reforma agrária, transporte intracampo que garanta o fluxo de estudantes entre escolas das próprias comunidades do campo, processo de formação continuada para os educadores, ampliar o acesso de jovens e adultos à educação superior, implementar programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia, apoiar as redes de pesquisadores que priorizem investigações e projetos de extensão universitária voltados para a melhorias dos processos educativos desenvolvidos em áreas de Reforma Agrária (CARTILHA PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, 2013, p. 46- 47).

Esse programa visa, sobretudo, a escolarização dos camponeses. Por isso, uma das atividades desenvolvidas pelo movimento é o encontro de educadores/as para refletir sobre a educação – Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) – e também projetos nacionais e regionais de alfabetização de jovens e adultos, como por

em harmonia com o meio ambiente e com a vida humana. A entrada do Programa Agrinho na escola pública, subtrai a cada dia, o caráter da educação pública de qualidade social e comprometida com o conhecimento científico, com a vida humana e do planeta, que nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, anuncia. Os conteúdos de suas cartilhas ganham centralidade no processo pedagógico e promovem o esvaziamento da escola de conhecimento científico, artístico e filosófico, submetendo o trabalho do professor aos interesses do empresariado do agronegócio, tendo como objetivo crucial a promoção e difusão do padrão destrutivo do agronegócio em detrimento da preservação da natureza, da biodiversidade, do modo de vida e cultura camponesa” (Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/07/05/argentina-empresas-definem-conteudos-em-escolas-do-campo/> Acesso em 12 de Julho de 2017). É importante destacar que a pressão exercida pelo Movimento levou o Conselho Municipal de Educação de Cascavel (CME) a deliberar pela proibição da utilização do programa: “Em seu parecer, por meio do Ofício 70/2015, o CME apresenta que após longa e criteriosa análise concluiu ‘que o material que o programa Agrinho disponibiliza não atende aos objetivos do que está pressuposto no currículo da rede, considerando que sua gênese preconiza a produção de alimentos enquanto mercadoria e não como alimentação orgânica. Em razão da produção em grande escala, incentiva o uso de agrotóxico, que compromete a saúde das pessoas e a natureza’, diz o documento assinado pela conselheira presidente do CME, Cláudia Pagnoncelli.” (Disponível em: <http://apecpr2011.blogspot.pt/>. Acesso em 12 de Julho de 2017).

exemplo, o projeto de Alfabetização da Regional Amazônica (Maranhão): “Sim eu posso ler e escrever⁴⁷”.

Outra importante atividade do setor de educação do MST ocorreu em maio de 2017, em São Paulo, na Escola Nacional Florestan Fernandes, onde realizou-se o encontro de educadores/as do MST para debater os desafios históricos e atuais de luta e construção da “Pedagogia Socialista⁴⁸”. A questão norteadora desse Encontro Nacional foi: “Qual a formação que queremos para a classe trabalhadora, na perspectiva da emancipação?” A síntese das reflexões se desenhou da seguinte forma e com o seguinte conteúdo: A Pedagogia Socialista precisa afirmar a indissociabilidade entre o mundo da natureza e mundo do ser social, uma ontologia materialista como base fundamental para esse projeto, assim como o trabalho como princípio educativo, momento em que se realiza o metabolismo do ser social com a natureza que, ao transformá-la para satisfazer necessidades sociais, transforma a si mesmo.

Nesse sentido, as transformações escolares produzem conteúdos formativos por meio das relações sociais cotidianas, da auto-organização dos estudantes. Se o enfrentamento ao modelo hegemônico de educação deve ser construído desde dentro da sociedade capitalista, é necessário refletir, na atualidade, sobre como organizar os princípios da Pedagogia Socialista

⁴⁷ O MST, em diálogo com o governo estadual do Maranhão, construiu um projeto que tem a meta de eliminar 30% do analfabetismo em oito dos municípios com os mais baixos IDHs: “Este é um momento muito esperado pelo MST. A luta pela educação é tão essencial quanto pela terra. A partir dessa jornada pela alfabetização, acredito que podemos ser um exemplo de uma experiência massiva de alfabetização e podemos contagiar o país inteiro para erradicar o analfabetismo”, apontou o Movimento, destacando que essa experiência já foi exitosa em países como México e Venezuela, onde haviam índices de analfabetismo elevados. Divina, a coordenadora do MST no Maranhão, afirmou que a metodologia “Sim, Eu posso” foi desenvolvida em solidariedade aos povos pelo Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC), e que a metodologia dos Círculos de Cultura tem base no grande educador Paulo Freire. Ao MST caberá assessoria político-pedagógica do método “Sim, eu posso” e Círculo de Cultura; coordenar em conjunto com a SEDUC as ações para a Mobilização pela Alfabetização; oferecer formação aos técnicos da secretaria sobre as ações de Mobilização pela Alfabetização e realizar o diagnóstico inicial dos alfabetizados. A UEMA fará o acompanhamento de execução da Jornada de Alfabetização “Sim, Eu Posso” nos oito municípios atendidos. As brigadas do MST estarão na condução e acompanhamento do projeto. (Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/11/10/mst-assina-convenio-com-governo-do-maranhao-para-enfrentar-alto-indice-de-analfabetismo.html>. Acesso em 04/07/2017).

⁴⁸ O Seminário pedagogia socialista ocorreu no período entre 24 e 27 de maio de 2017 e realizou-se na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema-SP. O Seminário “*Construção histórica da Pedagogia Socialista: legado da Revolução Russa de 1917 e desafios atuais*” reuniu 320 pessoas de 18 estados, 19 países e 47 instituições de ensino superior, com o objetivo de celebrar os 100 anos da Revolução Russa, estudar e debater seu legado para os trabalhadores e trabalhadoras do mundo; estudar e discutir o percurso histórico e os desafios atuais de luta e construção da Pedagogia Socialista aprendendo as lições dos processos revolucionários; analisar a situação atual do confronto entre capital e trabalho e as novas exigências à educação dos trabalhadores e das trabalhadoras no interesse de sua auto emancipação; refletir sobre nossas práticas educativas identificando expressões materiais e potencialidades de vínculo com o referencial da Pedagogia Socialista (DOCUMENTO MIMEO, 2017).

em escolas públicas, cuja sociabilidade encontra-se hegemônica pelo capitalismo que – quando não dominada diretamente pelas empresas capitalistas – se realiza por meio de “pacotes didáticos”, gestão escolar privatizada, no qual o trabalho dos professores se intensifica e se precariza, especialmente no campo e nos assentamentos. A construção político-pedagógica, que diz respeito à formação da classe trabalhadora indica que uma das tarefas centrais da escola é fazer a leitura do que está subjacente à realidade, tal como se apresenta. (DOCUMENTO SÍNTESE SEMINÁRIO PEDAGOGIA SOCIALISTA, MST 2017, mimeo).

Essas sínteses elaboradas, a partir do encontro dos educadores e professores militantes do movimento, dizem respeito às reflexões realizadas sobre as dificuldades da educação no contexto atual da sociedade brasileira e dos desafios de uma pedagogia socialista defendida pelo MST, pois define-se como um projeto com outra concepção de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Isso possibilita uma perspectiva de transformação social e de emancipação humana.

Quando a gente ocupa estamos em processo de educação. Quando fazemos marcha, estamos em um processo de educação. Quando se organizam em coletivos, de Educação de Juventude, das Mulheres, então, esses coletivos produzem o conhecimento e é esse conhecimento que vai nos fortalecer [...] (Entrevistada nº15, 2015).

Disso, deriva o processo formativo: quando os sujeitos e grupos buscam compreender a realidade em que estão implicados, tentando aumentar a capacidade de defesa dos seus interesses e direitos, sejam econômicos, políticos ou culturais. Desse modo, produz a partir dos conflitos vivenciados pela classe trabalhadora um repertório pedagógico, que vai gerar um tipo de educação. Logo, o conhecimento se processa na própria experiência de vida, na luta política. Nesse caso, o MST apresenta uma síntese de educação cujo processo educativo ocorre de forma coletiva pelas e, por meio das experiências nas ocupações, nas formações de comissões e coletivos, nos núcleos de bases nos acampamentos, que discutem o processo pedagógico e a organização da escola. Não surgiu como elemento teórico trazido de fora, mas como resultado de um processo organizativo de luta no acampamento, que busca construir coletivamente as principais decisões (CRISTÓFFOLI, 2006).

Portanto, os movimentos sociais do campo desenvolvem um importante papel na trajetória da educação dos povos do campo, na disputa por um projeto que reafirme a sua cultura e elabore melhores condições de vida desses sujeitos. Tal caminhada ocorreu com

mobilizações do movimento pela Educação do Campo, assumindo o papel de barrar as políticas tradicionais que tem como base o assistencialismo e as políticas compensatórias, reafirmando a precariedade das escolas rurais, com marca do atraso e do abandono da educação dos povos que vivem em áreas rurais.

A materialidade educativa de origem da educação do campo está nos processos de formação dos sujeitos coletivos da produção e nas lutas sociais do campo. Refere-se, portanto, à relação entre teoria e prática, ou seja, a *práxis*. Defende que a escola deva ter uma ênfase na cultura geral, humanista, formativa, que atenda a capacidade técnica e o trabalho intelectual e que possibilite a formação de novos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, ou seja, que não prepare somente para as competências técnicas, que é a tendência atual da sociedade capitalista. Isso porque a educação por estar ligada à produção e a reprodução da sociedade cumpre uma função social tanto na formação profissional para produção material da vida (que satisfaz necessidades humanas), quanto na reprodução das relações sociais. Uma vez que trata das relações de produção material e de reprodução das relações sociais, das mudanças na divisão social do trabalho, da produção e reprodução da força de trabalho, dos processos educativos, especialmente de formação humana; o papel social da educação – da relação entre processo de produção e dos processos educativos ou de formação humana – é constituído por conflitos, disputas e contradições.

Por isso, a participação dos Movimentos e Organizações Sociais da classe trabalhadora e dos “de baixo” da sociedade brasileira, para usar uma expressão de Florestan Fernandes; constituídos por povos do campo, da floresta e das águas, tais como, os agricultores familiares, assentados, acampados, trabalhadores assalariados rurais, pescadores, extrativistas, comunidades tradicionais, ribeirinhos, têm nas últimas décadas participado das disputas pelo acesso à terra dos territórios e defendido a produção agroecológica como alternativa de produção sem agrotóxico, em defesa da soberania alimentar. Têm também participado das lutas por direitos à saúde, à educação, e da conquista de políticas públicas para o fortalecimento da base familiar, constituindo-se enquanto sujeitos coletivos de direito e de produção de novas formas de sociabilidades. Essa é a base para a construção de uma educação que busca a formação de sujeitos históricos. Nesse sentido, a educação do campo nasceu demarcando uma posição no confronto e na disputa por um projeto diferente para o campo sendo contra a lógica deste lugar como um lugar de negócios, que expulsa as famílias e destrói a vida que nele existe. Para Caldart (2016):

O projeto educativo socialista se constitui no confronto entre capital e trabalho na esfera da formação humana e particular na forma de pensar e fazer educação dos trabalhadores, que são o tempo todo disputados pela pedagogia do capital. Chamamos de pedagogia socialista aos conjuntos de esforços teóricos e práticos de fazer a educação dos trabalhadores na direção de transformar radicalmente a sociedade capitalista e construir uma nova ordem social e socialista. A missão histórica central da pedagogia socialista, que se realiza pela exigência de cada momento histórico e de cada realidade específica é a formação de uma consciência de massa socialista. Em síntese, quer dizer a consciência da necessidade de uma revolução fundamental, aquela que visa a transformação radical das condições de vida da humanidade, muda a existência industrial e política de cada indivíduo social e conseqüentemente como diria Marx, muda sua maneira de ser, essa consciência é uma exigência indispensável para que a maioria do povo se envolva na tarefa coletiva de sua auto emancipação. (CALDART, II ENERA, 2016).

Nesse sentido, a pedagogia socialista se refere a um projeto educacional, e por isso não se restringe a educação escolar, é muito mais amplo. Todavia, é tarefa dessa pedagogia, pensar e ir experimentando uma escola que desenvolva esforços para construções do socialismo, isso implica em transformações radicais do conteúdo e forma da escola capitalista. Não se cria um novo modo de fazer escola sem exercitar, continuamente, o processo de transformação desde as circunstâncias sociais onde se encontra. O desafio é assumir no trabalho cotidiano das escolas as possibilidades de exercitar os pilares da estratégia da pedagogia socialista na especificidade do ambiente educativo escolar. A pedagogia socialista tem em seu horizonte uma educação unilateral, aquela que busca desenvolver todas as divisões do ser humano de modo relacional e tendo como base o princípio educativo do trabalho que forma e transforma as pessoas. Não é um treino para a vida, mas a vida mesma, intencionalizada com formação humana, que vai dando forma a construção da vivência de cada um. Esse projeto inclui, a construção de uma escola em que o vínculo entre estudo e trabalho se faz em direção à apropriação em direção à ciência e do aprendizado de relações sociais necessárias para que os trabalhadores assumam o comando e a realização da produção social. Esta é, portanto, a matriz de educação do MST (CALDART, II ENERA, 2016, mimeo).

Sobre estas reflexões, afala de uma entrevistada do setor de educação é representativa, pois se trata de processo de formação e educação em espaços não escolares, ou seja, é na luta que se faz a formação e nessa perspectiva, o movimento é um educador.

O movimento é esse grande educador, nas grandes ações a gente tem grandes formações, como as ocupações de terra, as marchas, os processos de negociações, as capacitações específicas, então o MST acredita que as pessoas se formam nesse

movimento permanente para atender essas reivindicações que é construída a partir das necessidades de cada homem, mulher, jovem, criança, idoso que tem nos acampamentos e assentamentos. Então, é isso que vai nos formando a partir das necessidades de dar um caráter sistemático pra cada uma dessas formações, elas vão se configurando a partir desse movimento da luta, da resistência, da conquista, mas é a luta que vai formando, e é essa luta também que vai demandando que vai exigir que a gente se aprofunde em algumas temáticas, algumas questões, mas é a luta que é o processo de formação do movimento a resistência e a partir dela você vai então montando as estratégias de formação específica de cada conteúdo que é necessário ser aprofundado pelo militantes pelos educadores pelas famílias. Isso contribui para a elaboração de uma pedagogia do MST, que nós defendemos como socialista. (**Militante** MST, setor de educação- Regional Amazônia, 2016).

O MST, desde o seu início, incluiu a educação como sua tarefa prioritária, o movimento organiza e desenvolve esforços históricos para construção da Pedagogia Socialista à medida que intencionaliza o seu trabalho educativo para formação de seres humanos mais plenos, lutadores e construtores de um novo modo de produção da vida e de novas relações sociais, agindo sobre a construção da realidade do trabalho no campo e em diálogo com outras práticas de reflexão da classe trabalhadora. Caldart (2016) destaca que as circunstâncias sociais impõe muitos limites ao processo de educação e formação. Mas, adverte que no percurso foi possível experimentar práticas que permitem colocar as mãos no futuro e refinar a estratégias de lutas prioritárias. Isso implica em práxis, em que se insere os camponeses:

Como educadores do MST, somos uma parte pequena do conjunto dos trabalhadores da Educação, se atuarmos de forma isolada, sem buscarmos associar os outros trabalhadores do campo e da cidade, não iremos muito longe nessa construção, pois se ficarmos apenas discutindo e não fizermos os esforços de construção pedagógica em nossos espaços e atividades particulares, incluindo as escolas, não chegaremos a lugar nenhum. Mas inserir nosso trabalho cotidiano na construção coletiva da Pedagogia do Movimento e na direção histórica da Pedagogia Socialista, é um desafio político que precisa ser provado a cada dia a cada ação, algumas atitudes básicas para materializar esse desafio no Movimento atual. (CALDART, II ENERA, 2016, mimeo).

A experiência de formação gestada no MST se apresenta em um contexto de luta social, de mobilização popular, que mesmo apresentando limites, apresenta possibilidades de outro projeto educativo, quando enraizado na luta social. A experiência de participação potencializada pela formação política, a partir de uma práxis que é inventada e reinventada nas ações e estratégias de resistência e combate político às forças opressoras e ao poder do

latifúndio, mostra que a cultura política sofre um processo de transformação, quando ocorre a organização dos camponeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela liberdade, quando fugiam, e conquistavam sua liberdade e construíam os quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses.

Militante, MST-TO, 2017

O MST nasceu das resistências e lutas camponesas no Brasil. Assim, recuperar a história da luta pela terra permitiu a constatação de que este movimento é fruto de outras lutas sociais do campo brasileiro, que também tinham como principal bandeira de luta a terra, a reforma agrária e as mudanças na sociedade a partir das configurações políticas de suas épocas históricas. Portanto, o movimento continua o processo de defesa dos seus antecessores das lutas no campo brasileiro, ou seja, defende como transformações sociais a educação, a produção de uma agricultura mais saudável que garanta a soberania alimentar, agregando a luta histórica do campo, a defesa de uma produção agroecológica, e o combate aos agrotóxicos, tão difícil de realizar, especialmente, nos assentamentos rurais, onde o trabalho dos extensionistas opera na dinâmica da venda de produtos químicos. A violência sofrida pelos camponeses, na expulsão das terras, na opressão, também gera uma reação de resistência, o que ficou bem demarcado pela nossa pesquisa. Para responder o objetivo da tese, iniciou-se pelo percurso de como ocorre esse processo de resistência dos camponeses, ou seja, como eles se organizam para resistir, em especial, iniciou-se conhecendo o Movimento Sem Terra que busca organizar os camponeses brasileiros.

O movimento nacional nasce como sujeito histórico da continuação da luta pela terra de outras organizações sociais e políticas da década de 1970, constituindo quem hoje está nas trincheiras da luta política, desenvolvendo uma práxis política fruto das experiências passadas enquanto organização camponesa.

Já o MST no Estado do Tocantins nasce em 1998 e se apresenta como grande orientador da luta pela reforma agrária no Estado. Apesar do tempo de constituição nos espaços de luta no campo, o movimento tem muitas dificuldades em executar os projetos definidos para o combate ao latifúndio, pois o processo de formação ocorre de forma lenta,

uma vez que os camponeses/as, inicialmente só querem saber quando terá posse de “sua terra”, seu “pedaço de chão”.

O MST define a práxis como categoria fundamental de referência na formação dos quadros, cujo papel é possibilitar aos militantes interpretar o mundo e contribuir para apontar caminhos para as transformações necessárias aos trabalhadores. Concorda-se que, a partir dessa definição, o movimento procura, por meio da plataforma política, desenvolver estratégias e táticas para avançar na luta. Sendo assim, a práxis impede a alienação política, uma vez que o sujeito da ação é o mesmo sujeito da reflexão, e que as ações e estratégias para formação dos seus quadros é efetivamente a práxis. Ao defender a práxis no cotidiano – que pode se configurar tanto nos grandes movimentos de transformações políticas, quanto nas pequenas atividades que conduzam à produção dos meios de vida para a subsistência do sujeito em ação – é que a ocupação, as manifestações, a organização dos coletivos de assembleias no acampamento se configuram em espaços que contribuem, efetivamente, no processo de formação dos camponeses em luta pela terra, assim constituindo uma nova cultura política.

A pesquisa indicou que no Tocantins a relação entre a base e os militantes da direção apresenta concepções variadas sobre o significado da luta pela terra e pela reforma agrária, isso ocorre porque o processo formativo e educativo ainda é de pequeno alcance na base. As dificuldades com o processo formativo é característica de uma tradição de dependência com a dominação dos que tem poder sobre os camponeses, em uma região em que a cultura política e econômica gerou subalternidade. Resultado de um processo ao qual foram submetidos historicamente, gerando uma visão distorcida do mundo, que só contribuiu para a submissão ao poder local.

Com relação à participação da base nas atividades do acampamento, ocorre por meio das assembleias realizadas, destacando-se que no período em que os trabalhadores Sem Terra estão acampados as atividades de participação ocorrem mais intensamente. Outros meios de participação são as reuniões dos núcleos de base e das comissões do acampamento, como, reuniões para mobilização de massa; liderança coletiva de núcleos, setores e brigada; congresso e encontro estadual e o congresso nacional.

O que chamou atenção nas falas dos entrevistados foi a questão do processo coletivo na organização das escolhas dos dirigentes, pois observou-se que a base não se constitui apenas para eleger os membros das instâncias (coordenação estadual, direção estadual), nem a força e o poder estão nas instâncias, pois elas têm a tarefa de representar a organização e a sua

força encontra-se na base e na quantidade de massa que organiza, complementando-se com as táticas que desenvolve e na estratégia que persegue.

Nesse sentido, existe uma relação entre a produção das ações políticas realizadas no acampamento Padre Josimo e o que o MST define nas suas orientações quanto às estratégias e as táticas para se alcançar os objetivos propostos, que num primeiro momento é, necessariamente, a luta pela terra, acompanhada da luta por reforma agrária e de um projeto político alternativo de sociedade: o socialismo. No entanto, a luta pelo socialismo aparece, às vezes, distante dos camponeses, pois esses apresentam dificuldades em assimilar um projeto de sociedade de longo prazo.

Entretanto, o processo de formação política dos acampados, que participam ativamente da luta, muda a forma de ver o mundo e compreender as condições as quais foram historicamente submetidos. As famílias se organizam para ocupação de terras griladas, terras públicas, que os fazendeiros ocuparam ilegalmente ao longo do tempo e continuam ocupando; terras com trabalho escravos e terras sem produzir; depois organizam-se em núcleos de base ou núcleos de famílias, que são grupos de até quinze famílias.

A dinâmica dos encontros e reuniões busca favorecer a participação das famílias e a aprendizagem de falar em público, defender suas ideias sobre a conjuntura nacional, discutir sobre temas da realidade brasileira. As pessoas tímidas, e sem acreditar no seu potencial, passam a ter força nas suas ações individuais e coletivas, potencializam suas falas em público quando se manifestam sobre os temas em debate, seja nos coletivos de discussões, seja nas manifestações durante as ações do movimento. Como exemplo disso, tem-se a luta das mulheres que por meio da participação na luta ganham força e se estabelecem como importantes protagonistas do processo da luta pela terra. Na constituição do MST, a presença das mulheres vem se constituindo por meio de um processo de desmistificação de diferenças de gênero, indispensável para renovação política do movimento. Suas ações são marcadamente fortes do ponto de vista da organização política e contribui para a mudança na cultura política local e nacional.

Um dos importantes elementos de conquista do MST tem sido manter a permanência do tema da “reforma agrária” no cenário de debates político em vários espaços públicos. Como exemplo disso temos o debate em diversos espaços públicos, como a Universidade Federal do Tocantins, o Instituto Federal, que são chamados a desenvolverem atividades com o acampamento Padre Josimo para reflexões sobre a conjuntura atual da estrutura agrária do país e do Estado. Nesse aspecto, o MST mantém o tema da reforma agrária em pauta, com

seus acampamentos, assentamentos e atividades, com suas cooperativas e escolas, e através de diversas outras formas de pressão, dinamizando economicamente regiões do Brasil com pouco potencial de sobrevivência econômica revitalizando-as ou inserindo-as no cenário sociopolítico e econômico do país. Isso contribui para que os trabalhadores encontrem no acesso a terra, pelos assentamentos, um lugar à vida e de produção, evitando o processo migratório e o aumento do desemprego nas grandes cidades.

Outro elemento importante é a saída dos camponeses e camponesas do acampamento quando ocorre a demora na compra da terra para assentá-los. Isso acontece porque muitas vezes a formação que foi desenvolvida no processo de ocupação e de acampamento não alcançou seu objetivo principal. Tal elemento é indispensável para um agir político que pressupõe estratégias e requer táticas adequadas aos seus fins, pois, assim como não se viabiliza a hegemonia, não se consegue uma real direção sem a legitimidade dos dirigidos e não se conquista um programa, uma concepção de mundo sem antes conhecê-los, ou seja, portanto, isso não ocorre sem formação. Logo, sem “consciência de classe para si” não se promove mudanças radicais a favor da classe trabalhadora, assim é necessária a unidade da teoria com a prática.

Em relação à função educativa, o MST encontra dificuldades de ordem material, político-ideológica e sociocultural para alcançar toda a expressiva extensão de sua base. O processo de formação da consciência crítica da realidade dos sujeitos integrantes do Movimento ocorre, mas, ainda é pequena em relação ao número de famílias sem-terra que compõe o MST.

O projeto de educação do movimento define que a formação dos sujeitos políticos coletivos Sem Terra deve ocorrer sobre uma realidade que contém um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade que entram em contradição com as relações de produção existentes, logo, da superação das formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência dos conflitos. Assim, uma cultura política de participação e em longo prazo de classe para si por parte dos trabalhadores pode apresentar mudanças no interior da sociedade, uma vez que se revela capaz de orientar novas práticas sociais e políticas para fazer nascer outra sociedade, a que emancipe o homem e a mulher, tirando-os das trevas da dominação, vislumbrando-se um mundo novo, porém real. Este é um desafio para a educação e formação da consciência crítica dos camponeses e camponesas do Brasil.

A hegemonia cultural pode determinar uma mudança de pensamento, uma concepção de mundo essencial para a diligência política, sendo que a supremacia de um grupo social se

manifesta tanto como forma de dominação, quanto de direção intelectual moral. Nesse processo de construção de um desenvolvimento, que leve em conta as comunidades locais, têm-se os movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos que disputam projetos de desenvolvimento ao elaborarem ações pedagógicas e de políticas culturais, um projeto político de viés alternativo ao projeto neoliberal e capitalista que gestam com compromisso coletivo estratégias de desenvolvimento e de inclusão social e política.

Assim, pode-se afirmar que a cultura atinge o universo do mundo criado pelo trabalho do homem sobre a natureza. O trabalho é, portanto, a forma pela qual o homem torna sua ação consciente sobre o mundo, por ser sujeito histórico cria a cultura. A educação atua sobre a vida e o desenvolvimento da sociedade em dois sentidos: No desenvolvimento de suas forças produtivas e no desenvolvimento de seus valores culturais. E o aparecimento de tipos de educação e sua evolução dependem da presença de fatores sociais determinantes e do desenvolvimento destes, e de suas transformações. A forma de se organizar para produzir os bens com que reproduzem a vida, a forma de ordem social que constroem para conviver, o modo como diferentes posições sociais, determina o conjunto de ideias e de normas com que a sociedade gera a sua vida. Determina, sobretudo, o tipo de educação, e qual tipo de homem e de sociedade se educa.

Entretanto, o produto do trabalho do homem desenvolvido por relações desiguais, resulta em processos de dominação e de alienação. Se, conjunturalmente, a cultura pode ser alienante e subjugar o homem, politicamente pode ser desalienada e também contribuir para as condições da reconquista da liberdade e da consciência de ser sujeito histórico. Nesse caso, a educação como cultura, como forma de aprendizagem da mesma, se constitui nesse processo e potencialmente pode se fazer autêntica ou inautêntica, alienada ou desalienada. A cultura num movimento de produção e reprodução se cria e se recria e, por isso, costumes e tradições se materializam por meio das tradições orais, se multiplicam por meio das histórias dos homens e mulheres do campo, consolidando-se por meio de narrativas. Assim, a possibilidade de uma educação que transforme o local e o nacional pode se efetivar por meio das lutas políticas, contribuindo para a hegemonia da classe trabalhadora e para um projeto socialista e de transformação da cultura política.

O MST tem grandes desafios políticos e de organização, transformar a luta pela terra em luta por assentamentos produtivos, especialmente que as suas ações e práticas desenvolvidas no processo do acampamento siga fazendo parte do cotidiano da organização dos coletivos nos assentamentos e, sobretudo a ampliação da luta política por um país com

menos desigualdade social. Esta se constitui uma tarefa importante em busca de uma nova cultura política, para atingir seus objetivos.

Como desafios o movimento Sem Terra tem que, fazer a formação da sua base e organizar uma educação que se pautem na ampliação da consciência crítica para possibilitar mudanças na sociedade brasileira, em especial no campo. Nesse sentido, a tese aponta para estudos futuros sobre como estão os camponeses do acampamento padre Josimo, os assentados da reforma agrária no Tocantins (MST), qual educação defendem, se ocorre a participação nos espaços onde moram, o que mudou em suas vidas depois de serem assentados e, como realizam sua produção? Esses, entre outros, são temas importantes para futuras pesquisas sobre a organização camponesa do estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. Estrutura fundiária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012a.
- _____. Terra. In: _____. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012b.
- _____. Trabalho no Campo. In: _____. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ALIAGA, Luciana. *A forma política do MST*. Dissertação (Mestrado) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Os movimentos camponeses e os conflitos sociais na Amazônia*. Rio de Janeiro, 1989. Mimeo.
- ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST. Tese de doutorado. UFBA, 2007.
- BARBOSA, Messias Vieira. Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois — Porto Nacional, TO, UFT. *Dissertação de mestrado*, 2016.
- BERGER, Patrick. Movimentos sociais: futuro e utopia. *Revista Marxismo e Autogestão*, v. 1, n. 2, jul./dez., 2015.
- BLOCH, Ernst. *O princípio Esperança*. v.III. Trad. Nélío Schneider. Rio de Janeiro: Contrapontos, 2005.
- BLOG do R. A. Disponível em: www.abril.com.br/blog/reinaldo. Acesso em: 13 mar. 2013.
- BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Organização política e política de quadros*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- BOLETIM DA EDUCAÇÃO-nº2, Edição especial. www.reformaagrariaemdados.org.br. Acesso em 23/05/2017.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento Marxista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRETON, Binka Le. *Todos sabiam: a morte anunciada do padre Josimo*. Goiânia: Edições Loyola, 2000.

_____. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia Brasileira*. Goiânia: Edições Loyola, 2002.

BRITO, Jadir Anunciação. Judicialização. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

BRUNO, Regina et al. Organizações da classe dominante no campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Revista Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

_____. *Texto II ENERA*, 2015. Mimeo.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. MDA/DATER-IICA, 2004.

CARTILHA. *Programa agrário do MST*. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 2014a.

_____. *Sobre os nossos desafios e as linhas políticas de atuação do MST*, São Paulo, 2014b.

_____. II Encontro Nacional de Educadores e educadoras da Reforma Agrária: textos para debate. *Boletim da Educação*, n.12. Edição especial, dez. 2014c.

_____. *A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente: história do MST*. Veranópolis-RS, 2015.

_____. *Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST*. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *SciELO*, vol. 40, n. 2: Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, H. M. *Camponeses: mais além da convivência com o capital*. Curitiba, 2015. Mimeo.

CHRISTÓFFOLI, Pedro Ivan. Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão* – MDA. Brasília, 2006.

COMISSÃO Pastoral da Terra. CPT. *Pe. Josimo: a velha violência da Nova República*. São Paulo: Ícone, 1986.

_____. *Em três meses cinco comunidades rurais são atacadas por pistoleiros a mando de fazendeiros no Tocantins*. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3381-em-tres-meses-cinco-comunidades-rurais-sao-atacadas-por-pistoleiros-a-mando-de-fazendeiros-no-tocantins>. Acesso em 19 de jul de 2016.

CONEXÃO Tocantins. Portal de Notícias. *Integrantes do MST Tocantins tentam ocupar Secretaria da Fazenda para cobrar Reforma Agrária*. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2015/08/03/integrantes-do-mst-no-tocantins-tentam-ocupar-secretaria-da-fazenda-para-cobrar-reforma-agraria>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CONFLITOS no Campo. Brasil 2013. CPT Nacional, Goiânia, 2013.

CONFLITOS no Campo. Brasil 2014. CPT Nacional, Goiânia, 2014.

CONFLITOS no Campo. Brasil 2014. CPT Nacional, Goiânia, 2015.

Conflitos no Campo. Brasil 2015. CPT Nacional, Goiânia, 2016.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. *Campesinato*. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

DOCUMENTO Síntese do MST. *Encontro Nacional do MST*, Caruaru, 2016. Mimeo.

DUBET, François. *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez editora, 2008.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura/Terry Eagleton*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. (Orgs.) *Lutas camponesas contemporâneas: condições e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____ et al. *Os usos da terra no Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do Campo).

_____. et al. *A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil*. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: janeiro de 2017. Disponível em www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 10/01/2017.

FERNANDES, Florestan. *Marx, Engels, Lenin: a história em processo*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A construção do bloco histórico. In: LOMBARDI, José Claudinei. MAGALHAES, Livia D. Rocha; SANTOS, Wilson da Silva. (Orgs.). *Gramsci no limiar do século XXI*. Campinas, SP: Librum editora, 2013.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Revista Crítica marxista*, nº32, p. 107-108, 2011.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Dossiê. Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154- 189.

GIRARDI, Eduardo Paulo. *A configuração da questão agrária brasileira*. http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm#atualidadeqa. Acesso em 21/11/2016.

GIRARDI, Eduardo Paulo. Questões agrárias. http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm#atualidadeqa. Acesso em 21/11/2016.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Introdução ao estudo da filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. *Cadernos do Cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Os intelectuais; o princípio educativo. Jornalismo. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. *Cadernos do Cárcere*, v. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

GRUPPI, Luciano. El concepto de hegemonia em Gramsci. México: *ediciones de cultura popular*. Capítulo I y v, págs. 7 – 24 y 89 – 111.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2014.

IANNI, Otávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 23 mai. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais*. 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_devida/indicadores_minimos/sintese_indicadores_sociais2013/. Acesso em: 23 mai. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *SIT – Sistema de Informações Territoriais*. 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 23 mai. 2016.

INSTITUTO Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: agosto de 2015.

JENSEN, Karl. Teses sobre os movimentos sociais. *Revista Marxismo e Autogestão*, n. 1, ano 1, jan./jun. 2014.

JÚNIOR, Marco Antonio Mitidiero. Boletim DATALUTA n. 114, artigo. Jun, 2017. Disponível em www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 10/07/2017.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2.ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, S. Pereira; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEITE, Sergio Pereira. Assentamento rural. In: CALDART et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A rodovia Belém- Brasília, o processo de ocupação do Norte Goiano e as realidades do Estado do Tocantins. In: _____. *A gênese de Palmas-Tocantins: a geopolítica de (re) ocupação Territorial na Amazônia Legal*, Palmas: Kelps, 2011.

MAESTRI, Mário. A formação do campesinato no Brasil. In: Stedile João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MACEDO, M. E. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Revista Mana* (Rio de Janeiro), Relume Dumará/PPGAS/ Museu Nacional, v. 11, n.2, p.473- 479, out., 2005.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 1985.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.6, n.1-2, jun. 1995.

_____. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marcos Aurélio Nogueira, Leandro Konder. 13. ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAURO, Gilmar. *Questão Agrária e Reforma Agrária*, 2016, Texto, mimeo.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais do Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. *A luta pela Terra no Brasil e o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2009. Mimeo.

_____. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. *Cadernos Temáticos*, nº1. Rio de Janeiro de 1994.

_____. Latifúndio. In: CALDART, Roseli, Salette et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Bases da Formação territorial do Brasil. *Revista Geografares*, Vitória, n. 2, jun. 2001.

MORAIS, Claudomir Santos. História das Ligas Camponesas do Brasil- 1969. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil. História das Ligas Camponesas do Brasil- 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MST. *Cadernos de Formação*, n. 1, São Paulo, 1986.

MST, *Cadernos de Educação*, n.8, 1996.

MST. *Cadernos de Formação*, n. 38, São Paulo, 2009.

MST. *Cadernos de Formação*, n.33, São Paulo, 2006.

MST-TO. *Nota ação em Tocantins*. Palmas, 2013. Mimeo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas do campo*. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos avançados, p.15-43, 2001.

_____. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur edições, 2007.

PEDON, N. R. *Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PELOSO, Ranulfo. (Org.). *Trabalho de Base*. São Paulo: Expressão Popular, 2012

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. *Revolução Verde*. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

PINASSI, M. O. Uma Ontologia dos Movimentos Sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. *Revista Pegada*, v. 9, n.2, dez. 2008. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/>. Acesso em: 05 jun. 2015.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 6.ed. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

PORTO- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. et al. *O campo se manifesta. A questão (da reforma) Agrária no Brasil*. Conflitos no Campo. CPT Nacional, 2014.

_____. et al. Bye, bye, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In: *Conflitos no Campo. Comissão Pastoral da Terra- CPT*, conflitos no campo no Brasil. Goiânia, 2015.

_____. *A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST*, 2008. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/view/329>. Acesso em: 21 jul. 2016.

_____. *Geografia dos conflitos por terra no Brasil*. In: *Conflitos no Campo. Comissão Pastoral da Terra-CPT*, conflitos no campo no Brasil. Goiânia, 2013.

SIQUEIRA, Rubens. O aumento da violência no campo tem a cara do golpe. (CPT, 18/04/2017). Disponível em <http://www.diplomatique.org.br> . Acesso em 18/04/2017.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de Terra. In: CALDART, Roseli Saete et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ROSALIO, Silvia Deise. Hegemonia e educação: proposta gramsciana de superação da subalternidade. *International Gramsci Journal*, 2(1), 2016, 226-249. Available at:<http://ro.uow.edu.au/gramsci/vol2/iss1/29>.

SAIN, Marcelo. Notas de ciencia política: esbozo de una sistemática social de la política. 1º ed.- Bial: Univ. Nacional de Quilmes, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho*. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SAUER, Sérgio. *O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Assentamento em debate. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD, 2005.

SCHWENDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php?modo=1&sobreposicao=S>. Acesso em: 23 mai. 2016.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Ano 8, n. 7, jul./dez. 2005.

SIMONETTI, M. C. L. A longa caminhada: (re) construção do território camponês em promessa. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

SOARES, Zaré Augusto Brum. *Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na Região do Bico do Papagaio - Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado) - ICH/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. *A mística no MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos*. Tese programa de pós-graduação em Sociologia. UNESP, Araraquara, SP, 2012.

STEDILE, João Pedro (Org.). História da questão agrária no Brasil. In: _____. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Reforma agrária. In: CALDART, Roseli Salete, et. al (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

_____; FERNANDES, Bernardes Maçano. *Brava Gente*. A trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2012.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe operária Inglesa I*. A árvore da Liberdade. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____; SILVA, Sérgio (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

UWE, Flick. Dados verbais. In: _____. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. p.89-143.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. 3.ed. Manaus: UEA, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras Chaves: um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad. Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais: teoria e história*. Florianópolis: Bookess, 2015.

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil*. O debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

UWE, Flick. Dados verbais. In: _____. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. p.89-143.

A explosão da violência na luta pela Terra. <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-explosao-da-violencia-na-luta-pela-terra-e-territorio>. Acesso em 17/11/2016.

ANEXOS

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS ACAMPADOS DO
ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO Nº _____**

EIXO: Origens sociais dos trabalhadores Sem Terra no Tocantins

Nome: _____

1- Sexo: F: _____ M _____ Outro _____

2- Idade: _____

3- Profissão: _____

4- Você trabalha? S _____ N _____

5- O que faz: _____

6- Renda _____

7- Naturalidade: _____

8- Escolaridade: _____

9- Solteiro _____ casado _____ separado _____

10- Tem filhos? S _____ N _____. Quantos? _____

11- Seus filhos estudam? S _____ N _____

12- Escola _____

13- Município _____

14- É acampado? S _____ N _____.

15- Quanto tempo está acampado? _____

16- Nome do acampamento _____ Município

Eixo: Trajetória familiar

17-Município que seus pais nasceram:

- Mãe _____
- Pai _____

18-Profissão:

- Pai _____
- Mãe _____

19-Ocupação:

Pai _____

Mãe _____

20-Escolaridade:

Pai _____

Mãe _____

21-Renda:

Mãe _____

Pai _____

22-Seu pai é acampado? S_____ N_____ Município

23-Seu pai é assentado? S_____ N_____

24-Residência atual/ Município

Pai _____

Mãe _____

Eixo: MST e a organização, Formação e educação

25-Como conheceu o MST? Através de um militante _____ um amigo _____ outra forma _____

26-Por que você veio para o MST?

27- Possui função no MST? S_____N_____.

28- Qual a sua função na organização do MST _____

29- Você já fez alguma ocupação S_____ N_____ Como foi sua experiência

30- O que você espera do MST para conquista da terra

31- Quais as ações que o MST desenvolve para mobilizar seus militantes?

32- O que significa a terra para você

33- Você já participou de formação no MST S_____ N_____

34- Qual o tema? _____

35- Você conhece como é a organicidade no MST S_____ N_____

36- Quais as ações que são desenvolvidas para a organização do MST?

37-Você sabe porque ocorre o acampamento S____ N____. Por que?

38-No seu acampamento faz mística? S____ N____.

39-Você sabe o significado da mística? S____N____ Se sim, qual?

40- No seu acampamento tem escola? S____ N____. Se não tem, onde as crianças e jovens estudam? Município: _____

Como vão para escola? _____

41-Quando você conheceu o MST onde você estava? Campo _____ Cidade_____. Se a resposta for cidade como chegou lá?

42- Você tem experiência com a produção do campo S____ N____

43-O que te levou a querer morar no campo

ROTEIRO DE PESQUISA

EIXO: Origens sociais dos trabalhadores Sem Terra no Tocantins

1.Nome:

2.Sexo:

3. Idade:

4.Profissão:

5.Você trabalha? Local? Renda:

6.Naturalidade:

7.Escolaridade:

8.Solteiro/casado/separado? Tem filhos? Quantos?

9.Você é assentado da reforma agrária?

10.É acampado?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

EIXO -MST e a constituição do sujeito

1-Como você conheceu o movimento? O que te levou a lutar no movimento?

2.Quantos anos tem que você está no MST-TO?

3.Antes de chegar no movimento o que você fazia?

4-Na sua avaliação quem são os trabalhadores Sem Terra hoje que estão no MST-TO?

5. Como é que os trabalhadores Sem Terra se organizam na luta pela terra?

6. Você já participou de ocupação, marcha, mobilizações, congressos? Como você avalia esses momentos? O que você aprende? Contribui na formação do sujeito Sem Terra? De que forma?

7. O que significa a mística na luta pela terra? Contribui para a formação do sujeito Sem Terra?

18. Como ocorre a construção da identidade dos sujeitos Sem Terra no MST?

EIXO: MST e organicidade

1. Fale sobre a história do MST no Brasil e do MST- Tocantins. Como nasceu? Quais suas origens?

2. O MST tem um Programa? Poderia falar sobre ele?

3. Você sabe qual é a natureza do MST?

4. Como é realizada a organicidade do MST?

5. Quais as normas gerais do movimento? Quais seus objetivos? Princípios organizativos?

6. Quais as instâncias organizativas do movimento?

7. O MST está dividido em setores e coletivos. Como funciona essa organização? E qual é o objetivo?

8. Quais os fundamentos do programa de reforma agrária popular (terra, bens da natureza, sementes, produção, educação e cultura, direitos sociais)?

9. Porque Reforma agrária popular?

EIXO- Práxis e formação política

1. Com se dá a formação política no MST?

2. Quais as formas de resistência do movimento?

3. Você considera que as ocupações, as mobilizações, os acampamentos, as marchas, congressos, reuniões, encontros, espaços para estudos, se constituem em formação política no MST? Fale sobre sua experiência nesses espaços formativos.

4. No caso desta pesquisa o setor que estamos acompanhando é o de formação. Você já participou de formação organizada por este setor? Quais? Apresente algumas experiências.

5. Qual a importância deste setor para a formação política, cultural e educacional do militante?

6. Qual a relação entre o setor de formação e o de educação na sua avaliação?

7. Na sua trajetória de militante quais os momentos mais significativos na formação da militância? Relate experiências.

8. Você considera que o setor e os coletivos de formação contribuem para a educação dos camponeses em luta pela escola do campo?

9. Quais os principais desafios e as perspectivas para formação do MST? O ano de 2015 é considerado pelo movimento como um ano de formação. Porque?

10. O MST elegeu como um dos grandes desafios promover a formação política com ênfase no trabalho de base interligado à educação. Porque? Quais os objetivos?